

MARIA ADENIR PERARO

FARDA, SAIAS E BATINA:
A ILEGITIMIDADE NA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE
CUIABÁ, 1853-90

CURITIBA

1997

TERMO DE APROVAÇÃO

FARDA, SAIAS E BATINA: A ILEGITIMIDADE NA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ, 1853-90

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor, nos cursos de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, pela Banca de Exame formada pelos professores:

Orientador: Professor Doutor Sérgio Odilon Nadalin
Departamento de História, UFPR

Professor Doutor Renato Pinto Venâncio

Professora Doutora Luiza R. Ricci Volpato

Professora Doutora Hilda Pívaro Stadniky

Professor Doutor Euclides Marchi

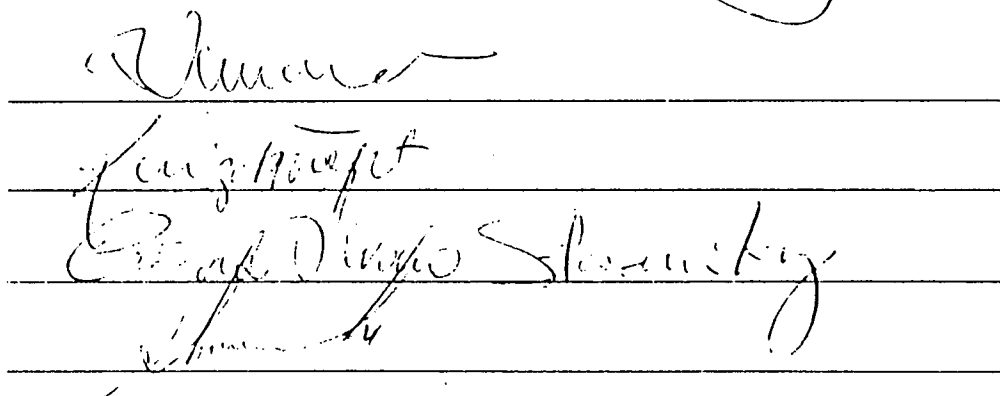
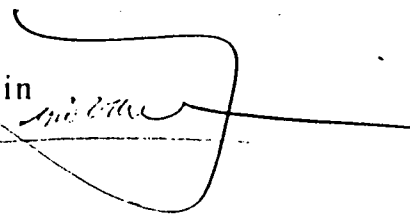
Curitiba, 09 de janeiro de 1998.

TERMO DE APROVAÇÃO

FARDA, SAIAS E BATINA: A ILEGITIMIDADE NA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ, 1853-90

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor, nos cursos de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, pela Banca de Exame formada pelos professores:

Orientador: Professor Doutor Sérgio Odilon Nadalin
Departamento de História, UFPR



Curitiba, 9 de Janeiro de 1998

*Tive um chão (mas já faz tempo)
todo feito de certezas
tão duras como lajeados.*

*Agora (o tempo é que o fez)
tenho um caminho de barro
umedecido de dúvidas.*

Thiago de Mello

Mamãe, por que em um país vive tanta gente?

Ao Lucas, autor desta indagação, aos 6 anos, à quem possa este estudo servir de estímulo ao conhecimento do universo em que viveram seus antepassados cuiabanos, esta tese é dedicada.

Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual. O de que um tira o prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o porquê é que é.

Guimarães Rosa

Com as amizades que nasceram e as que se fortaleceram entre Cuiabá, Curitiba e Maringá, ao longo dos anos do trabalho de pesquisa e escrita, divido a dedicatória.

*Mas o senhor é homem sobrevivendo,
sensato, fiel como papel, o senhor me
ouve, pensa e repensa, e rediz, então
me ajuda.*

Guimarães Rosa

Ao Professor Doutor Sérgio Odilon Nadalin,
pela paciência na orientação desta tese e
compreensão de que *o rio não quer ir a nenhuma
parte, ele quer é chegar a ser mais grosso, mais
fundo*, meu agradecimento primeiro.

*A gente principia as coisas, no não saber por
que, e desde aí perde o poder de continuação –
porque a vida é mutirão de todos, por todos
remexida e temperada.*

Guimarães Rosa

À Ana Rosa, Luiza, Neuza e Mário Sérgio, dedicados na digitação e na programação estatística; À Bethânia, pela colaboração na coleta dos dados; A D. Bonifácio Pichinini pelo espaço de pesquisa no arquivo da Cúria Metropolitana; Aos colegas do Departamento de História da UFMT que viabilizaram meu afastamento para a pós-graduação e pacientemente aguardaram o retorno de *mais um doutor*; Aos professores doutores Renato Pinto Venâncio e Maria Luiza Andreaza, por me fazerem perceber, no exame de qualificação, que *eu estava indo a meu esmo*; À CAPES, por propiciar o suporte necessário à minha qualificação profissional; À Hilda, interlocutora costumeira, a indicar-me que *só quando se tem rio fundo, ou cava de buraco, é que a gente por riba põe ponte*; Aos amigos de Curso de Pós-graduação, em particular à Judite, Christiane e Nelson, pelo prazer da descontração e da discussão; À Cleuza, Maria Benício, Eunice, Iolanda Ângela e, em especial à Ruth, pelos estímulos assíduos; Ao Dante (*in memorian*), Edu, Eva, Daniel, Rogéria, Rafael e Betinho, pela felicidade do reencontro e pelo sabor de novas amizades em Curitiba; Aos afetuosos Luiz, Jair, Valdir e Cláudio, irmãos nos momentos de alegrias e de tristezas profundas; A meus pais, Santo (*in memorian*) e Roza, paulistas desbravadores de Maringá, constantes na guarda de Lucas ao longo desta minha jornada, quero agora agradecer, pois *só estava era entretida na idéia dos lugares de saída e de chegada*.

SUMÁRIO

<i>LISTA DE QUADROS</i>	<i>viii.</i>
<i>LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS</i>	<i>xi</i>
<i>LISTA DE ANEXOS</i>	<i>xii.</i>
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO: AS VÉRTEBRAS DA SOCIEDADE CIVIL	22
I.1 OS MOURÕES DA FRONTEIRA OESTE E O SENTIDO DA ITINERÂNCIA	23
I.2 OS HOMENS DO REI	51
I.3 SOB O ESTIGMA DA DEFESA DAS FRONTEIRAS: DA CASERNA AOS CAMPOS DE BATALHA	70
I.4 DE VOLTA AO COMEÇO	80
PARTE II - PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ: A CIRCUNSCRIÇÃO DO OBJETO	92
II.1 O TEMA DA ILEGITIMIDADE E OS REGISTROS PAROQUIAIS	93
II.2 O COMPONENTE DEMOGRÁFICO	120
PARTE III - A REMISSÃO DO PECADO	162
III.1 O PRINCÍPIO DA FRONTEIRA E A FRONTEIRA DE PRINCÍPIOS	163
III.2 ERRANTES E AVENTUREIROS: O SENTIDO DO MATRIMÔNIO E OS <i>TRATOS ILÍCITOS</i>	195
III.3 MULHERES <i>DE JESUS</i> NO UNIVERSO DOS ILEGÍTIMOS	233
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	266
<i>ANEXOS</i>	271
<i>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	305

LISTA DE QUADROS

1. Mapa populacional de Mato Grosso - 1771	30
2. População de Mato Grosso: 1771-1819	37
3. População de Cuiabá e da província de Mato Grosso nos anos que antecederam a Guerra do Paraguai: 1849, 1855, 1862	43
4. População de Cuiabá e província de Mato Grosso: 1869 a 1890	88
5. População da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, segundo a raça - 1872	133
6. População da paróquia de São Gonçalo de Pedro II, segundo a raça - 1872	134
7. População da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, segundo o sexo e raça - 1890	135
8. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. População considerada em relação à nacionalidade estrangeira e estado civil - 1872	137
9. Repartição da população livre e escrava da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, por atividades produtivas - 1872	141
10. Repartição da população ativa (livre e escrava) por setores de produção da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1872	148
11. População branca da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1872	149
12. População escrava (mestiça e negra) da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1872	150

13. População negra (livre e escrava) da paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1872	150
14. População cabocla livre da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1872	151
15. População mestiça (livre e escrava) da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1872	151
16. População branca da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1890	152
17. População mestiça da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1890	152
18. População negra da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1890	153
19. População cabocla da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1890	153
20. População recenseada do município de Cuiabá; por paróquias - 1890	155
21. População recenseada quanto à filiação. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1890	160
22. A ilegitimidade em diversas paróquias brasileiras - séc. XVIII e XIX	170
23. Identidade dos batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. (1853-1890)	179
24. Frequência de batismos de crianças naturais da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1853-1890	183

25. Frequência de batismos de crianças expostas da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1853-1890	188
26. Frequência de batismos de crianças legitimadas da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1853-1890	193
27. Tabela provisória de emolumentos parochiaes do Bispado de Cuyabá: 1882	219
28. Mulheres <i>de Jesus</i> e reincidentes de filhos ilegítimos: 1853 - 1870	241
29. Mulheres <i>de Jesus</i> e reincidentes de filhos ilegítimos: 1871 - 1890	244
30. Mulheres reincidentes de filhos ilegítimos por mais de uma vez: 1853 - 1870	249
31. Mulheres reincidentes de filhos ilegítimos por mais de uma vez: 1871- 1890	250
32. Batizados e compadrio na paróquia senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1853 - 1890	257
33. Ilegitimidade e compadrio na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1853 - 1890	259

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

1. Batizados de legítimos e ilegítimos. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1853-1890	181
Figura 1 - Batizados de legítimos e ilegítimos da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1853-1890	183
2. Mulheres reincidentes de filhos ilegítimos: 1853-1890	252
Figura 2 - Mulheres com filho ilegítimo e reincidentes: 1853-1890	253

LISTA DE ANEXOS

1 - Ficha de Batismo	272
2 - Batizados por ano 1853 - 1890. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá	273
3 - Profissão dos padrinhos: 1853 a 1870	274
4 - Profissão dos pais: 1853-1870	275
5 - Profissão dos padrinhos: 1853-1890	275
6 - Profissão dos padrinhos	276
7 - Profissão dos pais	277
8 - Clérigos padrinhos de crianças naturais (ilegítimas). Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. 1853-1870	278
9 - Clérigos padrinhos de crianças naturais. 1871-1890	279
10 - Localidades das origens e residências dos cônjuges da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Mato Grosso, no período de 1871-1890. População livre e escrava	280
11 - Origem dos cônjuges - população livre e escrava: paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: 1871-1890	281
12 - Frequência de casamento por idade	282
13 - Origem dos justificantes solteiros - população masculina	283

14 - Origem dos justificantes viúvos	284
15 - Processos de justificação de estado de solteiro. Década de 1850	285
16 - Processos de justificação de estado de solteiro. Década de 1860	287
17 - Processos de justificação de estado de solteiro. Década de 1870	290
18 - Processos de justificação de estado de solteiro. Década de 1880	293
19 - Processos de justificação de estado de viuvez. Década de 1850	297
20 - Processos de justificação de estado de viuvez. Década de 1860	298
21 - Processos de justificação de estado de viuvez. Década de 1870	299
22 - Processos de justificação de estado de viuvez. Década de 1880	301

INTRODUÇÃO

*O privado precisa deixar de ser
uma zona maldita, proibida e
obscura.*

Michelle Perrot

A elaboração desta tese é marcada por embates, contestações e divergências, em particular acerca do enfoque da vida privada. As construções *vida privada* e *vida cotidiana*, concebidas de forma distinta por ARIÈS e DUBY, por si só, têm contribuído para inflamar as discussões e provocar controvérsias.

A questão primeira reside na dificuldade de estabelecer fronteiras e espaços para o privado. Se, para a Europa, o século XIX esboçaria a idade de ouro do privado, no caso brasileiro nem sempre as palavras e os fatos são precisos. Na realidade, para o século XIX brasileiro, paira no ar o desafio do delineamento dos *círculos concêntricos e entrecruzados, desenhados entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual*, segundo proposição de PERROT.¹

Tal reconhecimento implica admitir um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública, como que a constituir uma zona de atração de coisas opostas. Nesse sentido, é oportuna a afirmação de ALENCASTRO de que *no decorrer do processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa ordem privada preñe de contradições com a ordem pública*.²

Esse procedimento, por sua vez, remete-nos a espaços de marcas indelévels onde se contrapõem o coletivo e o individual, o masculino e o

¹ PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle. (org.) **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo : Companhia das Letras, 1991. p. 10.

² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. v. 2. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. p. 16.

feminino. Remete-nos à busca dos sinais de intervenção e de controle, à apreensão sintomática de conflitos, tensões e resistências. Implica, em segundo lugar, o pressuposto incontestável de que a vida privada é uma realidade histórica, edificada de maneiras diversas por sociedades determinadas, espaço de especificidades e de diferenças.

A inferência natural, é, pois, buscar o sentido da vida privada em oposição à vida pública, no significado concebido por PROST.³ Nessa acepção, o público é o Estado, e tudo o que escapa ao seu poder refere-se ao privado. Diferente, portanto, daquela originariamente pensada por ARIÈS, que reduz toda a história da vida privada a uma mudança na sociabilidade. A proposição de ARIÈS consiste em saber *como se passa de uma sociabilidade em que o privado e o público se confundem para uma sociabilidade na qual o privado é separado do público*, chegando mesmo a absorvê-lo ou a reduzir sua extensão. Em outras palavras, o foco da questão é

*a passagem de uma sociabilidade anônima de grupos em que as pessoas podiam se reconhecer para uma sociedade anônima sem sociabilidade pública, em que dominavam ou um espaço profissional, ou um espaço privado, o privado preponderando nas sociedades anônimas nas quais a sociabilidade pública praticamente desaparecera.*⁴

Das diferenças entre as concepções de vida pública e vida privada vai resultar uma significação menos monolítica acerca de tais esferas. A pertinência de tais focos diferenciados se instala no *paralelismo entre a problemática do Estado e a da sociabilidade*, para sermos fiéis às palavras do próprio ARIÈS.

Se, de um lado, o espaço da vida privada é o da construção, cuja dinâmica é a da oposição à vida pública, é preciso ter em conta as

³ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine e VINCENT, Gérard. (org.) **História da vida privada**. Da Primeira Guerra a nossos dias. v. 5. Tradução Denise Bottmann. São Paulo : Companhia das Letras, 1992. p. 15.

⁴ ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger. (org.) **História da vida privada**. Da Renascença ao Século das Luzes. Tradução Hildegard Feist. v. 3. São Paulo : Companhia das Letras, 1991. p. 16.

dificuldades na percepção de tais delimitações, pois as distinções entre tais esferas nem sempre têm o mesmo sentido em todos os meios sociais. Nem sempre o muro divisor se objetiva entre o público e o privado. Nem sempre a vida privada e a família são elementos coincidentes, embora possam se confundir. Há que se buscar complexidades e especificidades, de modo a apreender não só a constituição da vida privada a partir dos embates com os interesses ampliados ao nível do coletivo, mas, sobretudo, a organização no interior de suas fronteiras.

Resta, contudo, a dificuldade de conhecer algo além da face externa e pública da vida privada; a impossibilidade de chegar ao outro lado do espelho. Nesse âmbito, o dizível fabrica o indizível, a luz cria a sombra. O não-dito, o desconhecido, o incognoscível – e a consciência trágica que temos disso – avançam no ritmo do saber que cava sob nossos pés mistérios insondáveis.⁵

Estar comodamente à soleira do privado significa acomodar igualmente as hesitações na inversão da ordem das coisas e impedir que tal espaço seja conhecido, visitado e legitimado. É essa postura que nos provoca e nos instiga diante de um objeto circunscrito na história social do privado: a ilegitimidade na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá – 1853/90.

Não pretendemos extrapolar as delimitações de uma história social do privado, pois temos em conta os limites para a tecitura de uma história dos indivíduos, pontuada por representações, emoções e expectativas de vida. Estamos atentos às dificuldades em relação às fontes que sustentariam uma história de indivíduos e de sua privacidade. Ao mesmo tempo, no horizonte desta pesquisa, paira o receio de irmos rumo aos perigos de uma *história de inferências*. A constante busca da objetividade de análise do objeto proposto foi o norte desta tese, embora, por inúmeras vezes, fôssemos tentados a debruçar-nos sobre alguns casos particulares de histórias individuais.

⁵ PERROT, Michelle. op. cit., p. 12-3.

Não podemos deixar de reconhecer o sentido impresso por tais casos, pois acabaram por adquirir o caráter condutor de nossas abordagens e solidificar a opção pelo enfoque da vida privada. São alguns personagens que enredaram o cenário da história de Mato Grosso, em particular da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ao longo do século XIX, imprimindo aspectos distintos e decisivos na construção dos espaços da vida privada.

Maria Bernarda Poupino é a primeira protagonista e no início de 1797 estava presa na cadeia de Cuiabá. Em ofício datado de março daquele ano, seu advogado requeria ao capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro ordenasse que o juiz de fora de Cuiabá mandasse soltar a suplicante *por não ser a cadeia (ilegível) de juízo eclesiástico, nem menos a casa de depósito de mulher grávida*. Nos termos iniciais da petição alegava:

da lúgubre e funesta situação e horror de uma enchovia, recorre e busca amparo e proteção de V. Ex. uma infeliz e desditosa mulher... cuja falta a suplicante contraiu um invicto consórcio com seu marido Francisco de Paula Azevedo, de que hoje lhe serviu das péssimas conseqüências, que já antes pessoas prudentes e discretas vaticinavam, sendo a suplicante alvo em que se empregam os perniciosos efeitos daquela primeira causa, até se ver reduzida à estreites de uma rigorosa e indecente prisão a que procedeu o vigário da vara de Cuiabá, sem conhecimento de causa, usurpando a jurisdição régia, contra uma vassala de Sua Majestade, de quem lhe não pertence outro conhecimento diferente do que lhe prescrevem os sagrados cânones e concílio tridentino, nunca aos termos de prisão.

O vigário da vara de Cuiabá, segundo informe do juiz de fora, foi pessoalmente apresentar os autos de justificação de sevícias intentadas pela requerente, com sentenças proferidas, segundo as quais deveria ser recolhida à casa de seu marido ou à cadeia. Igualmente, solicitara auxílio para a prisão da ré, que se recusara a retornar à casa do cônjuge e em conseqüência seria encaminhada à prisão *a fim de reduzi-la a seu dever*.

O magistrado alegava, ainda:

a razão que eu tive para conceder o auxílio foi o de estar persuadido que aos juizes eclesiásticos pertence o conhecimento das ações de divórcio e que por isso, se eles podem separar os cônjuges, havendo e provando-se motivo justo é coerente que eles tenham o direito e o poder para fazê-los reunir, quando

injustamente querem subtrair-se às obrigações que se impuseram, pois do contrário seguir-se-iam o escândalo da igreja e a desordem da sociedade.

Por último, antes de negar a soltura, acrescentava: *tendo pois a requerente sido presa pelo meu alcaide por auxílio concedido por mim, não me julgo autorizado para por a mesma em liberdade, visto não ser esta a determinação de V. Exa., dependendo da condição que se não verifica de ter sido presa sem a ajuda do braço secular.*⁶ Independentemente da posição do juiz de fora, em Vila Bela o capitão-general determinou que a ré fosse posta em liberdade. Em julho de 1797, logo após haver deixado a prisão, Maria Bernarda veio a falecer, deixando um filho nascido em maio.

Nesse episódio, estão muito claros a interferência da Justiça Eclesiástica no seio da família e o seu papel de ordenamento — ao consumir o divórcio e ao punir um ato de adultério que acabou por resultar no nascimento de um filho ilegítimo. Sem dúvida, esse é um momento específico para tentamos discutir os delineamentos entre as esferas do público e do privado, naquilo que se poderia designar de uma sociedade civil quase invertebrada, parafraseando PERROT.

Inês de Almeida Leite, a segunda protagonista, é senhora de grande prestígio, casada com um próspero comerciante em Cuiabá. Ele viúvo e com vários filhos e ela uma jovem de 16 anos. Dessa união nasceram diversos filhos. O casal notabilizou-se pelos cargos e funções junto à Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Contudo, a jovem senhora, em torno de seus 30 anos, conheceu João Manuel Augusto Leverger, nascido na região da Bretanha, tenente da Marinha brasileira, recém-chegado a Cuiabá. Dessa relação adúltera nasceu uma criança, exposta na casa dos padrinhos, adotada em 1833 pelo pai, que passou a desempenhar a função de adido militar no Paraguai. O casamento de Inês foi mantido até 1842, quando ficou viúva. No ano seguinte, contraiu núpcias com João Manuel Augusto.

⁶ ALENCAR, Adauto. *Roteiro genealógico de Mato Grosso*. v. II. p. 3.

Esse episódio é extremamente interessante e ilustra o capítulo “O princípio da fronteira e a fronteira de princípios”. Denota uma estratégia na solução de casos de adultério com filho ilegítimo. Após a criança ser exposta na casa dos padrinhos, o pai recorreu à adoção imediata em cartório, justificando o ato pela necessidade de assegurar a sucessão da herança.

A terceira protagonista eleita é Damiana Maria da Costa, que em março de 1858, através de instrumento público, constituía o alferes Francisco Pereira de Moraes Jardim como seu procurador junto ao Juízo Eclesiástico de Cuiabá. Damiana era casada com Pedro Gomes de Melo e contra ele movia uma ação de divórcio em razão das *sevícias* cometidas pelo marido e da imoralidade que recaía sobre sua filha Mariana, menor de idade, seduzida e deflorada pelo padrasto.⁷ De tal ato de sedução resultara o nascimento de um filho ilegítimo.

Para respaldar-se das sérias acusações da esposa, o réu apresentou na sua defesa a certidão de batismo de Mariana, cujo registro fora assentado em 23 de julho de 1843, na catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: *parda de vinte dias, exposta em casa de Antonio Joaquim Silva Prado; foram padrinhos o mesmo Antonio Joaquim e sua mulher Dona Marianna Roza.*

Naquela ocasião, a mãe pôde contar com o auxílio de um empregado de seus pais, José Ferreira da Silva, a fim de enviar a criança para longe de sua família: *logo que nasceo foi pela mesma Damianna entregue a elle testemunha para do engenho de seo Pai, que ainda era vivo, trazel-a a esta cidade (Cuiabá) e entregar a Donna Marianna Roza.* Luísa da Silva Prado, escrava do casal adotivo, tudo observou em sigilo, pois *Marianna Roza, que é tia da Autora, impôs a ella testemunha segredo.*

Damiana pertencia a uma família de posses e tinha nome e honra a serem preservados. Um filho ilegítimo seria razão de desaprovação e

⁷ LIBELO Civil de Divórcio, 1858. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. Caixa nº 11.

repreensão de seus pais. A gravidez indesejada não deveria vir a público e o melhor a fazer seria ocultar o nascimento da criança. Na mais recôndita intimidade, o segredo fazia-se instalar, compartilhado por parentes e escravos, calando muitas vezes os sentimentos maternos.

Ao replicar as acusações do marido, Damiana reafirmava a condição de mãe e defendia-se alegando as razões que a levaram a encaminhar a recém-nascida à casa de Antônio Joaquim da Silva Prado e de sua mulher. *Tida ali como exposta, pela necessidade que a mesma então teve de ocultar o seu nascimento a fim de não se tornar público a sua infelicidade; e assim também não magoar e afligir seus pais que então vivião.* Acrescentava, ainda, que, depois do falecimento destes, teve continuamente a filha em sua companhia. O arrazoado dessa defesa decorria das alegações do marido, que dizia desconhecer que Damiana fosse mãe de Mariana, por ser ela uma criança exposta e enjeitada.

O processo de divórcio nos revela, por outro lado, que Mariana, quando grávida, havia sido tirada do poder materno pelo padrasto e conservada por algum tempo em casa de Maria Ribeiro. Segundo a requerente, *de onde tornou-a traser para a companhia da suplicante depois de ter dado à luz ao dito filho, com o fito de continuar seduzindo-a.*

Reafirmava Damiana que seu marido, ao abusar da juventude da menina,

confunde a fidelidade que a moral estabelece a favor da sociedade e de humana Natureza e a que com mais (sic) do vínculo as Mães zelão de seus filhos, e a respeito dos quaes devem todos aquelles que interpretativamente ocupão o lugar de Paes como o Réo, foi este mesmo quem a prostituiu e a fez grávida, como o passar do tempo se provará.

Pedro Gomes de Melo redobrava as acusações contra a mulher, atribuindo a *prostituição e a gravidez* de Mariana ao *mau procedimento e desgoverno da Autora*. No dizer do réu, Damiana embriagava-se e habitualmente afastava-se da casa, deixando Mariana só, *entregue a si mesma*

entre os escravos e camaradas, oportunizando a gravidez da menina.

Ao acionar o pedido de divórcio, Damiana não deixava transparecer preocupação com os bens do marido, como imóveis rurais e escravos, pois ela mesma era proprietária de engenho nas proximidades de Cuiabá, tido por herança dos pais. As sevícias de que era vítima — pancadas com chicote, coices e prisão acorrentada — conforme depoimento de testemunhas no processo, pareciam incomodá-la menos que a fragilidade da filha e sua exposição aos desígnios do padrasto. Maria do Rosário, ao testemunhar diante do Juízo Eclesiástico, dizia *ver o réu acorrentar sua mulher e leval-a de rasto de modo que o collar da corrente de ferro ocasionou inflamar-lhe todo o pescouço...* somente liberando-a por rogo dela, depoente. Além disso, atestava a idoneidade de Damiana *por ver e presenciar que a Autora se empregava em todos os serviços da casa, cozinhando o que era para seo marido comer; socando para fazer farinha e lavando a roupa, do seo dito marido e nem tinha ouvido dizer que a Autora desse motivos de desgostos ao seo referido marido, entretanto, que este a injuriava ...*

O processo de divórcio em apreço explicita duas situações distintas. Em primeiro lugar, a questão da ilegitimidade no interior da moral familiar e a estratégia da exposição do nascituro na casa de parentes próximos, recurso esse selado pela imposição do segredo. Particularmente no caso de Damiana, houve a agravante de uma paternidade provavelmente negra ou mestiça, pois a criança exposta é referida como parda. O segundo aspecto diz respeito ao crime de sedução, amplamente condenado e combatido pela Igreja Católica, motivo aliás da rápida intervenção da Justiça Eclesiástica em favor da aceitação do pedido de divórcio. Não se deve cogitar que as acusações de sevícias tivessem peso decisivo nesses processos. Embora se constituíssem em condição mínima para que as mulheres pudessem fazer tramitar um pedido de divórcio, não eram motivo suficiente para o êxito do intento.

A intervenção da Igreja, através de seus párocos, objetivava-se no

controle social sobre as vidas privadas. A Igreja exercia rigorosa vigilância não só sobre os atos, mas também sobre as intenções, conforme enfatiza NORA ao traçar um paralelo entre Igreja e Estado na França. Entretanto, as tentativas de delineamento entre público e privado, os esforços envidados na compreensão da esfera da vida privada, revelam-nos conflitos e tensões, estratégias e resistências, que, mescladas à coloração cultural, cristalizam práticas constitutivas desse espaço particular.

Ana das Dores, Domingas Rodrigues e Deolinda do Espírito Santo são outros exemplos a serem considerados. Estão entre muitas mães que, na década de 80 encaminharam queixas à chefatura de Polícia contra raptos e defloradores de jovens menores de idade. Aos olhos do poder público, tais mulheres estavam defendendo a honra das filhas e o recurso à autoridade policial era o meio para forçar o raptor a reparar seu erro e a honra das filhas. Entretanto, Ana das Dores, mais do que defender a honra da Vitoriana, grávida, de 14 anos de idade, parecia defendê-la das agruras financeiras que certamente se acentuariam após o nascimento da criança. Tentava, assim, evitar que Vitoriana passasse a integrar o contingente das mulheres que davam à luz filhos ilegítimos e do qual a própria *das Dores* parecia ser integrante.

O caso do crime de sedução de Mariana em que seu padrasto é responsabilizado, ou os exemplos das mães que apelavam à chefatura de Polícia, revelam um aspecto não considerado até o momento: a incapacidade do indivíduo para resolver determinados conflitos inerentes à sua vida privada. Nesses casos, a alternativa é o recurso à Justiça Eclesiástica ou à Polícia, que passam a se inserir na vida privada por rogo do indivíduo. Não seria esse um elemento constitutivo da inter-relação entre público e privado a ser considerado? Esse aspecto revela que o espaço privado não se constrói unicamente em oposição ao público; a fronteira entre ambos é também demarcada pela ação de indivíduos ao estipular especificamente as situações conflituosas passíveis da intervenção da autoridade do público.

Os exemplos mencionados estiveram sempre a indicar-nos que no espaço familiar residiam soluções diferenciadas e, muitas vezes, negociadas, para os casos de ilegitimidade, independentemente da condição social da mãe do nascituro. Ao longo do século XIX, essas evidências se insinuam em um processo dinâmico, revelando tensões e resistência diante da intervenção e controle da Igreja. São um forte indício de que no âmbito da vida privada estão sendo alinhavadas práticas, estratégias e alternativas que sustentarão um tecido social com amarras, ora na resistência popular, ora na sociabilidade, ora no recurso à intervenção da autoridade laica ou eclesiástica. A recusa à exposição de crianças ilegítimas na Roda e o recurso ao parentesco espiritual, por exemplo, são elementos vitais na compreensão desse quadro na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Igualmente importante é a estratégia de expor os ilegítimos em casa de parentes.

Entre as diversas estratégias tecidas estava a da *limpeza do nome de família*. Promovia-se o casamento de um filho ilegítimo com um parente próximo, em geral entre tios e sobrinhos ou entre primos, e assegurava-se ao bastardo a assepsia do nome. Há inúmeros exemplos de ilegítimos do sexo masculino que desposam primas e adquirem o sobrenome paterno, notadamente entre militares.⁸

Um exame menos cuidadoso permitiria apenas dizer que tal estratégia era comum em uma sociedade de práticas homogênicas. Entretanto, uma análise mais minuciosa nos indica que os sobrenomes se cruzam entre primos consangüíneos e que tais casamentos tornaram-se solução comum para reintroduzir formalmente ilegítimos na família paterna.

O caso de Damiana, evidencia-se para nós como uma das manifestações expressas de intimidade, que podia assemelhar-se à de outras mulheres solteiras, filhas de grandes proprietários de terras em Mato Grosso, e de senhores de engenho. Podemos apreender daí uma das possíveis

⁸ ALENCAR, Adauto. op. cit., v. I e II.

estratégias utilizadas pelas mulheres para acobertar o nascimento de filhos ilegítimos e sua absorção pela rede de parentela. Revela-se assim o processo de reencontro com as respectivas mães após seu casamento diante da Igreja Católica. Mas talvez não fosse esse o comportamento da maior parte da população mato-grossense, das pessoas sem posses, aquelas sem um nome de família a *zelar*. Possivelmente, no espaço da intimidade de homens e mulheres livres e forros, o nascimento de crianças ilegítimas não se convertesse em motivo de murmúrio ou de segredo, tal como parecia ser freqüente entre as famílias ricas. Essa impressão nos é cara, diante das informações obtidas nos registros paroquiais, ou seja, a constatação de expressivas taxas de crianças ilegítimas na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ao longo da segunda metade do século XIX, em particular no recorte entre 1853 e 1890.

A abordagem da província de Mato Grosso, particularmente da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, na perspectiva da esfera da vida privada, não se prende fundamentalmente à preocupação de perscrutar o significado histórico da exclusão de homens e mulheres sem posses e afastados das decisões políticas na sociedade brasileira do século XIX e da conquista da cidadania.⁹ Efetivamente, ao inserir a ilegitimidade no espaço do ilícito e das transgressões, procuramos apreender traços de conjugalidade, sociabilidade e de convivialidade engendrados nas relações afetivas em uma região de fronteira. O privado, nessa perspectiva, tem a conotação de espaço em que as pessoas relacionavam-se, uniam-se, enlaçavam-se afetivamente, em resposta à contingência de viver em uma região de fronteira e de itinerância. Um *viver colonial* perpassado por camadas de sensações contraditórias entre as pessoas: instabilidade, precariedade, provisoriedade e ambigüidade, decorrentes da própria externalidade de acumulação do capital a que a província de Mato Grosso estava submetida, ainda que em momentos

⁹ BRESCIANI, Maria Stella M. A mulher e o espaço público. In: **Jogos da política**. São Paulo : Marco Zero/ANPUH, 1992.

históricos distintos.¹⁰

Necessário se faz ressaltar a apropriação dos conceitos de público e de privado nesta pesquisa. Ao tomar o público como representado pelo Estado nacional brasileiro e pela Igreja Católica e o privado como o espaço das manifestações das intimidades, partimos de novos enfoques apontados pela historiografia nacional e estrangeira, mostrando a viabilidade de trabalharmos com temas específicos como família, sexualidade, casamento, mulheres, etc. Por vida privada, portanto, na esteira de NOVAIS, entendemos o espaço das manifestações da intimidade, da convivialidade e da sociabilidade, gestadas no cotidiano das pessoas em contraponto à esfera do público, representada por suas instâncias máximas, o Estado nacional e a Igreja Católica.¹¹

Considerando a aplicabilidade de tais concepções na configuração social brasileira, a partir da inserção da colônia nos quadros da civilização ocidental e da formação do Estado nacional brasileiro, estudaremos a ilegitimidade na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Nesse processo, as relações de sociabilidade serão apreendidas como manifestações da vida privada.

A circunscrição do objeto na província de Mato Grosso no contexto da colonização moderna européia, na condição de antemural da colônia brasileira na defesa da fronteira oeste, permite-nos refletir sobre o processo de constituição da vida privada diante do Estado nacional brasileiro e da Igreja Católica.

Desenvolvemos a pesquisa recorrendo basicamente a três acervos: Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá; Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR); e Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APEMT), em Cuiabá.

¹⁰ NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, v. 1. p. 14-39.

¹¹ NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 17.

Somados a esses acervos estão o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro, onde localizamos os Recenseamentos Gerais do final do século XIX, referentes à província do Mato Grosso e o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde encontramos as CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707.

O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá preserva e reúne rica documentação eclesiástica do Estado de Mato Grosso referente, principalmente, aos séculos XIX e XX, com uma pequena parte de documentos sobre o final do século XVIII. Esses documentos podem ser encontrados tanto em livros ou em caixas, em forma de processos, como avulsos.

Apesar de organizada e, portanto, cadastrada, a documentação está a exigir um trabalho de restauração e de microfilmagem devido ao precário estado de conservação. Grande parte das folhas já se encontram em processo de desidratação, quebrando-se quando tocadas, o que é de se lamentar profundamente. Segundo o atual arcebispo, D. Bonifácio Pichinini, não há recursos provenientes da própria Cúria para tal finalidade.

O arquivo da Cúria foi levantado e cadastrado em 1986, por Otávio Canavarros. O arrolamento, realizado em duas etapas, pautou-se na primeira pelo cadastramento de documentos em caixas (lista de unidades de arquivamento), divididos em FUNDOS e SÉRIES e denominados: Coleção I — Juízo Eclesiástico; Coleção II — Ordinários; Coleção III — Jurisdições Episcopais. Na segunda etapa, foi realizado o cadastro geral dos livros de registros, constituídos de cinco tipos: batizados, crismas, casamentos, óbitos e índices.

A Coleção III reúne 54 (cinquenta e quatro) fundos, dos quais 29 (vinte e nove) são de paróquias. Os livros de registros da paróquia da Sé (Nosso Senhor Bom Jesus de Cuiabá) são os mais antigos, datando de 1816 o primeiro registro de batismo e de 1820 o primeiro de casamento. Com relação às outras paróquias, encontramos também livros de registros de batizados e de

casamentos, mas não de óbitos, pois estes encontram-se apenas nas caixas.

As datas dos primeiros registros nas demais paróquias, tanto de batismo como de casamento, são:

A) Paróquia de São Gonçalo de Pedro II — batismo — 1843; casamento — 1843;

B) Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. O primeiro livro data de 1835 e o último livro de 1898;

C) Nossa Senhora das Brotas (Engenho) — ao todo somam três livros para batismo, sendo o primeiro de 1843, e de casamento um livro, datado de 1847 a 1892;

D) Paróquia de Nossa Senhora da Guia — batismo (Livro nº 1, 1850 a 1942);

E) Paróquia de Nossa Senhora da Guia do Coxipó da Ponte — batismo (Livro nº 1, 1897 – 1907);

F) Paróquias diversas — o Livro nº 2 (vol. 1), contém registros de batizados referentes à catedral (1886 a 1898); Santo Antônio do Livramento — Várzea Grande — Pissarão e Curalinho (1898);

G) Paróquia de Santo Antônio do Leverger — casamento - 1850 a 1888 (formam cinco livros);

H) Paróquia de Santa Cruz das Palmeiras — casamento, Livro nº 1 - 1927 a 1933.

Chamou-nos a atenção um livro de registro de batizados referente à colônia Teresa Cristina, dos índios bororos-coroados, com 254 batizados que, segundo a folha de rosto, teriam sido os *Baptismos ministrados durante a viagem*.

Nas caixas podem ser encontrados documentos diversos, tais como:

autos de justificação de estado de solteiros, de casados, de viúvos e de divórcio, documentos relativos à corte e à Santa Sé, registros vários (batismos, crismas, óbitos), inventários, criação de prelazias, etc.

A documentação paroquial por nós selecionada não se restringe aos registros de batismo da paróquia da Sé. Inclui processos de divórcio e autos de justificação de estado de solteiro, de viuvez e de casado referentes ao período em estudo. Essa documentação não é numericamente expressiva.

Os autos de justificação do estado de solteiro encontram-se distribuídos em 6 caixas, ao longo dos anos de 1848 a 1925, num total de 514 peças. Foram selecionados apenas dez autos por década estudada, perfazendo quarenta autos, referentes ao período de 1850 a 1890.

Tais autos permitem perceber as determinações da Igreja Católica relativas ao casamento. Ou seja, a necessidade de comprovação, por parte dos noivos, do estado de solteiro, ou de viuvez, com depoimentos de testemunhas, assim como apresentação do registro de batismo ao vigário geral da paróquia. Permitem ainda que se constatem origem e profissão dos justificantes. Não por mero acaso, os autos selecionados foram aqueles que apresentavam dados sobre os militares, como justificantes ou testemunhas, dado o interesse em auferir sua atuação em uma província de fronteira.

A estrutura dos autos de justificação do estado de viuvez é praticamente a mesma dos autos de justificação do estado de solteiro, qual seja:

- Ofício encaminhado ao vigário geral e juiz de gênero e casamentos do Juízo Eclesiástico por parte do justificante pedindo a justificação do estado de viuvez;

- Notificação do escrivão às testemunhas depoentes;

- Termo de juramento e depoimento das testemunhas (geralmente 3); Termo de data; Termo de vista; Termo de torna; Termo de conclusão.

Tais autos trazem informações sobre os emolumentos cobrados pela Igreja na montagem do processo de justificação de viuvez. Informam também sobre os dados demográficos e a condição social, profissão dos justificantes e a dos ex-cônjuges. Contêm em média 6 folhas (frente e verso), e o prazo entre início e término de cada processo não é superior a três semanas.

Os autos de divórcio, bastante longos, encontram-se na caixa nº 11 e contêm em média 50 folhas (frente e verso). Apenas três autos foram encontrados para o período que nos interessa: um referente à década de 1850 (1858) e dois à década de 1860 (1864 e 1866).

Regra geral, os requerimentos de divórcio são acionados pelas mulheres. Tão ricas em detalhes são as partes que compõem os autos que permitem se perceberem as relações íntimas e cotidianas dos casais e/ou famílias. Pelos custos apresentados, referentes às despesas cobradas pelo vigário geral e pelos advogados das partes, subentende-se tratarem os autos de famílias pertencentes à elite da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Fonte normatizadora da Igreja Católica, priorizada aqui, são as *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia*, datadas de 1707, em vigor até o final do império. As *CONSTITUIÇÕES* explicitam o discurso da Igreja Católica e dispõem os instrumentos de controle sobre múltiplos aspectos da vida de livres e de escravos. Divididas em cinco livros, dispõem no Livro nº 1, título 62, sobre as regras do sacramento do matrimônio, dos fins e efeitos. No título 64, tratam das instruções que deveriam preceder ao matrimônio, com apresentação de certidões pelos contraentes solteiros, assim como da justificativa do óbito do marido ou da mulher, pelos contraentes viúvos. No título 71, tratam do casamento dos escravos. No título 18, dispõem a respeito dos critérios de nomeação dos padrinhos quando do sacramento do batismo. No Livro nº 5, títulos 19, 22 e 23, encontram-se dispostas as regras a respeito do crime por adultério e de como se procederá contra ele. As penalidades para os clérigos amancebados são traçadas no título 5 desse mesmo livro.

No Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, recorreremos às leituras em rolos microfilmados de jornais locais. A documentação levantada no acervo da microfilmoteca desse Núcleo refere-se aos relatórios dos presidentes da província e periódicos da imprensa local, da segunda metade do século XIX.

As cartas pastorais contidas nos periódicos permitiram, no âmbito da província, que atentássemos a aspectos da atuação dos párocos em relação aos fiéis, com respeito aos emolumentos paroquiais. Além disso, esses periódicos trazem informações sobre os militares, clero, autoridades, enfim, sobre as relações travadas entre eles. Essas leituras nos remeteram ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, onde encontramos maiores informações sobre as forças militares na província.

A pesquisa no Arquivo Público de Mato Grosso centrou-se basicamente no levantamento de dados relativos à correspondência entre os presidentes da província e os comandantes de corpos, distritos, destacamentos militares e o Ministério da Guerra.

Essa correspondência é encontrada tanto em livros quanto em latas e caixas e possibilita estudar o governo provincial em sua organização e forma, através do aparato militar. Possibilita também perceber o alcance e controle do governo sobre as freguesias da província de Mato Grosso, seja através do processo de arregimentação de homens para o Exército e a Guarda Nacional, seja através do controle de despesas ou de penalidades, ou mesmo de promoções, a que os militares estavam sujeitos.

Foram consultados os Livros nºs 125, 128, 190 e as Latas - 1850 B, 1857 A e 1877 C. O Livro nº 125 trata da correspondência da presidência com o Ministério da Guerra entre os anos de 1852 e 1853. O Livro nº 128 refere-se aos anos de 1852 a 1855 e o de nº 190 aos anos de 1860 a 1863. Estes dois últimos tratam da correspondência dos presidentes da província com os comandantes dos corpos de cavalaria, infantaria e caçadores, assim como apresentam correspondência da presidência com os comandantes dos

distritos e destacamentos militares.

Ressalte-se que os livros apresentam com frequência folhas incompletas, quebradas, enfim, desidratadas. Também nesse Arquivo seria necessário um trabalho de restauração e de microfilmagem dos documentos, com certa urgência.

Por sua vez, os documentos contidos nas latas e caixas precisariam ser catalogados, pois se desconhece o que existe dentro de cada lata, e isso exige do pesquisador uma garimpagem incessante no processo de seleção da documentação.

O núcleo da tese constitui-se de três partes. A primeira delas — “A província de Mato Grosso: as vértebras da sociedade civil” — encontra-se dividida em quatro capítulos. Em “Os mourões da fronteira oeste e o sentido da itinerância”, analisamos a inserção de Mato Grosso no contexto da colonização moderna européia e sua posição enquanto antemural da colônia brasileira na defesa da fronteira oeste. Tratamos, ainda, do duplo sentido da itinerância dos destacamentos militares, como agentes fixadores do povoamento e mantenedores da segurança. Destacamos, igualmente, como o início da Guerra do Paraguai acentua o caráter itinerante dos contingentes masculinos.

No segundo capítulo — “Os homens do rei” — destacamos como a defesa e o povoamento da capitania foram viabilizados mediante a montagem de um aparato administrativo e militar. Ressaltamos, ainda, as implicações do recrutamento e da itinerância da população masculina adulta no âmbito da vida privada, viabilizando a redefinição de papéis entre homens e mulheres.

No terceiro capítulo — “Sob o estigma da defesa das fronteiras: da caserna aos campos de batalha” — examinamos o distanciamento cultural entre a corte e a província de Mato Grosso, bem como a gravidade da situação econômica da província, evidenciada pela Guerra do Paraguai. Indicamos também as manifestações de solidariedade no período da guerra entre a

população local e os militares procedentes de outras províncias.

Denominamos o quarto capítulo — “De volta ao começo”, e nele examinamos a gradual recuperação econômica da província, viabilizada a partir do final do conflito bélico e da reabertura da navegação do rio Paraguai. Evidenciamos o movimento de recuperação demográfica como resultante menos da chegada de estrangeiros do que de migrantes de outras províncias brasileiras e do crescimento vegetativo.

A segunda parte da tese — “Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá: a circunscrição do objeto” — estrutura-se em dois capítulos. No primeiro — “O tema da ilegitimidade e os registros paroquiais” — localizamos o objeto na produção historiográfica nacional e estrangeira e apresentamos um trabalho de crítica das fontes em relação ao estado e conteúdo dos registros paroquiais. Apresentamos, ainda, os padrões de registro de batismo encontrados nas atas referentes aos filhos legítimos, naturais ou ilegítimos, legitimados, expostos e indígenas.

No segundo sub-título — “O componente demográfico” — discutimos a perspectiva dada pela *Escola dos Annales* com as pesquisas demográficas, permitindo chegar aos sistemas demográficos europeus. Remetemos as propostas ao estudo das populações do passado brasileiro, na tentativa de uma aproximação em relação aos padrões demográficos da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, a partir de variáveis como sexo, raça, estado civil, atividades produtivas dos homens brancos, negros, mestiços (pardos) e caboclos, contidas nos recenseamentos de 1872 e de 1890, relativos à província de Mato Grosso.

Por fim, a terceira parte — “A remissão do pecado”, apresenta-se composta de três capítulos. No primeiro — “O princípio da fronteira e a fronteira dos princípios” — analisamos como as especificidades históricas da província de Mato Grosso viabilizaram a reprodução da bastardia no contingente mais amplo da população, extrapolando a população escrava e instalando-se entre a população livre, tanto pobre como da elite.

Examinamos, ainda, o nível de aceitação dos filhos ilegítimos nas famílias cuiabanas, em suas mais variadas *performances*.

Ao longo do segundo capítulo — “Errantes e aventureiros: o sentido do matrimônio e os tratos ilícitos” — focalizamos os tratos ilícitos como espaços em que se inseriam as uniões consensuais estáveis em confronto com a moral da Igreja Católica, uniões essas revestidas, porém, de legitimidade social. Analisamos o sentido do matrimônio e dos tratos ilícitos, a partir de exemplos alocados em fontes paroquiais — os autos de justificação de viuvez e de casamento —, indicadores de que concubinato e ilegitimidade eram faces de uma só moeda.

No terceiro capítulo — “Mulheres *de Jesus* no universo dos ilegítimos” — dedicamo-nos ao estudo das mães das crianças ilegítimas na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, levando em conta sua condição social, práticas e ofícios por elas desenvolvidos no cotidiano. Averiguamos a possibilidade de as mães dos ilegítimos serem reincidentes e as estratégias por elas desenvolvidas para dar conta da prole. Nosso foco de análise foi centrado nas mulheres que não levavam sobrenome de família, mas, sim, nomes evocativos de santos ou de situações de vida, em contraponto à parcela de mulheres designadas como *Donas*. No âmbito da sociabilidade, foram alvo de nossas atenções as relações sociais decorrentes do parentesco espiritual, de modo a vislumbrarmos estratégias restritas à vida privada e que se insinuavam em espaços sociais mais fluidos.

Dúvidas, hesitações, lacunas, foram alguns dos múltiplos desafios que enfrentamos ao longo da elaboração desta tese. Afinal, ela resulta da insistência de propósito em perscrutar aspectos da vida privada, em desvendar conflitos e tensões, práticas e estratégias cerzidas no tecido social mais amplo. Equívocos e impropriedades pela opção teórico/metodológica para abordagem do objeto da pesquisa devem ser debitados exclusivamente a nós. A sedução pelo estudo da construção da vida privada percorreu conosco as trajetórias da pesquisa. Muitas vezes em trilhas principais, outras vezes em

raias paralelas ou a abrir-nos atalhos. A possibilidade de apropriação do tema da ilegitimidade enquanto elemento capaz de precisar as fronteiras entre a vida pública e a privada, aos poucos foi transmutando sedução em obsessão. Deixemos, portanto, a soleira do privado. Adentremos.

PARTE I

**A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO:
AS VÉRTEBRAS DA SOCIEDADE CIVIL**

*A vida material engole o novo
e o reproduz como algo comum
e corrente*

Robert Blair St. George

I.1 OS MOURÕES DA FRONTEIRA OESTE E O SENTIDO DA ITINERÂNCIA

A contextualização histórica de nosso objeto de estudo, através de um foco mais ampliado, reporta-nos às linhas gerais norteadoras do processo de ocupação e colonização de Mato Grosso, em particular a partir da sua constituição enquanto capitania.

A expansão geográfica rumo à região central insere-se no quadro das pretensões geopolíticas portuguesas, orientadas pelo alargamento e defesa das fronteiras, contra os espanhóis. A objetivação desses propósitos se dá em meados do século XVIII e emerge do debate luso-espanhol acerca dos limites das respectivas áreas ultramarinas na América. As disposições dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso deslocaram o alvo dos planos expansionistas portugueses para as fronteiras oeste e amazônica, nem sequer contempladas pelo tratado de Utrecht. A despeito disso, a ação de mineradores, preadores e sertanistas, através da descoberta do ouro e de seu poder catalisador, imprimira marcas específicas na conquista e povoamento do sertão de Mato Grosso a partir da segunda década daquele século. Entre os anos de 1718 e 1734, as descobertas auríferas na Baixada Cuiabana e no vale do Guaporé¹² lançaram as bases para a posse e ocupação da região mato-grossense. Contudo, a preocupação efetiva com a fronteira oeste consubstanciou-se na criação das capitanias de Mato Grosso e Goiás,¹³ cunha da ambição lusa alavancada em uma área nevrálgica dos domínios coloniais ibéricos da América.

¹² Em 1718, Pascoal Moreira Cabral, seguindo os caminhos trilhados por Antônio Pires de Campos, descobriu ouro no rio Coxipó-Mirim. Miguel Sutil, por sua vez, descobriu as minas do ouro Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no ano de 1719. Os irmãos Pais Leme descobriram no vale do Guaporé, em 1732.

¹³ As capitanias de Mato Grosso e Goiás, criadas em de 1748, foram desmembradas de São Paulo.

A garantia da posse foi viabilizada através de medidas que visavam criar estabelecimentos de ocupação, com caráter, inicialmente, militar e, posteriormente, de povoamento.

A criação da capitania de Mato Grosso insere-se no âmbito das medidas de caráter militar para impedir o avanço dos espanhóis sobre o vale do Guaporé. Essas medidas diziam respeito à montagem de um aparato administrativo e militar, estruturado a partir da segunda metade do século XVIII.

Dentre as medidas que deveriam ser tomadas por D. Antônio Rolim de Moura, primeiro governador e empossado em 1751, estavam a de fundar a capital de Mato Grosso, estabelecer privilégios e isenções fiscais para moradores e colonos, incentivar a criação de gado *vacum* e cavalar e fundar aldeias administradas para os índios mansos. Somada a essas, estava a de criar uma Companhia de Dragões. Por tal razão, trazia instruções para promover o alistamento em ordenança dos homens da capitania, no sentido de mantê-los *executados e disciplinados*.

O vale do Guaporé abrigou a antiga capital de Mato Grosso — Vila Bela da Santíssima Trindade — estabelecida no sítio de Pouso Alegre, em 1752, e assistiu, a partir de então, a uma política de povoamento mais efetiva.¹⁴ Assim, o arraial Senhor Bom Jesus de Cuiabá, fundado em 1719 em decorrência da descoberta das *lavras de Sutil*, e a capital, passaram a constituir os principais núcleos de povoamento da capitania. A mineração converteu-se na principal atividade econômica no decorrer do século, atraindo e forjando uma população voltada à extração do ouro e diamantes.

Com as descobertas do ouro em Mato Grosso e Goiás, no decorrer do século XVIII, acentua-se a modificação da distribuição espacial da população da colônia, no sentido do litoral em direção ao interior,

¹⁴ Vila Bela da Santíssima Trindade, diferentemente de outras localidades de Mato Grosso, no século XVIII, foi construída obedecendo a um plano prévio traçado nas instruções régias recebidas pelo capitão-general Antônio Rolim de Moura.

impulsionada desde as descobertas em Minas Gerais, no final do século anterior. A população brasileira que, em 1660, era de 184.000 habitantes, aumentou mais de 13 vezes num período de cem anos, motivada pela corrida ao ouro.¹⁵

As instruções norteadoras da ação de Antônio Rolim de Moura e dos administradores subseqüentes continham o propósito de dotar a capitania de um aparato civil, militar e eclesiástico, quer no vale do Guaporé, ao norte de Mato Grosso, quer no extremo sul. Homens de confiança,¹⁶ com habilidades administrativa e militar, vindos de Portugal, foram assentados nas *linhas* de fronteira, visando assegurar a ocupação e consolidação do domínio luso. Passaram, então, a ser responsáveis pela defesa e pela política de povoamento da capitania. Esses homens vieram a constituir a classe dominante e compor o poder local.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, foram construídas várias fortificações e núcleos de povoamento na capitania. A região do vale do Guaporé passou a ser guarnecida, a partir de 1760, por um corpo de tropa de 200 dragões, alojados na Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, posteriormente denominada Forte de Bragança. Anos depois, o destacamento militar do Forte Príncipe da Beira, construído em 1776, à margem direita do rio Guaporé, iria responsabilizar-se pela defesa ao norte da capitania. Além dos motivos estratégicos já mencionados, o Forte Príncipe da Beira deveria servir também como instrumento aglutinador das populações branca, negra e indígena.¹⁷ Deveria, ainda, servir de ponto de apoio e viabilizar o

¹⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. **Cadernos CEBRAP**. Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade e migrações). São Paulo, nº 16, 1973. p. 10.

¹⁶ O capitão-general Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por exemplo, expressaria a tenacidade e habilidade administrativa dos governadores da capitania de Mato Grosso. Em seu governo, foram edificadas as grandes fortificações, com o fito de impedir a sonegação de impostos de ouro, ataques indígenas e frentes de penetração espanhola. Era nobre da alta estirpe - Décimo Senhor de Morgado do Casal Vasco, Nono Senhor de Morgado dos Melo e Lousã, Quinto Senhor de Insua e de Espinchel.

¹⁷ MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 186.

abastecimento da região, por intermédio da Companhia de Navegação do Grão-Pará e Maranhão, cujos comboios percorreriam os rios Amazonas, Madeira e Guaporé.

A região do extremo sul, concomitantemente, mostrava-se interessante à Coroa portuguesa sob dois aspectos: pelas riquezas naturais, por compreender os pantanais do rio Paraguai e por razões estratégicas, pelo receio de que, através da bacia do Paraguai, os espanhóis atingissem o vale do Guaporé. Além disso, era uma região intensamente habitada por populações indígenas, resistentes à presença do homem branco.

Desse modo, no extremo sul da capitania, a ocupação e povoamento foram resultantes, inicialmente, da construção do Forte de Coimbra e dos povoados de Albuquerque (Corumbá) e Vila Maria (Cáceres), fundados entre 1775 e 1778, por ordem do então governador, capitão-general Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Essas povoações, fundadas à margem direita do rio Paraguai, permitiram fortificar as frentes de penetração portuguesa. O Forte de Coimbra,¹⁸ inclusive, deveria cumprir não só a missão de velar pela fronteira, mas também de resistência aos ataques indígenas na década de 1790. Especificamente, no ano de 1797, ainda com a preocupação de fortalecer a fronteira sul como medida para prevenir possíveis invasões castelhanas, foi fundado o presídio militar de Miranda, região habitada pelos índios Terena, às margens do rio Apa.

A política de povoamento, conforme preconizava Antônio Rolim de Moura, *por meio de casais de Ilhéus, como estava sendo praticada em Santa Catarina e Rio Grande*,¹⁹ foi apenas em parte efetivada. A defesa e o povoamento, contudo, foram garantidos pela entrada de homens vindos da metrópole para ocupar postos administrativos, militares e eclesiásticos, e por

¹⁸ O Forte de Coimbra foi fundado em 1775, entre dois morros, e por isso a região ficou conhecida por Fecho dos Morros.

¹⁹ MELGAÇO, Barão de. Apontamentos chronológicos da província de Mato Grosso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 205, out./dez., 1949. p. 243.

uma imensa gama de aventureiros, em busca de ouro. Fossem mineradores, comerciantes ou preadores de índios, esses homens, vindos através de comboios e monções, objetivaram o enriquecimento rápido. Por isso mesmo, não se faziam acompanhar das respectivas famílias.

A fixação desses homens na capitania decorria das intermitentes descobertas dos veios auríferos e do aproveitamento dos pontos de passagem das rotas das minas. Nesse sentido, o desequilíbrio entre os sexos, em favor do masculino, durante todo o século XVIII, constituiu-se em traço marcante das regiões mineradoras e, em particular, de Mato Grosso e de Goiás.

Este desequilíbrio, embora seja evidente entre a população livre, é mais acentuado na parcela escrava da população, cujas razões não são difíceis de serem compreendidas. Na verdade, é a escravidão, presente em maior proporção no trabalho das minas que determina tão acentuada diferença; aí encontramos para cada 100 mulheres, 164 homens em Mato Grosso e Goiás e 138 em Minas Gerais.²⁰

O percurso normal, por via fluvial,²¹ entre Porto Feliz, no rio Tietê, e Cuiabá demandava, desses homens, cerca de cento e oitenta dias. O mesmo tempo era exigido, em razão da distância, para aqueles que faziam o roteiro inverso, como os comerciantes de alimentos e mercadores de escravos. As monções que desciam os rios Paraná, Miranda, Taquari, Paraguai e São Lourenço até atingir o rio Cuiabá, segundo relatos de coevos, eram freqüentemente atacadas por animais selvagens e índios.

As expedições de povoamento, além de alimentos e escravos, traziam ainda animais, além dos respectivos proprietários. Apesar dos obstáculos decorrentes das grandes distâncias e dos inúmeros perigos, como cachoeiras que viravam as embarcações, inclusive muitas vezes matando seus

²⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit., p. 22.

²¹ Esse era apenas um dos caminhos utilizados pelas expedições monçoeiras, pois, a partir do rio Paraná, podiam percorrer outras rotas fluviais como, por exemplo, rio Pardo até o Porto do Sanguessuga, seguindo depois o Camapuã, afluente do Coxim, até passar pelos rios Taquari, Paraguai e, finalmente, o Cuiabá. (BRUNO, Emani Silva. **História do Brasil: geral e regional**. Grande oeste. v. VI. São Paulo : Cultrix, 1967. p. 41).

ocupantes, a ocupação foi efetivada e a defesa manteve-se como prioritária. Por isso mesmo, nas expedições de guerra contra os índios, os encarregados recebiam patentes e títulos. Essa ocupação e essa defesa do território ocorreram, pode-se dizer, na medida mesma em que a população escrava foi entranhada na capitania.

Entre os anos de 1720 e 1772, teriam entrado na capitania, procedentes do norte e sul da colônia, um total de 15.380 escravos,²² sendo que, destes, 70% entraram nos trinta primeiros anos, coincidindo com as descobertas auríferas e a instalação do aparato político-burocrático. Além das atividades desenvolvidas nas minas, os negros foram empregados nos setores agrícola e de construção.

As fugas de escravos de Mato Grosso, favorecidas pela proximidade com as terras espanholas, levavam a que, por vezes, portugueses e espanhóis promovessem a mútua devolução de índios e escravos africanos.²³ Nesse sentido, afirme-se, mais uma vez, fatores como distância, perigos, fugas de escravos e dificuldades em atrair casais para a capitania incentivaram a que os governadores implementassem uma política de incorporação das populações indígenas.

A política populacional, inserida no âmbito da política colonial portuguesa de garantia de fronteira, consistia em fundações de aldeias e incorporação de índios fugitivos das missões jesuítas espanholas. Essa incorporação, realizada na garantia da efetivação do povoamento nas faixas de fronteira, deu-se, prioritariamente, através da diversificação das atividades econômicas e mediante os casamentos e/ou uniões daqueles com homens brancos e mestiços ou com negros escravos.

²² ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá : PROED/UFMT, 1988. p. 40.

²³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza - formação da fronteira oeste do Brasil: 1719-1819*. São Paulo : Hucitec, 1987. p. 73.

Em outras palavras, a incorporação das populações nativas interessava ao Estado português na medida em que permitia assegurar a posse das fronteiras e preencher os chamados *vazios demográficos territoriais*. O preenchimento desses *vazios* implicava, por sua vez, o aumento da população, obtido através do incentivo aos casamentos interétnicos. Os filhos de nativos com brancos e com negros, os *caborés* ou mulatos, ou seja, os mestiços, eram considerados elementos aptos e com melhores condições para o trabalho e enfrentamento de doenças tropicais.

Uma outra vertente dessa política residia na incorporação dos índios fugitivos. Esta significava, por parte da Coroa portuguesa, esvaziar a população nativa aldeada na fronteira espanhola, assim como *aproveitar* nas aldeias o que tinham aprendido com os vizinhos espanhóis.

Com a fundação de aldeias durante a segunda metade do século XVIII, a metrópole visava atingir prioritariamente os objetivos de proteger as terras conquistadas e em disputa, com a efetivação do povoamento, assim como transformar as aldeias em *pontos de abastecimento* de víveres para a população dos fortes e vilas.²⁴ A incorporação da população nativa se fez ainda em relação à composição das milícias. Por carta instrutiva de agosto de 1771, o capitão-general Luís de Albuquerque recebia instruções de *organizar os índios Bororós em um corpo de milícia à maneira dos Sipais da Índia*.²⁵

Interessa destacar que a política de incorporação da população nativa em Mato Grosso, como em toda a colônia, ocorreu de forma permanente, com a anuência da Igreja Católica, distribuição dos sacramentos do matrimônio e do batismo, seja em relação aos aldeamentos.

²⁴ Dentro desses propósitos é que foram criadas as aldeias de Lamego e Loemil, no vale do Guaporé, com os índios Moré e Mequén em 1762 e 1769, respectivamente. O aldeamento de Chapada dos Guimarães, fundado no distrito de Cuiabá, e dos arraiais de Amarante e Santo Antônio, do rio das Mortes, foi realizado com os índios Araés.

²⁵ MELGAÇO, Barão de. op. cit., p. 270.

Nesse sentido, a incorporação das populações indígenas, somada à introdução de escravos como suporte para as atividades econômicas essenciais, e à presença do elemento branco, permitiu que a mestiçagem fosse a característica marcante da população mato-grossense no contexto de sua formação. A presença pouco expressiva de mulheres brancas, provenientes tanto do reino quanto de outras regiões da colônia, foi *substituída* por mulheres negras e indígenas no processo de *gestação* da população mestiça mato-grossense. Homens brancos geraram filhos com negras (escravas e forras) e índias. Essa fusão interétnica explicaria a composição da população mato-grossense no século XVIII, caracterizada pela mestiçagem e pela presença numérica pouco expressiva do elemento branco, tanto da população masculina como da feminina. A esse respeito, observemos o quadro apresentado a seguir.

QUADRO Nº 1
MAPA POPULACIONAL DE MATO GROSSO - 1771

P o p u l a ç ã o	Homens	Mulheres	Total	%
Brancos	1230	1003	2233	18,36
Índios e mestiços	1177	1160	2337	19,22
Pardos e pretos forros	0520	0496	1016	08,35
Pardos e pretos cativos	5277	1296	6573	54,07
Total	8204	3959	12159	100,00

FONTE: SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores:** política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso, século XVIII. Cuiabá : Editora da UFMT, 1995, p. 21.

Em 1771, enquanto os brancos somavam 18,36%, índios e mestiços, pardos e pretos forros, assim como pardos e pretos cativos, representavam 81,64% no conjunto da população da capitania de Mato Grosso.

O mapa populacional referente ao ano de 1771 é ilustrativo da forte presença de mestiços na população de Mato Grosso e permite também que se perceba similitude com contingentes de outras regiões mineradoras.²⁶

A relação entre a atividade mineradora e a dinâmica populacional torna-se mais estreita a partir da segunda metade do século XVIII, quando as descobertas auríferas na capitania já não conseguiam equiparar-se, em termos de produção, com as lavras de outras regiões mineradoras. Enquanto em Goiás, por exemplo, as médias anuais extraídas em quilos de ouro eram de 159.400, em Mato Grosso não atingiam a metade dessa produção, ou seja, uma média de 60.000 quilos, entre os anos de 1721 a 1799.²⁷

Em Mato Grosso, a atividade mineradora reproduziu os moldes de exploração impressos no restante do Brasil colonial. A exploração do ouro de aluvião, através de técnicas rudimentares e de processos rotineiros, impediu o trabalho de aproveitamento das rochas matrizes. Conseqüentemente, o abandono das lavras e o deslocamento da população provocavam o esvaziamento de vilas aqui e a criação de outras acolá.

As dificuldades do viver na fronteira oeste agudizaram-se e fizeram-se sentir em todos os segmentos da população. O ouro, como único produto de exportação, havia permitido, até então, a dinamização do comércio interno e a importação de bens. A vida dos habitantes tornou-se ainda mais difícil diante da queda do poder de compra e da alta nos preços dos produtos importados e a conseqüente carência de alimentos. A solução consistiu na diversificação das atividades econômicas: agricultura, criação de gado e extrativismo. A valorização dessas atividades encontrava-se em consonância

²⁶ Na Bahia, por exemplo, em 1775, os brancos somavam 36%, os mulatos e negros livres e, por sua vez, os negros e mulatos escravos, 63,8%. Em Minas Gerais, em 1776, mestiços e negros igualmente perfaziam mais da metade da população, ou seja, 77,09% enquanto os brancos, apenas 12%. (SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986. p. 141).

²⁷ BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília : CODEPLAN/UCG, 1988. p. 31.

com a tendência assinalada no Brasil, em fins do século XVIII.

Nem mesmo as medidas tomadas com a chegada da corte portuguesa foram suficientes para soerguer a mineração. Dentre essas medidas, encontravam-se a proibição da circulação do ouro em pó, a criação de bilhetes substitutivos dos numerários como pagamento aos mineradores e a conseqüente permuta por bens e serviços e a criação de companhias de mineração e casas de fundição. Inclusive, com a criação em Mato Grosso, da Companhia de Mineração de Cuiabá,²⁸ objetivava-se uma maior exploração do ouro e aperfeiçoamento dos métodos de exploração.

Mato Grosso e Goiás comportavam sítios diamantíferos na região do Alto Paraguai, Diamantino e nos rios Claro e Pilões, respectivamente. A descoberta de diamantes em 1746 no arraial de Nossa Senhora do Parto (Arraial Velho) havia provocado tanto o *despejo* do povo como a alocação de um destacamento militar para impedir a mineração clandestina. Em relação aos terrenos diamantíferos, medidas foram tomadas no sentido de abolir o monopólio real, abrindo à população a franquia de acesso e de trabalho.²⁹ Essas medidas não garantiram alento à mineração; entretanto, as tentativas e ajustes dos proprietários das lavras e de escravos, no remanejamento do capital acumulado para a agricultura, no caso a lavoura de açúcar e a pecuária, apresentaram um relativo desenvolvimento. A agregação de novas terras fazia-se necessária, na medida em que permitia ampliar a produção agropastoril. A facilidade com que as terras eram ocupadas no final do século XVIII e primeira metade do século XIX possibilitou a formação de grandes latifúndios em Mato Grosso.³⁰

²⁸ Essa Companhia foi criada por Carta-Régia de 16 de janeiro de 1817.

²⁹ A Lei de 25 de outubro de 1832 veio abolir o referido monopólio.

³⁰ As ocupações das terras mato-grossenses, ocorridas sob forma pacífica ou não, foram salvaguardadas pela Lei nº 601, de 1850, que reconheceu os direitos dos que exibissem *escritos particulares de compra e venda*. (CORRÊA FILHO, Virgílio. **Fazendas de gado no pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura, 1955. p. 22).

Na realidade, a lavoura de cana-de-açúcar desenvolveu-se em Mato Grosso, já nas duas primeiras décadas do século XVIII, na região de planalto ou região de Serra Acima, zona da Chapada dos Guimarães. Nessa região, levantaram-se os primeiros engenhos movidos à tração animal e à água. Esses engenhos dedicavam-se à fabricação do açúcar escuro, denominado *potó*, da aguardente e da rapadura. Abasteciam a população local, e, em especial, a população mineradora.

Em um contexto em que a defesa da fronteira e a exploração do ouro eram prioritários para a metrópole, a produção de açúcar ocupava, pois, a função de minimizar as carências que sofria a população local em relação aos gêneros alimentícios. O açúcar e a aguardente *serviam de remédio para os mineiros que, pela dificuldade de importar alimentos de outras regiões e ocupados em minerar, tinham nesses dois derivados da cana-de-açúcar, alimentos fartos em glicose e sacarose.*³¹ Tanto eram importantes para a população local que, apesar das intervenções da metrópole proibindo a lavoura de cana-de-açúcar e ordenando que os engenhos fossem destruídos, a produção foi mantida. Na década de 30 do século XVIII *já havia cinco engenhos de açúcar na zona cuiabana — e a indústria açucareira continuou se desenvolvendo, pois cerca de 1750, já funcionavam no distrito de Cuiabá dezesseis engenhocas de aguardente de cana, onde se empregavam três mil negros de Guiné.*³²

Contudo, o açúcar e derivados produzidos nos engenhos mato-grossenses, diferentemente do que ocorria no nordeste e centro-sul, não eram destinados à exportação, em razão tanto da concorrência das áreas produtoras como das pressões impostas pela metrópole, no sentido de evitar a expansão da atividade e, ainda, pela baixa produtividade dos engenhos mato-grossenses, resultante da utilização de técnicas rudimentares.³³ Somem-se a

³¹ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira *et alii*. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá : UFMT, 1990. p. 33.

³² BRUNO, Ernani Silva. *op. cit.*, p. 39.

³³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *op. cit.*, p. 85-8.

esses fatores os obstáculos relativos aos fretes de mercadorias, pois o transporte era feito principalmente pelo caminho terrestre de Goiás a São Paulo.

Essas dificuldades foram amenizadas, em parte, com o gradativo deslocamento da lavoura canavieira da região de planalto para as margens do rio Cuiabá. As melhores condições encontradas na Baixada Cuiabana, em relação ao solo e ao escoamento dos produtos, permitiram a proliferação de engenhos nessa região, no decorrer da segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX. Ressalte-se, porém, que somente com a utilização da navegação fluvial pela bacia do Prata, aberta no ano de 1856, é que os custos iriam baixar, incentivando-se, assim, as exportações mato-grossenses para os mercados platinos e para outras províncias, como a do Rio de Janeiro.

De outro lado, em relação à pecuária, pode-se dizer que, tanto quanto a lavoura canavieira, desenvolveu-se já na primeira metade do século XVIII, como atividade subsidiária à mineração, alimentando a população das minas de Cuiabá e do vale do Guaporé. Os terrenos propícios ao desenvolvimento das fazendas de gado foram os do pantanal,³⁴ situados em sua maior parte no extremo sul de Mato Grosso.

Nessa região, caracterizada pela abundância do solo e vastidão dos campos, a expansão da pecuária em latifúndios somente foi possibilitada após a fundação do Forte de Coimbra e mediante o acordo de paz firmado com os guaicurus, índios canoieiros que habitavam as margens do rio Paraguai.³⁵

As regiões pantaneiras, próximas às vilas de Poconé, Rosário do Rio Acima e Vila Maria (atual Cáceres), também dedicaram-se à produção pastoril. Essa atividade, em contraste com a lavoura canavieira, prestou-se

³⁴ O termo *pantanal* indica a baixada que as águas dos tributários do Paraguai amantam periodicamente com o seu nativo fertilizante. (CORRÊA FILHO, Virgílio. **Fazendas de gado no pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura, 1955. página introdutória).

³⁵ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. op. cit., p. 89.

pela utilização da mão-de-obra livre, indígena e pela exigência de maiores extensões de terras adquiridas:

*Em contraste com as sesmarias da região serrana da Chapada, consideradas de lavoura, para o abastecimento de Cuiabá e arredores, que não costumavam ultrapassar uma légua quadrada e comumente abrangiam apenas área compreendida entre 1000 e 3000 hectares, pela estimativa moderna, a vastidão do Pantanal, com grande parte submersa durante os meses de cheias, exigia correspondente zona de terreno inacessível às alagações, em que se refugiasse o gado egresso das baixadas afogadas.*³⁶

A fazenda Jacobina, situada nas proximidades de Vila Maria, a sessenta léguas de Cuiabá, e pertencente ao tenente-coronel João Pereira Leite, natural de Braga, Portugal, foi considerada uma das maiores propriedades criadoras de gado. Sobre ela assim se expressou um ilustre viajante europeu na segunda década do século XIX: *Rebanhos incalculáveis povoam, contudo, as ferazes pastagens da Jacobina e das demais fazendas. O tenente-coronel dizia-me que avaliava em 60.000 as suas rezes e que asselvajara a maior parte delas.*³⁷

Não bastasse o gado, o proprietário da referida fazenda assegurava seu prestígio na diversidade das atividades econômicas desenvolvendo lavoura canavieira e produção de algodão. Essa era uma situação comum dos grandes proprietários, que tinham na diversificação das atividades uma possível alternativa para a crise econômica advinda da mineração. Ela pontua, portanto, a imbricação de papéis reservados aos destacamentos militares enquanto mantenedores da segurança nas fronteiras e agentes fixadores do povoamento. Essas funções cristalizam o duplo sentido da itinerância presente no cotidiano desses militares e proprietários de terras.

Ainda, paralelamente à agricultura e à pecuária, desenvolveram-se, na região, outras atividades ligadas à subsistência e ao autoconsumo, como,

³⁶ CORRÊA FILHO, Virgílio. op. cit., p. 19-20.

³⁷ FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825-1829)*. São Paulo : Museu de Arte de São Paulo, 1977. p. 26.

por exemplo, milho, mandioca, feijão, batata, banana e a pesca. Além dessas, assinalava-se, ainda, a atividade manufatureira,³⁸ que consistia no curtume de couros de boi, veados e onças; e fiação, tecelagem e fabricação de pano de algodão grosso, utilizado não só na confecção de vestimenta pelos escravos e gente pobre, como também na do fardamento dos militares de baixa patente. Uma ínfima parcela dessa confecção de pano de algodão era exportada para o Pará. A cultura algodoeira foi observada por comandantes de expedições exploradoras e por viajantes do final do século XVIII e primeira metade do século XIX, como produto verificado nas roças e fazendas e muito familiarizado pelos índios na confecção de redes e panos.

Também muito familiarizada pelas populações indígenas e, posteriormente, pelos colonizadores europeus, destacava-se a poaia ou ipeca,³⁹ cuja exploração, de caráter sazonal, ditava o ritmo e a intensidade da itinerância de parte da população nela envolvida. Encontrada nas matas cerradas da bacia do rio Paraguai à bacia do Guaporé, essa planta foi explorada desde o século XVIII, tornando-se muito valorizada pelo mercado europeu.

A extração da ipeca, por exigir um deslocamento constante dos trabalhadores dentro das matas à procura dos arbustos, caracterizou-se pela utilização da mão-de-obra livre e assalariada, assim como da indígena.⁴⁰ Os *poaeiros* eram contratados por safras, que coincidiam com os períodos de chuvas, durante os meses de outubro a maio. Ficavam cerca de seis meses na mata fechada. Os outros meses restantes viviam nos povoados mais próximos, desempregados ou subempregados, à espera da próxima safra.⁴¹ Vila Bela,

³⁸ O desenvolvimento dessas atividades, no Brasil, só foi possível graças à assinatura do Alvará de 1º de abril de 1808, pelo príncipe-regente D. João VI, em substituição ao Alvará de 5 de janeiro de 1785, baixado no governo de D. Maria I.

³⁹ A poaia é uma planta tipicamente brasileira, cujo nome científico é *Cephaelis ipecacuanha*; rica em emetina, produto utilizado no tratamento de bronquite, disenterias e coqueluches e, por essa razão, muito procurado pela indústria farmacêutica.

⁴⁰ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**. Brasília : Ministério da Fazenda, 1984. p. 66.

⁴¹ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. op. cit., p. 60.

Cáceres, Barra do Bugres e Cuiabá foram as localidades que mais usufruíram o movimento comercial provocado pela exportação da poaia, já na primeira metade do século XIX.

A diversificação das atividades, no entanto, não conseguiu sanar a crise econômica latente no Mato Grosso e o baixo crescimento demográfico existente. O quadro a seguir é um demonstrativo.

QUADRO Nº 2
POPULAÇÃO DE MATO GROSSO: 1771-1819

1771	1783	1791	1800	1815	1817	1818	1819
15.765	22.972	22.637 ou 23.077	27.690	27.947	29.801	29.653	37.396

FONTE: CORRÊA, Valmir Batista. **Mato Grosso: 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província.** São Paulo, 1976. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. p. 45.

A situação persistente de crise econômica era comum nas regiões do Centro-Oeste, onde o não-surgimento de outra atividade vantajosa contribuiu para que Mato Grosso e Goiás não recebessem imigrantes europeus, que, a partir de 1808, começaram a chegar ao Brasil. Essa afirmação encontra respaldo nos dados demográficos referentes ao ano de 1819, onde as duas capitanias ocupavam os dois últimos lugares em relação aos demais contingentes populacionais. Segundo estimativa do conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, em 1819, com base no ano de 1815, Minas Gerais possuía 631.885 habitantes, Rio de Janeiro, 510.000 e Bahia, 477.912 indivíduos,⁴² ao passo que as populações de Mato Grosso e Goiás perfaziam, no referido ano, um total de 37.396 e 63.168, respectivamente, ocupando, no

⁴² SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império.** São Paulo : IPE-USP, 1986. p. 152.

cômputo da população do reino, um percentual de apenas 1,03 % e 1,75 %. A população da colônia, na época, totalizava 3.596.132 habitantes.⁴³

Com relação a Goiás, a população *cresceu, em parte, graças ao seu elevado índice de natalidade e, em parte, com a contribuição de pequenas levas humanas, por excelência de mineiros e ainda baianos e maranhenses.*⁴⁴ Em contraposição, Mato Grosso, *por apresentar um quadro de relativa estagnação econômica, não estimulava a entrada de contingentes de outras regiões, acabando por apresentar um crescimento vegetativo.*⁴⁵

As dificuldades econômicas existentes impediam, igualmente, a remuneração em dia dos funcionários, civis e militares, contribuindo para uma situação de intranquilidade e indisciplina militar, que vigorou até a regência.⁴⁶ Mais do que isso, contribuíram para revelar a situação de abandono das regiões de fronteira e de penúria em que vivia a população de Mato Grosso. A elas soma-se a instabilidade política e social que compunha o cenário mato-grossense nas décadas de 20 e 30, e que, em que pese às circunstâncias locais, não deixou de ser influenciada pela guerra da independência, reorganização do Estado brasileiro e instalação da regência.

Os dois momentos marcantes em termos de intranquilidade política ocorrem, primeiro, em 1821, com a deposição do capitão-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, então governador, e sua substituição por uma junta governativa, da cidade de Cuiabá. Esse fato tanto demonstra o

⁴³ O referido conselheiro estimou, ainda, a população indígena em 800.000, totalizando em 4.396.132 a população da colônia.

⁴⁴ MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **Contribuição para o estudo político e oligárquico da história de Goiás.** São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 20.

⁴⁵ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930).** Cuiabá : Genus, 1991. p. 50.

⁴⁶ Valmir Batista Corrêa traz à tona as várias rebeliões militares ocorridas em Mato Grosso, entre os anos de 1821-1839, com maior incidência nas regiões de fronteira (Forte de Coimbra, Forte de Príncipe da Beira, Miranda, Albuquerque e Casal Vasco). Essas rebeliões visavam à deposição dos comandantes e dos *brasileiros adotivos* que possuíam empregos públicos, assim como o recebimento dos soldos atrasados. (CORRÊA, Valmir Batista. op. cit., p. 56-121).

caminho seguido em outras regiões, como acentua dissidências existentes entre as camadas dominantes de Cuiabá (senhores de engenho e grandes comerciantes) e o poder político sediado em Vila Bela, a capital. O segundo, ocorrido em 1834 e denominado *Rusga* ou *Rebelião Cuiabana*, inicia-se em Cuiabá e estende-se para outras partes da província, como, por exemplo, Diamantino e Miranda. Com participação de líderes nativistas e apoio das camadas menos privilegiadas (soldados e artesãos), objetivava a expulsão dos comerciantes portugueses, os *bicudos*. Estes monopolizavam, desde o século XVIII, o comércio de importação, obtendo lucros como atravessadores, mediante a especulação dos gêneros de primeira necessidade.

Na medida em que o desenvolvimento das atividades ligadas à lavoura canavieira e à pecuária permitiu o *surgimento* e a afirmação dos proprietários de engenho e de gado, o poder de mando dos grandes comerciantes portugueses passou a ser relativizado.

A proeminência dos senhores de engenho e pecuaristas viria com a abertura da navegação fluvial pela bacia do Prata, na segunda metade do século XIX, o que colocava a província de Mato Grosso na rota do comércio internacional.

Não fica fora de propósito adiantar que a face mais visível da aludida oligarquia urbano-rural passasse a ser a dos proprietários de terras, que ganhavam um 'status' mais alto em relação às outras categorias sociais. Tal tendência se acentuaria à medida em que se expandiam os núcleos açucareiros que proliferavam na Província no decorrer do século XIX.⁴⁷

Dessa elite, sairiam os homens que iriam compor o aparato do poder provincial, como Presidência, juntas da Fazenda Pública e da Justiça, comando das Forças Armadas e governo eclesiástico. No tocante à área militar, tanto o oficialato das forças de segunda linha quanto da Guarda Nacional foram compostos por membros dessa elite local.

⁴⁷ LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio de Mato Grosso no contexto da mineração*. Cuiabá : PROEDI/UFMT, 1982. p. 63.

O desdobramento das atividades econômicas, tendo à frente mineradores, comerciantes e lavradores da baixada cuiabana, permitiu que, gradativamente, ocorresse expansão do mercado local e que Cuiabá despontasse como o principal núcleo regional. A proeminência de Cuiabá foi garantida, inclusive, por sediar órgãos do aparato administrativo e eclesiástico, já nas décadas de 20 e 30 do século XIX.

Entre os anos de 1819 e 1821, por iniciativa do então governador da província do Mato Grosso, capitão-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, foram transferidos de Vila Bela para Cuiabá a Junta da Fazenda, o Desembargo do Paço e a Casa de Fundição do ouro.

Em 1828, Cuiabá possuía a maior densidade demográfica em relação aos demais núcleos populacionais, assim como reunia requisitos de maior liderança econômica e militar. Em 1833, passou a sediar o Bispado da província de Mato Grosso, criado no ano de 1826, através do bispo Dom José Antônio dos Reis. Quando, em 1835, por Lei provincial nº 19, de 28 de agosto, Cuiabá foi declarada capital da província, as condições já estavam dadas no sentido de a cidade assumir oficialmente a liderança econômica e política no Mato Grosso:

*No início do século XIX, a implantação do: Armazém Real, Olaria Real, Quartel, Trem das armas, Trem naval, Fábrica de pólvora, Legião de milícia, Bispado, Casa de fundição, Santa Casa de Misericórdia, Casa Pio de São João dos Lázaros e por fim, a transferência da capital, consolidam a sua posição definitiva de mais importante núcleo urbano de Mato Grosso.*⁴⁸

Apesar das expectativas em torno da nova capital, Cuiabá, tal qual outras localidades, expressava todas as dificuldades que a província de Mato Grosso enfrentava. Dentre elas, a carência de recursos públicos e a conseqüente dependência, quase que total, de verbas do governo central, e a inexistência de uma via de comunicação permanente e segura com a corte.

⁴⁸ BRANDÃO, Jesus da Silva. **História da navegação em Mato Grosso**. Cuiabá : Livro mato-grossense, 1991. p. 3.

Os governantes de Mato Grosso almejavam buscar alternativas à navegação monçoeira e aos caminhos terrestres que, através de Goiás, permitiam chegar ao centro-sul, como única forma de barateamento dos custos do transporte das mercadorias e de romper o isolamento com o restante do império. No leque de soluções, a bacia do Prata passou a ser área de profundo interesse dos governos imperial e provincial pois era vista como *única via de acesso para extensas áreas do Brasil central*.⁴⁹ No entanto, a livre navegação fluvial pelo rio Paraguai encontrava dificuldades na medida em que os governantes paraguaios impediam a navegação estrangeira dentro de seu território. O primeiro passo foi a permissão do presidente Carlos Antonio Lopez à navegação de barcos brasileiros até Assunção, via Itapua, na fronteira sul. Por conta disso, no final dos anos 40 especialmente em 1847, Mato Grosso e Paraguai já promoviam um tênue intercâmbio comercial. *Os engenhos, produzindo o açúcar, a rapadura e a aguardente, abasteciam o mercado de fronteira — Bolívia e Paraguai. Em contrapartida, deles se importava o fumo, o algodão, sal e boiadas*.⁵⁰

Esse comércio, ainda que incipiente, desenvolveu-se paralelamente ao envio de tropas brasileiras para ocupação da fronteira meridional da província de Mato Grosso. Por exemplo, ao chegar a notícia da pretensão de Manuel Rosas de invadir o Paraguai, o presidente da província de Mato Grosso (gestão de 1849-51), João José da Costa Pimentel,

*mandou reforçar a guarnição da fronteira meridional da Província, e marchar o capitão J. J. de Carvalho, comandante da mesma fronteira, nomeado pelo Governo Imperial e acompanhado de carpinteiros, ferreiros, etc., com o conveniente provimento para reparar e por em bom estado os pontos militares de Coimbra, Miranda, etc.*⁵¹

⁴⁹ MATOS, Odilon Nogueira de. Vias de comunicação. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. (org.) *História geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico: declínio e queda do Império*. São Paulo : DIFEL, 1971. v. 4, T. II, p. 44.

⁵⁰ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. op. cit., p. 33.

⁵¹ MELGAÇO, Barão de. op. cit., p. 375.

Se ao governo argentino interessava recuperar o vice-reinado do Prata mediante a anexação do Paraguai, ao império brasileiro interessava ocupar a margem direita do rio Apa. Enfim, tratava-se ainda de colocar fim ou de resolver a questão de limites, sobre terras disputadas pelo império brasileiro e pelas repúblicas vizinhas, tais como Paraguai e Argentina.

A preocupação com a fronteira meridional da província de Mato Grosso levou a que o governo imperial concentrasse nela em meados da década de 50, forças de terra e naval.⁵² Tanto assim que, entre os anos de 1855 e 1856, o então presidente de província, Augusto Leverger,⁵³ por ordem imperial, chegou a permanecer no Forte de Coimbra com a finalidade de observar a situação da fronteira do Baixo Paraguai. No aguardo de ordens do governo imperial para fazer frente aos paraguaios, dizia o referido presidente: *Há quase um ano que estou neste Forte com um punhado de militares, sempre disposto a marchar de um dia para outro para este ou aquele ponto.*⁵⁴

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, firmado entre o império brasileiro e a república do Paraguai, veio contemporizar a solução da *indisposição* existente entre ambos em consequência da questão de limites. O referido tratado⁵⁵ possibilitou o livre trânsito das embarcações brasileiras em águas do rio Paraguai, bem como a presença de navios estrangeiros no circuito fluvial Paraná, Paraguai e Cuiabá.

A criação da Companhia de Navegação do Alto Paraguai, em 1858, foi um passo decisivo à integração da província de Mato Grosso com o restante do império e com as repúblicas vizinhas. Com ela se estabeleceu no

⁵² Como exemplo, podem-se citar, da corte para Mato Grosso, a vinda do segundo Batalhão de Artilharia a pé e a remessa de dinheiro para equipar a fronteira. Também foram criadas mais duas unidades militares: o 19º e o 21º Batalhão de Caçadores em Cáceres e em Cuiabá, respectivamente. Some-se ainda a criação da Estação Naval da província com vapores de guerra e um estabelecimento naval em Dourados.

⁵³ Augusto Leverger receberia anos depois, do governo imperial, o título de Barão de Melgaço devido à sua participação na organização da defesa da capital durante a Guerra do Paraguai.

⁵⁴ MELGAÇO, Barão de. op. cit., p. 385.

⁵⁵ O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio foi assinado em 06 de abril de 1856 e vigorou até 1864, com a eclosão da Guerra do Paraguai.

ano seguinte uma linha regular entre Cuiabá, Corumbá e Montevideu.⁵⁶ Assim, os portos de Cuiabá e Corumbá passaram a receber embarcações estrangeiras, que conduziam tanto passageiros quanto mercadorias.⁵⁷ *O porto de Corumbá, pela maior profundidade de suas águas, recebia embarcações maiores a vapor e a vela, nacionais e estrangeiras: escumas, sumocas, palhabotes, goletas, hiates, brigues, galés e vapores procedentes, a maioria, dos portos da Prata assim como do Rio de Janeiro.*⁵⁸

Os reflexos imediatos foram a instalação, em 1861, da alfândega do porto de Corumbá e, no ano seguinte, a elevação de Corumbá à categoria de vila.⁵⁹ Nos anos que entremearam a abertura da navegação e o início da Guerra do Paraguai, a população da capital, e da província de Mato Grosso como um todo, apresentou expressivo crescimento. Nesse aspecto, o quadro abaixo é ilustrativo.

QUADRO Nº 3
POPULAÇÃO DE CUIABÁ E DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO NOS
ANOS QUE ANTECEDERAM À GUERRA DO PARAGUAI: 1849, 1855, 1862

Ano	Cuiabá	Mato Grosso
1849	21.947	47.813
1855	32.128	53.000
1862	37.538	64.000

FONTE: ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso:** trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888). Brasília: Ministério da Fazenda. Departamento de Administração. Divisão de Documentação. 1984. p. 53.

⁵⁶ A Companhia, composta por acionistas brasileiros, possuía os seguintes paquetes: Marquês de Olinda, Visconde de Ipanema, Conselheiro Paranhos e Cuiabá.

⁵⁷ O porto de Cuiabá localizava-se no bairro do Porto, por sua vez integrado à paróquia de São Gonçalo de Pedro II.

⁵⁸ BRANDÃO, Jesus da Silva. op. cit., p. 51.

⁵⁹ Em decorrência dessa situação, Corumbá pôde, no período posterior à Guerra do Paraguai, assumir a posição de pólo catalisador do desenvolvimento de toda a região meridional. (Conf. CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá:** um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso - 1870-1920. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 39).

Embora a abertura da navegação do rio Paraguai não provocasse profundas mudanças, capazes de alterar as bases em que estavam estruturadas a economia e a sociedade mato-grossense, em alguns aspectos certas influências se fizeram sentir. As viagens entre Cuiabá e o Rio de Janeiro, por exemplo, passaram a não demorar mais que 30 dias. Algumas atividades econômicas, como a produção de açúcar e a criação de gado, que até então haviam cumprido a função de abastecer o mercado interno — áreas mineradoras e urbanas — foram incentivadas com vistas à exportação. Cabe destacar (ainda), que a abertura da navegação do rio Paraguai, em 1856, foi a grande responsável pelo incentivo experimentado pela exportação da produção açucareira em Mato Grosso.⁶⁰

A poaia, por exemplo, atividade econômica essencialmente extrativista, foi, nesse curto período, grandemente exportada para o mercado europeu. Além do açúcar e da poaia, o couro foi outro produto de destaque no período. A exportação desses poucos gêneros não garantiu, contudo, que em tão curto espaço de tempo ocorresse uma dinamização da economia mato-grossense, nem deixou de acentuar a natureza itinerante imposta à população envolvida em tais atividades econômicas.

No período que mediou a abertura da navegação e o início da Guerra do Paraguai, o mercado de importação e exportação favoreceu apenas parcela da população mato-grossense, qual seja a elite local, representada pelos proprietários de terras. Some-se a esses o setor mercantil, responsável direto pelo transporte fluvial das mercadorias. Os altos fretes cobrados pela

⁶⁰ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. op. cit., p. 55.

Companhia de Navegação⁶¹ e pelos mascates fluviais,⁶² instalados principalmente em Corumbá, encareciam os gêneros de primeira necessidade, tornando-os inacessíveis à maior parte da população.

Do mesmo modo, os produtos exportados, essencialmente agrícolas e extrativistas, não conseguiram drenar maiores rendas para os cofres públicos da província de Mato Grosso. Estes mantiveram-se deficitários em todo esse período, impedindo comumente o pagamento em dia do funcionalismo público, dos militares e da construção de obras públicas, numa demonstração de dependência *da remessa de dinheiro do Tesouro para esta província*.⁶³

Acrescente-se a tais dificuldades, a partir de 1850, a incidência da epizootia ou a *peste das cadeiras*, que ameaçou inviabilizar a produção mato-grossense de cavalos e muares, comprometendo ainda mais o desenvolvimento dessa atividade econômica e impedindo que os criadores usufríssem os benefícios auferidos pela abertura da navegação no rio Paraguai. Na verdade, a abertura à navegação tornou mais evidente para as autoridades administrativas, imprensa local e viajantes europeus em expedições científicas pela região, a situação de precariedade econômica em que se encontrava a província de Mato Grosso.

⁶¹ ... não nos parece desarrazoado dizer-se que grande parte dos males mercantis da província têm sido devidos à Companhia de Navegação do Alto Paraguai tão protegida pelo governo imperial com intenção de que ela também estendesse essa proteção sobre o comércio; porém tão avarenta para com aqueles por quem enche os cofres e capitaliza juros ainda não conquistados, talvez por nenhuma das associações brasileiras ou estrangeiras estabelecidas no império. As viagens intermediárias, quase têm sido um burla — bem podem ser as mensais, que não longe, em forma do contrato, devem começar — pois os 4 primeiros anos estão completos ou pouco devem estar. A IMPRENSA DE CUIABÁ. 16 fev. 1862, p. 1.

⁶² Os mascates fluviais eram elementos inteiramente ligados às atividades mercantis de *retalho ambulante* e que foram atraídos para a província de Mato Grosso, a partir de 1856, em decorrência das oportunidades de negócios lucrativos. Eles, em geral, eram de nacionalidade estrangeira. (CORRÊA, Lúcia Salsa. op. cit., p. 41).

⁶³ A IMPRENSA DE CUIABÁ. 11 fev. 1864, p. 1.

Bartolomé Bossi,⁶⁴ em viagem a Mato Grosso em 1862, flagrava a exuberância da natureza em contraste com o atraso das atividades econômicas e a *indolência* da população, dispersa na enorme extensão territorial: *La riqueza de este punto (Vila Maria), como en toda la provincia, consiste en sus productos naturales, que estan en sus bosques e en sus minas. — La agricultura está en el limbo de su vida; la industria está por nacer; el trabajo no es la propensión de sus habitantes.*⁶⁵

Para o referido viajante, a província exigia uma política colonizadora que viesse promover e estimular a imigração de famílias européias: *Poblaciones que trabajen, que produzcan y consuman, eso es lo que requiere Mato Grosso, para forjar la fecunda cadena del comercio con los demás pueblos del orbe...*⁶⁶

Aos olhos de Bossi, pois, um outro fator deveria contribuir para o desenvolvimento econômico da província, qual seja a colonização. A política colonizadora poderia tanto ser realizada por parte do governo provincial, como por empresas particulares, auxiliadas pelo governo imperial.⁶⁷ A imigração estrangeira traria ganhos para a província em vários pontos, como, por exemplo, ocupação dos *vazios demográficos*, aumento do consumo e da produção, profusão dos hábitos e valores morais das sociedades européias, consideradas como mais evoluídas econômica e culturalmente. Na concepção do viajante, tanto a apatia da população local, que se *contenta con la carne y el pescado*, como a falta de braços, tornavam o comércio local sem vitalidade.

⁶⁴ Viajante italiano encarregado pelo governo imperial de estudar e propor a melhor forma de instalação da colonização estrangeira em Mato Grosso. Chegou a Cuiabá investido do cargo de diretor da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.

⁶⁵ BOSSI, Bartolomé. *Viaje pictoresca por los ríos Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuiabá con la descripción de la provincia de Mato Grosso*. Paris : Librería Parisiense Dupray de la Mahérie, 1863. p. 134.

⁶⁶ Ibid., p. 149.

⁶⁷ Segundo a imprensa de Cuiabá, o núcleo colonial do Taquari, próximo à confluência do rio do mesmo nome com o Coxim, apresentava-se como um dos lugares na província com sinais de grande prosperidade, inclusive para colonização. Em 1864, o referido núcleo continha apenas 120 pessoas.

As autoridades locais procuravam, através da navegação pelo rio Paraguai, reduzir a distância *física* ou geográfica em relação às províncias do centro-sul e países europeus, visando assim a uma aproximação cultural. Se a população livre da província era tida como indolente e inculta, tornava-se necessário mudar seus hábitos e torná-la menos refratária ao trabalho e à idéia de modernização e de civilização. Os lavradores deveriam ser questionados no sentido do que

*já fizeram para deixar o prejudicial sistema de rotina herdado pelos seus avoengos... Se para suprir a força braçal hão procurado proverem-se de máquinas e instrumentos agrários... Se a Província dispunha de uma população em maior escala para o consumo... e por fim o que podiam fazer para que o progresso chegasse até à lavoura...*⁶⁸

A referida falta de braços na lavoura mato-grossense dizia respeito, especificamente, à mão-de-obra livre e assalariada. Com o esgotamento das lavras auríferas, os proprietários de escravos já haviam iniciado um processo de alocação e/ou transferência de escravos para a lavoura da cana-de-açúcar, visando ao aproveitamento do capital investido.⁶⁹ A partir da Lei de 1850, que aboliu o tráfico de escravos, e no sentido de evitar a evasão da mão-de-obra escrava, foi criada *em 1857 uma taxa de 30% sobre cada escravo que fosse vendido para qualquer outra província.*⁷⁰

Por sua vez, os homens livres, como já assinalado, eram principalmente absorvidos em atividades pastoris e extrativistas. Estas caracterizavam-se pelo nomadismo e pela não-exigência do mesmo nível da fiscalização imposta aos escravos. O tráfico interprovincial de escravos, decorrente da referida Lei, apesar de processar-se em larga escala nas regiões onde a lavoura cafeeira desenvolveu-se como produção para exportação, encontrou maiores dificuldades nas regiões menos prósperas do país,

⁶⁸ A IMPRENSA DE CUIABÁ. 14 dez. 1862, p. 1 e 2.

⁶⁹ Também em atividades urbanas muitos escravos passaram a ser empregados como pedreiros, ferreiros, carpinteiros, tropeiros, por apresentarem um determinado nível de profissionalização.

⁷⁰ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. op. cit., p. 48.

*especialmente nas províncias do norte, mas também nas províncias do oeste, Goiás e Mato Grosso ... onde o tráfico combinou-se com os efeitos do envelhecimento e da morte para alterar a quantidade e a 'qualidade' dos escravos.*⁷¹

Após 1850, tanto quanto em outras províncias, os escravos atingiram preços bem mais elevados, tornando-se praticamente inviável sua aquisição, daí a premência em procurar atrair a imigração estrangeira para Mato Grosso. Nesse contexto é que a proposta de uma política colonizadora, com a vinda de mão-de-obra européia, encontrava sentido. Encontrava respaldo igualmente em outras províncias, tendo à frente as camadas dominantes locais.

Outra questão vista pelas autoridades locais como importante para o desenvolvimento da província e, especificamente, da agricultura, constituía-se na necessidade de controlar e/ou impedir os ataques efetuados pelos povos indígenas sobre a população rural. Tais ataques, em razão de serem constantes, tornavam insegura a vida das pessoas, provocando pânico e abandono das roças, causando sérios prejuízos às plantações. O próprio comércio efetuado pelos tropeiros no transporte das mercadorias, entre São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, acabava sofrendo prejuízos na medida em que os ataques ocorriam ao longo dos caminhos terrestres. Os malotes de correspondência entre a província e outras regiões por vezes acabavam não chegando ao destino desejado. Recrutar homens para sair na captura aos índios constituiu-se em uma alternativa encontrada desde o período colonial. Nessa segunda metade do século XIX, a captura aos índios por parte de cidadãos e de militares apresentava-se como uma possibilidade de trazê-los à convivência com o homem branco e de *civilizá-los*. Em tal empreendimento, o governo provincial não deixou de contar com a presença de missionários, *Nessa empresa verdadeiramente grande de arrancar do centro das matas para*

⁷¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978. p. 73.

*a civilização centenas de brasileiros perdidos, inúteis a nós e a si, na vida nômade, além de prejudiciais e de espalhar entre eles a doutrina do bem, chamando-os da idolatria para o culto do verdadeiro.*⁷²

A *idéia* de civilizar os povos indígenas vinha carregada do propósito de torná-los aptos ao trabalho, enfim, discipliná-los. Tal propósito ia ao encontro do que se propunha em relação aos homens brancos livres, numa tentativa de aproximá-los e adequá-los aos padrões culturais europeus. As cidades deveriam ser dotadas de uma infra-estrutura urbana de saneamento para obrigar e, ao mesmo tempo, oferecer meios de levar a população a aceitar os novos hábitos vistos como sinônimo de progresso e de civilização.⁷³ Nesse sentido, as autoridades demonstravam preocupação com a necessidade de implementar a construção de obras públicas. Entre elas, os cemitérios públicos, pois *os enterramentos nas igrejas estão proscritos em todas as nações cultas. A idéia dos enterramentos nos cemitérios é a idéia da civilização e porque não comungará esta população esta mesma idéia? Quererá perder os foros de civilidade?*⁷⁴

Os matadouros públicos igualmente se faziam prementes como requisito de higiene e saúde pública: *Está ao alcance de todos que os alimentos de má qualidade deteriorão a saúde, e por isso se deveria envidar todas as forças para acabar com o bárbaro e péssimo costume de ter o gado de consumo fechado em currais, sem beber e nem pastar, e o meio de sanar este mal é o matadouro público.*⁷⁵

A falta de água, outro problema sério com que se debatia a população, deveria ser resolvida com a construção de açudes: *nessa capital,*

⁷² A IMPRENSA DE CUIABÁ. 22 set. 1864, p. 2.

⁷³ Volpato discorre sobre as transformações urbanas ocorridas na província de Mato Grosso, e especialmente em Cuiabá, na década de 1850 a 1860, como promotoras da circulação de idéias e hábitos gerados fora dali e fruto do intercâmbio do pensamento próprio da economia do mercado e capazes de promover alterações nas cidades. (VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão - vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo : Ed. Marco Zero/UFMT, 1993. p. 55).

⁷⁴ A IMPRENSA DE CUIABÁ. 18 fev. 1864, p. 2.

⁷⁵ Ibid., p. 2.

*ainda há poucos chafarizes, cujas origens de agora são pouco abundantes, sofre a população grande falta desse elemento e o único meio de remediar este mal, é a criação de açudes.*⁷⁶

Entretanto, o início da Guerra do Paraguai, em novembro de 1864, retirou de tais projetos a conotação de precedência na solução do conjunto de problemas que afetavam a província. Em tal contexto, a questão da defesa das fronteiras recrudesce diante das novas contingências que se objetivam através do ataque bélico e da ocupação de áreas da província de Mato Grosso. Acentua-se, portanto, o caráter itinerante de contingentes da população que têm mesclado sua presença na intermitência das atividades econômicas e nos compromissos de cunho militar.

⁷⁶ Ibid., p. 2.

I.2 OS HOMENS DO REI

As primeiras descobertas de ouro resultaram na nomeação de autoridades para a região mineradora de Mato Grosso, personificadas nos guardas-mores. Pessoas consideradas *de confiança*, com habilidades para o desenvolvimento das tarefas demandadas pelo processo inicial de povoamento, foram eles os agentes precursores da autoridade real. Não se tratava, ainda, da montagem, propriamente dita, de um aparato administrativo capaz de fazer frente a uma efetiva política de povoamento, abastecimento e militarização.

Em referência aos primeiros administradores, Joaquim da Costa Siqueira afirma que, até 1723, teria havido duas autoridades nas minas de Cuiabá, ambas nomeadas pelo governador da capitania de São Paulo, general Rodrigo César de Menezes. Uma delas, Pascoal Moreira Cabral,

*administrou na forma do assignado que lhe fizeram; repartia as lavras, accomodava as contendas que por ellas havia, fazia pagar dívidas, julgava as contendas e demandas que se moviam sem que houvesse forma alguma de processo, com tanta prudência, accordo e agrado das partes que todos lhe ficavam obrigados, tanto os vencedores como os vencidos.*⁷⁷

Essa referência permite que percebamos uma possível interação entre os propósitos das autoridades metropolitanas e os homens que eram nomeados para administrar em nome da Coroa, a ponto de o cronista afirmar que ... *até este tempo não houve mais justiça nestas minas que o guarda-mor Paschoal Moreira Cabral... paulista dos bons, homem chão, sem letras, pouco*

⁷⁷ SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Crônicas de Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, IV. São Paulo, 1894. p. 26.

*polido, de agudo entendimento... esperto na milícia dos sertões e no exercício de minerar pelo ter já exercitado em Minas Gerais.*⁷⁸

Ressalte-se que Moreira Cabral recebia também ordens para a arrecadação dos quintos do ouro, dos dízimos dos frutos e dos direitos sobre as fazendas e escravatura que viessem do povoado, ordenando, para esse fim, ... *que elegeisse doze colateraes, com o título de deputados, que assistissem em cada bairro com um escrivão e um meirinho, e todos juntos formassem com o guarda-mor um senado para determinarem nos casos ocorrentes o que fosse para bem commum.*⁷⁹

Esses homens passaram a exercer seus cargos com *zelo e cuidado*, executando a justiça e encaminhando o trabalho no *aumento das minas*. Eram para tanto agraciados pelos serviços prestados. Rodrigo César de Menezes, em carta endereçada ao capitão-mor Moreira Cabral, em 1724, reafirmava sua confiança a esse capitão ao dizer: *não descuidei de por na Real Presença os bons serviços e merecimento de Vossamercê para por elles ser attendido, e assim espero que Vossamercê obre de sorte que me faça merecedor de mais e eu tenha que agradecer-lhe.*⁸⁰

Eram aqueles homens considerados fiéis vassalos da Coroa portuguesa e respeitados pelos relevantes serviços prestados. As honras eram a eles atribuídas através de cartas de agradecimento firmadas pelo próprio punho real ... *aos paulistas pelo zelo com que se empregaram a penetrar os sertões a descobrimento de minas de prata...*

Contudo, para a Coroa portuguesa, o povoamento tinha uma conotação mais específica. Tratava-se de atrair pessoas de outras regiões, de preferência casais, de maneira que fossem assentadas nas linhas de fronteira.

⁷⁸ Ibid., p. 25.

⁷⁹ Ibid., p. 27.

⁸⁰ Ibid., p. 29.

Por outro lado, imperativo se fazia que uma parcela da população masculina se fizesse disponível sempre que as circunstâncias exigissem uma mobilização. Para que tal política se efetivasse, o governo português viabilizou a estruturação de um governo a nível local encabeçado por um governador.

Dotado de grandes atribuições, reveladoras do poder que lhe era repassado, Rolim de Moura era um daqueles notários de inteira confiança da Coroa. Suas próprias palavras revelavam o nível de sua fidelidade:

*... o meu fim e o meu intento neste lugar não são outros mais do que o serviço de sua magestade e o bem commum dos povos que o dito Senhor me encarregou, e que de nenhum modo me pôde servir de obséquio acção nenhuma irregular e que haja de desagradar ao mesmo Senhor e motivar-lhes a vossasmercês alguma ruína.*⁸¹

Contava a Coroa também com homens possuidores de grandes cabedais de ouro e escravos que, em geral, em troca de cartas de agradecimento, colocavam seus escravos à disposição do governo local para a defesa da linha divisora entre Portugal e Espanha. Além das cartas, geralmente recebiam ouro e pagamento proporcional ao preço dos escravos mortos no confronto com os espanhóis e índios.

O caráter da prestação desse tipo de serviço à Coroa implicava despendar recursos próprios, como Luís Rodrigues Villares (capitão-mor) que, além do ... *muito cabedal que despendeu para a conservação das importantes colônias, gastou muito nas expedições para a redução dos gentios sem outro interesse mais que o virem para o grêmio da Igreja.*⁸²

Nas expedições, os encarregados de conquistar o gentio bárbaro recebiam patentes como as de mestre de campo, sargento-mor, capitão,

⁸¹ Ibid., p. 112.

⁸² Ibid., p. 57.

coronel, furriel, alferes; porém arcavam com os custos delas — umas a dez moedas, outras a oito, conforme a dignidade do cargo que na patente se declarava.⁸³

A guerra ao índio era feita conforme ordenava a Coroa, porém à custa do povo, sem qualquer tipo de ônus à Real Fazenda. Custeavam a guerra, obviamente, os homens brancos com bens, que podiam fazer uso de suas *fazendas* para preparar canoas com armas, comprar mantimentos, etc.

Isso não significa dizer que normalmente havia colaboração por parte dos súditos. Havia casos e situações em que o socorro era falho, daí as autoridades locais convocarem o povo para lutar. Paisanos eram transformados circunstancialmente em *soldados*. Recebendo ou não munições, tanto os livres como os escravos faziam frente aos inimigos. Lutavam uns por recompensas régias, outros pelo cumprimento de ordens e outros pela defesa do espaço em que viviam com suas famílias. Unia a todos o medo de cair nas garras dos ditos inimigos.

Em situações prementes, o próprio governador, além de solicitar o número de soldados, elaborava listas apontando nomes de oficiais mais capazes para participar da empresa. Em outras palavras, recrutavam-se os homens em idade adulta para a defesa da capitania.

O aparato administrativo, montado ao longo do século XVIII, visava responder às ofensivas dos espanhóis e dos indígenas e justificava-se pela necessidade de controle dos veios auríferos. Colado a essa montagem, estruturava-se o governo eclesiástico. Mesclavam-se as obrigações e deveres entre os funcionários da Fazenda, da Justiça e dos assuntos religiosos. As atribuições entre tais funcionários se, teoricamente, estavam definidas, transmutavam e enredavam-se diante da complexidade do novo, do emergente,

⁸³ Ibid., p. 77.

do perigo, das ambições pessoais, enfim, das imposições do próprio contexto geográfico e social.

Assim, a interferência da Coroa em todas essas esferas se objetivava de acordo com o nível de fiscalização imposto sobre os colonos e sobre o próprio desempenho e obediência desses colonos. Interferia através de seus súditos, quando da fundação de fortes, como o de Coimbra em 1775, do Príncipe da Beira em 1776, e Casal Vasco, e de presídios como o de Miranda em 1797. Ela se fazia presente quando da partilha das datas de mineração e cobrança do quinto do ouro, quando da nomeação dos ouvidores gerais e de outros oficiais da Câmara Municipal para o exercício das tarefas administrativas e judiciais; ainda quando do mandado de prisão dos soldados fugitivos das bandeiras na caça aos índios e na criação de regimentos de milícias.

Inicialmente, o referido aparato era composto por pessoas indicadas pela Coroa. Tais representantes exerciam funções relativas à administração, justiça e fazenda, bem como às de caráter militar, preenchendo, portanto, os postos de maior importância na capitania.

Aos representantes dos grupos do poder local, como os proprietários das lavras auríferas, de terras e de comércio - os *homens de cabedais* — cabiam recompensas, na medida em que eram chamados e auxiliavam as autoridades locais. As recompensas eram endereçadas tanto aos representantes da Coroa como aos da terra, através de cartas de agradecimento, cartas de patente e lavras de terra. Seriam as *prebendas* que, no dizer de Uricoechea, possibilitavam uma interação entre os objetivos da Coroa e os dos grupos locais.⁸⁴

⁸⁴ URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**. Rio de Janeiro : DIFEL, 1978. p. 33-4.

Essas relações apontavam uma dependência e, ao mesmo tempo, uma relativa e contraditória autonomia de ambas as partes. Na base das relações estavam o elemento confiança e as recompensas esperadas pelo serviço prestado. De um lado, um poder metropolitano que, ao não arcar com os custos de uma região em processo de ocupação e povoamento, apoiava-se no poder dos homens da terra, fazendo com que estes empregassem seus próprios recursos para custear as despesas que deveriam ser atribuição da Junta da Fazenda. De outro, homens que, ao prestar serviços à Coroa, construíram um outro poder paralelo àquele da metrópole, bem menor, mas inflado de possibilidades.

Nas primeiras décadas do século XIX e, especificamente, a partir da Independência, já era possível identificar a presença de órgãos que formariam o aparato do poder na região, seguindo os moldes de outras províncias do império: Presidência, juntas da Fazenda Pública e da Justiça, comando das Forças Armadas e governo eclesiástico.

É possível afirmar que, enquanto na capital, Cuiabá, estruturavam-se os poderes político, militar e eclesiástico, subordinados à corte do Rio de Janeiro, em outras localidades da província implementava-se com destaque o aparato militar. Com tais características, podem ser mencionados tanto Vila Maria, hoje Cáceres, fundada em 1778, como a *Povoação de Albuquerque*, Corumbá, e o Forte de Coimbra, pela sua importância militar na defesa da província. Fundados às margens do rio Paraguai, sediavam os quartéis dos comandos de fronteira e responderam pela segurança do sul de Mato Grosso, não somente no final do século XVIII, como também ao longo de todo o seguinte.

Torna-se, portanto, de fundamental importância fazer alguns destaques sobre uma das áreas que compunham o aparelho administrativo — a área militar.

Não mais importante que as demais instâncias de poder, coube aos militares uma significativa parcela histórica de contribuição no processo de ocupação, estabelecimento dos povoados e estruturação do Estado em terras brasileiras, especificamente em regiões limítrofes com o Mato Grosso e Rio Grande do Sul, durante os séculos XVIII e XIX. Aos militares foram atribuídas responsabilidades tanto na garantia da defesa da fronteira de norte a sul, quanto na manutenção da ordem interna. No entanto, segundo MATTOSO,

*com seu peso numérico, com as hierarquias sociais que acentuava e revelava, com as solidariedades que suscitava ou recusava, o Exército pesava de maneira original nas estruturas de um Estado que sempre manifestara, diante dos militares, sentimentos ambíguos, mesclados de admiração e confiança, receio e ciúmes.*⁸⁵

Essas impressões foram acentuadas no período regencial, quando então foi criada uma Guarda Nacional, ou *milícia cidadã*, formada de cidadãos eleitores e participantes da vida política nacional. No período regencial e até à Guerra do Paraguai, aos militares foram atribuídas responsabilidades de defesa das fronteiras e de ataque ao inimigo externo, pois

*a tradição brasileira do século XIX, baseava-se na idéia de que as milícias eram a melhor corporação de defesa interna e o exército era o mais adequado ao ataque e à defesa externa. Era generalizada a convicção de que o fortalecimento das tropas regulares representava um perigo para as liberdades civis, ao contrário da Guarda Nacional formada de cidadãos soldados armados para a preservação da liberdade.*⁸⁶

A crença na eficácia da Guarda Nacional como *força local incumbida da manutenção da tranquilidade pública*⁸⁷ e o desinteresse

⁸⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992. p. 224.

⁸⁶ CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. (org.) *História geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico: declínio e queda do império*. São Paulo : DIFEL, 1971. v. 4, T. II, p. 292.

⁸⁷ CASTRO, *ibid.*, p. 293.

generalizado dos parlamentares brasileiros para com as forças regulares, contribuíram para que o Exército mantivesse até os anos 70 uma estrutura militar deficitária. Essa estrutura, pode-se dizer, caracterizava-se pela ausência de preparo técnico-militar das tropas do Exército, assim como pela falta de um planejamento geral que levasse em conta as reais condições brasileiras.

Nesse aspecto, e, ao longo do tempo, segundo BARROSO, os regimentos do Exército passaram por várias mudanças⁸⁸, tornando-se bastante difícil precisar sua trajetória *no Brasil, à exceção do 1º regimento de cavalaria, não se pode mais saber a história de nenhum outro corpo, de tal maneira as reformas alteraram quadros, números e atribuições. Os caçadores foram, às vezes, fuzileiros e vice-versa; a artilharia viu-se mudada em infantaria e esta em cavalaria!*⁸⁹

No quadro de composição das Forças Armadas, o império brasileiro apresentou, entre os anos de 1839 a 1870, uma distribuição em que constavam: a força de 1ª linha, as forças auxiliares e a Guarda Nacional destacada.⁹⁰ A força de 1ª linha, distribuída pelas províncias brasileiras, era composta por regimentos — companhias de artilharia, infantaria, cavalaria e

⁸⁸ Segundo o autor, no Primeiro Reinado, pelo decreto de 1º de dezembro de 1824, ocorreu uma primeira tentativa de organicidade do Exército, quando as forças brasileiras de terra foram organizadas como Exército de 1ª e 2ª linha, pondo fim às formações irregulares e fragmentárias da época do Brasil colônia e reino. O decreto de maio de 1831 conservou o estado-maior general, os estados-maiores de 1ª e 2ª classes, os engenheiros, os oficiais burocráticos, 16 batalhões de caçadores, cada qual dividido em oito companhias, 5 corpos de artilharia de posição e um de artilharia a cavalo. Com esse decreto, muitas unidades foram dissolvidas, a exemplo dos granadeiros e fuzileiros, dando-se prioridade aos caçadores. Em 1834, uma tentativa por parte da regência acabou por reduzir os efetivos do Exército, a exemplo dos batalhões de caçadores, que foram reduzidos de 16 para 8. Observe-se que, em 1839, por decreto de 2 de fevereiro, o Exército brasileiro foi mais uma vez reorganizado, dessa vez aumentando para 12 o número de batalhões de caçadores, porém com diminuição para a cavalaria. Em 1842, pelo decreto de 25 de abril, o Exército foi novamente reorganizado, em razão da necessidade de aumentar as guarnições de São Paulo e Rio. Em 1846, destacou-se a criação de um regimento de cavalaria ligeiro no Rio Grande do Sul com o nº 4, e que em 1852 foi transformado em 5º. (BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. São Paulo : Nacional, 1935. p. 51-57).

⁸⁹ BARROSO, *ibid.*, p. 54-55.

⁹⁰ CASTRO, *op. cit.*, p. 294.

de caçadores.⁹¹ Por sua vez, a Guarda Nacional, igualmente distribuída nas diversas províncias, agiu como força auxiliar do Exército, em situações de guerra.

Em Mato Grosso, os primeiros corpos criados foram a Companhia de Dragões (1751), e o Corpo de Pedestres (1755), os quais desempenharam tarefas na escolta das monções, nas diligências dos rios, serviram de pilotos e remeiros *e ao mesmo tempo podem servir bem na ação, por que são ordinariamente bons atiradores...*⁹² Em 1808, foi criada uma companhia de voluntários, denominada Companhia Franca de Leais Cuiabanos, composta inicialmente por um oficial e destinada principalmente ao serviço de remar as canoas. Tanto a Companhia de Dragões como o Corpo de Pedestres e a Companhia de Leais Cuiabanos eram forças militares pagas. Já no ano seguinte, 1809, a Companhia de Leais Cuiabanos foi organizada como regimento de milícias, contendo uma companhia de granadeiros, uma de caçadores, oito de fuzileiros e duas companhias de cavalaria. Ainda nesse mesmo ano, foram criadas duas repartições ou distritos militares, sendo que ao 1º distrito pertenciam os destacamentos de Vila Bela — Casalvasco, Forte do Príncipe, Jauru e Vila Maria e, ao 2º, os destacamentos de Cuiabá, Miranda, Coimbra e Albuquerque. Novamente modificou-se, em 1809, a organização do Corpo de Ordenanças de Cuiabá, *que ficou composto de oito companhias, a saber: 1 de Vila Bela, 1 de São Pedro D'El Rei, 1 de Serra Acima, 1 de Cocais, 1 de Rio Acima e Diamantino, 1 de Rio Abaixo, 1 de homens pardos e 1 de Henriques.*⁹³ Em 1815, foi criado um corpo de artilheiros e marinheiros, para o serviço de barcas canoeiras, tornando-se a 6ª Brigada de Artilharia da Legião de Milícias de Cuiabá.⁹⁴ As medidas tomadas

⁹¹ Os batalhões de caçadores foram originados dos corpos de pedestres e ligeiros, forças irregulares que sobreviveram até 1840 e na época eram conhecidos como *caçadores de montanha*.

⁹² MELGAÇO, Barão de. *ibid.*, p. 247.

⁹³ *Ibid.*, p. 311.

⁹⁴ A Legião de Milícias de Cuiabá foi organizada no ano de 1813, por portaria de 10 de abril. (MELGAÇO, Barão de. *op. cit.*, p. 314.)

a partir de 1831 pelas regências, como a redução dos efetivos do Exército, a extinção total das milícias e a criação da Guarda Nacional, foram observadas igualmente na província de Mato Grosso. Em Cuiabá, foram organizadas duas companhias de Guarda Nacional, com ordens já em 1832 de ocupar o lugar da tropa de linha no quartel localizado no bairro do Porto. Nos primeiros meses do ano de 1835, iniciou-se a organização do arsenal de guerra. Em 1840, a Guarda Nacional da província foi organizada em legião, composta de dois batalhões de infantaria e uma companhia de cavalaria, em Cuiabá: um batalhão de infantaria, em Diamantino, Poconé e Vila Bela. Ao que consta, em 1843 foram criados os corpos fixos, resultantes da unificação das tropas de linha — companhia de caçadores, artilharia, cavalaria, artífices.⁹⁵ Em 1851, com a reforma geral dos corpos fixos, a cavalaria foi aumentada, porém suprimiu-se um dos batalhões de caçadores de Mato Grosso, continuando a artilharia e pedestres.

A correspondência entre os presidentes da província e os comandantes de corpos, distritos e destacamentos dos militares de Mato Grosso, assim como os jornais, trazem à tona aspectos da relação entre o governo provincial e o homem comum, assim como aspectos dos militares enquanto categoria. Permitem, ainda, que se perceba como estavam estruturadas as forças militares na província de Mato Grosso.

A atuação dos militares em relação às tarefas obrigatórias a serem desenvolvidas, às condições de vida após o ingresso nas companhias, aos salários, às represálias sofridas, assim como aos estímulos recebidos, vislumbra outros aspectos do nível de interferência da esfera do poder público sobre a do poder privado.

⁹⁵ Ressalte-se que unicamente Amazonas, Pará e Mato Grosso tiveram artilharia fixa. Os artilheiros amazonenses tomaram parte, no tempo da Guerra do Paraguai, na expedição de Mato Grosso. Finda a campanha, a província não teve mais corpos fixos. (BARROSO, *ibid.*, p. 62).

No início da segunda metade do século XIX, o governo provincial preocupava-se ainda no sentido de resguardar as fronteiras de Mato Grosso. Essas preocupações, reveladas através dos ofícios trocados entre a Presidência e os comandantes militares brasileiros, diziam respeito aos limites com os países vizinhos: Paraguai e Bolívia. Ordens presidenciais eram repassadas no sentido de controlar a entrada de paraguaios e bolivianos, assim como a saída de militares e paisanos mato-grossenses para os países referidos. O controle deveria ser feito mediante a exigência de apresentação de passaporte em terras mato-grossenses por parte dos estrangeiros, sob risco de cair em prisão. Preocupação também existia no sentido de que os militares mato-grossenses não entrassem em atrito com paraguaios e bolivianos por penetrarem em nossas terras. O governo provincial ouvia as reclamações de missionários estrangeiros contra ataques de militares mato-grossenses e fazia represálias aos seus conterrâneos. Os presidentes de província envidaram esforços, durante toda a década de 1850 e primeiros anos da década seguinte, no sentido de estruturar as fronteiras ao sul e ao norte de Mato Grosso. O ofício a seguir exemplifica a referida afirmação:

Desde que está a seu cargo o comando desse Districto, V.M. terá tido mais de uma ocasião de sentir a falta que temos de uma soffrivel carta topographica, ou pelo menos de um reconhecimento militar da nossa fronteira meridional. Não lhe incumbo semelhante trabalho, sabendo que V.M. não tem á sua disposição o tempo e os meios necessários para fazê-lo. Recomendo-lhe porém que, colhendo informações dos militares e paizanos conhecedores das localidades, organize e me remetta a tabella, cujo modelo lhe envio das distancias por terra, entre os pontos mencionados na mesma. Se V.M. puder figurar mais ou menos aproximadamente, a posição dos principaes pontos militares em relação aos rios de Miranda, Ápa, dos Dourados, de S.Maria e Brilhante, e bem assim um resumido e tosco itinerario de um a outro com designação das agoas, matas e montes pelos quais se transita, será isto de muita utilidade. Remetter-me-há V.M, com a possível brevidade, essas informações ainda parcialmente e sem aguardar que estejam completos. O que tudo espero de seu intelligente zêlo e actividade. Deos guarde a V.M. Augusto Leverger. Senr. Tenente Coronel Commandante do Districto militar de Miranda.⁹⁶

⁹⁶ APEMT. Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 1863. Livro nº 190. Anos de 1860 a 1863. p. 193.

Nesse sentido, fortes, quartéis, estradas e colônias eram construídos após prévios planejamentos e com plantas testadas e reelaboradas pelos comandantes dos distritos militares de Mato Grosso segundo determinações do presidente de província:

Tendo V.M. sido nomeado para commandar interinamente a Colonia Militar dos Dourados, inclusa remetto-lhe huma copia authentica das Instrucções dadas para a fundação da mesma, a fim de que por ellas se reja no que lhe disser respeito. He desnecessario dizer-lhe a grande importancia desta Colonia, e o quanto se empenha o Governo Imperial em leva-la a execução, por que espero que Vm. empregará todos os esforços e a sua experiências do sertão para funda-la e faze-la prosperar. Assim, os Officiaes como as praças da Colonia ficão addidas ao Corpo de Cavallaria, e por elle se tirarão os respectivos vencimentos. Para as primeiras despesas do Estabelecimento mando adiantar a Vm. pela Thesouraria de Fazenda a quantia de seiscentos mil reis, de cujo emprego prestará contas -- Deos guarde a Vm. -- Antonio Pedro de Alencastro -- S^{or}. Alferes João Chrysostomo Moreira.⁹⁷

A construção e posterior manutenção de tais obras pelos militares mato-grossenses significavam para o governo imperial e provincial a afirmação do poder da autoridade do Estado monárquico perante as repúblicas vizinhas. Construíam-se, juntamente com os fortes, povoações e estradas, as bases de sustentação do Estado em uma região de fronteira. Sob cada peça vinda da corte como que se alicerçava a autoridade do Estado perante a dispersa população da província de Mato Grosso e como que também se estreitavam as relações entre os presidentes de província e os comandantes dos distritos militares. A afirmação e poder da autoridade do governo provincial podem ser avaliados através do próprio acatamento de suas ordens por parte das autoridades militares. Ao que consta, estando os militares em serviço, próximos ou distantes, a léguas da capital da província de Mato Grosso, a comunicação geralmente não ocorria com intensidade e rapidez.

⁹⁷ APEMT. Ofício do presidente da província ao alferes João Chrysostomo Moreira, comandante interino da Colônia Militar de Dourados. Cuiabá, 1860. Livro nº 190. Anos 1860 a 1863. p. 2.

O tom da relação estabelecida entre os presidentes de província e os comandantes dos corpos, distritos e demais autoridades militares, caracterizava-se, ao que parece, de um lado, por uma rígida fiscalização e, de outro, por uma subserviência em que os militares, tanto do alto como do baixo escalão, estavam adstritos. Ordens eram emanadas para todos os recantos da província e para várias instâncias, numa demonstração do nível de interferência da esfera do poder público. Essa interferência, pode-se dizer, se fazia intensa e constante, atingindo toda a população que direta ou indiretamente estivesse ligada a uma atividade produtiva, qualquer que fosse, sujeita às circunstâncias ou contingências das convocações e recrutamentos para serviços militares.

A presença do Estado era substanciada nos próprios interesses e preocupações da Presidência da província com relação às várias instâncias civis, militares e religiosas.

Com relação às forças militares, especificamente, o controle do governo provincial se fazia presente através da emissão de ordens referentes ao controle de despesas com os membros das companhias — soldos, armamentos, uniformes, medicamentos — assim como na exigência de informações precisas e confiáveis por parte dos militares sobre o comércio dos distritos militares com países vizinhos. Também não se descuidava de buscar informações condizentes com o cumprimento de suas ordens por parte daqueles que eram contratados para executar tarefas tais como construção de estradas e pontes, limpeza de rios, serviços de carpintaria etc.

Ao próprio presidente da província de Mato Grosso, por ser também o comandante das Armas, cabia a definição das regras do processo de arregimentação relativo tanto ao recrutamento quanto ao engajamento dos homens que deveriam compor os corpos militares, e/ou o Exército de Linha, assim como a Guarda Nacional.

Na segunda metade do século XIX, encontravam-se na província as seguintes forças: cavalaria, artilharia, Companhia de Pedestres e Batalhão de Caçadores. Além dessas companhias, havia também a Polícia Militar e a Guarda Nacional, ambas criadas na década de 30.

As regras, consubstanciadas em determinações e ordens, eram repassadas pelos presidentes aos comandantes militares, que acabavam por executá-las e divulgá-las junto à população das freguesias. Estas deveriam fornecer anualmente um número determinado de recrutas, sendo variável de freguesia para freguesia a cota imposta:

Fique V.M. na intelligência de que essa freguezia deve dar no corrente anno financeiro quinze recrutas ou voluntários e não nove como por engano lhe disse no officio reservado que lhe dirigi em data de hoje. Deos guarde a V.M. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 21 de agosto de 1854. Augusto Leverger. Sr. Ten^{te}. Cor^{onel}. Com^{andante}. do Corpo de Cavallaria e do Districto M^{unicípio}. de Vila Maria.⁹⁸

Ao que indicam as fontes, quando da determinação da referida cota, o governo provincial procurava levar em consideração o número de habitantes por freguesia e a necessidade de reposição dos corpos de linha mais desfalcados de militares. Como nem sempre o número de voluntários era suficiente, adotava-se o recrutamento.

Pode-se dizer que o recrutamento de homens nessa segunda metade do século XIX diferenciava-se em alguns aspectos daquele do anterior, revelando as próprias mudanças pelas quais passavam o Estado e a sociedade. Sem que o recrutamento deixasse de ser algo imposto aos moradores das freguesias, passava-se a dar outro tratamento ao processo de arregimentação. É possível afirmar que em épocas de maior calma na província, o governo não determinava o recrutamento daqueles que estivessem desenvolvendo

⁹⁸ APEMT. Ofício do presidente de província, Augusto Leverger, ao tenente-coronel comandante do Corpo de Cavalaria e do Distrito de Vila Maria. Cuiabá, 1854. Livro nº 128. Anos de 1852 a 1855. p. 127.

atividades produtivas, assim como se passava a tomar algumas cautelas no sentido de estudar as possibilidades das freguesias. Procurava-se evitar atritos com a população engajada no processo produtivo. Nesse sentido, recomendações eram repassadas aos comandantes:

He preciso no dito recrutamento haver toda a possível descrição e prudencia, afim de não causar maior prejuízo às pessoas em cujo serviço se acharem empregados ou recrutados e sobre tudo evitar que haja injustiças relativas tirando-a huns maior número de camaradas de que a outros em proporção dos que tiverem sobre este ponto descanso na rectidão de VM.

Talvez sejam precisas informações prévias sobre a época e lugares em que mais convenientemente se possa fazer o recrutamento e por isso dirijo-lhe em reservado este officio para que tenha o tempo de dar as providências e fazer os exames que julgar necessários afim de se não malograrem as diligencias que VM. mandará fazer por aquelles dos seus subordinados que lhe parecem mais aptos para semelhante serviço.⁹⁹

Também passava-se a impor com maior rigor aos recrutáveis uma relativa seleção - deveriam passar por um exame de saúde, considerado um dos requisitos básicos para compor os corpos militares:

Tenho ordenado que os dezoitos recrutas que deve fornecer o districto de Mato Grosso sejam remetidos à disposição de VM., que desde logo os fará inspeccionar de saúde, e lhes mandará assentar praça, salvo áquelles que allegarem motivo legal de escusa sobre que tenha de deliberar esta Presidência.¹⁰⁰

Outro aspecto considerado relevante no processo de seleção do recrutamento dizia respeito à idoneidade. Por exemplo, todo indivíduo que tivesse recebido adiantamento, do todo ou em parte, segundo algum contrato escrito, somente poderia assentar praça se saldasse junto a seu empregador a dívida contraída. O atestado de idoneidade constituía-se, pelo que demonstram as correspondências, num requisito tão importante quanto o de saúde para ingressar nos corpos militares.

⁹⁹ APEMT. Officio do presidente da província, Augusto Leverger, ao tenente-coronel comandante do Corpo de Cavalaria e do Distrito de Vila Maria. Cuiabá, 1854. Livro nº 128. Anos de 1852 a 1855. p. 128.

¹⁰⁰ Ibid., p. 128.

Outra forma de aumentar o contingente militar na província se fazia através da contratação de voluntários e do engajamento dos ex-praças. Através da leitura da documentação pode-se perceber que o período de vigência dos contratos com os voluntários em um mesmo corpo, por exemplo o Batalhão de Caçadores, era fixo, porém variava na duração do contrato. Ou seja, em prazo de 30 dias, decorridos de 9 de agosto a 9 de setembro, dois voluntários eram contratados com tempos diferenciados: um, o paisano Manoel Alves Pereira, para servir como voluntário pelo tempo de dois anos, e o outro, João Nepomuceno, por sua vez, por seis anos. Um mesmo Decreto regulava essas contratações — o de nº 1.089, de 14 de dezembro de 1852.

Com o término do período em que os praças eram obrigados a servir nos corpos militares, iniciava-se um novo processo de arregimentação, o do *engajamento*. Consistia no *retorno* dos praças às funções militares após o cumprimento do tempo em que haviam servido como recrutas e/ou voluntários.

Não faltavam, portanto, estímulos para que os ex-praças voltassem à vida militar. Aos egressos eram ofertados, por parte dos comandantes, prêmios em datas de terras ou em dinheiro. Tais ofertas, determinadas pela Presidência da província, eram reguladas por decretos-leis. O de nº 648, de agosto de 1852, estabelecia sobre os contratos e as condições do engajamento, e o de nº 1.089, de 14 de dezembro do mesmo ano, além de assentar praças aos voluntários, dizia respeito à titulação dos engajados. Os ofícios abaixo mencionados permitem que se percebam maiores detalhes sobre os engajamentos:

Em resposta ao seo officio de 31 de dezembro último, communicando-me que, havendo completado, a 21 do dito mez, o tempo do seo contracto o 1º sargento dessa colonia militar João Manoel Henriques, V.M. o reengajará para servir por mais dous annos, tenho a dizer-lhe que approvo o seo procedimento. Incluso

*encontrará o respectivo título, que entregará ao reengajado, depois que elle o assignar.*¹⁰¹

Após a titulação, na condição de serem agraciados com prêmios, as opções, em geral, recaíam no dinheiro, *por não terem os engajados manifestado a menor pretensão à vantagem da data de terras.*¹⁰² Não que a *data de terras* não fosse importante e almejada pelos militares, tanto assim que muitos eram proprietários de terras. Porém, para determinados elementos da população mato-grossense, no caso os homens livres e pobres, o prêmio em dinheiro apontava para a possibilidade da solução de problemas imediatos, por exemplo o pagamento de dívidas. O trabalho com a terra exigia um cabedal que esses homens não possuíam. Tais títulos e prêmios, se, de um lado, estimulavam o retorno dos homens ao serviço militar, por outro, acentuavam os problemas financeiros da província de Mato Grosso, pois ... *a despesa com os prêmios de engajamento já excede de trinta contos de réis e provavelmente chegará a mais; entretanto que a consignação para essa rubrica é tão somente de quatro contos de réis. Rogo por tanto a V.Ex^a se digne ordenar o conveniente aumento...*¹⁰³

À tesouraria da Fazenda cabia o pagamento dos soldos aos militares dos corpos de linha. Regra geral, a referida tesouraria não conseguia manter em dia o pagamento dos militares, atrasado em meses e/ou até em anos. Uma das justificativas para o atraso era a de que a corte do Rio de Janeiro demorava para repassar a receita necessária e a província, por sua vez, não tinha como arcar com as despesas da área militar.

¹⁰¹ APEMT. Ofício do vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna, ao alferes comandante da Colônia Militar de Miranda. Cuiabá, 1862. Livro nº 190. Anos de 1860 a 1863. p. 113.

¹⁰² APEMT. Ofício do senador Manoel Felizardo de Souza e Mello, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger. Cuiabá, 1853. Livro nº 125. Anos 1852 - 1853. p. 133.

¹⁰³ APEMT. Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, ao senador Manoel Felizardo de Souza e Mello, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra. Cuiabá, 3 de setembro de 1853. Livro nº 125. Anos de 1852 - 1853. p. 136.

Destaque-se que o recrutamento e o engajamento da população masculina em idade adulta não acarretava apenas problemas de ordem econômica aos cofres da província, como despesas com pagamentos e desfalque dos homens nas atividades agrícolas. Os problemas iam além e para dentro dos lares, atingindo o espaço familiar desses homens. Mães, esposas e filhos, diretamente atingidos pela ausência desses homens, eram levados a assumir funções e tarefas nos lares e nos espaços públicos, como tavernas, igrejas e no campo.

Além da *inspecção de saúde* e do atestado de idoneidade, o Estado passava a interessar-se também por aspectos de caráter demográfico dos militares, quer fossem recrutados, voluntários ou engajados:

*Palácio da Presidencia de Mato Grosso em Cuiabá, 24 de janeiro de 1862. Illmº Sr. Fico certo pelo officio de V.S. de 4 do corrente de lhe terem sido remettidos pelo encarregado do recrutamento em Mato Grosso três voluntários, dos quaes só dous tiverão praça no Batalhão do seo commando, por lhe ter sido o terceiro julgado incapaz para o serviço. Nesta data recommendo ao dito encarregado do recrutamento que faça inspeccionar os voluntários de recrutar antes de enviá-los para essa Villa, bem como que com elles remetta sempre a respectiva filiação com declaração de idade. Deos guarde a V.S. Antonio Pedro de Alencastro. Senr. Tenente Coronel Commandante do Batalhão de Caçadores.*¹⁰⁴

Recrutados, engajados ou mesmo voluntários, todos estavam sujeitos basicamente aos mesmos regulamentos e leis, assim como às mesmas dificuldades. Suas atitudes podiam tanto ser aplaudidas quanto severamente criticadas pelas autoridades superiores.

Geralmente, suas atitudes eram aprovadas quando cumpriam a contento uma determinada missão, ou então pela conduta considerada exemplar. Nesses casos, o reconhecimento podia vir mediante as formas de

¹⁰⁴ APEMT. Officio do presidente da província, Antônio Pedro de Alencastro, ao tenente-coronel commandante do Batalhão de Caçadores de Vila Maria. Cuiabá, 1862. Livro nº 190. Anos de 1860 a 1863. p. 109.

gratificação, promoção e mesmo como respostas positivas aos requerimentos feitos anteriormente.

Contudo, após o processo de seleção, os militares que ingressavam nos corpos de linha eram destacados para servir em localidades nem sempre próximas às de suas moradias.

Em outro ofício, o mesmo presidente acima referido recomendava ao encarregado de recrutamento em Mato Grosso que, antes de remeter para Vila Maria os voluntários ou recrutados, ... *mande ali inspeccional-os, para que não sofram os que não são aptos para o serviço o incommodo de uma longa viagem...*

Cerca de 500Km de chão, matos, rios, animais selvagens, nações indígenas ainda não contatadas, separavam os moradores de uma e outra localidade — Mato Grosso, atual município de Vila Bela da Santíssima Trindade, e Vila Maria, atual município de Cáceres. Caminhos longos e marcados geralmente pelas adversidades faziam parte da vida daqueles homens a serviço do Estado.

I.3 SOB O ESTIGMA DA DEFESA DAS FRONTEIRAS: DA CASERNA AOS CAMPOS DE BATALHA

A captura, pelos paraguaios, do navio *Marquês de Olinda*, a 11 de novembro de 1864, o qual levava a bordo o novo presidente da província de Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos, foi o estopim que serviu de pretexto para o início da Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai. O argumento de que se serviu o governo paraguaio para desencadear a represália, colocando forças militares contra o império, foi a recusa do Brasil em se abster de ingerir nas questões internas da Banda Oriental do Uruguai.

A tomada do Forte de Coimbra, em dezembro de 1864, e, no ano seguinte, das vilas de Corumbá, Dourados e Colônia Militar de Miranda, escancarou tanto para o império como para a província, a fragilidade militar da fronteira meridional mato-grossense. Demonstrou igualmente uma situação tensa e de desentendimento e desencontros entre a corte e o governo local, provocada, de um lado, pela escassez de informações entre ambos: *Todos sabem que a última correspondência oficial do governo central com a presidência de Mato Grosso, em 1864, foi a de 20 de julho, e que a primeira depois dessa foi a de 13 de abril do corrente, oito meses, quando a Província era teatro da guerra e da invasão paraguaia, saída na Corte em janeiro....*¹⁰⁵ e, de outro, pela ausência quase total de verbas provenientes do centro para a província:

É fato que a Província de Mato Grosso existia sem força, sem dinheiro, devendo para cima de setecentos contos, e sem moeda na circulação que pudesse ocorrer pelo empréstimo às suas necessidades, quando o Sr. Tamandaré comunicou à

¹⁰⁵ O BOLETIM DE NOTÍCIAS. Cuiabá, 07 jun. 1865, p. 1.

*Presidência em outubro, as intenções do Paraguai; e que a Presidência sem ordem da Corte, sem notícias do Governo, fez descer a pequena força para as fronteiras, sob as ordens do Comandante das Armas. Por uma inversão, em vez de ter a Presidência conhecimento das notas do Paraguai e de suas intenções invasoras sobre a Província pelo Governo Central, acompanhada de instruções, forças e dinheiro, foi ela que em data de 17 de outubro de 1864 comunicou no Ministério esse negócio, despachando para isso o Alferes Manoel Estevão de Andrade Vasconcelos a 18 do mesmo mês.*¹⁰⁶

A premente situação econômica da fronteira mato-grossense pode ser percebida através das críticas endereçadas ao governo imperial por ignorar o estado de penúria da província:

*Que razões tinha o Governo Imperial para conservar nossas fronteiras no estado indefeso? Não sabia que Lopez preparava-se para a guerra, construía fortificações em Assunção, fortalecia o Humaitá, comprava vapores e municionemos bélicos, que formava tropas e as disciplinava? Que motivos para cortar os recursos pecuniários à Província, sem fundos na Tesouraria para as mais insignificantes despesas decretadas por lei? (...) Mato Grosso teme hoje mais o cortejo, da fome ventura que o próprio inimigo. Se forças vierem de Minas e S. Paulo e não trouxerem o que comer nós e elas havemos de perecer, porque o Governo deixou de ocupar militar e convenientemente as nossas fronteiras, e a Presidência; para guardar a Província tirou-nos os homens da lavoura, e com isto meteu-nos a guerra na barriga que é a pior guerra conhecida.*¹⁰⁷

O texto acima revela como a Guerra do Paraguai tornou mais difícil a vida dos habitantes da província de Mato Grosso, patenteando as condições latentes. A ocorrência da falta de gêneros de primeira necessidade, tão comum durante todo o período colonial, era acentuada com a nova situação provocada pelo conflito bélico.

Com o bloqueio à navegação do rio Paraguai, imposto por Francisco Solano Lopez, interrompeu-se o fluxo comercial fluvial que permitia o abastecimento da província de Mato Grosso com uma certa regularidade. As

¹⁰⁶ Ibid., p. 2.

¹⁰⁷ Ibid., p. 1 e 2.

rotas dos rios Tibagi e Tietê até Miranda e o caminho terrestre via Piquiri-Paranaíba foram igualmente interceptados.

O bloqueio à utilização fluvial do rio Paraguai, como canal de exportação do açúcar, couro e poaia para a corte e mercado platino, resultou em comprometimento do setor agropastoril. Some-se a isso o fato de que da lavoura e da pecuária foi gradativamente subtraída a força de trabalho masculina para engrossar as fileiras do Exército.¹⁰⁸ Em decorrência desses fatores, a retração da produção e a escassez de alimentos passaram a ser uma constante na região.

Interceptada a navegação do rio Paraguai, uma das alternativas encontradas pelos habitantes para minimizar os efeitos da crise de abastecimento foi a retomada dos caminhos terrestres do período colonial, em tropas de mulas.¹⁰⁹ O *comércio da terra*, como era denominado esse tipo de transporte, implicava longas viagens e exigia dos tropeiros conhecimento dos perigosos caminhos, preparo físico e perseverança para atingir o destino proposto. Os riscos de perda dos animais e das *fazendas* (mercadorias) que faziam parte desse *comércio da terra* acabavam por recair sobre os negociantes, que pagavam os fretes e oneravam a população como um todo. Eram repassados aos preços das mercadorias os prejuízos sofridos pelos negociantes ao final da transação, que abarcava desde a compra e custos da tropa e despesas com os camaradas, até os riscos de fogo e inundações em viagem, que acabavam por afetar os animais, causando emagrecimento e perda dos burros. Nesse aspecto, as viagens terrestres acabaram por influenciar na considerável alta dos preços dos produtos importados durante o período de guerra. A propósito, em 1869 eram registrados em Cuiabá os

¹⁰⁸ Para somar forças ao Exército e à Guarda Nacional, foi criado na província de Mato Grosso, em 07 de janeiro de 1865, o Corpo de Voluntários da Pátria.

¹⁰⁹ Segundo Mendonça, o povoado de Uberaba, em Minas Gerais, era o ponto de convergência para os tropeiros que seguiam para o Rio de Janeiro ou para São Paulo. De Uberaba, as tropas seguiam por Catalão, Santa Cruz, Bonfim, Goiás e, por fim, Cuiabá. (MENDONÇA, Rubens de. *Nos bastidores da história mato-grossense*. Cuiabá : UFMT, 1983. p. 89).

seguintes preços dos alimentos: farinha, arroz e feijão a 32\$000 a arroba; café e toucinho, 25\$000 a arroba. No período anterior à guerra, esses mesmos produtos eram vendidos a 6\$000, 10\$000, 8\$000, 16\$000 e 13\$000 respectivamente.¹¹⁰ O sal, por sua vez, atingia preços exorbitantes - *seu alqueire, que antes da invasão paraguaia era vendido em Corumbá a 4 ou 5 mil réis, em julho de 1865 chegou a custar 80 mil réis em Cuiabá.*¹¹¹

Na conjuntura de guerra, um fator extra contribuiu para aumentar a crise de alimentos ocorrida, especificamente, na capital. A enchente provocada pelo rio Cuiabá nos dias 02 e 3 de fevereiro de 1865 causou inundação do bairro do Porto, submergindo e arrasando as roças e plantações ribeirinhas:

*Esta calamidade, após a da pirataria paraguaia, que já nos afligia, e cujos prejuízos particulares são calculados em mais de 4 mil contos, foi a mais horrível porque tem passado a Província de Mato Grosso. Ardendo internamente em uma fome devoradora é o aspecto da nossa capital sitiada pelos paraguaios, ardendo também em fome e oprimida por uma horrorosa inundação.*¹¹²

O aquartelamento dos batalhões da Guarda Nacional em Cuiabá (os de números 1, 2, 3 e 4), em Poconé (o de número 5) e em Vila Maria (o de número 6), já no início de 1865, veio acentuar a demanda do consumo de gêneros alimentícios na província. Tal aquartelamento, ocorrido por determinação do presidente da província, se, de um lado, apresentava-se como fundamental para conter um receado avanço dos paraguaios sobre a capital, por outro, impedia que um contingente expressivo de homens desenvolvesse atividades econômicas produtivas, particularmente a lavoura. A partir da confirmação da ocupação de Coxim por forças paraguaias, em maio de 1865,

¹¹⁰ BRANDÃO, Jesus da Silva. op. cit., p. 73.

¹¹¹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. op. cit., p. 68.

¹¹² O BOLETIM DE NOTÍCIAS. Cuiabá, jan. 1865, p. 2.

acentuou-se o estado de alerta das autoridades e da população no sentido de acautelar-se e evitar que marchassem sobre Cuiabá.

Conseqüentemente, o adensamento de soldados em Cuiabá implicou a ampliação das unidades militares existentes e, para tanto, muitos prédios particulares, inclusive residências, foram ocupados com consentimento dos proprietários, conforme exemplo a seguir:

O Tenente Coronel João de S. Osório, comandante do 3º Batalhão de Guardas Nacionais, por si e por todos os oficiais inferiores e Guardas, agradece ao Ilmoº Sr. Capitão Antonio de Cerqueira Caldas a maneira patriótica, distinta e desinteressada com que lhes acaba de oferecer a sua grande casa situada no Largo do Arsenal de Guerra para servir de aquartelamento do mesmo Corpo durante as emergências atuais, tornando-se assim, o Sr. Capitão Cerqueira¹¹³, por tal patriotismo, tanto mais credor por esta oferta de estima e reconhecimento do 3º Batalhão. Cuiabá, 10 de janeiro de 1865. João de Souza Osório.¹¹⁴

A movimentação de tropas, cujo efetivo foi engrossado por batalhões de soldados vindos de vários pontos do país, põe em relevo o caráter de itinerância do contingente populacional sujeito à política de defesa da fronteira oeste. Estratégias de barrar os soldados paraguaios foram imediatamente colocadas em prática. A marcha de soldados para fora da capital visando *cortar o passo do inimigo no lugar que se julgasse mais perigoso* constituiu-se em uma delas:

Do dia 23 para 24 do corrente marcharam para fora desta Capital duas brigadas compostas dos Batalhões de Guardas Nacionais destacados números 1, 2, 3, 4, 8 e do Batalhão de Artilharia número 2 dos Corpos de Artilharia e Cavalaria da Província. A marcha do 2º Batalhão sob o comando do Sr. Tenente Coronel José Ildefonso de Figueiredo foi sobremaneira tocante e acompanhada por muitos e distintos cidadãos e grande número de povo. Em frente da casa do Comandante, o Sr. Silva Prado Júnior fez uma proclamação que foi correspondida com o mais decidido entusiasmo. Desfilou o Batalhão pela rua Augusta, fez alto em frente ao Palácio da Presidência, donde recebidas as ordens e feitas as evoluções, seguiu

¹¹³ O capitão Antônio de Cerqueira Caldas, Barão de Diamantino, era filho de grande proprietário de engenho na região de Serra Acima.

¹¹⁴ O BOLETIM DE NOTÍCIAS. Cuiabá, 28 maio 1865, p. 4.

*pela rua Formosa e entrou pela da Sé a receber a benção de S. Ex^a Rm^a que avisado o esperava da janela do Paço Episcopal.*¹¹⁵

Na tentativa de encontrar solução para a crise de gêneros de abastecimento e ausência regular de produtos importados, tanto o governo provincial quanto os produtores das freguesias rurais próximas a Cuiabá, a exemplo da freguesia da Chapada dos Guimarães, tomaram algumas providências. O governo provincial passou a proibir abusos dos preços por parte dos comerciantes, assim como a incentivar a importação de víveres das províncias de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. *No segundo lustro da década de 60, a produção agrícola e pastoril de Goiás foi estimulada em consequência da atuação das tropas brasileiras em território mato-grossense, uma vez que o governo goiano se empenhava em sustentá-los em víveres.*¹¹⁶

Os produtores rurais mato-grossenses, por sua vez, procuravam atender às solicitações da demanda, ofertando gêneros agrícolas ao governo provincial para que fossem repassados aos militares:

*O Sr. Joaquim José de Sampaio ofereceu à Presidência a quantia de 500\$000 réis em gêneros de sua lavoura para adjutório das despesas do Estado, obrigando-se a manda-los entregar no acampamento das forças. A Exm^a Sr^a D. Maria da Conceição ofereceu 50 bois de sua fazenda para auxílio das forças e o Sr. Capitão Estevão Alves, 50 alqueires de feijão.*¹¹⁷

Em contraposição, para a população livre e pobre com alguma qualificação, o trabalho em atividades urbanas, tais como produção de armamentos, embarcações, carpintaria, marcenaria e costura, tornou-se

¹¹⁵ Ibid., p. 4.

¹¹⁶ MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. op. cit., p. 24.

¹¹⁷ O BOLETIM DE NOTÍCIAS. Cuiabá, 28 maio 1865, p. 4.

alternativa de vida no período da guerra.¹¹⁸ Pode-se tomar como exemplo uma parcela da população feminina com habilidades para a costura:

*O Arsenal de Guerra, necessitando contratar o feitiço de mil bonés para os diferentes corpos estacionados nesta Província, convida as pessoas que dele se queiram encarregar, a apresentarem suas propostas em carta fechada, com declaração do menor preço até o dia 14 do mês de maio. Cuiabá, 29 de abril de 1865. Manoel F. de Moraes — Escriurário interino.*¹¹⁹

Além da guerra, da enchente e da falta de alimentos, a epidemia de varíola acabou interferindo e causando grandes transtornos à província de Mato Grosso. Iniciada ao sul da província, possivelmente oriunda das condições do conflito bélico, essa epidemia espalhou-se entre as forças militares paraguaias localizadas em Corumbá e a população local. Ao retomar Corumbá em 1867, os soldados da expedição brasileira foram contaminados e, no retorno às suas localidades, foram espalhando a doença por onde passavam.¹²⁰ Nesse aspecto, a varíola atingiu a capital e, tanto quanto a guerra, tirou a vida de um grande número de civis e militares, atingindo todos os segmentos sociais.¹²¹ Escolas e residências foram transformadas provisoriamente em hospitais para dar abrigo aos enfermos.

¹¹⁸ Volpato explica de maneira muito interessante como a população de Cuiabá e cidades vizinhas vivenciou o estado de guerra. Em Cuiabá, por exemplo, o Arsenal de Guerra foi transformado em uma grande oficina e em mercado de trabalho para os homens livres pobres dotados de alguma qualificação profissional, e os pequenos bares e tabernas ampliaram as possibilidades de ganho de seus proprietários. Os escravos viam no alistamento formas de ludibriar seus proprietários para alçar a liberdade. A prostituição passou a constituir-se em uma das fontes de trabalho para as mulheres livres pobres. (VOLPATO, Luiza Rios Ricci. op. cit., p. 56-81).

¹¹⁹ O BOLETIM DE NOTÍCIAS. Cuiabá, 9 maio 1865, p. 2.

¹²⁰ A retomada de Corumbá foi concretizada a 13 de julho de 1867, por forças comandadas pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho. Somente, porém, a 3 de abril de 1868 é que os paraguaios retiraram-se definitivamente, pois, por temor à epidemia, as próprias forças brasileiras abandonaram a vila, oportunizando uma nova ocupação por parte dos paraguaios.

¹²¹ Não há com exatidão o número das vítimas da varíola na província de Mato Grosso, porém cronistas e historiadores não deixam de afirmar que foram milhares. (Sobre a questão, ver MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a província de Matto Grosso*. São Paulo : Typ. Henrique Schroeder, 1869).

Poucos dias antes da retomada de Corumbá, foi criado um acampamento militar na margem esquerda do rio Cuiabá.¹²² A fundação do referido acampamento efetivou-se com o propósito de aprisionar *todos os paraguaios que fossem encontrados em Cuiabá e cercanias*.¹²³ Distantes do palco da luta armada, e por conta das adversidades impostas pelo cotidiano, soldados paraguaios aprisionados, em conjunto com a população ribeirinha e vaqueiros, passaram a ensejar relações de solidariedade e de trabalho. Essas relações foram favorecidas pelo fato de o acampamento ter sido criado em ponto de entroncamento de uma das estradas por onde se realizava *o comércio de terra*, estrada aquela denominada *estrada boiadeira*.¹²⁴ Some-se a isso o trato dos paraguaios com o gado bovino:

*Dada a perícia do paraguaio no corte e secagem da carne, no fabrico do arreame e no curtume de couros, e sendo este um ponto de negócios de gado, desde cedo se iniciou a matança de bois no povoado em miniatura. Com a ajuda desses presos que, entrosados com os boiadeiros manteavam e secavam a carne, diariamente passaram a vendê-la em Cuiabá, por intermédio de brasileiros que conduziam as mantas para a Capital em bruacas de couro cru, ali mesmo fabricadas e postas sobre o dorso dos burros e de bois até a margem do Cuiabá para então, após a travessia colocá-las no comércio do porto.*¹²⁵

Pode-se dizer que a atividade econômica desenvolvida por militares paraguaios com a população ribeirinha de Cuiabá permitiu um pequeno surto comercial, ao tempo em que veio amenizar a carestia de alimentos com base na carne de muar durante os três últimos anos de guerra. Tanto tornou-se importante essa atividade que, ao findar a guerra, em 1870, o acampamento havia dado lugar ao povoamento de Várzea Grande, formado pelos presos

¹²² O acampamento militar foi criado a 15 de maio de 1867 por ordens do então presidente da província, Dr. José Vieira Couto Magalhães, à beira da várzea do rio Cuiabá, dando origem ao povoamento de Várzea Grande. Após a guerra, o referido povoamento foi transformado em 3º Distrito de Cuiabá e, finalmente no ano de 1948, em município.

¹²³ MONTEIRO, Ubaldo. **Várzea-Grande: passado e presente confrontos, 1867-1987**. Cuiabá : Policromos, [199-]. p.19.

¹²⁴ Ibid., p. 19.

¹²⁵ Ibid., p. 19-20.

paraguaios que não regressaram ao país de origem, assim como por vaqueiros e soldados brasileiros.¹²⁶

Não somente os soldados paraguaios estabeleceram laços de trabalho e *solidariedade* com a população local, mas principalmente os soldados provenientes de outras províncias do império em passagem por Cuiabá.

A difícil situação de guerra veio favorecer o estreitamento de tais laços. O medo de um ataque imprevisto, os danos causados pela varíola, a enchente, a falta de gêneros de primeira necessidade e a falta de comunicação com o restante do império, constituíram-se em espécies de *ímãs* no sentido de uma aproximação (cordial) entre os habitantes da capital e populações circunvizinhas. A carta de despedida de um militar retirando-se da província de Mato Grosso e, especificamente, de Cuiabá, em direção à área do conflito, permite que se tenha uma noção da extensão da relações afetivas estabelecidas com a população local:

O Capitão Pedro Nunes Baptista Ferreira Tamarindo, seguindo com o Batalhão 19 de Infantaria para a República do Paraguai, deixaria de cumprir um sagrado dever se não agradecesse aos seus amigos não só desta cidade como da de Poconé, onde ultimamente esteve destacado, tanta prova exuberante de amizade com que o distinguiram desde que com a força de operação no Apa aqui chegou em 1867.

Retirando-se da Província de Mato Grosso lhe é grato confessar o dever do militar o poderá de tão hospitaleiros quão sympáticos amigos, de quem com profunda saudade, onde quer que o destino o conduza se recordará eternamente de quanto lhes é devedor.

¹²⁶ Também na região sul de Mato Grosso, os paraguaios fizeram-se presentes no período posterior à Guerra do Paraguai, contando-se dentre eles, exímios vaqueiros cujos serviços passaram a ser empregados por fazendeiros do Pantanal.

*Recebam pois esses caros amigos o adeos de despedida.*¹²⁷
*Cuiabá, 9 de agosto de 1869.*¹²⁸

A partir de então, e nos primeiros meses de 1870, o desfecho da Guerra do Paraguai, favorável aos aliados, já era possível de ser vislumbrado. Passava-se à fase operacional da perseguição e busca de informações sobre o comandante-chefe do Paraguai, definitivamente derrotado no acampamento de Cerro Corá, em 1º de março daquele ano. O final da guerra trouxe para o Brasil a definitiva demarcação das áreas em litígio e, para a província de Mato Grosso, a possibilidade de retornar às transações comerciais até então interrompidas, assim como voltar a manter intercâmbio cultural com as províncias do centro-sul.

¹²⁷ Ao que tudo indica, o referido capitão somou-se aos 21 mil combatentes aliados (19 mil brasileiros, 900 argentinos e mil orientais) que tomaram à época a capital paraguaia, Peribebuí, e participaram do *sangrento encontro* que no dia 16 de agosto de 1859, encerrou a Campanha das Cordilheiras, denominada, Batalha de Campo Grande. (SOUSA JÚNIOR, Antonio de. Guerra do Paraguai. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. (org.) **História geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico: declínio e queda do império.** (org.) Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo : Difel, 1971. v. 4, T. II. p. 313).

¹²⁸ O BOLETIM DE NOTÍCIAS. Cuiabá, 22 ago. 1869, p. 3.

I.4 DE VOLTA AO COMEÇO

A eclosão do confronto bélico com o Paraguai representa, inegavelmente, um marco cronológico muito importante na história do Mato Grosso. Entre os saldos do conflito estão a solução da tradicional questão da fronteira oeste e a emergência de antigos problemas que demandavam por soluções adequadas à nova conjuntura do último quartel do século. Restava buscar soluções que dessem conta de romper o isolamento da região Centro-Oeste e de rumar a economia em direção ao desenvolvimento do capitalismo. Entre os desafios estava o da implementação de uma política demográfica eficaz e vigorosa. Se, até então, a preocupação fora fincar os mourões da fronteira, a partir daí então a questão seria romper tais limites em termos de conquista e afirmação no mercado nacional e internacional. Por conseguinte, a tendência natural seria a superação dos limites, que tinham levado a marca da itinerância, quer em termos de atividades econômicas, quer em termos da constância dos deslocamentos das tropas de 1ª e 2ª linhas.

A retomada da navegação pelo rio Paraguai, em decorrência do término da guerra, foi de extrema importância, pois possibilitou o ressurgimento do comércio e, por conseguinte, a ativação do mercado local. Reflexos positivos fizeram-se sentir sobre o comércio de importação, que passou a ser incentivado pelo próprio governo imperial. A partir de 1869, por exemplo, foi concedida isenção de impostos à província de Mato Grosso, com o propósito de minimizar o ônus resultante da situação de guerra.¹²⁹

¹²⁹ Sucessivos decretos foram baixados na década de 70, a exemplo do nº 4.388, de 15 de julho de 1869, que concedia completa isenção dos direitos de consumo às mercadorias pela província de Mato Grosso, assim como os de exportação de gêneros de produção nacional. (BRANDÃO, Jesus da Silva. **Cuiabá: desenvolvimento urbano e socioeconômico - 1825-1945** Cuiabá : Livro mato-grossense, 1991. p. 99).

Os vínculos estabelecidos com a bacia do Prata - vínculo natural de sua malha fluvial e vínculo econômico ao comércio platino — possibilitaram que Mato Grosso se integrasse ao mercado mundial através do desenvolvimento de atividades tradicionais, como a pecuária e o extrativismo. Essa ligação, porém, não deixou de evidenciar uma mesma característica já presente em períodos anteriores, qual seja a dependência de centros importadores de matérias-primas mato-grossenses:

*Esses vínculos permitiram a Mato Grosso integrar-se a um mercado mundial altamente especializado, mesmo sendo uma região marginal para os moldes desse mundo global e, além disso, uma região pouco povoada, desenvolvendo atividades tradicionais como a pecuária extensiva e primitiva ou atividades extrativas de subsistência, economias de menor importância se comparadas ao setor cafeeiro no Brasil, ou aos setores cerealista e pecuarista, na Argentina, na mesma época.*¹³⁰

O desenvolvimento da pecuária, a produção da cana-de-açúcar e produtos extrativistas, tais como mate, borracha e poaia, permitiram a articulação com o mercado externo. A produção açucareira, por exemplo, deteve um aumento significativo, chegando a ser exportada para as áreas de fronteira. *No prazo de 10 anos, de 1873 a 1882, Mato Grosso conseguiu duplicar a produção de açúcar — se em 1873 a produção de rapaduras era de 7.043 unidades, em 1882 esse total ascende a 17.101 unidades.*¹³¹

Nas décadas de 70 e 80, foram alicerçadas as condições para o desenvolvimento das atividades econômicas existentes em Mato Grosso, viabilizando, de forma genérica, transformações nos mecanismos de produção em alguns setores, como a cana-de-açúcar e a pecuária.

Na região do Rio Acima, onde se localizava a capital, a atividade canavieira foi marcada pela modernização dos engenhos, acompanhando o

¹³⁰ CORRÊA, Lúcia Salsa. *A inserção do sul de Mato Grosso ao mercado mundial (1870-1914)*, 1993. p. 1. Mimeogr.

¹³¹ ALEIXO & CASTRO. *Memória histórica da indústria de Mato Grosso*. Cuiabá : FIEMT/IEL/UFMT, 1987. p. 68.

processo ocorrido em outras áreas produtoras, como o Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos engenhos localizados às margens do rio Cuiabá, a marca mais evidente foi a transformação de vários deles em usinas, com utilização de máquinas a vapor, a exemplo da Usina da Conceição, fundada em 1880:

*... a partir dessa época, assinalada pela importação da aparelhagem que iria inaugurar, no engenho da Conceição, o ciclo das usinas movidas por máquinas a vapor, multiplicaram-se os estabelecimentos transformadores da cana-de-açúcar, que pontilharam o rio Cuiabá de centros de admirável atividade industrial. Especialmente na quadra das safras, entre maio e outubro, quando se aviva a população ribeirinha, na faina de abastecer, com os produtores de suas lavouras, as moendas insaciáveis.*¹³²

A Usina da Conceição foi fundada pelo comendador coronel Joaquim José Paes de Barros, de tradicional família de *senhores de engenho*.¹³³ Anos depois, em 1895, seu filho, Antonio Paes de Barros, fundaria, também na margem do rio Cuiabá, a Usina de Itaici, a qual passaria a ser considerada a mais moderna, com produção inclusive de álcool, além do açúcar e da aguardente:

*Por essa época enxameia o rio Cuiabá de embarcações, que vão levar às usinas os artigos de importação e buscar o açúcar fabricado, para oferecer aos consumidores distantes. Chatas, a reboque de lanchas, ou tocadas por zingueiros, barcos acondicionados à mascateação com os ribeirinhos, batelões, a remos, de reduzida capacidade, para cargas menores, e até canoas, tudo contribui para o transporte de sacas de açúcar e garrações ou pipas de álcool ou aguardente. Como também dos produtos da lavoura ribeirinha, que procuram o mercado consumidor franqueado pelas usinas. Principalmente para o corte dos seus canaviais, que as abastecem de matéria-prima, conforme alguns dos convênios adotados.*¹³⁴

¹³² CORRÊA FILHO, Virgílio. op. cit., p. 37.

¹³³ De propriedade de Maria Marques Fontes e Cesário Corrêa da Costa, pertenciam às Usinas de Aricá e Flexas, fundadas também na segunda metade do século XIX.

¹³⁴ CORRÊA FILHO, op. cit., p. 39.

Em contraste com os tradicionais senhores de engenho, que tinham como base de sustentação a mão-de-obra escrava, os usineiros empregaram o trabalho assalariado para o desenvolvimento das tarefas requeridas pelas usinas, exercendo sobre os assalariados todo seu poder de mando:¹³⁵

*A instalação das usinas implicou a instauração de uma nova ordem que buscava, através de transformações econômicas e tecnológicas, dotar a região de potencial responsável pela supremacia da indústria açucareira sobre as demais atividades econômicas. Esta nova ordem fortalecem o poder dos coronéis quanto aos outros segmentos sociais*¹³⁶

Contudo, ao tempo em que ocorria a expansão da produção açucareira, o setor pecuarista debatia-se com o saneamento da epizootia, somente erradicada no início do século seguinte. Porém, graças aos investimentos de capitais estrangeiros realizados em Mato Grosso, inclusive com instalação de empresas estrangeiras, somados à liberação da força-de-trabalho egressa do conflito bélico, a pecuária pôde desenvolver-se. Nas décadas de 80 e 90, a pecuária mato-grossense apresentou importância significativa na exportação do charque, caldo e extrato de carne, produzidos por estabelecimentos industriais de capital estrangeiro.¹³⁷ Esses produtos eram exportados através do porto de Corumbá:

*Vale lembrar, também, que em fins do século passado e nas primeiras décadas do século XX efetuaram-se investimentos estrangeiros nesta área de produção. Surgem capitais platinos e europeus aplicados em terras para criação de gado e instalação de charqueadas, cujos produtos eram exportados por Corumbá com destino, sobretudo, ao mercado argentino.*¹³⁸

¹³⁵ ALEIXO, em sua tese de doutorado, **Vozes no silêncio** - subordinação, resistência e trabalho, em Mato Grosso - 1888 - 1930. São Paulo 1991. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, expõe como as usinas surgiram, à época, como as principais forças formadoras e disciplinadoras da mão-de-obra dispersa pela região.

¹³⁶ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *ibid.*, p. 109-10.

¹³⁷ O Saladeiro de Descalvados, por exemplo, localizado no município de São Luís de Cáceres (antiga Vila Maria) até a data de 28 de maio de 1859 pertenceu ao argentino Rafael Del Sar, sendo adquirido por capital belga e, por fim, pela Brasil Land & Cattle Parking Cia, ligada ao Sindicato Faquhr.

¹³⁸ CORRÊA, Lúcia Salsa. *op. cit.* p. 76.

A atividade econômica mercantil caracterizada pelo comércio de importação e exportação foi vivenciada ativamente por Corumbá, que, em decorrência da reabertura da navegação fluvial platina, assumiu a função vantajosa de distribuição de mercadorias para o abastecimento de outras regiões mato-grossenses. Como resultado dessa atividade, a região meridional caracterizou-se pela *atuação decisiva de elemento estrangeiro no comércio, constituindo-se nessa ocasião num novo componente da economia mato-grossense*.¹³⁹ A isenção de impostos veio facilitar a importação dos produtos para a província como um todo. A nova situação permitiu, inclusive, que houvesse rebaixamento dos preços de alguns produtos, como o sal, beneficiando grandemente a pecuária e permitindo alento às charqueadas.¹⁴⁰

Em Cuiabá, pode-se perceber como as novas facilidades de transporte e de prêmios possibilitaram a instalação de casas importadoras,¹⁴¹ mediante o incentivo ao interesse da população local por tecidos de seda, *cetim, lã com listras de seda, rendas de crochet e crivo, vellundinho de cores, botões de cores para vestidos, soutachés gregas e camisas com peito de linho bordadas*.¹⁴²

Como exemplo típico de articulação com o mercado externo, pode-se citar a Companhia Matte — Laranjeira, cujo desenvolvimento decorreu igualmente das novas condições encontradas nas três últimas décadas do

¹³⁹ CORRÊA, Lúcia Salsa. *ibid.*, p. 71.

¹⁴⁰ Segundo BRANDÃO, *havia barcos exclusivamente utilizados no seu transporte a granel como o patacho argentino Felix Buxareo do armador Jaime Cibils Buxareo. Montagut & Hermanos estabelecidos em Corumbá importavam em 1874 cerca de 2.290 "fânegas" de sal, o equivalente a 313.730 litros. No palhabote argentino Mauser, rebocado pelo vapor Estevão Risso, foram transportados de uma só feita 1000 sacos de 50 kg de sal marinho do Uruguai e 10.000 sacos de 36 kg, grosso comum da Espanha, num total de 436.500 quilos.* (BRANDÃO, Jesus da Silva. **Cuiabá: desenvolvimento urbano e socioeconômico - 1825-1945.** Cuiabá : Livro mato-grossense, 1991. p. 101).

¹⁴¹ Algumas dessas casas pertenciam aos seguintes proprietários: Firmo de Matos & Cia., Carlos Antonio Muniz, Miguel Braga & Fonseca, Veiga & Santana, Pinho & Osório.

¹⁴² A SITUAÇÃO. Cuiabá, 28 out. 1875, p. 4.

século XIX.¹⁴³ A produção e exportação da erva-mate, produto essencialmente extrativista e encontrado largamente na região dos rios Iguatemi e Amambai, na região sul de Mato Grosso, foram garantidas pelo mercado argentino. O argentino Francisco Mendes monopolizou durante todo o período a importação do produto assim como efetuou a transformação da erva bruta em produto industrializado. A exploração da borracha e sua exportação, por sua vez, através da bacia do Prata e rio Amazonas, incentivaram a constituição de casas de importação e exportação na província de Mato Grosso, já a partir de 1870. Tais casas também proprietárias de seringais, exerceram o monopólio do comércio e funcionaram como agentes intermediários de bancos nacionais e estrangeiros.¹⁴⁴

A exportação do látex mato-grossense efetivou-se no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, para São Paulo, Amazonas, Pará e mercado platino (Argentina e Uruguai), assim como para o mercado europeu (França e Inglaterra).

O incremento das exportações mato-grossenses nas últimas décadas do século XIX caracterizou-se por fluxos e refluxos advindos da concorrência do mercado externo e oscilações da demanda e de preços, como, por exemplo, o caso da borracha: *o crescimento da exportação da borracha teve curta*

¹⁴³ A Companhia Matte — Laranjeira foi composta no ano de 1890 por um grupo de *empresários* locais, tendo à frente Tomás Laranjeira. A companhia foi criada com o beneplácito do então governador do Estado, Antonio Maria Coelho, e em razão do apoio financeiro do Banco do Rio e Mato Grosso. Desde 1882, porém, o governo provincial já havia concedido arrendamento das terras devolutas com ervais a Tomás Laranjeira.

¹⁴⁴ Destacaram-se nesse ramo de exportação os seguintes proprietários: Almeida & C.; Orlando, Irmãos & C.; Lucas Borges & C.; Alex Addor; Frederico Josetti; Ferreira & Gonçalves; Hemenegildo Correia Galvão; Joaquim Ferro; Ponce, Azevedo & C.; Caetano Dias da Silva; Pedro Vianna; Gregória Jortti; Dr. Joaquim P. Francisco Mendes; José Estevão & C.; Antônio Dias Pedroso; Henrique Vieira de Queirós; Antônio Leite da Silva Prado; Emiliano Paes da Costa e Aparício da Silva Rondon. (cf. BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária:** algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930). Cuiabá: GENUS, 1991. p. 79).

*duração, explicada pelo surgimento do produto no Oriente, a partir de 1910, com um preço mais baixo oferecido por Mato Grosso.*¹⁴⁵

As bases em que estava assentada a economia mato-grossense no final do século XIX relacionavam-se com as oscilações dos mercados que absorviam seus produtos e pela igual dependência da importação de gêneros de primeira necessidade.¹⁴⁶

O momento vivido pela economia mato-grossense acompanhava os contornos assumidos pela economia nacional em relação ao capitalismo internacional, ou seja, de uma economia agrário-exportadora. É nesse contexto que se podem entender os próprios *contornos* demográficos da província do Mato Grosso, desfavorecida em relação às demais províncias do império, conforme se pode perceber pelos dados apresentados por MARCÍLIO.

À época do recenseamento de 1872, a população de Mato Grosso contava apenas 60.417 habitantes. Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais apresentavam respectivamente contingentes bem mais expressivos, tais como: 819.604, 837.354, 841.539, 1.379.616 e 2.102.689 habitantes. Nessa mesma época, 4.893.944 pessoas viviam na região Leste; 3.093.901 na região Nordeste; 1.570.840 na região Sul; 332.847 na região Norte, e na região Centro-Oeste, composta por Mato Grosso e Goiás, 220.812 habitantes. Em uma população brasileira de 10.112.061 milhões de habitantes, em 1872, a região Centro Oeste ocupava o menor percentual, 2.2%

¹⁴⁵ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *ibid.*, p. 79.

¹⁴⁶ A exploração da poaia que, no início da segunda metade do século em estudo, constituiu-se em um dos poucos produtos de exportação da província, apresentou-se, no final do século XIX e início do XX, como um produto sem expressão na pauta das exportações, em razão da instabilidade dos preços no mercado internacional. A coleta do produto manteve-se, no entanto, nos arredores dos municípios de Vila Maria e Diamantino.

em relação aos 3.3% da região Norte, 30.6% da região Nordeste, 48.4% da região Leste e 15.5% da região Sul.¹⁴⁷

Os dados acima referidos revelam uma desvantagem da província de Mato Grosso em relação às demais e, especificamente, em relação às províncias onde a economia cafeeira estava em expansão, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse aspecto, *a população brasileira deve uma parte significativa de seu crescimento no passado à entrada maciça de imigrantes europeus, motivada como solução alternativa para o problema da mão-de-obra na economia cafeeira.*¹⁴⁸

Com a reabertura da navegação do rio Paraguai, a província de Mato Grosso e, especificamente, Corumbá, Cáceres e Cuiabá, passaram a receber, em escala moderada, se comparada às províncias do centro-sul, imigrantes platinos e europeus. O final do conflito bélico não implicou imediatas mudanças no cotidiano da população mato-grossense. A reorganização urbana e econômica das vilas localizadas ao sul da província, a exemplo de Corumbá e Dourados, diretamente atingidas, exigiu um tempo mais longo de recuperação. De modo geral, essa reabilitação ocorreu de forma lenta, mesmo para aquelas localidades, como Cuiabá, onde o confronto bélico não se efetivou concretamente. A perda de contingentes populacionais, provocada pela guerra e pela varíola, havia reduzido significativamente o número de habitantes da província, como um todo.¹⁴⁹ Essa afirmativa leva em conta a queda de cerca de 12.000 habitantes no período. Ou seja, de 64.000 em 1862, a população da província foi reduzida para 52.000 no ano de 1869.

¹⁴⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit., p. 18.

¹⁴⁸ GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. A população brasileira de 1872 a 1970: crescimento e composição por idade e sexo. In: Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade e migrações). **Cadernos CEBRAP**, n° 16. São Paulo : CEBRAP, 1973. p. 30.

¹⁴⁹ Para termos uma noção das perdas de homens no império brasileiro e, por conseguinte, em Mato Grosso, como decorrência exclusivamente da Guerra do Paraguai, faz-se oportuno lembrar que o Brasil fora obrigado a mobilizar cerca de 200 mil homens, levando aos campos de batalha 139 mil, e sofrera mais de 30 mil baixas, entre mortos e feridos. (SOUSA JÚNIOR, Antônio de. op. cit., p. 314).

O crescimento demográfico a partir dos anos 70 foi decorrente tanto do crescimento vegetativo como das migrações internas, procedentes de outras províncias brasileiras. Some-se a esses dois fatores, em menor escala, a entrada de migrantes dos países platinos, particularmente do Paraguai.

O quadro a seguir demonstra o movimento de *recuperação* da população, poucos anos após o fim da guerra e na década seguinte.

QUADRO Nº 4
POPULAÇÃO DE CUIABÁ E PROVÍNCIA DE MATO
GROSSO: 1869-1890

ANO	CUIABÁ	MATO GROSSO
1869 (1)	30.117	52.000
1872	35.987	60.417
1879	37.020	65.321
1890	27.093 ¹⁵⁰	92.827

FONTE: (1) ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**. Brasília: Ministério da Fazenda. Departamento de Administração. Divisão de Documentação. 1984, p. 53. BUENO, Francisco Antonio Pimenta. **Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregada a província de Mato Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura, de 27 de março de 1879**. Rio de Janeiro: Nacional, 1880, p. 75. I.B.G.E. Recenseamento do Brasil. 1872. Recenseamento do Brasil. 1890.

Observa-se um aumento expressivo da população da província de Mato Grosso, em 1890, em relação às décadas anteriores, com fenômeno inverso para a capital, Cuiabá, cuja população apresenta decréscimo significativo. A explicação para tal decréscimo pode ser encontrada nas perdas territoriais ocorridas na década de 80, em razão do desmembramento

¹⁵⁰ Estão incluídos os contingentes das freguesias das paróquias Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Sant'Anna do Sacramento e São Gonçalo de Pedro II, porém não os de Santo Antônio do Rio Abaixo, em razão de seu desmembramento, em 1890.

de alguns distritos (freguesias), refletindo-se sobre a composição da população do município de Cuiabá.¹⁵¹

Não dispomos de dados demográficos a respeito do crescimento vegetativo referente à província de Mato Grosso. No entanto, os números de imigrantes, 81 e 958, apresentados nos recenseamentos de 1872 e de 1890, respectivamente, permitem que percebamos a pouca expressividade da migração platina e européia em direção à província em questão. O crescimento ocorrido entre os dois recenseamentos pode ser atribuído à vinda de imigrantes de outras províncias e ao crescimento vegetativo. Pelo censo de 1890, foram registrados em Mato Grosso apenas 958 estrangeiros, sem indicação sobre sua procedência. Desses, 163 estavam em Cuiabá e em Corumbá e Cáceres, 252 e 258, respectivamente. Ficam, aqui, algumas indagações. Mesmo considerando as dificuldades inerentes ao pós-guerra, teriam entrado na província tão poucos imigrantes? Não seria possível que tais estrangeiros tivessem escapado da contabilização por falha dos recenseadores e/ou por atitude de *sonegação* de informação por parte dos próprios imigrantes?

A imigração de contingentes dos países vizinhos era vista por parte dos administradores como pouco contributiva para o desenvolvimento da província. Os paraguaios e a população latina em geral eram tomados como portadores de *má índole*, conforme se pode perceber através dos relatórios dos presidentes da província, no final do anos 70 e na década seguinte. A manifestação do presidente João José Pedrosa, em 1879, é um exemplo disso.

¹⁵¹ Exemplo disso são: Nossa Senhora do Livramento (ex-São José dos Cocais), que desde 1835 era distrito do município de Cuiabá, elevado à categoria de município por Lei provincial de 21-05-1883. Esse desmembramento implicou, por parte de Nossa Senhora do Livramento, a incorporação das freguesias de Nossa Senhora das Brotas (atual Acorizal) e de Nossa Senhora da Guia, auferidas do município de Cuiabá. Ainda, Santo Antônio do Rio Abaixo (hoje Santo Antônio do Leverger), desmembrado de Cuiabá e elevado à categoria de município em julho de 1890, com instalação em 1900. Ressalte-se que em 1899 o distrito de Brotas voltou a ser incorporado ao município de Cuiabá. (I.B.G.E. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. vol. XXV).

*O que não me parece fora de dúvida é que não há muita segurança individual no interior da Província devido isto não só à impunidade com que contão os criminosos, pela facilidade da evasão, como principalmente, à má índole, geradora do crime, de uma parte da população adventícia, de ordinário já foragida de outras Províncias e das repúblicas vizinhas. Desgraçadamente, a imigração que enquanto procura esta Província tão remota, tão extensa e, pôr isso, ainda pouco policiada, não pode-se recomendar muito pelos costumes e respeito às leis. Ella traz consigo uma porção da espuma social, das populações vizinhas, acossada pela polícia ou pela animadversão dos conterrâneos, e desde que não encontre autoridades fortes, vigilantes e enérgicas para reprimirem-lhe aos máos instintos que a domina, comprehendeis que o crime há de ter incentivos para desenvolver-se facilmente.*¹⁵²

A imigração almejada pelos presidentes da província era a européia, porém esta era dirigida em grande escala para as regiões mais desenvolvidas do império e com maiores recursos econômicos para agenciar a vinda de estrangeiros. Entretanto, Mato Grosso passou a contar com a presença de latinos, ainda que em pequena escala, e contrariamente à posição das autoridades paraguaias, que procuravam mostrar as inconveniências de homens e mulheres emigrarem para a província de Mato Grosso: clima quente, extrema insalubridade, *estado de incultura de sus campos, absoluta incomunicación com el resto del imperio y el atraso material en que se encuentra ...*¹⁵³

Para os latinos, especificamente paraguaios, a vinda para Mato Grosso pode ter representado uma forma de livrar-se das conseqüências de viver em um país dizimado pela guerra, ao tempo em que a proximidade geográfica e a própria existência de conterrâneos radicados na província, constituíram-se para eles em pontos de atração. Sendo ou não benquistos, os latinos — homens e mulheres — fizeram-se presentes em Mato Grosso.

¹⁵² MATO GROSSO. Presidente da província (1878-1879: Pedrosa). Relatório com que o presidente da província de Mato Grosso, João José Pedrosa, abriu a 2ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro de 1879.

¹⁵³ LA REFORMA. Asunción, febrero 24 de 1876.

Além do acampamento militar de Várzea Grande, criado durante a guerra, onde os paraguaios concentraram-se e estabeleceram relações com a população ribeirinha, tal fato também ocorreu em Cuiabá. Estiveram presentes nas paróquias de São Gonçalo de Pedro II e do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, casando-se e registrando seus filhos em anos imediatos ao término do conflito e na década seguinte. Particularmente na paróquia Senhor Bom Jesus, casamentos e batizados de homens, mulheres e crianças paraguaios foram registrados. Militares brasileiros e paraguaias estabeleceram laços na forma de sacramento religioso e/ou mediante uniões consensuais.

A documentação paroquial fornece informações sobre esses homens e mulheres, que fixaram moradia em Cuiabá no período pós-guerra. Tal documentação revela, ainda, a predominância das migrações internas em direção a Cuiabá, procedentes de outras províncias brasileiras, em relação à estrangeira. Permite que venham à tona fragmentos da vida dos militares brasileiros advindos de outras províncias, que acabaram por fixar moradia e por constituir família em Cuiabá.

PARTE II

PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ: A CIRCUNSCRIÇÃO DO OBJETO

*O passado nunca está morto.
Sequer é passado.
William Faulkner*

II.1 O TEMA DA ILEGITIMIDADE E OS REGISTROS PAROQUIAIS

A proposta de estudo dos padrões da ilegitimidade na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá ganha novos contornos e desdobramentos a partir do momento em que o leque das possibilidades de análise passa a comportar preocupações voltadas à inserção dos ilegítimos nas formas de organização familiar.

O embasamento de fontes para a efetivação deste estudo são os livros de registros de batizados encontrados no arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. A utilização de tal acervo, inédito para a história da paróquia em questão, sugere um trabalho de crítica das fontes em relação ao estado e conteúdo dos referidos registros. Contudo, a tarefa de localizar o tema da *ilegitimidade* no campo da produção historiográfica é dado caráter de precedência no desenvolvimento do capítulo.

Com tal propósito, esforços serão envidados no sentido de que possamos perceber o tratamento dado pelos estudiosos à questão, através do percurso, ainda que parcial, da historiografia estrangeira e nacional pertinente à temática.

Vários estudos¹⁵⁴ inserem a ilegitimidade no quadro das grandes transformações pelas quais passaram as sociedades do Ocidente europeu. Transformações essas que levaram tanto à Revolução Industrial como ao processo de secularização dessas sociedades, culminando em mudanças

¹⁵⁴ A exemplo de SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne: XVIIIe - XXe siècle*. Paris : Seuil, 1977. STONE, Lawrence. *Familia, sexo y matrimonio en Inglaterra (1500-1800)*. México : Fondo de Cultura Económica, 1990; FLANDRIN, Jean Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa : Estampa, 1992.

gradativas nas normas morais, assim como em violação nas normas de honra das comunidades.

A violação das normas de honra, no entendimento de STONE, é exemplificada com o fenômeno do aumento dos filhos bastardos na sociedade inglesa do século XVIII. Segundo ele, o aumento de crianças bastardas representa a desintegração social e o colapso de todas as normas de honra, e ocorre basicamente entre os grupos sociais demasiadamente pobres. Estes, na medida em que não estavam submetidos às mesmas repressões que recaíam sobre as classes proprietárias de terra, distanciavam-se das idéias de defesa do patriarcalismo, da lealdade ao Estado autoritário e da extrema inibição sexual.

Entre suas preocupações, propõe-se a diagnosticar a ilegitimidade através de um quadro tipológico segundo as circunstâncias da concepção:

a) o primeiro diz respeito ao abandono da mãe e da criança por parte do sedutor, apesar das promessas de casamento;

b) o segundo diz respeito também à sedução, agora, porém, por alguém de nível social mais elevado e com autoridade sobre a moça, geralmente o (seu) senhor da casa ou pessoas a ele ligadas. A gravidez poderia culminar com a dispensa da moça por parte do senhor ou em casamento com outro homem que não o pai de seu futuro filho;

c) finalmente, como componente desse quadro, encontra-se aquele identificado com o comportamento sexual promíscuo da mulher.

Essas circunstâncias, devidamente contextualizadas (Inglaterra dos séculos XVI ao XVIII), revelariam para STONE, além das transformações sociais e morais, situações bem específicas dos grupos mais pauperizados. Ou seja, para essa classe, referida pelo autor como a classe dos trabalhadores rurais sem terra e dos trabalhadores urbanos sem propriedade, ou ainda, os vagais, os sem-lugar, os marginalizados, a virgindade não era importante. A

previsão, a prudência e a planificação eram elementos desvestidos de importância para o seu sombrio futuro econômico. Seria essa a classe que tendia a ter filhos ilegítimos, considerados os únicos bens, as únicas posses para os pais.

A perspectiva de análise de STONE contém tanto pontos de aproximação como de distanciamento em relação a outros estudos. BRETTELL¹⁵⁵ pode ser tomada como referência. Ela procura explicar as razões pelas quais Portugal, tanto no contexto da Europa mediterrânea, como no da Europa católica, comportava taxas de ilegitimidade anormalmente elevadas até a primeira metade do século XIX. Com tal objetivo, a autora percorre os seguintes níveis de análise:

- a) o contexto socioeconômico da ilegitimidade;
- b) o comportamento promíscuo da mulher, cuja designação é de *mulheres sem vergonha*;
- c) a *subsociedade com propensão para a bastardia*, e
- d) o significado da bastardia.

Nos níveis de análise propostos por STONE e BRETTELL, podemos identificar, pelo menos, dois pontos de aproximação, quais sejam as categorias *comportamento promíscuo da mulher* e *subsociedade com propensão para a bastardia*.

BRETTELL identifica essa *subsociedade* no escalão mais baixo da hierarquia socioeconômica portuguesa, e ela comporta criadas, jornaleiras e filhas de caseiros. Identifica, ainda, laços de parentesco entre essas mulheres. De modo mais amplo, relaciona os outros dois níveis propostos — o contexto

¹⁵⁵ BRETTELL, Caroline B. **Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota**. Lisboa : Dom Quixote, 1991.

socioeconômico e o significado da bastardia — tanto à emigração masculina colada à estrutura fundiária da região, quanto ao papel da Igreja Católica local.

No que diz respeito à maciça emigração masculina ocorrida a partir do século XVIII, teria ela acentuado o papel das mulheres como fonte de auxílio, tanto na agricultura como em outras atividades, possibilitando, de um lado, a auto-suficiência econômica dessas mulheres e, de outro, um certo relaxamento dos costumes e da moral. Assim, a falta de braços dos filhos e genros na lavoura era suprida pelas filhas solteiras e noras. As filhas que permaneciam na terra passavam a ser consideradas, pelos pais, não somente como apoio moral, mas, principalmente, como fonte de auxílio econômico.

Derivaria daí a possível aceitação, pelos pais, da quebra dos valores morais por parte das filhas. Estas, uma vez grávidas, assumiam o nascimento e criação do filho, independentemente de compromisso matrimonial com o pai da criança. Como nem sempre o retorno do namorado ou noivo emigrante era um dado certo, para aquelas mulheres o dar à luz adquiria conotação de *segurança*. Além de constituir uma família, significava, pois, a possibilidade de seus filhos serem aceitos pelos avós e pela comunidade.

Inferese-se que, na zona rural minhota, os filhos de *pais incógnitos* eram aceitos e considerados não *como uma boca a mais para alimentar*, mas, como mão-de-obra em potencial para trabalhar na lavoura. As mães portuguesas, neste caso específico, constituíam-se em mulheres pobres, trabalhadoras, que, mesmo *enraizadas* e veladas por códigos éticos mais conservadores, também concebiam filhos ilegítimos.

SHORTER, ao analisar as mudanças de comportamento e de valores no seio das famílias européias dos séculos XVIII e XIX, ressalta como responsável por essas mudanças a substituição da economia tradicional moral para a economia moderna de mercado. Esta, no seu entendimento, teria

afetado mais diretamente as classes inferiores da sociedade, sendo as primeiras a realizar uma revolução sexual.

Segundo a concepção de SHORTER, na base do individualismo econômico, inerente às relações capitalistas de mercado, teriam se desenvolvido, tanto em homens quanto em mulheres, o prazer pessoal e o desejo de liberdade. Um indicador para tal situação seria a constatação de um grande número de nascimentos de crianças ilegítimas na França e Inglaterra, no período citado. Tal fenômeno estaria intimamente relacionado a um comportamento sexual diferenciado entre os jovens, principalmente entre as mulheres. Os encontros entre casais, antes geridos pela comunidade, passariam a ser administrados pelos próprios jovens desejosos de uma *sexualidade recreativa*, menos prudente e mais prazerosa.

Tanto SHORTER quanto STONE relacionam a liberdade de escolha de parceiros entre os despossuídos à liberação do domínio paterno, implicando menos compromisso com a família e a comunidade, bem como o rompimento com as normas tradicionais. Em decorrência desses e de outros fatores, explicar-se-ia a ilegitimidade.

STONE, por sua vez, aponta a existência de uma maior liberdade por parte dos despossuídos na escolha do(a) companheiro(a). A pouca influência paterna sobre os filhos era exercida na medida em que parte deles deixava a própria casa, formando uma população flutuante de adolescentes livres do domínio paterno.

No entendimento de FLANDRIN,¹⁵⁶ não se pode pensar o fenômeno da ilegitimidade sem que este seja evocado ao sistema cristão, pois, na prática, o referido sistema não era integralmente aplicado. O seu irrealismo e a sua dureza eram minimizados pela concubinação dos ricos, pelo celibato

¹⁵⁶ FLANDRIN, Jean-Louis. op. cit., p. 193.

prolongado ou definitivo dos pobres e pela vida sexual *dissoluta* dos celibatários.

Segundo esse autor, tanto na Idade Média como no século XVIII, a concubinação podia estar presente em todos os níveis sociais, entre os miseráveis, ricos e celibatários. Entre os primeiros, porque não tinham como arcar com as despesas do casamento, e entre os ricos, pela questão moral. Estes últimos, geralmente, davam ouvido aos moralistas defensores do pressuposto de que os homens deveriam criar e educar seus bastardos tão bem como os filhos legítimos. A concubinação, nesse caso, constituía-se em uma forma de poligamia.

FLANDRIN enfatiza que a concubinação estava adaptada às estruturas não-igualitárias da sociedade e permitia aos bastardos sobreviver. A queda da porcentagem de nascimentos ilegítimos, como produto de concubinação, entre os séculos XVI e meados do XVIII, nos campos franceses, é explicada, em parte, como resultado da atuação da Igreja. O fato de a Igreja ter passado a impor aos sedutores o casamento com as moças seduzidas, bem como adotado a prática da excomunhão, teria levado muitos jovens sem posses a optar pelo celibato e, ou, pelo casamento tardio.

Sem querer apreciar outros méritos, atentamos para a afirmação de FLANDRIN,¹⁵⁷ de que tanto o aumento de nascimentos ilegítimos quanto o abandono de crianças (mais ou menos na segunda metade do século XVIII) podiam ter outras causas que não a falta de religião e a imoralidade, como, por exemplo, a explosão demográfica, a proletarização e o empobrecimento dos assalariados. E, por fim, de que esse conjunto de mudanças revelaria nada mais do que uma *transformação dos costumes e, ou, a cristianização dos costumes*.

¹⁵⁷ Ibid., p. 225.

RODRIGUES¹⁵⁸ avalia a ilegitimidade em Portugal por uma ótica *sui generis*. Ao estudar a emigração portuguesa para o Brasil, através dos passaportes obtidos junto ao governo civil de Viana do Castelo, no período de 1835 a 1860, constata a presença de um grupo específico de emigrantes: expostos, filhos ilegítimos e órfãos. Esse grupo é classificado pelo autor como *aqueles situados num quadro familiar precário*, ou seja, todo emigrante cujo núcleo familiar se ressentia de um dos genitores.

Conforme constatado pelo autor, é em Caminha, Viana do Castelo e Valença, ao norte de Portugal, que se encontram mais emigrantes sem pais. Trata-se de localidades com porto de mar ou praça militar. Desses emigrantes em direção ao Brasil, os órfãos atingiram a maior expressão numérica, sendo que a idade do grupo, como um todo, se situava abaixo dos 21 anos, posicionando-se a média etária nos 15 anos. No primeiro caso, os órfãos de pai, diante das novas núpcias da mãe, eram forçados a partir, supostamente com a herança recebida. RODRIGUES diz tratar-se de jovens que haviam recebido instrução, pois todos sabiam ler, escrever e contar, enfim, preparados e habilitados.

Se, de um lado, o autor caracteriza os representantes desse grupo como *depauperados familiarmente*, por outro, ressalta que tiveram bons apoios de familiares que lhes permitiram iniciar uma trajetória profissional em condições de obterem êxito em terras brasileiras.

RODRIGUES nos chama a atenção no sentido de não relacionarmos necessariamente, e quase de forma automática, o grupo de órfãos, expostos e ilegítimos com aquela parcela da população situada no mais baixo escalão da hierarquia social e, por conseguinte, potencialmente tendente a ter filhos ilegítimos. Esse grupo de emigrantes se distanciaria de tal propensão,

¹⁵⁸ RODRIGUES, Henrique Fernandes. Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil. In: **Congresso de Demografia Histórica**. (3. : 1993 : Braga). Mimeo. Comunicação.

segundo o autor, por ter usufruído *boas condições sociofamiliares e financeiras* em sua terra de origem.

Em âmbito de Brasil, os estudos sobre ilegitimidade, mesmo sustentando-se em registros paroquiais como fontes principais, não dispensam a documentação não-serial. Atente-se para o fato de que praticamente todos aqueles que lançaram mão do uso dos registros paroquiais o fizeram analisando o objeto — ilegitimidade — num período situado entre 30 e 100 anos. Atente-se, também, para o caráter regional dos trabalhos. Estes, à medida em que são realizados, principalmente no meio acadêmico, vêm permitindo que se vislumbre em nosso passado a trajetória de uma ampla parcela da população, então *esquecida* e sem direito à cidadania.

Constituem-se, esses trabalhos, em propostas metodológicas concernentes à sociedade colonial e imperial, o que implica dizer que muitos deles acabam por propor uma história da população brasileira¹⁵⁹ a partir de temáticas como família, criança, concubinato, bastardia, etc.

NIZZA DA SILVA,¹⁶⁰ ao indicar fontes existentes nos arquivos brasileiros, importantes para o estudo tanto do sistema de normas jurídicas em relação ao casamento, quanto do sistema de normas e comportamentos sociais, contribui para o entendimento do fenômeno da ilegitimidade no Brasil colonial. A autora trabalha com vários aspectos da vida conjugal, tais como sexualidade, procriação, rapto por sedução ou violência, concubinato, obstáculos ao casamento, etc. As análises das fontes apontadas possibilitam a compreensão do outro lado do sistema de casamento de acordo com as leis da Igreja e do Estado, revelando o casamento pela *lei da natureza* — o concubinato ou mancebia. Dentre as fontes, destacam-se: As

¹⁵⁹ NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte : ABEP, 1994. p. 4.

¹⁶⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo : Ed. Universidade de São Paulo, 1984.

CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, recenseamentos, inventários e testamentos, correspondência entre bispos e os párocos das freguesias, relatos de visitas pastorais, róis de desobriga, processos de concubinato eclesiástico.

Outro exemplo que merece destaque é MATTOSO,¹⁶¹ que, também utilizando-se de variadas fontes, como os registros paroquiais, recenseamentos, testamentos e inventários, cartas de alforrias e outras mais, analisa a população de Salvador no século XIX. Em quatro dos cinco capítulos de sua obra, a família é o objeto de estudo, sendo analisada em vários aspectos, com desdobramentos acerca da família de livres, libertos, escravos, estratégias matrimoniais, filiação (filhos legítimos, legitimados, naturais, e adotivos).

Constata-se dupla preocupação de MATTOSO na obra em apreço. Por um lado, busca dar conta da dinâmica demográfica da família, ao relacionar, por exemplo, a proporção dos nascimentos ilegítimos em relação ao total de nascimentos dentre a população livre e escrava. Por outro, sobressai uma preocupação em recorrer a métodos interdisciplinares para diagnosticar padrões, mecanismos e comportamentos entre os membros da família. Como ilustração, exemplificamos aqui a relação que a autora faz entre raptos e estupros em uma das paróquias de Salvador, numa tentativa de captar modelos de comportamento de homens e mulheres, originados ou não de famílias legalmente constituídas.

MARCÍLIO, por sua vez, após sistemáticas análises sobre a população brasileira,¹⁶² concluiu que os níveis de bastardia e de uniões consensuais estáveis, no seio da população livre, foram sempre elevados no

¹⁶¹ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo : Corrupio, 1988.

¹⁶² MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo : Pioneira, 1973. _____. *Caçara: terra e população - estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo : Paulinas, 1986.

Brasil colonial, podendo chegar à proporção de quase 70% de nascimentos ilegítimos. Segundo essa autora, o fenômeno da ilegitimidade, pelas dimensões de suas conseqüências, tem importância considerável para a história social e para a história do povoamento do Brasil. E a proliferação de filhos ilegítimos, nesse país em vias de povoamento, é incontestável.

As hipóteses levantadas por MARCÍLIO a respeito desse fenômeno para São Paulo (1750-1850) referem-se às dificuldades da realização dos casamentos, seja em razão da exigência de vários papéis a serem apresentados pelos noivos, seja pelas taxas cobradas pela Igreja. Some-se a isso uma certa tendência entre homens e mulheres a uma *vida fácil*. A autora lembra, ainda, a desproporção entre o número de homens e mulheres, ou seja, as mulheres eram mais numerosas que os homens, fator que proporcionava a mancebia. A presença dos ilegítimos pode ser entendida, ainda, como um dos componentes da sociedade escravista, onde as escravas comumente concebiam filhos de seus senhores.

Afirma LONDOÑO¹⁶³ que, no Brasil colonial, o casamento imposto e reconhecido pela Igreja foi o matrimônio católico conforme determinado pelo Concílio de Trento, de 1563, devendo sobrepor-se aos costumes matrimoniais indígenas e aos diversos relacionamentos dos portugueses com as mulheres nativas. Porém, apenas a partir do início do século XVIII, com a elaboração das CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, é que a Igreja colonial passou a receber uma orientação de conjunto, plasmada em um corpo doutrinal e normativo, visando-se com isso à implantação da catolicidade.

Implantar a catolicidade implicaria corrigir os escândalos e a negação da moral católica, existentes nos trópicos e propiciados por vários

¹⁶³ LONDOÑO, Fernando Torres. *El concubinato y la Iglesia en el Brasil colonial*. Estudos CEDHAL, São Paulo, nº 2, 1988.

fatores: imensidão do território, isolamento dos povoados, vastidão das dioceses, condescendência e cumplicidade do clero e, por fim, a precariedade de vida da população.

Dentre os escândalos considerados pelas autoridades, encontrava-se o concubinato, como decorrência da dificuldade dos laicos brasileiros em guardar a castidade. O concubinato aparece, nas CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, do ano de 1707, como um dos crimes a ser combatido por meio da estrutura eclesiástica: párocos, visitadores, juízes eclesiásticos e bispos. Objetivava-se, portanto, implantar o modelo católico de constituição da família, como espaço de controle da Igreja sobre a população.

Segundo LONDOÑO, as visitas diocesanas culminavam por condenar homens e mulheres que viviam com outras pessoas como se estivessem casados. A evidência dessas relações era a existência dos filhos tidos pelo casal durante a união, sem a realização do matrimônio. Esses filhos eram considerados pela Igreja Católica como ilegítimos.

Ao investigar a trajetória da mulher brasileira desde o início da colonização até o período que precedeu à independência, PRIORE¹⁶⁴ faz uso, além de outros documentos, dos processos eclesiásticos. Esse exame permitiu à historiadora registrar a ação da Igreja na pregação de um ideal de procriação: aquele exclusivo do casamento.

O moralismo eclesiástico perseguia, segundo a autora, infrações relativas ao uso da sexualidade. Por sua vez, as mães solteiras apropriavam-se com muita habilidade das leis da Igreja para resolver os problemas advindos da gravidez indesejada através de *queixas às autoridades: fuga de noivo, honra perdida*, etc. Independentemente da classe social a que pertencessem,

¹⁶⁴ PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993.

essas mulheres, quando seduzidas e grávidas, almejavam estabilidade e proteção.

A Igreja, segundo a autora, protegia essas mulheres, incitando-as a redimirem-se pelo exercício do papel de mãe em torno do filho ilegítimo. Esses filhos de mães solteiras eram tidos como *naturais* e reconhecidos como filhos de *pais incógnitos*.

Poucas opções apresentavam-se para essas mulheres quando não viam suas súplicas serem atendidas: abandono, infanticídio, criar sozinhas seus filhos. Por outro lado, afirma PRIORE que a constatação de circulação de crianças entre vizinhas e comadres revelaria uma rede de solidariedade estabelecida entre as mães solteiras e a comunidade. E sobre essas mulheres a Igreja teria encontrado um espaço próprio para normatizar a população da sociedade colonial.

Visava-se valorizar o casamento e com isso converter a população *feminina a um modelo de comportamento que fosse útil ao projeto colonizador e civilizador*.¹⁶⁵

Também SOUZA¹⁶⁶ chama a atenção para a existência de famílias à margem do vínculo do matrimônio, consideradas ilegais e ponto de preocupação das autoridades mineiras do século XVIII. Tanto assim que os aparelhos repressivos nunca deixaram de ser acionados no sentido de enquadrar a população desclassificada nos moldes do sistema colonial. Uma das soluções encontradas foi impor e, ao mesmo tempo, aceitar, os casamentos mistos. Mesmo assim, afirma a autora, um vasto contingente de mestiços originados de uniões ilícitas aumentava o número dos socialmente desclassificados em Minas. A família da gente livre

¹⁶⁵ Ibid., p. 66.

¹⁶⁶ SOUZA, Laura de Mello e. op. cit., p. 143-44.

pobre estruturou-se independentemente dos laços matrimoniais.

Ressalta, ainda, SOUZA, que esse contingente foi, no século XVIII, predominantemente de origem negra e mestiça, bastarda e oriunda de domicílios dirigidos por mulheres sozinhas.

Para VAINFAS,¹⁶⁷ no Brasil os segmentos pobres deixavam de se casar, não por terem escolhido qualquer forma de união oposta ao sacramento católico e pelos obstáculos financeiros e, ou, burocráticos, e sim, por viverem num mundo instável e precário onde a itinerância fazia parte de suas vidas.

DIAS,¹⁶⁸ já atentava, em seus estudos em meados da década de 80, para a presença de mulheres sós com maridos ausentes, na população da cidade de São Paulo no século XIX. Segundo a autora, os séculos XVII e XVIII, fortemente marcados pelo processo de povoamento de arraiais de mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, acentuaram a presença feminina na vida urbana em decorrência dos costumes itinerantes dos homens mineradores, comerciantes e tropeiros em direção às ditas regiões. Enfatiza DIAS que o fenômeno de mulheres solteiras, chefes de família, parece peculiar à urbanização como um todo no Brasil colônia, mantendo-se vivo em São Paulo nas primeiras décadas de século XIX. E vai além, ao procurar apresentar mais explicações para tal fenômeno:

Torna-se impossível fixar causalidades precisas num processo amplo e abarcante de todo um meio social complexo em mudança. Basicamente, prendia-se ao sistema de dominação social das classes dominantes e à perpetuação dos privilégios adquiridos, de que a estrutura familiar era um instrumento estratégico. Estipulava papéis sociais difíceis de serem mantidos por homens ou mulheres de classes desfavorecidas, embora alguns de seus valores permeassem por toda a sociedade como traços machistas dos papéis sociais masculinos. Entretanto, normas e valores ideológicos relativos ao casamento e à organização

¹⁶⁷ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

¹⁶⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo : Brasiliense, 1984.

*da família nos meios senhoriais não se estendiam aos meios mais pobres de homens livres sem propriedades a transmitir. Moças pobres sem dotes permaneciam solteiras ou tendiam a constituir uniões consensuais sucessivas.*¹⁶⁹

Indiscutível é a afirmação de que, ao tratar dessa problemática, tende-se a avançar para os múltiplos fatores desencadeadores de tal fenômeno. E ao fazê-lo defrontamo-nos com uma rede intrincada de novos elementos que acabam por revelar quão vasto é o universo sociocultural do qual os filhos ilegítimos faziam parte. Dissociá-los da estrutura da sociedade colonial e imperial brasileira, do processo de formação do Estado, da *performance* da população, branca, negra e índia, da influência e domínio da Igreja Católica, assim como da atuação do clero local e, por fim, da família legalmente constituída e das uniões consensuais estáveis, é não dar à questão o seu devido lugar no processo histórico.

No dizer de THOMPSON,¹⁷⁰ *não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses*, e a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos sociais. Ressalte-se que não estamos querendo dar aos ilegítimos uma conotação de classe social, mas de uma categoria social e, sobretudo, de uma condição social. Uma *condição* ou um *estado*, o de ter nascido fora do matrimônio; enfim, bastardo.

Essa condição na sociedade brasileira dos séculos passados *era mais ampla e, principalmente considerando a cultura colonial, denotava alguma diferença na casta, ou seja, uma condição social definida pela mestiçagem.*¹⁷¹

Enquanto nos países da Europa ocidental, a existência dos ilegítimos podia revelar transformações estruturais profundas, geradas por mudanças no modo de produção tradicional para o moderno, nos costumes,

¹⁶⁹ Ibid., p. 20.

¹⁷⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. v. 1. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. p. 10.

¹⁷¹ NADALIN, Sérgio Odilon. op. cit., p. 23.

valores e comportamento da população, no Brasil seria resultante do próprio movimento de um meio social em vias de *assentamento*, seja ao nível das instituições, seja ao nível das classes sociais, num processo de *fazer-se*¹⁷² historicamente.

As explicações para o fenômeno da ilegitimidade na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá poderão ser feitas na medida em que as fontes forem fornecendo pistas e os registros decifrados. Resta-nos fazer uma apresentação acerca do estado e conteúdo dos registros de batizados da referida paróquia no período de 1853 a 1890.

Primeiramente, cabe chamar a atenção para a ausência dos livros de batizados da paróquia em estudo, referentes aos anos de 1850 a 1853. Lamentavelmente, não há como recuperar esses registros e dos registros, certamente, a pesquisa ressentir-se-á da falta dos dados. A ausência desses três anos, porém, não será tão grave a ponto de não percebermos a evolução da população batizada relativa aos padrões de filiação.

As explicações para a ausência de livros, assim como para as poucas peças documentais referentes ao século XVIII, tanto para a paróquia da Sé como para as demais paróquias da diocese de Mato Grosso, em que pese às especificidades locais, não diferem de explicações dadas por estudiosos e historiadores de outras regiões brasileiras, e até mesmo de outros países, a exemplo de Portugal,¹⁷³ para os séculos passados. Há um consenso de que a perda da documentação eclesiástica deve-se às condições deficientes de conservação e da incúria com que essa documentação foi tratada pelas autoridades laicas e eclesiásticas.

¹⁷² TO MAKE, ou o "fazer-se", é proposto por E. Thompson para ressaltar o movimento do "autofazer-se" das classes sociais ao longo da história, num processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionantes.

¹⁷³ MENDONÇA, Manuela. **Inventário colectivo dos registos paroquiais**. Lisboa : Secretaria de Estado e Cultura, 1993. v. 1. Texto introdutório de MENDONÇA, Manuela.

Ressalte-se que, em Portugal, o Sínodo de Lisboa, de 1536, é considerado como o momento da oficialização dos registros em *Livro próprio* de batismo. Apenas com o Concílio de Trento (1545-1563) é que se tornou realidade o estabelecimento da exigência da *norma oficial e de cumprimento obrigatório de registrar nas Igrejas, em Livro próprio, os batismos e casamentos*. O estabelecimento de igual obrigatoriedade para os registros de óbito viria apenas em 1614, por determinação do Papa Paulo V. Para o Brasil e demais possessões portuguesas, pelo menos teoricamente, essas normas foram estendidas, porém formalizadas apenas no início do século XVIII com as CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), em vigor até o final do século XIX. A efetivação dos assentos de registros vitais poderia variar não apenas de diocese para diocese como de paróquia para paróquia, considerando a organização da Igreja em âmbito local. Como o ato de batizar e de lavrar os assentos era uma das funções dos párocos, é possível dizer que a eficácia da obrigatoriedade de batizar as crianças resultava mais do esforço deles do que dos próprios pais.

O padre [nesses casos] era muitas vezes obrigado a se deslocar quilômetros para celebrar batismos, retornando, após certo tempo, para transcrevê-los nos livros apropriados, na sede da paróquia, o que poderia eventualmente levar à perda de alguns registros ou de alguma informação, resultando daí a existência *de sub-registros ou subenumerações*.¹⁷⁴

Nos livros de registro da paróquia em estudo são encontrados vários locais e capelas onde ocorriam os batismos:

- Capela do Palácio Episcopal;
- Igreja Nossa Senhora da Boa Morte;
- Capela de Nossa Senhora da Misericórdia;
- Capela do Bom Despacho;

¹⁷⁴ NADALIN, Sérgio Odilon. op. cit., p. 37.

- Capela de Nossa Senhora dos Passos;
- Capela São João dos Lázaros;
- Capela do Coxipó do Ouro;
- Oratório do Palácio Presidencial;
- *No Engenho de Itacolomi* ;
- *No lugar denominado Bicudo*;
- *No lugar denominado Urumbamba*;
- *No lugar denominado Flexas*;
- *No lugar denominado Médico*;
- *No lugar denominado Itacolomy*;
- *Em desobriga no Aricá*.

Em tais locais, e em ocasiões como a da *desobriga*,¹⁷⁵ cabia aos párocos efetivar o sacramento do batismo e lembrar sua importância no sentido de que a criança deveria ser *levada à pia batismal para assegurar sua saúde e sobrevida à primeira e mais difícil fase de sobrevivência*.¹⁷⁶

Nas atas dos registros arrolados para esta pesquisa foi possível observar falhas e ausência de dados, como mostraremos, dando a impressão, mesmo, de que *estávamos diante* de párocos omissos e confusos quando lavravam as atas de batismo. Omissos ou não, fundamentalmente, todos seguiram um mesmo padrão de ata para registrar os filhos legítimos, expostos, legitimados, naturais e indígenas, confirmando nessa paróquia as prescrições das *CONSTITUIÇÕES Primeiras*...

Em, praticamente, todos os livros são encontrados, na folha de rosto, os termos de abertura das atas, com indicativo dos nomes do vigário geral e do cura da paróquia da Sé, responsáveis pelo lançamento dos assentos

¹⁷⁵ Época do cumprimento dos preceitos quaresmais pelos católicos comungantes, quando, então, os párocos listavam o número de habitantes das freguesias. Essas listas eram enviadas pelos bispos à Mesa de Consciência e Ordem. (SILVA, Norberto de Souza e. op. cit., p. 1.)

¹⁷⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo : Paulinas, 1986, p. 202.

de batismo. Nos termos de abertura, a exemplo do Livro nº 4, referente aos anos de 1853 a 1857, escrevia o provisor vigário geral do Bispado, Joaquim Teixeira Coelho, que o referido livro tinha como finalidade o *lançamento dos assentos dos baptisamentos das pessoas livres* da freguesia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. No entanto, verificou-se não ter havido nas atas separação da população livre e escrava, assim como da população indígena. Uma única exceção refere-se ao Livro nº 12, que apresenta uma singularidade: *Há de servir este livro para os assentos de ingênuos livres de mulheres escravas na forma da lei de 28 de setembro de 1871 [vai para isso enumerado e por mim rubricado com a minha rubrica que diz = Mendes - leva no fim termo de abertura em que eu assigno. Cuiabá 4 de dezembro de 1879, Cônego Manoel Pereira Mendes. Provedor Vigário Geral do Bispado]*. Esse livro apresenta apenas 14 folhas utilizadas, sem que fosse dado um termo de encerramento. Não há, para todos os registros, uma ordem cronológica. Em alguns livros, encontram-se avisos dos párocos a respeito dos assentos, como: *Repetição*. Em outros, ocorre alteração na sequência dos assentos, a exemplo do Livro nº 15 (1883 a 1890) onde o cônego, Joaquim de Sousa Caldas, ao assentar os batizados do ano de 1885, do número 581 voltou para o 521, prosseguindo com esta última numeração.

Nos Livros nºs 5, 6 e 7, referentes aos anos de 1860, 1863 e 1866, respectivamente, nota-se a ausência de informações a respeito da idade e data de nascimento das crianças (dia, mês e ano). Ressalte-se a constatação de que nos Livros nºs 4 e 5 os párocos registravam a idade dos batizados sem indicar a data do nascimento. Isso poderia significar que os pais não *guardavam* a data exata do nascimento da criança e/ou que o pároco não considerava importante o registro da referida data, apenas anotando a idade.

Há livros, ainda, em que os assentos da data de nascimento ocorriam com indicativo sempre para um mesmo ano. Por exemplo, todas as crianças nascidas entre os anos de 1861 e 1862 foram registradas sem o dia e o mês de nascimento. Tal fato poderia revelar uma atitude dos párocos em

nivelar o ano de nascimento das crianças na hipótese de os pais não saberem com exatidão fornecer essa informação?

Quando comparadas as atas dos assentos de batismo, são verificadas algumas variações nas informações. Tais variações, supomos, podem estar relacionadas tanto com as características dos pais como das próprias crianças e, até mesmo, com a disposição dos párocos em elencar as informações.

O padrão encontrado nas atas referentes a filhos legítimos apresenta os seguintes dados básicos: data e local do evento, sexo e nome, data do nascimento (dia, mês e ano) ou idade, nomes dos pais e dos padrinhos e, esporadicamente, os nomes dos avós paternos e maternos. A profissão dos pais e padrinhos é apresentada, porém não como regra. Aparecem, por exemplo, na indicação de títulos, cargos e funções: se barão, se presidente de província, militar, doutor ou párocos.

Para determinadas mães e madrinhas dos filhos legítimos, uma distinção se fazia: a antecipação, ao prenome da pessoa, do atributo *Dona*. Supõe-se que essa designação revelava um *status* social e somente era empregada às mulheres pertencentes à elite local. Em outras palavras, mulheres que descendiam de famílias cujos homens (maridos ou pais) haviam se destacado na sociedade mato-grossense e cuiabana, pela carreira política, administrativa e/ou militar.

O exemplo que segue revela a designação de *Dona* à Anna Murtinho, casada com o Dr. Carlos José de Sousa Nobre, filha do médico e major Dr. José Antônio Murtinho e irmã de Joaquim Duarte Murtinho, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, em 1897, e da Fazenda, em 1898:

No dia vinte e nove de novembro de 1873, na matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá o Cura João Leocádio da Rocha, batizou solennemente a Roza, nascida aos dezessete de agosto de 1873, filha legítima do Dr. Carlos José de Souza Nobre e de D. Anna Murtinho de Souza Nobre; foram padrinhos Nossa senhora do Carmo e o Dr. Manoel Aragão Gesteira.

*O vigário Cura João Leocádio da Rocha.*¹⁷⁷

Ainda no mesmo livro, um outro exemplo de que a designação de *Dona* revelava distinção social na sociedade cuiabana:

*No dia oito de dezembro de 1873, na Capella, com licença do Reverendo Vigário Geral, o Padre Benedicto d'Araújo Filgueira, baptizou à Alberto, nascido aos cinco de março do corrente ano; filho legítimo do Dr. Augusto Novis e D. Maria da Gloria Leite Novis; foram padrinhos: por Intercessora Nossa Senhora da Conceição e o Barão de Cotegipe, representado na pessoa de Pedro José da Costa Leite, por procuração. O Cura Coadjutor Francisco Bueno de Sampaio.*¹⁷⁸

Observamos que as famílias Murtinho e Novis chegaram a Mato Grosso, procedentes da província da Bahia, no início da segunda metade do século XIX, instalando-se, constituindo família e projetando-se a partir de então no cenário político e social da capital e da província.

Anotamos ainda exemplos de mulheres casadas com militares, razão da atribuição a elas da designação de *Dona*, tal como D. Antônia M. Portocarrero, esposa do alferes Américo de Albuquerque Portocarrero, pais de Alcina, nascida aos dezanove de março de 1883, registrada no Livro nº 13, e cujos padrinhos foram o tenente Afonso Pinto de Oliveira e D. Constança A. Novis. E ainda, D. Maria Jacinta Duarte Souto, casada com o capitão-tenente Antônio Luís da Silva Souto, pais de Adalgisa, nascida aos dezanove de março de 1873 e cujo registro de batismo foi assentado no Livro nº 9. Seus padrinhos, o protonotário Ernesto Camilo Barreto e D. Maria Brasilina Pires Barreto.

Interessa ressaltar que, na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, os registros de batismos de crianças legítimas não se referiam apenas a filhos de autoridades civis e militares ou de doutores, mas também a filhos e afilhados

¹⁷⁷ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 9. 1873.

¹⁷⁸ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 9.

de escravos e de homens e mulheres livres sem distinção social. Nas atas são também registrados como filhos legítimos aqueles com: mãe escrava e pai supostamente livre, por não ter sido registrada sua condição. E ainda: pai escravo e mãe livre, tal como neste o exemplo: *Leopoldina, de sete meses, filha legítima de Venceslão, escravo de Manoel da Costa e Arruda, e de Maria da Conceição, livre; forão padrinhos Francisco Borges Pereira e Leopoldina, escrava do mesmo Costa e Arruda.* Ao tempo em que o referido registro, assentado no Livro número 4, do ano de 1855, aponta para a existência de filhos legítimos com pai escravo, aponta também para um padrão de compadrio posto na sociedade cuiabana: filhos legítimos de escravos, com padrinhos e madrinhas escravos, ou apenas o padrinho escravo, ou ainda, no caso exemplificado, com apenas a madrinha escrava.

Ou então, registros de filhos legítimos com pai escravo e mãe sem qualquer identificação sobre sua condição: se livre, forra ou escrava:

Aos vinte dias do mês de julho de mil oitocentos e sessenta e seis na Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, o Cura José Jacinto da Costa e Silva baptizou solennemente a João, nascido aos vinte dias de junho do anno de N. S. J. Ch. de mil oitocentos e sessenta e seis. Filho legítimo de Antonio (escravo) e Augusta Corrêa do Espírito Santo. Foram seus padrinhos o Snr. Leopoldino Gonçalves da Silva e Francisca Alves de Abreu. E para constar lavrou-se este assento, assignado de meu punho.

*O Vigário Cura João Leocádio da Rocha.*¹⁷⁹

Essas constatações apontam para a possibilidade da existência de famílias legalmente constituídas por homens escravos e mulheres livres e forras, na paróquia em estudo. Permitem, também, que se vislumbre através dos apadrinhamentos as formas de convivência e de solidariedade desenvolvidas, tanto pelos proprietários como pelos escravos e forros, no período em que a escravidão passava a ser questionada mais incisivamente, a nível nacional e internacional.

¹⁷⁹ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 7.

Atentamos ainda para outro padrão de ata, contido nos registros de batizados, referente a filhos legítimos — o dos homens e mulheres livres e pobres. A característica desse outro padrão reside na ausência da identificação dos pais quanto a títulos, cargos e funções administrativas ou militares, como ilustra o exemplo abaixo:

Aos oito dias do mez de setembro de mil oitocentos e sessenta e tres na Matriz Senhor Bom Jesus de Cuiabá, baptizou solennemente a Manoel nascido aos ____ dias de ____ do anno N. S. J. Ch. de mil oitocentos e sessenta e tres. Filho legítimo de Joaquim de Souza e Martha Gomes. Foram seus padrinhos o Snr. Luiz Gonzaga e Brígida (escrava). E para constar, lavrou-se este assento assignado de meu punho.
*O Vigário Cura João Leocádio da Rocha.*¹⁸⁰

Podemos inferir que a ausência de atribuição de distinção social aos homens pelos títulos e, às mulheres, pela designação de *Dona*, por parte dos párocos, refletia a própria realidade social mato-grossense — uma sociedade escravista tangenciada pelos senhores, *os homens de bem*, que exerciam a dominação direta sobre os escravos e sobre as camadas populares, entendidas estas aqui como compostas pelos homens e mulheres livres e pobres, sem um nome de família com prestígio social, sem cargos, sem posses, mas que se casavam na Igreja Católica, geravam filhos legítimos e eram registrados pelos párocos como tais, conforme o modelo referenciado acima.

O padrão das atas referentes a filhos *naturais* apresenta uma variação marcante em relação à dos filhos legítimos: não consta o nome do pai, ficando em branco o espaço reservado para essa informação. As informações a respeito das mães são mais prolixas, indicando, além dos nomes, a origem e condição étnica das mães e, inclusive, a condição social das crianças. Somente para lembrar: as crianças são registradas como *filho(a) natural*. A respeito dos nomes das mães, constata-se a ausência da designação de *Dona*:

¹⁸⁰ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 6.

Aos três dias do mez de maio de mil oitocentos e sessenta e nove na Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, o Padre José Joaquim dos Santos Ferreira baptizou solennemente a Manoel, nascido aos ____ de março do anno de N. S. J. Ch. de mil oitocentos e sessenta e nove. Filho natural de Romana Nery. Foram seus padrinhos o Snr. Padre José Joaquim dos Santos Ferreira e Graciana (escrava). E para constar, lavrou-se este assento, assignado de meu punho. O Vigário Cura João Leocádio da Rocha.¹⁸¹

Como que se contrapondo ao *Dona*, a grande maioria das mães de filhos naturais levava, junto aos respectivos prenomes, determinados sobrenomes, a exemplo de *Úrsula de Tal*, *Maria de Jesus*:

No dia dois de agosto de mil oitocentos e setenta e quatro, no Engenho das Casas do Capitão José Leite Pereira Gomes, o Reverendo Benedicto d'Araújo Filgueira em desobriga, com licença de sua Exc^a. R.^{ma}, baptizei à Anna, com quatro meses de idade; filha natural de Marcelina Maria de Jesus; foram padrinhos: o Padre Benedicto d'Araújo Filgueira e Antonia Rodrigues de Arruda. E para constar faço este assento em que me assigno. O coadjutor da Sé Simão Moreira da Rocha.¹⁸²

Sobre a origem das mães, constam apenas, eventualmente, a paróquia e país de procedência. Quanto à condição social, há informações sobre se as mães eram escravas, forras e/ou libertas. Em diversas atas, as mães escravas eram apresentadas com o nome de seus respectivos proprietários. Em outras, se eram *escravas de herança*. E há ainda registros de mães de filhos naturais cujos proprietários eram clérigos. Encontramos também, nas atas, escravas com filhos naturais *batizados forros como se de ventre livre nascessem*.¹⁸³

¹⁸¹ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 7. 1869.

¹⁸² Livro de registro de batizados da paróquia Senhor bom Jesus de Cuiabá, nº 9. 1874.

¹⁸³ Os proprietários das mães declaravam ter recebido determinada quantia pelo preço da liberdade da criança, ou, então, que o faziam *por livre e espontânea vontade* e/ou ainda *pelo amor de Deos*. A liberdade de determinadas crianças, registradas a partir de então como filhos(as) naturais e forras, ao longo da década de 1850, vinha coincidir com a abolição do tráfico negreiro para o Brasil e com a fase em que os preços dos escravos atingiam índices elevados no mercado nacional. Conforme os registros, as quantias pagas pela liberdade de tais crianças variavam entre cem a trezentos mil réis.

Em algumas raras atas, o estado de saúde era anotado com revelação da doença — *Lazarenta do Hospital de Caridade*.

A criança, além de ser denominada *filho(a) natural* e identificada como *forra* quando *batizada como se de ventre livre nascesse*, era identificada ainda como *ingênuo livre*.

Quanto aos padrinhos das crianças naturais, há referências também sobre a condição social — se escravos ou se proprietários das mães, ou ainda se portavam algum título ou cargo. Há assentos em que os padrinhos são identificados como: padrinho e madrinha escravos; apenas a madrinha escrava, acompanhada do padrinho, proprietário da mãe; apenas o padrinho escravo; padrinhos clérigos; padrinhos autoridades — se civis e/ou militares.

A leitura das atas permite que se levantem, na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, três categorias de *filho natural*:

- o natural escravo, filho de mãe escrava e, como decorrência, herdeiro dessa mesma condição social;

- o natural forro, filho de mãe escrava, o qual, por ocasião do batismo, ganhava a liberdade. Apesar do estatuto de *forro*, não deixava de ser um filho natural;

- o natural livre, filho de mãe de condição não identificada mas que se supõe fosse livre, dado não constar nas atas referência alguma que leve a pensar o contrário.

Feita a apresentação sumária dos padrões dos registros de batismo em questão, deve-se esclarecer a apropriação que se faz, nessa pesquisa, de filho(a) natural como sendo filho(a) ilegítimo(a). Para introduzir melhor a questão recorrer-se-á a exemplos de assentos pertinentes à crianças legitimadas.

Os exemplos que seguem demonstram filhos naturais sendo legitimados após o casamento dos pais na Igreja Católica, numa indicação de que os pais, após o nascimento dos dois filhos teriam resolvido *firmar* a união em que até aquele momento haviam vivido.

No livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 5 (1857 a 1861), ao lado dos assentos de Antônio e de Severo, ambos de 5 meses, registrados como *filhos naturais* de Quintiliana Pereira dos Guimarães, nas datas de 24-05 e 06-06 do ano de 1858, havia anotações feitas pelo Cura José Jacinto da Costa e Silva. No assento de Antônio, o dizer: *Em virtude do matrimônio subsequente de Manoel Corrêa de Freitas com Quintiliana Pereira dos Guimarães, em data de 8 de fevereiro de 1859, fica legitimado o inocente Antonio*, e, por sua vez, no de Severo: *Em virtude do matrimônio subsequente de Manoel Corrêa de Freitas com Quintiliana Pereira dos Guimarães fica legitimado o inocente Severo, e cujo matrimônio foi celebrado em data de 8 de fevereiro de 1859.*

Esses exemplos demonstram que a concepção e o nascimento dessas crianças haviam ocorrido antes do sacramento do matrimônio dos pais. O filho natural, nesse caso, era considerado ilegítimo aos olhos da Igreja, em razão da ausência de casamento dos pais. Os párocos podiam até declarar na ata de assento do batismo os nomes dos pais da criança, porém não o faziam, declarando apenas o nome da mãe, atentos às instruções contidas nas CONSTITUIÇÕES ...

...E quando o bautizado não por havido de legítimo matrimonio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pays, se for cousa notoria, & sabida, & não houver escândalo; porém havendo escândalo em que se declarar o nome do pay, só se declarará o nome da mãy, se também não houver escândalo, nem perigo de o haver. E havendo algum engeytado, que se haja de bautizar, a que si não sayba pay, ou mãy, também se fará no assento a dita declaração, & do lugar, & dia, & por quem foi achado. E o parocho, ou quem tiver em seu poder o

*dito livro, não o dará, nem tirará da Igreja, nem mostrará a pessoa alguma sem nossa licença ...*¹⁸⁴

Percebemos que, apesar de as CONSTITUIÇÕES não proibirem com rigor a declaração dos nomes dos pais dos filhos não nascidos de *legítimo matrimônio*, os párocos adotavam uma prática de assentar apenas os nomes das mães. Tal prática visava não incentivar a união livre dos casais, consideradas pela Igreja Católica como ilícitas ou escandalosas. Por outro lado, o ato do pároco ao registrar apenas o nome da mãe da criança pode ser um indicativo de que grande parcela da população feminina não escondia o nascimento do filho gerado fora das normas pregadas pela Igreja Católica. Estamos referindo-nos aqui às mães de filhos naturais, situadas nas camadas mais pobres.

No caso de crianças expostas, além do nome do nascituro e da data do assento, os dados se restringem eventualmente na indicação da idade e observações como: *filiação desconhecida* ou *pais incógnitos*. A denominação dos padrinhos aparece como nomes de santos, padres e casais. Os locais onde eram encontradas as crianças são também esporadicamente indicados. Os expostos podem ser entendidos como os filhos rejeitados e abandonados pelos pais. Não cabe nesse momento apontar os fatores de abandono. Genericamente, pode-se atribuir à razões variadas: econômicas, sociais, morais e éticas. Nas atas, em estudo, não há referências explícitas sobre as causas do abandono, mas apenas os locais onde as crianças foram encontradas:

- na residência dos futuros padrinhos;
- no palácio do Ex. Rev. Senhor Bispo diocesano;
- na casa de pessoas que não seriam necessariamente os padrinhos;
- na casa de párocos.

¹⁸⁴ CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro I, título XX, § 73, p. 33.

O padrão de assentos dos filhos legitimados, como já demonstrado, apresenta todos os dados básicos dos registros dos filhos legítimos, diferenciando-se por constar nas atas a identificação da criança como sendo filho *legitimado* e/ou, *reconhecido*. Nesses casos, o pároco fazia anotações de que a criança estava sendo *legitimada em virtude do matrimônio subsequente dos pais*. A legitimação do(a) filho(a), ao que consta, poderia ocorrer através da efetivação do casamento dos pais na Igreja Católica. Lembramos que uma outra via seria mediante reconhecimento do(a) filho (a) pelo pai, através de escritura pública ou privada.¹⁸⁵

Além dessas crianças, os registros paroquiais de batismo revelaram a existência de crianças indígenas na paróquia da Sé. Na identificação das crianças indígenas, consideraram-se a indicação do nome da mãe e a nação a que ela pertencia. Optou-se por não adotar para essas crianças os mesmos critérios de definição social aplicados para as crianças consideradas como filhos(as) legítimos(as), ilegítimos(as), legitimados(as) e expostos(as) e, sim, apenas *crianças* indígenas.

¹⁸⁵ As escrituras são fontes igualmente importantes para mensurar o *quantum* de crianças legitimadas pelos pais. Para efeito desta pesquisa, porém, não foram buscadas.

II.2 O COMPONENTE DEMOGRÁFICO

Os estudos sobre as populações do passado, desenvolvidos nas últimas décadas, foram resultado, em grande parte, da confluência da história com outras ciências, assim como da inserção no meio acadêmico de novos objetos de estudo.

Na medida em que este tópico de estudo utiliza-se tanto de fontes censitárias quanto de procedimentos próprios da demografia histórica, no tratamento dos dados, justificam-se algumas ponderações acerca da história quantitativa. A utilização exhaustiva dos métodos quantitativos fez com que o grupo de *Annales* se firmasse como uma escola de extremo rigor científico. Pretendia uma História total, estruturada em diferentes tempos históricos, que pudesse abranger todos os níveis da vida humana — do nascimento à morte, da vida material à vida política, psicológica, enfim, cultural.

Nesse sentido, a *escola* abrigava perspectivas novas, pois possibilitava uma nova percepção acerca do tempo em História, permitindo que se penetrasse num espaço até então indevassável para os historiadores — o das mentalidades, ou da consciência do homem histórico. Entretanto, algumas críticas lhe são devidas e seus limites devem ser pontuados.

Recentemente, DE DECCA, a propósito da discussão sobre *História social e memória*, salientou algumas das características de *Annales*, marcada por *pressupostos estatísticos, causalidades difusas e posicionamentos apolíticos*. E mais, por uma não-preocupação com a mudança, com o processo histórico, com as contradições no interior dos sistemas, e pela minimização da figura do sujeito histórico. Trata-se, aqui, de contrapor a tendência atual da constituição das subjetividades sociais e da

produção dos homens e mulheres como sujeitos históricos.¹⁸⁶ Aliando-se a DOSSE¹⁸⁷, DE DECCA observa que *os historiadores ligados à Revista Annales nunca tiveram explícita ou implicitamente um eixo teórico claro*.¹⁸⁸ Ambos são concordantes ao afirmar que os elementos básicos do projeto de renovação de MARC BLOCH e LUCIEN FEBVRE foram abandonadas pelos adeptos da Nova História. E daí uma severa crítica aos *annalistes*, tanto aos fundadores, como aos historiadores dos anos 80, seja pela recusa ao político na produção acadêmica, seja pela utilização de uma estratégia de deslocamento.

Na verdade, tanto DOSSE, quanto DE DECCA apontam para a mesma direção: a de que as mais variadas *facetas* da Nova História — seja história das mentalidades, dos sentimentos, da morte, do medo, da criança, da família — devem estar integradas no estudo global de uma determinada civilização e não transformar-se em objeto desvinculado de seu contexto socioeconômico. Assim, na excessiva preocupação com o cientificismo propiciado pelo levantamento dos dados e pela organização desses dados em séries, perdeu-se de vista a relação do objeto de estudo com o contexto social.

Para FURET, o primeiro problema da história quantitativa diz respeito às fontes.¹⁸⁹ Ou seja, se na definição do objeto de estudo o historiador opta por fontes que impliquem a elaboração de longas séries de dados homogêneos e compatíveis, torna-se ponto primordial encontrar arquivos classificados que forneçam testemunhos muito mais sobre a duração

¹⁸⁶ DE DECCA, Edgar Salvatore. *História social e memória: algumas considerações*. (Versão preliminar), [S.L. : s.n.]. p. 8.

¹⁸⁷ DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1992.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 10.

¹⁸⁹ FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques; Nora, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1979. p. 49-63.

do que sobre o acontecimento. Portanto, o documento e o dado deixam de existir por si próprios e ganham sentido na relação à série que os compreende e os segue.

Na concepção de FURET, a história seriada somente pode oferecer procedimentos precisos para a mensuração das mudanças na medida em que possa dispor de unidades identicamente constituídas e comparáveis entre si e na medida, mesmo, em que possa reconhecer num longo período de tempo e para cada unidade — tempo — os mesmos dados, na mesma sucessão lógica. Somente assim a história seriada é capaz de oferecer à História rigor e eficácia.

Por outro lado, a ausência de dados, problemas de datas e de periodização podem mostrar o lado impotente da história seriada no tratamento da realidade histórica. Eis aí, portanto, um dos limites do método quantitativo ou, no dizer de BOIS,¹⁹⁰ uma cilada em que pode cair o historiador que prossegue afirmando que *graças a fontes apropriadas, uns podem ser beneficiados por uma violenta luz, enquanto outros permanecem na penumbra ou mesmo na escuridão mais total por falta de fontes análogas.*

Um exemplo clássico de história seriada com utilização de procedimentos precisos na mensuração das mudanças de longa duração constituiu-se na técnica de reconstituição de famílias proposta pelo demógrafo francês HENRY.¹⁹¹ Tal técnica veio permitir que estudiosos, essencialmente demógrafos, desenvolvessem pesquisas sobre as populações, principalmente da Europa ocidental. Essas pesquisas permitiram chegar aos padrões e sistemas demográficos europeus com precisão e rigor científicos.

¹⁹⁰ BOIS, Guy. Marxismo e História nova. In: LE GOFF, Jacques. **História nova**. São Paulo : Martins Fontes, 1990. p. 253.

¹⁹¹ FLEURY, M.; HENRY, L. **Nouveau manuel de dépoulement et exploitation de l'état civil ancien**. Paris : INED, 1979.

Sucintamente, podemos dizer que os mecanismos e padrões demográficos denominados *Sistema demográfico europeu do Antigo Regime* foram detectados através das informações contidas nos registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos) sobre aldeias, vilas e cidades da Europa ocidental dos séculos XVI a XVIII.

Em que pese a todas as discussões e pesquisas a respeito da dinâmica das populações tradicionais no período anterior à Revolução Industrial, pode-se dizer que, no cerne das questões, encontravam-se indagações dos estudiosos a respeito de aspectos ou variáveis da população relativos à natalidade e mortalidade, assim como à nupcialidade.

A avaliação das duas primeiras variáveis, e as observações sobre o uso do solo, tanto sobre o cultivo como sobre a colheita, condições de subsistência, carestia de vida, epidemias, condições climáticas, vias de comunicação, urbanização e formas de governo, possibilitaram o levantamento de características gerais da população européia, identificadas como *regime ocidental*: altas taxas de natalidade e de mortalidade; idade tardia ao casar, com média de 25 anos para a mulher e 27 para o homem; fecundidade ilegítima praticamente nula.

Supunha-se que a fecundidade não era controlada nas sociedades tradicionais, cabendo à mortalidade um papel determinante. Assim, nas sociedades tradicionais haveria um equilíbrio *natural* entre natalidade e mortalidade. A nupcialidade acima dos 25 anos limitava a fecundidade e, ou, crescimento da população como um todo na medida em que a mulher deixava de ter filhos no período de vida mais fértil. Igualmente, a mortalidade limitava o crescimento demográfico.

Quanto à idade tardia ao casar, era característica comum a todas as classes sociais, com exceção dos herdeiros varões, das filhas de nobres e da pequena burguesia proprietária de terras. Se para os varões primogênitos estava garantido o direito à propriedade, aos demais filhos, não. Para estes, o

casamento tardio era considerado solução obrigatória até que tivessem condições financeiras de arcar com as responsabilidades exigidas pelo matrimônio. E era principalmente sobre aqueles que se casavam tardiamente que os teólogos enfatizavam a necessidade da abstinência e sublimação da vida sexual. O sacramento do matrimônio, realizado segundo os moldes da Igreja Católica, por muitos séculos simbolizou um único *espaço* possível de vida sexual ativa de homens e mulheres em idade adulta, voltado inteiramente para a procriação. Daí uma das explicações para as baixas taxas de filhos ilegítimos encontradas no Ocidente europeu.

Ressalte-se que, por muito tempo, admitiu-se pensar para a Europa, como um todo, o sistema demográfico acima referido. Há que se atentar, porém, para estudos que levantam a possibilidade de existência de outros regimes demográficos ou, pelo menos, de variações nos sistemas demográficos.

Para ROWLAND,¹⁹² o contraste mais evidente de variação demográfica poderia ser encontrado entre o noroeste europeu, com destaque para a França, e a Europa mediterrânea — Espanha, Portugal e Itália. Ao propor estudos sobre os sistemas demográficos da Península Ibérica numa perspectiva regional, ROWLAND preocupou-se com os regimes de casamento e a sua distribuição no espaço durante as épocas moderna e contemporânea. Segundo ele, no século XVI, nas localidades estudadas, as mulheres se casavam em idades demasiado precoces, se comparadas com os Estados europeus identificados com o *regime ocidental*. E prossegue afirmando que a elevação na idade para o casamento das mulheres, durante o século XVIII, antes de ser vista como indício da difusão do modelo ocidental, deve ser entendida considerando-se a distribuição regional das localidades estudadas. Por exemplo, nos séculos XVI e XVII, nas regiões do centro, sul e leste

¹⁹² ROWLAND, Robert. Sistema de casamento na Península Ibérica: uma perspectiva regional. In: ENCONTRO HISPANO - PORTUGUÊS DE HISTÓRIA. (1983: Oeiras).

português, a idade para o casamento das mulheres situava-se por volta de 20-22 anos, enquanto que na segunda metade do século XVIII, nas mesmas regiões, girava entre 22 e 24 anos. O sistema demográfico português dos séculos XVIII e XIX seria caracterizado por idade tardia das mulheres para o casamento e taxas de crianças ilegítimas mais elevadas que no ocidente europeu, situadas entre 6 e 12%.¹⁹³

Estudos apontam¹⁹⁴ para a relação existente entre emigração masculina e casamento tardio para as mulheres, numa demonstração de que fenómenos demográficos atuavam sobre a formação e estrutura das famílias localizadas nas regiões ao norte de Portugal. Trata-se de uma migração específica — a masculina — e, em direção ao Brasil, desde o final do século XVIII.

BRETTELL afirma que as populações rurais do noroeste de Portugal* tinham já começado a migrar para o Brasil durante o século XVIII e continuaram a fazê-lo na segunda metade do século XIX. Trata-se de uma região portuguesa de minifúndios, de exploração agrícola familiar de pequena escala, voltada para a auto-subsistência, com uma população subdividida em pequenos e médios proprietários, lavradores, rendeiros, caseiros e trabalhadores agrícolas.

Para BRETTELL, as características demográficas citadas devem ser entendidas considerando-se, além do modelo de emigração masculina que inibia as perspectivas de casamento das moças, a elevada proporção, na população, de jornaleiros sem terra e lavradores — rendeiros —, cuja vida sexual não era regulada de forma severa pelos pais. Ainda segundo

¹⁹³ BRETTELL, Caroline B. **Homens que partem, mulheres que esperam**: consequência da emigração numa freguesia minhota. Lisboa: D. Quixote, 1991, p. 199-214; RAMOS, Donald. From Minho to Minas: The portuguese roots of the mineiro family. In: **HAHR** 73:4 nov. 1993, p. 645-62.

¹⁹⁴ Ibid.

* Província do Minho.

BRETTELL, o controle da natalidade não parecia fazer parte de *um plano de ação demográfico* do noroeste de Portugal.

RAMOS,¹⁹⁵ ao defender a hipótese de que a natureza e a estrutura da família portuguesa do norte eram muito semelhantes àquela encontrada em Minas Gerais durante o século XVIII e início do XIX, traça os elementos demográficos definidores da configuração social do norte português como modelados pela ausência de homens, pela idade tardia de casamento para mulheres, baixas taxas de casamento na população em geral, e altas taxas de crianças ilegítimas e abandonadas. RAMOS percebe tais características como resultado do impacto demográfico no país como um todo, e especificamente no norte, como decorrência das altas taxas de homens que migravam para o Brasil. Um ponto em comum entre o norte de Portugal e Minas Gerais, segundo RAMOS, residiria na proporção de famílias nucleares lideradas por adultos celibatários, ou seja, por mulheres solteiras. Tais mulheres formavam a base funcional das respectivas sociedades.

Há que se ponderar sobre a existência de possíveis e variados sistemas demográficos na Europa e no Brasil, dadas as multifacetadas formas de organização econômica e cultural. Essa ponderação foi primeiramente suscitada no Brasil por MARCÍLIO, quando elaborou propostas de estudo para as populações do passado brasileiro.

A tipologia proposta por MARCÍLIO¹⁹⁶ e por outros estudiosos para as populações do século XIX refere-se a sistemas demográficos das economias de subsistência, das economias de *plantation*, das populações escravas e das áreas urbanas.

¹⁹⁵ RAMOS, Donald. op. cit., p. 645-62.

¹⁹⁶ MARCÍLIO, Maria Luíza (org). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis : Vozes, 1984; NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo : ABEP, 1994.

Ao que consta, as altas taxas de natalidade eram comuns em todos os sistemas, sendo notadamente superadas pela mortalidade nos sistemas em que a presença das populações escravas era marcante, assim como nas áreas urbanas. A incidência de surtos epidêmicos como a varíola, febre amarela ou cólera, era freqüente. De um lado, pelas próprias condições de vida a que estavam sujeitos os escravos e, de outro, pela facilidade com que as doenças penetravam e se espalhavam, principalmente nas cidades litorâneas, devido à constante mobilidade da população brasileira. Ressalte-se que, além da mortalidade e da fecundidade altas, outras características demográficas foram identificadas pelos autores, com especificidades próprias para cada sistema.

Em primeiro lugar, as uniões consensuais livres estáveis seriam próprias das populações urbanas, decorrendo daí elevados índices de filhos ilegítimos. Também nas cidades a mestiçagem teria sido maior que nas áreas rurais devido à forte concentração de escravos. A ilegitimidade alta, então, seria uma decorrência da mestiçagem e do regime escravista.

Por sua vez, nas zonas rurais, paralelamente à família legítima coexistiam uniões consensuais transitórias, gerando significativa proporção de natalidade ilegítima. Considera NADALIN que a alta natalidade seria conseqüência de uma fecundidade pré-malthusiana e que, apesar dos índices de mortalidade, a população apresentava um contínuo saldo natural.¹⁹⁷ A natalidade poderia estar articulada a uma forma de posse da terra, facilitadora de uniões conjugais estáveis ou eventuais, daí a natalidade ilegítima.

Os sistemas demográficos referidos seriam portadores de uma *identidade* própria, ou, ainda, sistemas tão específicos de espaço geográficos e sociais tão diversos a ponto de serem considerados distintos entre si, assim como distintos dos padrões europeus.

¹⁹⁷ NADALIN, Sérgio O. op. cit., p. 85-91.

No caso específico deste estudo, procurar-se-á uma aproximação dos padrões demográficos da paróquia da Sé por outras vias que não a de reconstituição de famílias.

Propomo-nos mapear a população da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá a partir dos censos de 1872 e de 1890, buscando nos dados sobre raça, sexo, estado civil, filiação, nacionalidade e atividades produtivas subsídios para perceber suas características demográficas.

Neste capítulo, procuraremos, portanto, identificar as características demográficas existentes e relativas a aspectos de vida da população em estudo no tocante ao sexo, à raça, estado civil, atividades produtivas, tanto dos homens livres como dos escravos. Faremos esforço para entender quais comportamentos demográficos estavam embutidos na configuração social daquela população. Essa trajetória permitirá, a nosso ver, trazer elementos para que possamos aprofundar, no âmbito da referida paróquia, questões pertinentes à família e à ilegitimidade. Procuraremos atentar para os matizes dos sistemas demográficos a nível de Europa e de Brasil presentes ou não na referida população.

A utilização dos recenseamentos gerais do Brasil, do final do século XIX, relativos à paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, apesar das críticas, justifica-se pela possibilidade de contribuição para o estudo das populações pretéritas. Ressalvas foram feitas por vários estudiosos a respeito da confiabilidade dos números apresentados pelos recenseamentos de 1872 e de 1890.

MORTARA,¹⁹⁸ mesmo constatando deficiência no censo de 1872, considerou que, dentro dos limites dos erros normais nesse tipo de investigação, esse censo pode ser considerado confiável, ressaltando, porém,

¹⁹⁸ MORTARA, Giorgio. *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Rio de Janeiro, out.-dez. 1945. Ano VII. p. 632.

que somente com o de 1940 pôs-se fim a um longo período de dolorosa ignorância do estado da população do Brasil.

MATTOSO,¹⁹⁹ por sua vez, considera que o censo de 1872 traz muitos resultados parciais que não concordam com os totais, evidenciando somas erradas. Observa, porém, que *apesar de todas essas restrições consideramos merecedor de crédito e relativamente rigoroso o Censo de 1872, enquanto que com o de 1890 passa-se o contrário: seus métodos e resultados são quase unanimemente contestados*. Também a Diretoria Geral de Estatística (IBGE)²⁰⁰, em trabalho realizado na década de 1950, afirmava que o censo de 1872, *conquanto seja considerado incompleto pelas autoridades que se têm ocupado das condições geográficas de Mato Grosso, serviu de base aos cálculos ulteriores à demografia da mesma Província*.

A nosso ver, ambos os censos aparentemente não apresentam problemas; porém, na medida em que se torna necessário efetuar o cruzamento dos quesitos entre ambos, as diferenças são detectadas. Em sua essência, os dois censos trazem informações sobre a população recenseada, referentes a Mato Grosso e paróquias, quanto ao sexo, faixa etária, estado civil, raça, nacionalidade, religião e escolaridade.

O censo de 1872 revela maior diversidade de dados. Pode-se dizer, apresenta-se mais completo que o de 1890 por trazer um volume maior e mais detalhado de informações tais como:

- população recenseada (presente) considerada em relação à idade, sexo e raça;
- população em relação às profissões segundo sexo, condição, estado civil, naturalidade, religião. Por sua vez, o item *população divorciada*

¹⁹⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. op. cit., p. 87-88.

²⁰⁰ IBGE. Conselho Nacional de Estatística. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império. Documentos Censitários. Série B. Nº 1, Rio de Janeiro : 1951. p. 216.

é incluído apenas no censo de 1890, assim como *filiação*. Esse censo, por sua vez, não apresenta informações sobre população distribuída por atividades produtivas, assim como não apresenta o quesito sobre a origem da população estrangeira.

O censo de 1872 traz a população distribuída entre brancos, pretos (livres e escravos), pardos e caboclos. Já no de 1890 a população vem enunciada em branca, negra, mestiça e cabocla. A ausência de dados referentes à população indígena, seja em 1872, seja em 1890, leva-nos a perceber mais uma limitação dessas fontes. A única pista fornecida diz respeito à população *cabocla* que, aliás, não se traduz em equivalência à indígena. Sobre essa questão argüiu MATTOSO²⁰¹, *não sabemos se os recenseadores pretenderam designar dessa forma o índio puro ou mestiço ou se consideravam que o índio só existia em 1872 sob forma de caboclo*.

O termo *caboclo*, a nosso ver, seria mais do que *a antiga denominação dada ao indígena*.²⁰² Esse termo, utilizado pelos dois recenseamentos, traz embutido todo um processo de *civilização* e de *domesticação* dos povos indígenas realizado ao longo dos séculos, culminando no final do século XIX com a sua subjugação pelo homem branco. O caboclo seria não somente o *mestiço de branco com índio*, mas também o *assimilado*, filho de pais indígenas trazidos e/ou, atraídos de forma pacífica, ou não, à civilização do homem branco.

Utilizaremos neste trabalho apenas os termos *mestiço* e/ou *mulato* e não *pardo*. Isso porque *mestiço* se aproxima e, ao mesmo tempo, representa o processo permanente de interação do branco com o negro e de cuja

²⁰¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. op. cit., p. 97

²⁰² *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed., Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986. p. 302.

confluência física e cultural, somada à presença do índio, adveio o *brasileiro*.

Um rápido olhar sobre os censos de 1872 e de 1890 permite-nos desde já a identificação de algumas características demográficas da população da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá:

- predominância da população mestiça e negra sobre a população cabocla e branca;

- presença mínima de estrangeiros;

- predominância da população de solteiros sobre a de casados;

- equilíbrio entre a população masculina e a feminina no censo de 1872, enquanto que no de 1890 a população feminina mostrava-se mais numerosa;

- presença (expressiva) de filhos ilegítimos;

Temos a considerar primeiramente que se trata de uma população marcadamente heterogênea, composta de homens e mulheres brancos, negros, indígenas e mestiços.

No estudo desses homens e mulheres, predominantemente de cor, devemos levar em conta as especificidades socioculturais das áreas mineradoras, assim como os elementos que historicamente engendraram o desenvolvimento das populações nas áreas auríferas, como o tráfico negreiro, o fisco, o comércio espoliador, o contrabando e a condição de fronteira da região.

Contribuição significativa para compreender a performance da população de Mato Grosso, durante o século XVIII, reside no trabalho de SILVA. Segundo ele, apesar de a mão-de-obra escrava ter sido fundamental para movimentar os negócios das lavras, o número de escravos da capitania

não foi muito grande, traduzindo-se *na falta de escravos negros africanos para as atividades das minas de Cuiabá.*²⁰³

Altos custos, fugas, epidemias, mortes por insalubridade, seriam os fatores que limitavam a presença de escravos africanos na capitania de Mato Grosso. Essa constatação vai de encontro ao que afirma SCHWARTZ. Segundo o autor, *em áreas menos fortemente ligadas à economia exportadora, ou com menor acesso ao tráfico atlântico de escravos poderíamos esperar encontrar razões de masculinidade menores, menos africanos, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças.*²⁰⁴

Mato Grosso insere-se na vertente apresentada por SCHWARTZ, na medida em que é possível perceber tanto para o século XVIII, quanto para XIX, presença significativa de mestiços (*pardos, caboclos*) em relação aos negros africanos e brancos.

Ainda para SILVA, a questão da mestiçagem na composição da população mato-grossense esteve sempre ligada à política populacional desencadeada pelo gabinete pombalino e operacionalizada através das Instruções Régias. Ou seja,

*a necessidade de braços escravos africanos nessas áreas acabou por determinar a uma parcela significativa da população a identificação de "africanos", para justificar a própria situação sócio-jurídica diante da lei de proteção aos nativos e de muitos daqueles que por essa lei fossem amparados, ou seja, pela cor de sua pele e não por sua nacionalidade.*²⁰⁵

Dessa forma, os filhos dos africanos com nativos, os *caborés*, preenchiam os vazios de mão-de-obra escrava, principalmente na prospecção

²⁰³ SILVA, Jovan Vilela da. op. cit., p. 237.

²⁰⁴ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo : Companhia de Letras, 1988. p. 290.

²⁰⁵ SILVA, Jovan Vilela da. op. cit., p. 249.

das lavras. Para VILELA, os caborés seriam os mais bem preparados e aclimatados para desenvolver todos os tipos de atividades.

As características demográficas da população da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e do município de Cuiabá como um todo, presentes nos censos de 1872 e de 1890, como demonstraremos a seguir, seriam reflexos, de um lado, do próprio processo de ocupação e exploração da região mato-grossense e, de outro, da Lei de 1850, proibitiva do tráfico negreiro. Pode-se dizer também que refletiam a ineficácia da política ensejada pela elite local para atrair imigrantes europeus em direção à província de Mato Grosso.

Como ponto de referência, lembramos que em 1872 a população da paróquia em estudo perfazia um total de 11.053 pessoas, sendo 1.139 escravos e 9.659 livres. Dos livres, apenas 3.863 eram brancos. Mestiços e negros somavam a maior parte do contingente da população, ou seja, 6.979, conforme evidenciado no quadro 5.

QUADRO Nº 5
POPULAÇÃO DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ,
SEGUNDO A RAÇA - 1872

Condição	Sexo	Brancos	Mestiços	Pretos	Caboclos	Total
Livres	Masc.	2.174	2.171	918	162	5.425
	Fem.	1.689	1.920	576	49	4.234
Subtotal		3.863	4.091	1.494	211	9.659
Escravos	Masc.	--	303	442	--	745
	Fem.	--	223	426	--	649
Subtotal		--	526	868	--	1.139
TOTAL		3.863	4.617	2.362	211	11.053

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

Ao analisarmos os dados referentes à paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, percebemos que a população mestiça era numericamente superior.

Numa população de 11.053 habitantes, dentre livres e escravos, os mestiços ocupavam um percentual de 41,77 e os brancos vinham em segundo lugar com 34,95. Se somados os subtotais de mestiços e negros livres e escravo,s do sexo feminino e do masculino com o subtotal dos caboclos verificamos a predominância *das pessoas de cor*. Teremos assim, um total de 7.190 *pessoas de cor* para 3.863 brancos livres.

Essa evidência poderia ser a mesma para o município de Cuiabá como um todo? É possível afirmar que sim, pois em outra paróquia vizinha, a de São Gonçalo de Pedro II, a proporção de brancos era menor ainda. Senão vejamos: 1.176 mestiços (livres e escravos), 1.664 negros (livres e escravos), 1.444 caboclos e apenas 875 brancos, conforme revela o quadro a seguir.

QUADRO Nº 6
POPULAÇÃO DA PARÓQUIA DE SÃO GONÇALO
DE PEDRO II, SEGUNDO A RAÇA - 1872

Condição	Sexo	Brancos	Mestiços	Pretos	Caboclos	Total
Livres	Masc.	506	503	895	671	2.275
	Fem.	369	579	573	773	2.294
Subtotal		875	1.082	1.468	1.444	4.869
Escravos	Masc.	--	44	93	--	137
	Fem.	--	50	103	--	153
Subtotal		--	94	196	1.444	290
TOTAL		875	1.176	1.664	1.444	5.159

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

Percebe-se, pois, que também nessa paróquia a população branca era significativamente inferior à de cor. Ou seja, num total de 5.159 habitantes, apenas 16,96% eram brancos e 83,04% eram negros, caboclos e mestiços. Se somados os totais das pessoas de ambas as paróquias, vislumbramos com maior nitidez uma das características da população

cuiabana — a predominância de pessoas de cor. Essa constatação revela que a grande maioria da população moradora nas duas paróquias citadas, quando não originária da África, era descendente de africanos e/ou, de índios e fruto da miscigenação ocorrida entre os grupos étnicos.

Assim, constatamos 11.474 dentre negros e mestiços e 4.738 brancos moradores nas duas paróquias em apreço, totalizando 16.212 pessoas, sendo que os negros e mestiços representavam 70,77%, dessa população.

No censo de 1890, percebemos a manutenção do mesmo *perfil*, ou seja, a predominância da população negra e mestiça sobre a população branca na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Enquanto essa somava 5.483, a população negra, mestiça e cabocla perfazia 9.024. Dentre 14.507 pessoas, a população negra e mestiça detinha 62.2%, dados esses refletidos no quadro seguinte.

QUADRO Nº 7
POPULAÇÃO DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ,
SEGUNDO O SEXO E RAÇA - 1890

Paróquia	Sexo	Brancos	Pretos	Mestiços	Caboclos	Total
Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá	Fem.	2.599	1.183	2.785	296	6.863
	Masc.	2.884	1.343	3.058	359	7.644
Total		5.483	2.526	5.843	655	14.507

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil de 1890. Mato Grosso

Apesar da constatação da queda relativa nos percentuais ocupados pela população mestiça e negra em relação ao total da população no transcorrer de um para outro censo, isso não significa alteração sensível no perfil da população como um todo em relação à cor. Denota-se que, também em 1890, a população de cor era majoritária.

Ao dar atenção à queda dos percentuais da população negra e mestiça em relação à branca no transcorrer de aproximadamente vinte anos, podemos afirmar que, tanto durante, quanto no período posterior à Guerra do Paraguai, levadas de correntes migratórias em direção à província de Mato Grosso, e à capital em particular, teriam contribuído para dar início a um longo e gradativo processo de *branqueamento* da população.

Sobre essa questão, MATTOSO nos chama a atenção em estudo sobre a Bahia no século XIX, quando afirma que em todas as camadas sociais de Salvador encontravam-se evidentes traços de miscigenação²⁰⁶. Durante todo o período colonial, a imigração fora essencialmente masculina, contribuindo para difundir a miscigenação. Segundo MATTOSO, apesar dos esforços de *branqueamento*, o contingente branco progrediu pouco em relação ao dos caboclos e, sobretudo, ao de negros e mulatos livres, sendo a população da província da Bahia mestiça, com presença minoritária do elemento branco.

Em Mato Grosso, a implementação de uma política colonizadora na importação de mão-de-obra européia foi obstaculizada pela Guerra do Paraguai. Com o término dessa guerra, passa a ser novamente incentivada, sem porém maior expressão. Tanto assim que em 1872 e 1890 os estrangeiros somavam apenas 81 e 958, dentre homens e mulheres, ocupando percentuais de 0,5% e 6,6%, respectivamente.

Ao indagarmos sobre a nacionalidade dos estrangeiros presentes à época dos recenseamentos em pauta na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, encontramos resposta apenas no censo de 1872, pois o de 1890 não fornece essa informação.

Dos 81 estrangeiros registrados na paróquia Senhor Bom Jesus, 52 eram oriundos da África, sendo 37 homens e 15 mulheres, segundo o censo,

²⁰⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. op. cit., p. 119.

todos livres. A seguir, da Itália e Paraguai, em número de nove e sete pessoas, respectivamente, todos do sexo masculino. Franceses, portugueses e bolivianos tiveram presença insignificante. O quadro 8 explicita esses dados.

QUADRO Nº 8
PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ. POPULAÇÃO
CONSIDERADA EM RELAÇÃO À NACIONALIDADE ESTRANGEIRA E
ESTADO CIVIL - 1872

ORIGEM	ESTADO CIVIL*	HOMENS	MULHERES	TOTAL
África** Bolívia França Itália Paraguai Portugal	Solteiros	41	07	48
	Casados	18	07	25
	Viúvos	05	03	08
	Total	64	17	81
		37	15	52
		02	--	02
		05	02	07
		09	--	09
		07	--	07
		04	--	04
TOTAL		64	17	81

FONTE: Recenseamento do Brasil em 1872. Mato Grosso.

(*) Católicos

(**) Livres

Pelo censo de 1890, foram registrados em Mato Grosso 958 estrangeiros. Destes, 163 estavam em Cuiabá. Em Corumbá e Cáceres foram registrados 252 e 258 estrangeiros, respectivamente. Os três municípios citados, possivelmente por serem portuários, eram os que mais atraíam os imigrantes, vindos para Mato Grosso pelo rio Paraguai.

Outra evidência que os dados de ambos os censos apontam diz respeito à expressividade de mulheres na população da paróquia, quase que em equilíbrio com a população masculina. Dessas mulheres, seguindo a mesma tendência da população total, a predominância cabia às negras e mestiças.

Apesar de não ser constatada a presença de mulheres paraguaias no recenseamento de 1872, como moradoras da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e sim apenas de homens paraguaios, necessário se faz ressaltar a presença de uma paraguaia nubente na paróquia. Em junho de 1871, casava-se Francisca Paula, de 14 anos, procedente da República do Paraguai, com José Ferreira Gomes, de 23 anos, sendo ambos *fregueses da Paróquia da Sé*, conforme Livro de assentos de casamentos, nº 3, à página 83. Assim sendo, conclui-se pela falha por parte dos recenseadores em não detectar a presença de uma mulher paraguaia na paróquia da Sé. Ou então ela (ou o casal) teria se mudado para outra paróquia, ou até mesmo para outra província, quando do recenseamento. Esta última possibilidade, da mudança, deve ser eliminada, pois o Livro de assentos de casamento, nº 3, contém, a partir de 1873, casamentos de 17 paraguaias, totalizando, para o decênio de 1871 a 1880, um número de 18 casamentos de paraguaios.

Isso significa dizer que, após o término da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação pela bacia do Prata, paraguaios e, principalmente, as mulheres, empurrados pela crise do pós-guerra que assolava o país, migraram para outros países, e, em razão da proximidade geográfica, para a província de Mato Grosso em particular.²⁰⁷ Por outro lado, não podemos partir do princípio de que todas as paraguaias que vieram para Cuiabá casaram-se a ponto de serem contabilizadas. É bem possível que muitas, mesmo tendo residido por anos na paróquia, não tenham deixado marcas nos livros de registro de casamento. Por isso mesmo, somente podem ser *encontradas* em outras situações de vida em que deixaram possíveis marcas, como nos registros de batizados dos filhos e nos processos de justificação de estado de solteiros, de casados ou de viuvez. Se migraram para a província de Mato Grosso com seus futuros maridos, militares ativos, se solteiras, se viúvas em

²⁰⁷ Na década de 80, foram assentados 10 casamentos de paraguaios, 2 homens e 8 mulheres. Dentre os 28 nubentes, casados no período de 1871 a 1890, 25 eram mulheres paraguaias, conforme anexos 10 e 11, referentes aos cônjuges da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

função da guerra, se tiveram, ou não, filhos antes de se casar, são questões que deverão ser esclarecidas em outro momento deste estudo.

Feitas algumas considerações, ainda que de forma incipiente, sobre a *performance* demográfica da paróquia em estudo, procuraremos dar continuidade a este estudo enfocando outras variáveis, tais como atividades produtivas, estado civil e filiação.

No tocante às atividades produtivas, o censo de 1872 apresenta a população considerada em relação às profissões, subdividida em ofícios, ou profissões, tais como: profissões liberais: juristas (juízes, advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça), médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores e homens de letras, empregados públicos, artistas, militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários; profissões industriais e comerciais (manufatureiros e fabricantes; comerciantes, guarda-livros, caixeiros); profissões manuais ou mecânicas (costureiras; operários: cantoneiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros; em metais, em madeiras, em tecidos, de edificações, em couros e peles, em tinturaria, de vestuários, de chapéus, de calçados); profissões agrícolas (lavradores, criadores); pessoas assalariadas (criados, jornaleiros); serviço doméstico; sem profissão. Ainda é apresentado outro quadro — o de religiosos (seculares e regulares).

Diante da constatação de que várias ocupações estavam enquadradas de forma mal definida ou até confusa, dificultando sua inserção nos setores principais de atividades econômicas, recorreremos ao modelo utilizado por MARCÍLIO²⁰⁸ para a classificação das profissões na cidade de São Paulo.

MARCÍLIO definiu como objeto de estudo apenas a população livre. Nesse trabalho, optamos por analisar a população livre e escrava, por

²⁰⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo : Pioneira, 1974. p. 130-132.

sexo, e assim utilizar informações sobre os setores em que os escravos estivessem alocados, considerando porém as possíveis lacunas não preenchidas por parte dos recenseadores quando os quesitos eram dirigidos à população escrava. Exemplo disso seria a ausência de divisão entre os escravos quanto ao estado civil de homens e mulheres — se solteiros, casados ou viúvos, sendo que para a população escrava tal condição não foi apresentada. Essa lacuna leva-nos a tecer algumas observações:

— a de que, para as autoridades encarregadas do levantamento censitário de 1872, não havia interesse em saber sobre a condição civil dos escravos, mas, sim, apenas constatar quantos deles estavam distribuídos nas variadas categorias profissionais;

— a de que interessava, pois, às autoridades, apenas levantar o *quantum* da mão-de-obra negra escrava existente e disponível no império, possivelmente para verificar em que medida as alforrias estavam acontecendo nas diversas províncias.

Através do quadro 9, é possível verificar como foi utilizada a referida classificação para a análise da população economicamente ativa da paróquia da Sé.

Ao vislumbrar os dados a seguir, constatamos que a maioria da população, livre e escrava, tinha como atividade econômica principal a agricultura, inserindo-se nas atividades primárias um total de 5.286 pessoas, sendo 3.062 homens e 2.224 mulheres. Entendemos aqui por agricultores os proprietários de terras, os quais em geral tinham casas nas sedes dos municípios próximos às suas propriedades, denominadas casas de morada. Chama a atenção o fato de 325 mulheres serem agricultoras, no caso proprietárias de terras, demonstrando que, apesar de em pequeno número, havia mulheres solteiras (138), casadas (141) e viúvas (46) que possuíam terras e possivelmente administravam-nas sozinhas, ou em companhia de filhos e parentes.

QUADRO Nº 9
REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DA PARÓQUIA
SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ, POR ATIVIDADES PRODUTIVAS -
1872

ATIVIDADES	POP. LIVRE		POP. ESCRAVA		TOTAL
I-Primárias	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Agricultores	447	325	-	-	772
Lavradores	1.917	1.650	355	249	4.171
Pescadores	332	-	11	-	343
Criadores	-	-	-	-	-
Subtotal	2.696	1.975	366	249	5.286
II-Secundárias	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Manuf. e fabricantes	-	-	-	-	-
Costureiras	-	369	-	51	420
Mineiros	-	-	-	-	-
Marceneiros	149	-	-	5	154
Ourives	25	-	-	4	29
Pedreiros	44	-	-	8	52
Seleiros	-	-	-	-	-
Alfaiates	25	-	4	-	29
Chapeleiros	-	-	-	-	-
Sapateiros	-	-	-	-	-
Pintores	-	-	-	-	-
Subtotal	243	369	21	51	684
III-Terciárias	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Prof. liberais					
Médicos	4	-	-	-	4
Cirurgiões	-	-	-	-	-
Farmacêuticos	7	-	-	-	7
Parteiras	-	7	-	-	7
Igreja					
Clero secular	3	-	-	-	3
Clero regular	-	-	-	-	-
Administração civil					
Prof. de letras	-	-	-	-	-
Artistas	-	-	-	-	-
Militares	640	-	-	-	640
Marítimos	186	-	12	-	198
Juristas e funcionários	18	-	-	-	18
Comércio					
Comerciante,					
Guarda-livros e caixeiros	118	80	-	-	198
Outros serviços					
Criados e jornaleiros	-	-	-	-	-
Serviços domésticos	621	297	101	100	1.119
Subtotal	1.597	384	113	100	2.194
Indeterminados					
Sem profissão	889	1.506	245	249	2.889
TOTAL GERAL					11.053

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

Um total de apenas 684 pessoas, livres e escravas, homens e mulheres, exercia funções em atividades de transformação, indicando o baixo nível de desenvolvimento do setor secundário na paróquia da Sé. Possivelmente esse fato ocorresse não apenas no município de Cuiabá, mas também em toda a província. Ou seja, o número pouco significativo de pessoas trabalhando como marceneiros (154), ourives (29), pedreiros (52), alfaiates (29), num total de 264 pessoas, sendo 243 homens livres e 21 escravos, torna evidente que esse setor não era o mais atrativo para a população moradora. As costureiras, livres e escravas, eram expressivas no cômputo do setor secundário, ocupando um percentual de 61,4. O presidente da província, BARÃO DE BATOVY, em relatório do ano de 1884, afirmava que o Arsenal de Guerra oferecia *trabalho a muitos operários paisanos, e com a distribuição de costuras de fardamento para os corpos dá o pão a muitas famílias pobres*.²⁰⁹

Para a pouca expressividade do setor manufatureiro, já havia atentado D'ALINCOURT no início do século XIX, em seu levantamento estatístico sobre a província de Mato Grosso, quando constatava que não havia uma só fábrica estabelecida. Segundo ele, havia um inteiro desconhecimento do uso das máquinas de fiação, mesmo as mais grosseiras, daí a utilização de teares para a confecção de pano de algodão grosso para a vestimenta da população escrava e pobre. Famílias e mulheres pobres retiravam desse trabalho o seu sustento. Observava também D'ALINCOURT as poucas olarias existentes, as quais somente fabricavam telhas e tijolos rastos, com a finalidade de ladrilhar as poucas casas construídas e *nenhuma notícia há na Província da Arte de vidrar, nem tão pouco da de fabricar louça: as panelas, potes, púcaros, pratos grossos,*

²⁰⁹ MATO GROSSO, presidente da província (1884-1886: Barão de Batovy). **Relatório do presidente da província de Mato Grosso.** Cuiabá : NDIHR, 1884. Microfilme.

*bacias, etc. para uso ordinário são fabricados pelas mulheres pobres à mão, e depois de secas ao sol, são recozidas.*²¹⁰

Quanto ao setor de atividades terciárias, no tocante à área ligada à saúde eram 18 as pessoas atuantes: 4 médicos, 7 farmacêuticos e 7 parteiras. A ausência de cirurgiões poderia indicar que os médicos, mesmo que em número pequeno para atender toda a população paroquiana da Sé, realizavam, além das rotineiras consultas, também as cirurgias e atendiam todas as espécies de doenças, podendo-se caracterizar sua atuação como de *clínica geral*. As parteiras possivelmente atendiam não somente às mulheres de baixa renda, em trabalho de parto, mas também as mulheres pertencentes aos segmentos sociais mais favorecidos, dada a escassa presença de médicos para o atendimento de toda a paróquia. É possível afirmar que essa situação estaria ocorrendo na província de Mato Grosso de maneira generalizada, pois se tal fato existia na paróquia mais antiga e integrante da capital, o que dizer do restante da província, das povoações e municípios mais distantes?

Apesar dos esforços e tentativas das autoridades no sentido de atrair médicos para Mato Grosso e até mesmo de fundar uma Escola de Anatomia e Cirurgia em 1808, em Vila Bela, para resolver o problema da formação de cirurgiões, continuou precário, durante todo o século XIX, o atendimento médico à população, com agravamento do problema pela inexistência de uma infra-estrutura de saneamento básico na cidade de Cuiabá. Para MOUTINHO, as ruas da cidade de Cuiabá

*são quase todas calçadas de pedra chrystal, que, quando lavadas pelas chuvas, tornão-se muito aceadas. Os habitantes, porém, cuidão pouco de sua limpeza e o fiscal da câmara, relaxando suas obrigações, consente que o córrego da Prainha e seus adjacentes sejam o lugar do despejo público, o que causa sobremaneira muito mal aos seus munícipes.*²¹¹

²¹⁰ D'ALINCOURT, Luiz. Resultados dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso (1828-1829). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 8. p. 63.

²¹¹ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. op. cit., p. 37.

Através dos relatórios dos presidentes da província é possível perceber a precariedade da saúde pública em Cuiabá na segunda metade do século XIX.

Quanto ao setor de administração civil, composto por professores de letras, artistas, militares, marítimos, juristas e funcionários, verificamos que nenhum registro foi feito sobre a existência de professores e artistas na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Segundo MOUTINHO, enquanto no ensino primário as cadeiras eram ocupadas por pessoas idôneas, ou seja, *bem preparadas*, no segundo grau faziam-se sentir os efeitos da *epidemia da varíola*, que havia provocado a morte de centenas de pessoas e, dentre elas, a de um professor de 2º grau. Isso nos leva a pensar que possivelmente os *professores de letras* haviam sido atingidos pela nefasta epidemia. O censo apresenta um número de 18 juristas e magistrados. No entender de MOUTINHO, nem todos os que exerciam tais cargos eram devidamente habilitados e com curso superior. Os *filhos da terra* que se dirigiam a São Paulo e ao Rio de Janeiro para estudar voltavam depois de formados para a província de Mato Grosso, resultando daí a ocupação desses cargos por pessoas, se não habilitadas, pelo menos diplomadas.

Não causa estranheza o montante de homens, em número de 838, dedicando-se às atividades militares e marítimas. Num total de 2.194 pessoas empregadas no setor de atividades terciárias, os militares ocupavam um percentual de 29,2.

Explica-se tal fato no modo como ocorreu a ocupação da região de Mato Grosso, por portugueses e bandeirantes paulistas no início do século XVIII quando os mesmos, seguindo o modelo imposto pela metrópole portuguesa, de exploração das riquezas minerais, expansão de fronteiras e captura de mão-de-obra indígena, impôs, principalmente nas regiões mineradoras, e no caso, na capitania de Mato Grosso, um sistema de governo altamente fiscalizador e coercitivo. Para que tal sistema funcionasse, necessário se fazia montar na capitania um aparato administrativo e militar

que impedisse o avanço de espanhóis à margem direita do rio Guaporé. Outro fator que levava as autoridades locais a preocupar-se e empenhar-se em aumentar o contingente de homens na ocupação de postos militares dizia respeito ao temor com relação aos avanços dos índios sobre povoados e cidades. Em praticamente todos os relatórios, encontram-se referências às *agressões de índios*, e ao modo como os *selvagens repetiram as suas costumadas correrias sobre os povoados*, matando os moradores. Em que pese às medidas tomadas pelas autoridades locais para aumentar o contingente militar na capital e província, percebem-se em suas falas as dificuldades enfrentadas para conseguir tal objetivo. Apesar de encontrar-se na capital e na província de Mato Grosso, um expressivo número de militares e marítimos, não era o bastante para um confronto com as forças estrangeiras e com os índios. Assim,

*em vista da deficiência de força tanto de polícia, como de linha, resultante quanto a esta do grande número de escusas por conclusão de tempo, incumbi ao Dr. chefe de polícia de organizar nesta capital e na Chapada, com toda a urgência, duas forças de cinquenta cidadãos cada uma para operarem em baixo e em cima da serra, afim de baterem as partidas e irem até as malocas dos coroados.*²¹²

Outro lado que essa referência revela, além da carência de milícias, é o recrutamento de cidadãos, homens comuns, os quais, deixando mulheres e filhos, embrenhavam-se nas matas sem garantia de volta com vida às suas casas.

Os empregados em serviços domésticos na paróquia em estudo, entre livres e escravos, somavam 1.119, representando 51% das pessoas empregadas no setor terciário. Homens e mulheres, tanto livres como escravos, aí trabalhavam. Resta saber o que se compreendia na época por *serviços domésticos*, e se a atividade tinha a mesma função de hoje, quando

²¹² MATO GROSSO, vice-presidente da província (1881-1883: Galvão). Fala do vice-presidente da província de Mato Grosso, tenente-coronel José Leite Galvão, na abertura da 2ª Sessão da 23ª Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1881. Cuiabá : NDIHR, 1881. Microfilme.

se constitui em trabalho basicamente desenvolvido por mulheres de baixa renda. No entanto, na data do censo, os dados mostram que 621 homens livres trabalhavam como domésticos. Escravos e escravas também trabalhavam como domésticos, em número de 101 e 100 respectivamente. Se comparados os dados entre ambos, verifica-se que os escravos eram em menor número que os livres nesse setor de atividade.

A constatação de que, à época do censo, homens livres trabalhavam em serviços domésticos e até superavam numericamente as mulheres livres, leva-nos a fazer algumas avaliações. De que, de um lado, à exceção dos agricultores, considerados aqui como os grandes proprietários de terras, em sua maioria as pessoas não possuíam uma atividade econômica rigorosamente definida no processo produtivo. As atividades iam se dando num desenrolar de necessidades e de interesses mediados pelas contingências do cotidiano, moldado pelo sistema escravista. Percebemos, por exemplo, que determinadas escravas trabalhavam como marceneiras, ourives, pedreiras, e que mulheres livres trabalhavam como lavradoras, agricultoras e no comércio. À ausência de rigor no desenvolvimento das tarefas econômicas poderíamos aventar para a possibilidade, se não, da ausência de definição de papéis entre homens e mulheres, pelo menos, para uma certa maleabilidade desses papéis no tocante às atividades produtivas. Maleabilidade esta, no sentido de que, a ocupação de determinados espaços, no *mundo do trabalho*, por homens ou mulheres pertencentes aos segmentos populares, não se dava pela preparação ou por cabedais herdados e sim por contingências.

Essa avaliação é reforçada ao tomarmos o contingente de pessoas consideradas *sem profissão*: 2.889 homens e mulheres, dentre livres e escravos. Foram assim definidos porque à época não trabalhavam? Ao que nos parece, o atributo *sem profissão* conotava as atividades que não se coadunavam com as do aspecto *formal* e, por isso mesmo, eram tidas como desprezíveis e sem importância. Dentre as 1.506 mulheres livres consideradas *sem profissão*, possivelmente encontravam-se aquelas que, nos processos de

divórcio localizados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, não escondiam o fato de que *viviam do serviço próprio do seu sexo*²¹³ que *viviam de lavar roupa*,²¹⁴ ou ainda *que viviam de fabricar louça de barro*.²¹⁵ Todas elas diziam que *não sabiam ler nem escrever*. Em relação aos 889 homens livres, há indícios, nos processos de divórcio, de que podiam desenvolver atividades relacionadas a *ajustes como camarada*, ao *recebimento de aluguéis*, ao *corte de cana-verde*.²¹⁶

O quadro 10 mostra a distribuição da população da paróquia da Sé segundo as atividades primárias, secundárias e terciárias.

²¹³ Eram mulheres a exemplo de Maria de Sousa do Espírito Santo, 50 anos, solteira, moradora na rua do Mundéio; Ana Alves da Cunha, 38 anos, solteira, moradora na rua da Boa Vista (Caridade) e Augusta Rosa, 42 anos, viúva. Coincidentemente, eram naturais da província de Mato Grosso e moradoras na paróquia Senhor Bom Jesus. Constavam como depoentes, em 1864, no processo de divórcio movido por Gertrudes Maria Ferreira contra Marcelino dos Santos.

²¹⁴ Citamos aqui Francisca Duarte Guimarães, moradora na rua da Boa Vista (ou rua da Caridade), 70 anos *presumíveis*, viúva, natural da província de Mato Grosso, *que vive de lavar roupa*.

²¹⁵ Bárbara Maria de Jesus, 50 anos, solteira, natural da província de Mato Grosso, moradora no lugar denominado São Gonçalo Velho, *vive de fabricar louça de barro*; Maria Rodrigues do Espírito Santo, 60 anos, natural da província de Mato Grosso, solteira, moradora em São Gonçalo Velho, *vive de fabricar louça de barro e fiar algodão*.

²¹⁶ Tais atividades eram desenvolvidas respectivamente por Antônio João de Siqueira, 32 anos, morador no Mundéio; Cipriano, *que era o encarregado de receber os aluguéis de D. Gertrudes Maria Ferreira e Cândido Antônio*, morador na rua da Boa Vista, 40 anos, solteiro, natural da província de Mato Grosso. Todos os três constaram como testemunhas, em 1864, no processo de divórcio acionado por Gertrudes, acima referida.

QUADRO Nº 10
REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA (LIVRE E ESCRAVA) POR
SETORES DE PRODUÇÃO* - PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE
CUIABÁ - 1872

NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS						
Atividades	Total	%	Masc.	%	Fem.	%
Produtivas						
Primárias	5.286	64,7	3.062	60,8	2.224	71,1
Secundárias	684	8,4	264	5,2	420	13,4
Terciárias	2.194	26,9	1.710	34,0	484	15,5
TOTAL	8.164	100,0	5.036	100,0	3.128	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

* Não estão compreendidas as *pessoas sem profissão*.

Em relação ao estado civil, os censos de 1872 e 1890 trazem informações a respeito da população solteira, casada e viúva, em relação ao sexo e raça.²¹⁷ O censo de 1890 traz também informações a respeito da população divorciada.

Por entendermos que tanto entre livres como escravos havia significativo número de celibatários na população mato-grossense adulta, masculina e feminina, optamos por analisar o quesito estado civil via etnia — se brancos, negros, mestiços ou caboclos, objetivando melhor visualizar o perfil da população celibatária.

Os quadros demonstrativos a seguir, embasados nos referidos censos, revelam que tanto entre a população branca como entre a negra e

²¹⁷ O recenseamento de 1872 não apresenta informações a respeito da faixa etária dessa população, o que nos leva a inferir que, de 11.053 pessoas moradoras na paróquia Bom Jesus de Cuiabá, 3.010 eram crianças e 8.043 adultos.

mestiça, os percentuais de solteiros em ambos os sexos eram mais elevados que os de casados e viúvos.²¹⁸

Pelo censo de 1872, dentre a população branca que totalizava em 3.863 pessoas, os solteiros atingiam percentuais de 56,4, casados 36,0 e viúvos 7,6, conforme revela o quadro 11.

QUADRO Nº 11
POPULAÇÃO BRANCA DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ
- 1872

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	1.130	1.048	2.178	56,4
Casados	838	552	1.390	36,0
Viúvos	206	89	295	7,6
TOTAL	2.174	1.689	3.863	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

O quadro 12 destaca igual tendência. Evidencia reduzido percentual de casados, se comparado com a população branca.

²¹⁸ Em relação à população viúva, estranhemos as cifras referentes à elevada proporção de viúvos em relação às viúvas, quando se sabe, através de estudos já realizados, que a mulher sobrevive muito mais. Tais cifras expressam, a nosso ver, o estado precário dos censos do século passado.

QUADRO Nº 12
POPULAÇÃO ESCRAVA (MESTIÇA E NEGRA) DA PARÓQUIA SENHOR
BOM JESUS DE CUIABÁ - 1872

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	696	626	1.322	94,8
Casados	40	18	58	4,1
Viúvos	9	5	14	1,1
TOTAL	745	649	1.394	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

Dentre a população negra (livre e escrava), assim como dentre a cabocla livre, também a população de solteiros era superior à casada, com 61,3% e 60,7%, respectivamente, conforme demonstram os quadros 13 e 14.

QUADRO Nº 13
POPULAÇÃO NEGRA (LIVRE E ESCRAVA) DA PARÓQUIA SENHOR BOM
JESUS DE CUIABÁ - 1872

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	563	343	906	61,3
Casados	253	204	547	30,9
Viúvos	102	14	116	7,8
TOTAL	918	561	1.479	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

QUADRO Nº 14
POPULAÇÃO CABOCLA LIVRE DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE
CUIABÁ - 1872

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	99	29	128	60,7
Casados	44	11	55	26,0
Viúvos	19	9	28	13,3
TOTAL	162	49	211	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

Já entre a população mestiça (livre e escrava), percebemos que a população de homens e mulheres solteiros era superior à de casados, conforme podemos observar no quadro que segue.

QUADRO Nº 15
POPULAÇÃO MESTIÇA (LIVRE E ESCRAVA) DA PARÓQUIA SENHOR
BOM JESUS DE CUIABÁ - 1872

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	1.006	1.016	2.022	49,4
Casados	894	803	1.697	41,4
Viúvos	271	101	372	9,2
TOTAL	2.171	1.920	4.091	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso.

*Incluindo-se os pardos e negros escravos.

O recenseamento de 1890, quando comparado com o de 1872, aponta para o reforço de duas tendências: superioridade da população feminina dentre a população branca, negra, mestiça e cabocla, e elevação nos percentuais relativos à população solteira em relação à casada. Vejamos os quadros 16 a 19.

QUADRO Nº 16
POPULAÇÃO BRANCA DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ
- 1890

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	1.953	2.010	3.963	72,2
Casados	565	578	1.143	20,8
Viúvos	76	290	366	6,8
Divorciados	5	6	11	0,2
TOTAL	2.599	2.884	5.483	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1890. Mato Grosso.

A população mestiça que, no censo de 1872, teve os percentuais equilibrados entre solteiros e casados, marcou no censo de 1890, como podemos verificar no quadro 17, percentuais discrepantes: 80,2 e 15,1, respectivamente.

QUADRO Nº 17
POPULAÇÃO MESTIÇA DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ
- 1890

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	2.292	2.398	4.690	80,2
Casados	440	438	878	15,1
Viúvos	48	215	263	4,5
Divorciados	5	7	12	0,2
TOTAL	2.785	3.058	5.843	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1890. Mato Grosso.

Por outro lado, verificamos decréscimo de 26,3%, entre um censo e outro, dentre a população mestiça casada. O referido decréscimo explica, pelo menos em parte, o aumento dos solteiros mestiços na paróquia em estudo.

Dentre a população negra e cabocla, verificou-se idêntica tendência referente ao estado civil. Os quadros 19 e 20, referentes à população negra e à cabocla, constataam decréscimo percentual dos casados no transcorrer de praticamente vinte anos. Igualmente entre a população branca verificamos decréscimos percentuais dos casados: de 36,0 em 1872, para 20,8 em 1890 longe, portanto, de superar os percentuais ocupados pelos solteiros.

QUADRO Nº 18
POPULAÇÃO NEGRA DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ -
1890

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	1.011	1.164	2.175	86,2
Casados	156	108	264	10,4
Viúvos	15	71	86	3,4
Divorciados	1	-	1	0,0
TOTAL	1.183	1.343	2.526	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1890. Mato Grosso.

QUADRO Nº 19
POPULAÇÃO CABOCLA DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE
CUIABÁ - 1890

ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Solteiros	257	300	557	85,0
Casados	38	31	69	10,6
Viúvos	1	27	28	4,3
Divorciados	-	1	1	0,1
TOTAL	296	359	655	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1890. Mato Grosso.

Além do decréscimo dos casados entre um recenseamento e outro, outros fatores poderiam explicar o expressivo número de solteiros na

paróquia. Na explicação para a presença dos celibatários, devemos considerar como fator do aumento a presença das forças militares no período da guerra, considerando aí a permanência de grande número de homens na capital. Essa hipótese não deve ser descartada. O recenseamento de 1872 já evidenciava a superioridade da população masculina.

A evidência da superioridade da população solteira em relação à casada, apontada nos dois censos, vai ao encontro do que dizia MARCÍLIO em relação ao sistema demográfico das áreas urbanas do Brasil no século XIX — a de que as uniões consensuais livres estáveis constituíam-se em características pronunciadas das populações urbanas.²¹⁹ Ou seja, por circunstâncias variadas, as pessoas deixavam de se casar na Igreja Católica, mas não de constituir as uniões livres estáveis e, fortuitas. Apesar de designados como *solteiros*, homens e mulheres — brancos, negros, mestiços e caboclos, não eram necessariamente celibatários. Podiam constituir famílias e gerar filhos dessa união, mesmo sem a chancela da Igreja Católica e do Estado.

Quando do recenseamento de 1890, a situação era de mais mulheres e menos homens na paróquia da Sé. As mulheres somavam 7.644 e os homens 6.863 dentre 14.507 habitantes da paróquia em estudo. Teria ocorrido um redimensionamento por parte dos recenseadores ao estimar a população feminina e, por conseguinte, a solteira? Ao indagarmos sobre essa situação para o município de Cuiabá, constatamos 9.222 mulheres e 8.593 homens. No entanto, um olhar mais atento indica que somente na paróquia Senhor Bom Jesus a população feminina superava a masculina.²²⁰

²¹⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. (org.). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis : Vozes, 1984. p. 205.

²²⁰ Na paróquia de Sant'Anna do Sacramento, integrante do município de Cuiabá, à época do censo de 1890, o número de mulheres ficava aquém dos homens, com 1.578 e 1.730, respectivamente. O mesmo ocorre na paróquia São Gonçalo de Pedro II, com 4.738 homens e 4.540 mulheres. Essa paróquia constava nesse mesmo recenseamento como município distinto, englobando Várzea Grande e Coxipó da Ponte.

O quadro 20 ilustra nossas observações e permite igualmente que percebamos o peso da população da paróquia Senhor Bom Jesus em relação ao município de Cuiabá.

QUADRO Nº 20
POPULAÇÃO RECENSEADA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, POR
PARÓQUIAS - 1890

LOCALIDADES	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Paróquia Senhor Bom Jesus	6.863	79,9	7.644	82,8	14.507	81,4
Paróquia Sant'Anna do Sacramento	1.730	20,1	1.578	17,2	3.308	18,6
Município de Cuiabá	8.593	100,0	9.222	100,0	17.815	100,0

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1890. Mato Grosso.

O que teria propiciado o aumento da população feminina na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá? Devemos considerar primeiramente que essa paróquia, além de mais populosa, era a mais antiga e compunha, desde meados do século XIX, um dos pólos das duas únicas freguesias urbanas: a Sé, formada pelo núcleo central, e a de São Gonçalo de Pedro II — o Porto. Teve sua evolução ligada ao desenvolvimento socioeconômico da capitania. A representatividade da paróquia Senhor Bom Jesus deve-se ao fato de ter-se constituído no núcleo gerador que impulsionou a ocupação e povoamento do Mato Grosso. A referida paróquia ganhou maior importância na medida em que Cuiabá passou a sediar os governos, civil e eclesiástico, na primeira metade do século XIX, em decorrência da transferência da capital da província para Cuiabá e da criação do Bispado de Mato Grosso.

Em meados do século XIX, a freguesia da Sé

compreendia todo o núcleo central da cidade e em sua Jurisdição ficavam os principais prédios públicos: Igrejas e logradouros. O largo da Sé ou da matriz

*situava-se em frente à igreja e defronte a ele, do outro lado, a Casa da Câmara com a cadeia no andar térreo. Ao lado esquerdo da matriz estava o largo do Palácio, em frente ao prédio que abrigava a residência dos presidentes de Província e a sede do governo provincial. Além da matriz, da Casa da Câmara e do Palácio do Governo, ainda se localizavam, nesses dois largos, os prédios da Tesouraria, do Correio, do Comando das Armas.*²²¹

A preferência por viver na paróquia Senhor Bom Jesus talvez encontre aí a explicação — proximidade com a sede dos governos civil e eclesiástico e *melhores* condições de vida propiciadas pela urbanização, ainda que incipiente da capital.

Para MARCÍLIO,

*apesar de toda a dificuldade conceitual e impírica para delimitar o verdadeiro urbano do rural no Brasil tradicional, consideraremos aqui apenas as grandes cidades existentes na época em análise. Estas se confundem, em quase todos os casos, com a cidade — capital regional, com funções variadas: administrativas, portuárias — comerciais, religiosas, etc. Sua localização é, na sua quase totalidade, litorânea ...*²²²

Nesse sentido, Cuiabá, tal como as demais capitais do Brasil tradicional, caracterizava-se por funções variadas: administrativas, portuárias, comerciais e religiosas.

A existência de lavradores e agricultores recenseados em 1872 como integrantes de uma paróquia urbana revela-nos quão estreitos encontravam-se ainda os limites entre o rural e o urbano na cidade — capital regional e, por conseguinte, na paróquia em estudo. As atividades desenvolvidas pela população possivelmente mesclavam-se entre o urbano e o rural. Alguns sinais de urbanização mais pronunciados somente despontaram em Cuiabá no período do pós-Guerra do Paraguai. Alguns deles podem ser evidenciados através da instalação de

²²¹ VOLPATO, L. R. Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888.** São Paulo : Marco Zero, 1993. p. 27.

²²² MARCÍLIO, Maria Luiza. **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais.** Petrópolis : Vozes, 1984. p. 203.

casas importadoras, serviços bancários e obras de infra-estrutura.²²³ A inauguração do Jardim Alencastro na capital e no coração da freguesia da Sé, veio propiciar à população espaços de lazer até então não experimentados: *O jardim constituiu durante muitos anos no grande lazer da população cuiabana, para o qual se dirigiam principalmente nas noites de domingo quando ali se realizavam retretas abrilhantadas pelas bandas militares da guarnição local.*²²⁴

As mudanças nos nomes das ruas de Cuiabá, a exemplo da rua da *Fé*, que passou a chamar-se Comandante Costa; da *Esperança*, que passou a ser denominada *Antonio João*, da *Sé* (ou *Piçarra*), que passou, por sua vez, a ser conhecida por *Antonio Maria*, da rua do *Campo*, que passou a ser *Barão de Melgaço*, em homenagem aos heróis da Guerra, somavam-se às transformações urbanas em curso.²²⁵

O modo de viver das mulheres na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá pode ser apreendido atentando-se para os espaços públicos ocupados por elas, conforme foi apontado pelo recenseamento de 1872. Trabalhavam como costureiras, parteiras, marceneiras, criadas, ourives, pedreiras, em serviços domésticos, no comércio, assim como podiam ser agricultoras ou lavradoras.

Em relação especificamente ao comércio da aguardente, era desenvolvido por mulheres de segmentos sociais diferenciados

²²³ A instalação, na capital, de lampiões a gás acetileno; a inauguração da barca-pêndulo para a travessia do rio Cuiabá, ligando a capital ao 3º distrito, Várzea Grande; a criação de vários estabelecimentos de ensino, como o Liceu Cuiabá e a Escola Normal; a conclusão do Seminário da Conceição e ainda o fornecimento, para a parte central da cidade, de água impulsionada por máquinas a vapor, são exemplos das transformações ocorridas.

²²⁴ BRANDÃO, Jesus da Silva. **Cuiabá: desenvolvimento urbano e socioeconômico - 1825-1945**. Cuiabá : Livro matogrossense, 1991. p. 120.

²²⁵ Sobre as mudanças nos nomes das ruas de Cuiabá, sugerimos a leitura de MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho. Cadernos Cuiabanos*, Cuiabá : Secretaria Municipal de Educação e Cultura, n. 4, 1978; MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. *Lendas e tradições cuiabanas*. Cuiabá : Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

independentemente do seu estado civil. Observamos que as *casas* que vendiam aguardente *pelo miúdo*, e sujeitas ao respectivo imposto de 36\$000 para o ano financeiro de 1877 a 1878, encontravam-se localizadas em várias ruas da freguesia da Sé, a saber:

*Rua 27 de dezembro: D. Etervina da Trindade Fonseca, Antonia Maria de Jesus, Delfina Amélia Fernandes; Rua Barão de Melgaço: Domingas Róis Chagas, Luiza Maria de Arruda; Rua Commandante Costa: D. Antonia Alves Fernandes da Cunha Póvoas; Rua do Commandante Antonio Maria: Anna dos Anjos; Rua de Antonio João: Joanna Henriques de Carvalho, Felicidade Augusta de Macedo, D. Joanna Baptista Ramos; Rua da Boa Vista: D. Maria Francisca de Sampaio; Rua da Caridade: Izabel da Annunciação; Rua do Cemitério: Joanna Maria de Jesus; Travessa do Palácio: Maria Joaquina de Miranda, Maria Eusébia de Annunciação, D. Maria do Carmo Lima; Travessa da Câmara: Maria Joanna Viegas; Travessa da Mandioca: Maria Ferreira Velho; Beco Torto: Jacinta de Cerqueira Leite.*²²⁶

Observamos que as casas que vendiam aguardente estavam sob a responsabilidade de uma ou até de três mulheres. Na *Travessa do Palácio*, por exemplo, encontravam-se Maria Joaquina de Miranda, Maria Eusébia de Anunciação e D. Maria do Carmo Lima. Esta última, Maria do Carmo, era paraguaia e viúva de um militar, o alferes reformado Belarmino Ferreira Lima. Possivelmente não fosse a proprietária da *casa*, mas sim, tal como Maria Eusébia de Anunciação, empregada de Maria Joaquina de Miranda.

Nas atividades de costura, apontadas pelo recenseamento de 1872 como desenvolvidas por 420 mulheres, sendo 369 livres e 51 escravas, é interessante observar que parecia existir certa *elitização* do ofício. Ao que consta, o Arsenal de Guerra não permitia que escravas costurassem as *peças de fardamento*, assim como *outras pessoas n'essas condições*, e, sim, *pessoas idôneas e decentes*. Das 152 mulheres relacionadas e *matriculadas como costureiras das peças de fardamento e equipamento para o exercício do ano de 1881*, que este Arsenal distribuirá em 3 turnos a saber: do número 1 a 50

²²⁶ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 19 jun. 1877, p. 3.

no dia 4; para 2º do número 51 a 100 no dia 10; e para 3º de 101 a 152 no dia 15, tudo do mês de outubro vindouro, encontravam-se:

*D. Maria Thereza Ferreira, D. Idalina Lino de Faria Vasconcellos, D. Maria Izabel de Souza Malheiros, D. Maria Ramos de Oliveira, D. Sebastiana de Goffredo, D. Felicidade Januária da Cunha Hartman, D. Mariana Rosa Gaudie Ley, D. Rita Nobre da Silva, D. Catharina Maria Xavier*²²⁷.

O significado de *idôneo* e *decente* relacionava-se ao *status*, ou aos cargos de distinção que familiares dessas mulheres, maridos ou parentes, ocupavam nos setores administrativo e militar, a exemplo do secretário do Arsenal de Guerra em Cuiabá, Ildefonso Mendes Malheiros Filho, que possivelmente tivesse parentesco com uma das costureiras, D. Maria Isabel de Sousa Malheiros. Devemos atentar para o fato de que todas as costureiras acima referidas recebiam a designação de *Dona*, sinal de distinção social. Essa distinção não parecia, no entanto, eximi-las de trabalhar em espaços públicos; antes, sim, parecia dar-lhes o suporte de que necessitavam nas diversas áreas em que atuavam.

A diversificação de atividades desenvolvidas por essas mulheres justificava certamente que encontrassem razões para viver na paróquia Senhor Bom Jesus. Esta afirmativa torna-se válida igualmente para a população masculina, que, de certa forma, encontrou novas oportunidades de trabalho, pontuadas pela incipiente urbanização ocorrida no município de Cuiabá.

Ainda que o recenseamento de 1872 tenha revelado a relativa expressividade das atividades econômicas dos setores secundário e terciário, oportunidades de trabalho atraíam tanto homens como mulheres de paróquias vizinhas. Nesse aspecto, Cuiabá polarizava a atenção dos habitantes das paróquias vizinhas, e mesmo das mais distantes.

²²⁷ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 02 out. 1881, p. 4.

A entrada pouco expressiva de estrangeiros procedentes de países europeus, bem como latino-americanos, somada à presença significativa de negros e de indígenas, contribuiu para a manutenção do perfil da população da paróquia: a predominância das pessoas de cor. Devemos atentar ainda para outro fator que pode ter contribuído para explicar a mestiçagem na paróquia em estudo: a alta taxa de ilegitimidade. Segundo MARCÍLIO, *nas grandes cidades, devido à forte concentração de escravos e à alta ilegitimidade, a mestiçagem foi consideravelmente maior do que nas áreas rurais.* ²²⁸

O quadro seguinte, relativo à população recenseada em 1890, quanto à filiação, indica a expressiva taxa de filhos ilegítimos, tanto na paróquia como no município de Cuiabá e no Estado. Essa observação é forte indício que nos dirige ao questionamento da tendência da ilegitimidade nas décadas anteriores na paróquia em estudo.

QUADRO Nº 21

POPULAÇÃO RECENSEADA QUANTO À FILIAÇÃO. PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ - 1890

Localidades	Legítimos	Ilegítimos	Legitimados	Expostos	População total
Paróquia Senhor Bom Jesus	8.361	5.496	434	16	14.507
Município de Cuiabá	10.336	7.016	446	17	17.815
Estado	56.243	35.287	1.235	62	92.827

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1890. Mato Grosso.

Ao centrarmos nossa atenção no fenômeno da ilegitimidade no interior da população da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, devemos ter

²²⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit., p. 206.

em conta o próprio perfil dessa população: mestiça em sua maioria, resultante do *encontro* de brancos, colonizadores e colonos, negros africanos, escravos e forros, e de índios.

O foco de nossa atenção está voltado para o estudo da bastardia na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em busca das especificidades históricas que permitiram a reprodução dessa prática no contingente mais amplo da população. Buscaremos apreender o sentido do matrimônio e de relações de conjugalidade inseridas no quadro dos *tratos ilícitos*, numa sociedade de errantes e aventureiros. Concomitantemente à abordagem da ilegitimidade, o desdobramento da análise comportará a inserção das mulheres pobres em relações familiares fundadas em uniões consensuais e viabilizadoras da bastardia.

PARTE III

A REMISSÃO DO PECADO

*A história do abandono de crianças é a
história secreta da dor feminina.*

Renato Pinto Venâncio

III.1 O PRINCÍPIO DA FRONTEIRA E A FRONTEIRA DE PRINCÍPIOS

No Brasil, a exemplo do que se verifica na Europa,²²⁹ as discussões acerca da família passam pela tentativa de apreensão do sentido de família tradicional e moderna. Entrecruzam-se, nesses debates, desde uma história da moral e de seus códigos abrindo reflexões acerca de temas como prostituição,²³⁰ adultério,²³¹ casamentos clandestinos, expostos e ilegítimos,²³² moral cristã e Inquisição,²³³ até uma história das estratégias familiares na transmissão de legados,²³⁴ e até a *medicalização* da família.²³⁵

De um lado, historiadores que aceitam e defendem a hipótese da família patriarcal e, de outro, aqueles que questionam tal tese, negando a aplicação da *universalidade* da família patriarcal para toda a sociedade brasileira colonial. De tal questionamento, estudos²³⁶ emergiram demonstrando, para outras regiões brasileiras, como a de São Paulo do século XIX, a existência de famílias com estruturas mais simplificadas e com menor

²²⁹ STONE, Lawrence. **Familia, sexo y matrimonio en Inglaterra - 1500-1800**. 3. ed. México : Fondo de Cultura Económica, 1990; FLANDRIN, Jean-Louis. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa : Estampa, 1992; MacFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

²³⁰ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

²³¹ LIMA, Lana Lage da Gama (org.). **Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : Dois Pontos, 1987.

²³² VENÂNCIO, Renato Pinto. Nos limites da sagrada família, ilegitimidade e casamento no Brasil colonial. In: VAINFAS, Ronald (org.) **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro : Graal, 1986. p. 107-23.

²³³ VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

²³⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo - século XIX**. São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1989; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984; MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo : Corrupio, 1988.

²³⁵ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro : Graal, 1983.

²³⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo : Brasiliense, 1983.

número de integrantes. Essas teses apontam, como elementos de modernidade nas famílias de estruturas simplificadas, os seguintes traços: o caráter *nuclear*; a insubmissão das esposas através da iniciativa de pedir divórcio; os casais que viviam juntos e resistiam ao casamento na Igreja Católica; mulheres como chefes de família, etc.

Contrária a essas duas concepções, insurge-se uma outra,²³⁷ que nega os elementos acima citados como indicadores de modernidade mas sim integrados à vida social do Antigo Regime e à legislação da época. Corresponderiam às reminiscências, adulteradas e adaptadas, de normas e procedimentos típicos da família e do casamento medievais cristãos, atualizados pelo Concílio de Trento.

Situada na vertente que nega a universalidade da família patriarcal para toda a sociedade brasileira, encontra-se a perspectiva de CORRÊA,²³⁸ sugerindo a coexistência de várias formas de organização familiar dentro de um mesmo espaço social, permeadas de elementos como tensão, manipulação, invenção e resistência.

Importante dar conta da existência de uma tensão permanente entre os impositores de uma ordem pré-definida, representados pelo Estado e pela Igreja, e aqueles que a ela resistem cotidianamente. Há que se considerar, segundo a autora, as maneiras pelas quais as formas econômicas, sociais e políticas articulam-se entre si nas diferentes áreas de ocupação da sociedade brasileira. Tais observações permitiriam, segundo ela, detectar os elementos de ordem representados pela família patriarcal e os elementos de desordem, *as uniões irregulares*, tão presentes na sociedade brasileira colonial. CORRÊA coloca em um mesmo patamar a importância assumida na sociedade

²³⁷ ALMEIDA, Angela Mendes. **O gosto do pecado**: casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI a XVII. Rio de Janeiro : Rocco, 1992.

²³⁸ CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto *et alii*. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1993. p. 15-42.

brasileira pela família patriarcal e pelas demais formas de organização familiar. Estas são vistas, como *formas alternativas de vivenciar o cotidiano e caracterizadas como elementos de desordem*, em contraposição à primeira, como elemento de *ordem*. Os elementos de *ordem* e os de *desordem*, segundo ela, podem ser vislumbrados mediante estudos das especificidades da ocupação do espaço social brasileiro.

A proposta de estudo apontada por CORRÊA vem reafirmar o tratamento dado, no presente estudo, aos temas família e ilegitimidade. De um lado, por apontar o embate permanente entre o público e o privado. E, de outro, por ressaltar a diversidade de estruturas familiares existentes no Brasil, conectadas entre si pelo Estado, em períodos históricos determinados.

O casamento erigiu-se no Brasil como uma instituição imposta tanto pela Igreja quanto pelo Estado. Pela Igreja, através de um discurso sobre a moral conjugal e a indissolubilidade do casamento. Através do Estado, o casamento cristão impôs-se como uma necessidade da elite dirigente, visando, por um lado, assegurar seus direitos patrimoniais. Toda essa discussão envolve normas, regras, práticas e discursos emanados do Estado imperial e da Igreja, em direção à família e à população como um todo. Insere-se num quadro de transformações que envolve tanto a economia quanto a sociedade brasileira no final do século passado. Antes, porém, reafirme-se que já a partir da segunda metade do século XIX, em nome da *civilização* e da *modernidade*, a população passava a ser alvo do Estado imperial, com vistas a adequá-la aos novos padrões culturais europeus. Enquanto as cidades eram reurbanizadas, a população passava a ser disciplinada, reeducada. Nesse sentido, a família constituía-se no cerne das preocupações das autoridades civis. Daí a preocupação com a conduta moral, com a saúde, com a vida sexual dos casais e dos solteiros.

Para COSTA²³⁹, naquele momento, dois alvos deveriam ser atingidos. O primeiro deles, a família verdadeiramente constituída: pai, mãe e filhos. Ou seja, uma determinada família — a urbana — cujo casal houvesse contraído núpcias na Igreja. O outro alvo: aqueles que não constituíam *famílias*. Enquadravam-se nessa categoria todos os que não haviam se casado na Igreja mas conviviam sob o mesmo teto com os filhos. Ou, ainda, o casal que esporadicamente se encontrava e que, portanto, não vivia junto, mas havia gerado filhos. Do rol das preocupações das autoridades civis e religiosas não se excluía, portanto, os concubinos.

Essa atitude do Estado imperial em normatizar as famílias revela a existência de um cotidiano avesso aos códigos da moral burguesa e da moral cristã. Exemplo disso seriam os filhos ilegítimos. As crianças ilegítimas e abandonadas constituíram-se, ao longo dos séculos, em fenômeno característico da sociedade brasileira. Esse fenômeno é revelador de uniões consensuais estáveis e esporádicas não sintonizadas com os discursos da Igreja e do Estado, que enfatizavam a importância do casamento para a legitimação da prole. Revelador, também, de uma sexualidade não reconhecida pela Igreja Católica e não regulada pelo Estado, mas *reconhecida* pela sociedade.

A existência dos ilegítimos se apresentava para a Igreja Católica como uma questão teológica e social a ser resolvida, mesmo que contraditoriamente. A questão dos ilegítimos e abandonados transforma-se em ponto de preocupação para o Estado brasileiro apenas a partir da segunda metade do século XIX, quando a conduta sexual da população é tomada ao mesmo tempo como objeto de análise e alvo de intervenção. Tanto a Igreja, quanto o Estado, no Brasil, apresentam uma certa identificação ao nível de discurso: a necessidade de controle da vida sexual dos casais como algo positivo. Nesse sentido, Igreja e Estado eram pragmáticos. Ambos defendiam

²³⁹ COSTA, Jurandir Freire. op. cit., p. 225-229.

a necessidade de o *amor* do casal estar vinculado à sexualidade e à procriação, no interior do casamento. A Igreja na defesa do casamento enquanto *instituição cristã*, e o Estado projetando-o como uma *instituição higiênica*. O Estado proclamava o discurso do casal *disciplinado e medicalizado*, pois do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação.²⁴⁰ Isso significava que ao Estado interessava, naquele momento, a família responsável, compromissada com novas atitudes diante da vida dos filhos e dos novos papéis propostos *pela polícia médica*. A Igreja Católica, por sua vez, continuava reafirmando o ideal de família cristã.

Esse *casal disciplinado*, essa *família responsável*, eram inteiramente subordinados à figura do pai. Das mulheres, além da submissão, esperava-se que exercessem plenamente a função de procriar e transmitissem aos filhos valores morais e éticos. Dos filhos, que aceitassem todas as regras sem procurar questioná-las, tanto afetiva quanto disciplinar. Essa família constituía-se, por um lado, em unidade agenciadora e transmissora do patrimônio e, por outro, em unidade reprodutora da espécie humana. Diante de tal representação, caberia ao casal *sacramentado* regular sua vida sexual e a de seus filhos, obedecendo às normas da moral cristã. Se a função primeira do casamento constituía-se na procriação, evitar filhos era considerado pela moral cristã como desobediência e, portanto, pecado.

Reafirme-se, portanto, que um dos instrumentos utilizados pela Igreja para atingir a normatização da população constituía-se na imposição dos sacramentos — casamento e batismo — e, por conseguinte, na valorização da família cristã. Em contraposição, a população cotidianamente parecia desafiar as leis da Igreja Católica. Suas práticas eram circunscritas, no terreno das contravenções, às normas ditadas pela Igreja e pelo Estado diante do casamento sacramentado, convertido em baluarte da família e regulador

²⁴⁰ COSTA, Jurandir Freire. *ibid.*, p. 229.

das uniões conjugais, e que deve sustentar a *propagação humana, ordenada para o culto e honra de Deus*.²⁴¹ A imposição da prática dos sacramentos adquire o sentido de contrapeso socializador significativo que, ao mesmo tempo, podia compensar a dispersão social e controlar o rebanho. As *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) encarregaram-se da institucionalização dos dispositivos que visavam dar combate aos delitos da carne entre um homem e uma mulher.

A abordagem do tema da família, no âmbito da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, tem menos o interesse em detectar a existência de características patriarcais do que em perceber como as especificidades locais pertinentes à região de Mato Grosso teriam forjado formas de organização familiar alternativas e qual o nível de aceitação dos filhos legítimos por parte das famílias cuiabanas em suas mais variadas *performances*.

Pensar o significado do nascer fora do matrimônio em uma sociedade escravista como a de Mato Grosso, na segunda metade do século XIX, e de sua aceitação, ou não, em uma das paróquias mais antigas e populosas, como a do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, demanda a premissa de que toda relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos sociais. Essa reflexão encontra sentido diante do expressivo número de crianças batizadas como *naturais* na referida paróquia, ou seja, 4.269 registros (43,5%) no conjunto de registros de batismos do período em estudo.

Essa evidência leva-nos a questionar a eficácia dos propósitos da Igreja, que apregoava a necessidade normatizadora do casamento nas relações conjugais, bem como o vigor da justiça eclesiástica na objetivação de suas práticas. Uma primeira inferência possível é a de que a população da província de Mato Grosso não diferia das demais no tocante ao cumprimento

²⁴¹ *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707, ordenadas por Sebastião Monteyro da Vide (arcebispo). Livro I, Título LXII, p. 107.

das normas impostas pela Igreja Católica. Ao atentarmos para estudos realizados em outras paróquias para os séculos XVIII e XIX, verificamos que o índice de ilegitimidade de crianças batizadas na paróquia Senhor Bom Jesus, era com exceção de Vila Rica, em Minas Gerais, mais elevado que os demais, conforme demonstramos no quadro 22.²⁴²

²⁴² Lembramos que nos cálculos percentuais para a paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá não estão incluídas as crianças expostas, enquanto que nos percentuais referentes às outras paróquias sim, o que evidencia, ainda mais, quão elevados eram os nascimentos de crianças ilegítimas na paróquia mato-grossense. Por outro lado, em razão de os registros de livres e escravos, na paróquia Senhor Bom Jesus, terem sido lavrados em conjunto, abstraímos as crianças ilegítimas tanto da população livre como da escrava, indistintamente.

QUADRO Nº 22
A ILEGITIMIDADE EM DIVERSAS PARÓQUIAS BRASILEIRAS
SÉC. XVIII E XIX

LOCALIDADE	%
Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890	43,5
Vila Rica (MG), 1804 ²⁴³	46,3
Curitiba, 1801-1850	27,4
S. J. dos Pinhais (PR) 1776-1852	25,2
São Paulo, 1741-1845	23,2
Lapa (PR), 1770-1829 ²⁴⁴	22,4
Jacarepaguá (RJ), segunda metade séc. XVIII ²⁴⁵	18,5
Ubatuba (SP) 1800-1830	16,4
Sorocaba (SP) 1679-1845	9,5
Santo Amaro (SP), segunda metade séc. XVIII	5,5
São Cristóvão (RJ), 1858-1867 ²⁴⁶	33,9

²⁴³ COSTA, Iraci del Nero da. **Minas Gerais: estruturas populacionais típicas**. São Paulo : Edec, 1982. p. 44.

²⁴⁴ Para as localidades paranaenses, respectivamente: KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba, 1801-1850**. Curitiba, 1974. Tese (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. p. 76. SBRAVATI, Myriam. **São José dos Pinhais, 1776-1852 - uma paróquia paranaense em estudo**. Curitiba, 1980. Tese (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. p. 95. VALLE, Marília de Souza. **Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 321.

²⁴⁵ VENÂNCIO, Renato P. **Ilegitimidade e concubinato no Brasil colonial: Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo : CEDHAL-USP, 1986 (Estudos CEDHAL n. 1). p. 12.

²⁴⁶ Para as localidades paulistas, respectivamente: MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população - 1750-1850**. São Paulo : Pioneira, 1974. _____. **Caiçara: terra e população - estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo : Paulinas/CEDHAL, 1986. p. 210. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A criança exposta nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: _____. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Universidade de São Paulo. VENÂNCIO, Renato P. **Ilegitimidade e concubinato no Brasil colonial: Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo : CEDHAL-USP, 1986 (Estudos CEDHAL n. 1). p. 12. KUSNESOF, Elizabeth Anne. Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: NADALIN, Sérgio Odilon *et alii*. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo : ABEP, 1990. p. 164-174.

As respostas para os fatores que possibilitaram o fenômeno da ilegitimidade nas mais variadas regiões brasileiras, tanto no período colonial como no imperial, tornam-se possíveis somente quando analisadas as especificidades históricas de cada qual. Estudos têm relacionado os ilegítimos ao sistema escravocrata e à promiscuidade dos escravos. Mulheres negras estavam nesse sistema sujeitas a gerar tanto filhos de seus senhores, como de seus *companheiros*.²⁴⁷ Essa explicação, por si só, não se sustenta, pois as pesquisas demonstram que mulheres livres também geravam filhos ilegítimos.

No caso da Lapa, VALLE explica a presença dos ilegítimos como decorrência da passagem dos tropeiros na região: *Considerando que os tropeiros passavam em regra duas vezes por ano na região, é natural que a ilegitimidade seja elevada*.²⁴⁸ Segundo a autora, pelo fato de serem moradores de vilas distantes, dificilmente os tropeiros reconheciam a paternidade de filhos nascidos dessas uniões fortuitas. VALLE demonstra que julho, agosto, setembro e outubro eram os meses em que mais incidiam nascimentos de ilegítimos na região da Lapa, uma vez que, entre outubro e janeiro, os tropeiros aí se encontravam invernando suas tropas.

²⁴⁷ O levantamento realizado por BEOZZO, para seis paróquias de Florianópolis: N. S. do Desterro, Camboriú, Tijucas, S. Antonio de Lisboa, S. Miguel e S. José, entre 1875 a 1888, mostrou que a proporção de filhos legítimos e naturais entre escravos era de 1,1% e de 98,9%, respectivamente. Como outro exemplo tomamos o levantamento efetuado na Igreja N. S. da Conceição da Serra, no Espírito Santo, entre 1872-1888, com 13,3% e 86,7%, para batizados de legítimos e ilegítimos, filhos de escravos. (BEOZZO, José Oscar (org.). *A Igreja e a escravidão (1875-1888)*. In: *História geral da América Latina; História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. T. II/2, p. 257-95).

²⁴⁸ VALLE, Marília de Souza. op. cit., p. 321.

Para Curitiba, paróquia Nossa Senhora da Luz, BURMESTER²⁴⁹ afirma que o alto índice de ilegitimidade na população livre, no período entre 1751 e 1800, demonstra as particularidades de uma região de trânsito, com deslocamento constante dos habitantes da paróquia, seja pela sua extensão, seja pelo próprio comércio itinerante do gado ou mesmo em razão das guerras sulinas. Ainda para Curitiba, KUBO atribui tal fato ao aspecto moral da população na primeira metade do século XIX: *o relaxamento moral como se pode verificar pela alta freqüência de filhos ilegítimos.*²⁵⁰

Mato Grosso parece ter sido um *caldeirão em efervescência*, composto de elementos variados detectados em outras regiões, e de cuja mistura plasmou-se o fenômeno da ilegitimidade. Encontravam-se ali presentes tanto os fatores econômicos que impulsionavam a população de outras regiões brasileiras a migrar, quanto os obstáculos próprios de áreas em processo de povoamento.

Além dos fatores citados para Mato Grosso e aqueles específicos das demais localidades estudadas, deve somar-se o caráter da ocupação de uma região de fronteira, que desde os primórdios imprimiu marcas típicas à região.

Segundo VOLPATO, a condição de fronteira implicara para a metrópole portuguesa, ao longo do século XVIII, transformar a capitania de Mato Grosso numa espécie de *antemural do Brasil*. Visava, assim, conter o avanço espanhol sobre terras portuguesas situadas à margem direita do rio Guaporé, e recorria no empreendimento tanto a homens livres quanto a povos indígenas. *A Capitania deveria não só conter as tentativas de avanço*

²⁴⁹ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII - 1751-1800, segundo os registros paroquiais**. Curitiba, 1974. Tese (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. p. 78.

²⁵⁰ KUBO, Elvira Mari. op. cit., p. 106.

*espanhol, mas tentar ocupar as áreas ainda não ocupadas pelos vizinhos tornando-se de fato o antemural do Brasil.*²⁵¹

Tais atribuições contribuíram por acentuar naquela população a característica de itinerância pronunciada, em decorrência da prática do recrutamento da população masculina. A prática da convocação compulsória da população masculina extrapolou o século XVIII. Marcou, igualmente, a população no século XIX, quando a defesa da província se fazia necessária.

A população da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá inseria-se nas contingências da situação de fronteira e, juntamente com a das demais paróquias, sofria as conseqüências na medida em que sobre elas incidia a política do recrutamento. Ressalte-se que a condição de fronteira exigia a organização de um aparato militar permanente. Há que se atentar, porém, para o fato de que *o ônus da preservação dos limites do domínio português na área recaía sobre os habitantes de Mato Grosso em razão de que a Coroa portuguesa investia menos no aparelhamento da fronteira oeste do que na raia Sul.*²⁵²

Essa condição, segundo VOLPATO, imprimiu *características próprias à sociedade mato-grossense sempre temerosa de ataques espanhóis, preocupada com a defesa do território português*²⁵³ e com a guerra contra as populações indígenas.

Viver na fronteira oeste significava, tanto para o homem comum como para o abastado, participar e/ou, custear despesas de expedições contra espanhóis e índios assim como devassar os sertões em busca de riquezas e de mão-de-obra. Através dos discursos das autoridades civis e militares,

²⁵¹ VOLPATO, Luiza R. Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo : Hucitec, 1987. p. 38.

²⁵² Idem, *ibid.*

²⁵³ *Ibid.*, p. 51.

constata-se que a prática de recrutamento no século XIX é justificada pela necessidade de conter os ataques indígenas sobre as cidades e povoações. Nos relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso, os homens recrutados eram referidos como *cidadãos*. Senão vejamos:

*em vista da deficiência de força tanto de polícia, como de linha, resultante quanto a esta do grande número de escusas por conclusão de tempo, incumbi ao Dr. Chefe de Polícia de organizar nesta capital e na Chapada, com toda a urgência, duas forças de cincoenta cidadãos cada um para operarem em baixo e em cima da serra, afim de baterem as partidas e irem as malocas dos coroados. Cada cidadão receberia uma arma de fogo e a precisa munição, e perceberia uma diária, alimentando-se à sua custa.*²⁵⁴

Para tal, ordenava-se ao

*Dr. Chefe de Polícia que, por intermédio de seus agentes, fizesse sentir aos moradores dos districtos sujeitos às agressões dos índios a necessidade de estarem vigilantes e de se estabelecerem o mais próximo possível uns dos outros, formando grupos de, pelo menos seis, afim de que possam mutuamente defender-se contra qualquer ataque dos mesmos índios.*²⁵⁵

Diante das circunstâncias, como a citada *deficiência de força militar*, as autoridades mato-grossenses recrutavam também cidadãos comuns, fossem solteiros ou não. Esses cidadãos recrutados deveriam obedecer a um roteiro traçado, com previsão de percurso nas matas, por dias, semanas e meses. Nesse sentido, seguir um determinado roteiro para atingir as malocas dos indígenas implicava não fixar-se em lugar algum ... *demorando-se apenas nestes lugares até dous dias, para refazer-se de víveres e descansar.*²⁵⁶

Se considerarmos que a prática do recrutamento da população masculina adulta era constante e que, não raramente, os perigos daí advindos ceifavam a vida daqueles homens, podemos inferir a existência de famílias

²⁵⁴ MATO GROSSO. Presidente da província (1879-1881: Barão de Maracaju). **Relatório do presidente da província de Mato Grosso**. Cuiabá : Typ. J. J. R. Calhão, 1881. Microfilme.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

dirigidas por mulheres. Neste sentido, a condição de fronteira e a retirada de homens do interior de suas famílias podem ter forjado uma reorganização e substituição de papéis entre homens e mulheres. Podem ter forjado também na população características de vida maleáveis e amoldadas às circunstâncias do imprevisto e do imediato. Nesse aspecto, as condições de privacidade não podiam ser diferentes, estando sempre sujeitas aos embates do cotidiano.

Os filhos ilegítimos, na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, revelariam a manifestação de uma privacidade plasmada pelas especificidades do universo social do qual faziam parte. Uma privacidade em que os *mesmos sentimentos de isolamento e solidão*, tão presentes nos primórdios da ocupação da fronteira oeste, nas populações das guarnições fortificadas,²⁵⁷ ainda se faziam sentir na segunda metade de século XIX.

Podemos afirmar que a ilegitimidade nessa paróquia não encontra explicações tão-somente na escravidão, mas na conjugação de vários fatores que acabariam por gerar no cotidiano das pessoas uma *ordem* menos rígida quando comparada aos padrões culturais europeus. Indiscutível negar que, na sedimentação dessa manifestação de privacidade, teve parcela de influência a superioridade numérica da população mestiça e negra, tanto no século XVIII quanto no XIX, porém não devemos atribuir exclusivamente à escravidão o fenômeno da ilegitimidade em Mato Grosso.

O registro de crianças ilegítimas, filhas de livres e forros, ratifica o pressuposto de que nessa província e, em particular, na paróquia em estudo, a bastardia não era adstrita à escravas. Mais que isso, implica afirmar que, entre as mulheres livres, ela não estava restrita às das camadas populares. Neste universo estavam presentes mulheres de famílias da elite, cujas histórias de vida podem ser resgatadas pelo estudo da genealogia de Mato

²⁵⁷ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. 1, p. 13-39. p. 25.

Grosso. Discutir a paternidade dos ilegítimos implica evidenciar igualmente a responsabilidade de homens destacados nas atividades de segurança das fronteiras, de defesa da propriedade e da terra, ilustres militares, portanto, de famílias igualmente ilustres.

São significativos os exemplos do capitão da Guarda Nacional Pedro Alcântara de Sousa Osório²⁵⁸ e do padre Francisco Bueno de Sampaio, cujas histórias se cruzam. O capitão Pedro Alcântara deixou duas filhas naturais. A primeira, Leopoldina de Alcântara Osório, havida com Isabel Maria de Castro, casou-se com Eduardo Resende Fernandes de Pinho, de Portugal, de cuja união nasceram 5 filhos. Dessa prole constavam Hermelinda Celina de Pinho, que aos 15 anos de idade desposou o tenente-farmacêutico do Exército Artur Carino Pinheiro (Bahia); Zulmira Pinho de Alencar, casada com o alferes do Exército Pedro Américo de Alencar (Alagoas); o capitão de fragata Eduardo Resende Fernandes de Pinho Júnior, casado com Laura de Pinho, filha do major Francisco Pompeu de Barros e Maria Pompeu de Barros. A outra filha natural, Josefa Olímpia de Sousa Osório, teve 4 filhos com o padre Francisco Bueno de Sampaio,²⁵⁹ capelão-tenente do Exército e tesoureiro da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, na gestão de 1842. A família Gaudie Ley, tradicional na história mato-grossense, através de Maria de Aleluia, viveu experiência semelhante. Maria de Aleluia fora casada com o comendador Antônio Tomás de Aquino Correia Júnior, neto do padre Joaquim Gonçalves Dias Goulão, que convivera com Eugênia Maria Cardoso, de cujo longo relacionamento nasceram vários filhos, entre eles o coronel Antônio Tomás de Aquino Correia.

Os exemplos de Josefa Olímpia de Sousa Osório, filha natural do capitão da Guarda Nacional Pedro Alcântara de Sousa Osório, e do tenente-

²⁵⁸ ALENCAR, Adauto. *Roteiro genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá : [s.n.], [199-]. v. II, p. 27ss.

²⁵⁹ ALENCAR, Adauto. op. cit., v. II, p. 28ss.

coronel Antônio Tomás de Aquino Correia, permitem que constatemos uma tendência de reprodução dessa prática no interior das famílias, notadamente nas dos militares. A exemplo, o coronel João Poupino Caldas, alferes da Legião de Milícias em 1812 e que servia no Forte de Coimbra sob o comando de seu cunhado brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes, declarou ter um filho natural com Maria Bernarda da Conceição. Esse filho, o coronel João Augusto Caldas, nascido em 1836, desposou, em 1863, Angélica dos Santos Leque, filha natural, reconhecida, do comendador Antônio Ferreira dos Santos Leque e Hildebrandina de Jesus Ferreira e Sá. Desde 1813, entretanto, o coronel João Poupino Caldas estava casado com Luísa da Silva Albuquerque, filha do sargento-mor Antônio da Silva Albuquerque. Desse casamento nasceu em 1820 o coronel João Poupino Caldas Júnior, promovido a alferes da Guarda Nacional em 1857 e que confessou deixar duas filhas naturais reconhecidas, havidas com Ana Francisco de Araújo. São elas: Ana Poupino Caldas, casada em 1864, com o tenente do Exército, depois capitão, Joaquim Maria do Espírito Santo, procedente de São Paulo, e Luísa Poupino Caldas, casada em 1871, com João Henrique de Carvalho, oriundo do Rio Grande do Sul.²⁶⁰

A certidão exarada pelo padre José Joaquim dos Santos Ferreira, escrivão da Câmara e da Auditoria Eclesiástica do Bispado de Cuiabá, em um processo de divórcio, vem ratificar não só a idéia da reincidência de ilegítimos, mas a aceitação social de tal estado, sob as bênçãos da Igreja:

aos sete d'Agosto de mil oitocentos e cincoenta e três annos, nesta cathedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, pelas cinco horas e meia da tarde, feitas as deligências do estilo, em minha presença e das testemunhas Júlio Baptista da Costa e Constantino Lopes Pereira, se recebeo em Santo Matrimônio com palavras de presente Marcelino dos Santos, filho natural de Joana Maria de Asevedo, de vinte e quatro annos, com Gertrudes Maria Ferreira, filha natural de Luisa de Sousa Ribeiro, de vinte annos: ambos naturaes deste Bispado e

²⁶⁰ ALENCAR, Adauto. op. cit., v. II, p. 128ss.

*freguezes desta Parochia e receberão as Benções Nupciaes na forma do Ritual Romano.*²⁶¹

A análise dos filhos ilegítimos será feita na relação com os filhos legítimos, legitimados e expostos. Nesse sentido, através do quadro que segue, inicia-se a classificação dos batizados como um todo. O quadro 24 permite visualizar o conjunto de batizados registrados na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, entre 1853 e 1890.

Uma primeira informação diz respeito à distribuição da população batizada entre legítimos, naturais, legitimados, expostos e indígenas. Pode-se observar que os legítimos e naturais ocupavam os percentuais mais elevados, com 54,6% e 43,5%, respectivamente.

A apresentação dos dados relativos aos registros de filhos ilegítimos na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá permitirá acompanhar a evolução desse segmento, assim como dos legitimados, expostos e legítimos, em relação a um fato de relevância na província de Mato Grosso: a Guerra do Paraguai. No que se refere à província de Mato Grosso, a Guerra do Paraguai deve ser considerada como o ponto extremo de itinerância da população masculina, quando do recrutamento de milhares de soldados.

²⁶¹ LIBELO Civil de divórcio. Cuiabá: Juízo Eclesiástico da cidade de Cuiabá. 1864. Arquivo da Cúria Metropolitana. Caixa nº 11.

QUADRO N° 23
IDENTIDADE DOS BATIZANDOS DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS
DE CUIABÁ - 1853-1890

IDENTIFICAÇÃO	N° ABSOLUTO	%
Legítimos	5.370	54,7
Naturais	4.269	43,5
Legitimados	25	0,3
Expostos	73	0,7
Indígenas	67	0,7
*Não consta o registro de identidade e sim o ano de batismo	16	0,1
TOTAL	9.820	100,0

FONTE: Livros de registro de batizados. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Os dados de batizados referentes aos anos de duração da Guerra do Paraguai, assim como dos registros dos recortes de seis anos anteriores (1859-1864) e seis posteriores (1871-1876), podem fornecer informações a respeito da possibilidade ou não de uma relação entre o conflito e nascimentos de crianças ilegítimas na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá.²⁶² A constatação possível, à primeira vista, observado o quadro 24, é a de estabilidade relativa de batizados, no recorte de dezoito anos situados entre 1859 a 1876.

Comparando-se os dados entre os legítimos e os ilegítimos, observamos que nos anos anteriores (1859-1864) e posteriores à guerra (1871-1876), registraram-se índices menores de batizados, quando comparados com os anos de guerra (1865-1870). Percebemos, no entanto, aumento pouco significativo de batizados de ilegítimos na paróquia durante o

²⁶² No recorte dos dezoito anos acima referidos consideramos o início da guerra como sendo o ano de 1865, em razão de esse ter sido o ano da efetiva participação de Mato Grosso no conflito bélico.

período da guerra, entre 1% e 2%. Nos seis anos anteriores à guerra ocorreram 1.417 registros; nos seis anos posteriores, 1.366 e, finalmente, durante a guerra, 1.476, com 46,4%, 45,5% e 47,6%, respectivamente aos três recortes.

Diante de tais constatações, é possível deduzir que a movimentação de militares organizando-se para proteger Cuiabá da invasão paraguaia, além de guardar relação com a bastardia na paróquia, alterou a tendência de nascimentos de crianças ilegítimas durante o referido recorte.

TABELA Nº 1
BATIZADOS DE LEGÍTIMOS E ILEGÍTIMOS: PARÓQUIA SENHOR
BOM JESUS DE CUIABÁ: 1853-1890

ANO	LEGÍTIMOS		ILEGÍTIMOS		TOTAL
	absoluto	%	absoluto	%	
1853	41	47,1	46	52,9	87
1854	110	52,4	100	47,6	210
1855	165	54,0	141	46,0	306
1856	117	52,0	108	48,0	225
1857	123	51,5	116	48,5	239
1858	151	60,4	99	39,6	250
1859	125	52,7	112	47,3	237
1860	114	55,1	93	44,9	207
1861	127	51,6	119	48,4	246
1862	131	51,4	124	48,6	255
1863	119	51,5	112	48,5	231
1864	144	59,7	97	40,3	241
1865	195	61,1	124	38,9	319
1866	139	56,5	107	43,5	246
1867	110	55,3	89	44,7	199
1868	92	49,7	93	50,3	185
1869	127	42,5	172	57,5	299
1870	111	48,7	117	51,3	228
1871	113	46,3	131	53,7	244
1872	94	51,9	87	48,1	181
1873	122	54,2	103	45,8	225
1874	142	57,0	107	43,0	249
1875	137	61,7	85	38,3	222
1876	136	55,5	109	44,5	245
1877	157	58,4	112	41,6	269
1878	113	51,0	109	49,0	222
1879	143	57,9	104	42,1	247
1880	191	51,0	184	49,0	375
1881	183	57,7	134	42,3	317
1882	201	60,4	132	39,6	333
1883	200	55,7	159	44,3	359
1884	265	61,2	168	38,8	433
1885	169	60,4	111	39,6	280
1886	184	62,4	111	37,6	295
1887	166	62,0	102	38,0	268
1888	177	60,6	115	39,4	292
1889	107	59,8	72	40,2	179
1890	124	66,3	63	33,7	187
N.C*	5	71,4	2	28,6	7
TOTAL	5.370	55,7	4.269	44,3	9.639

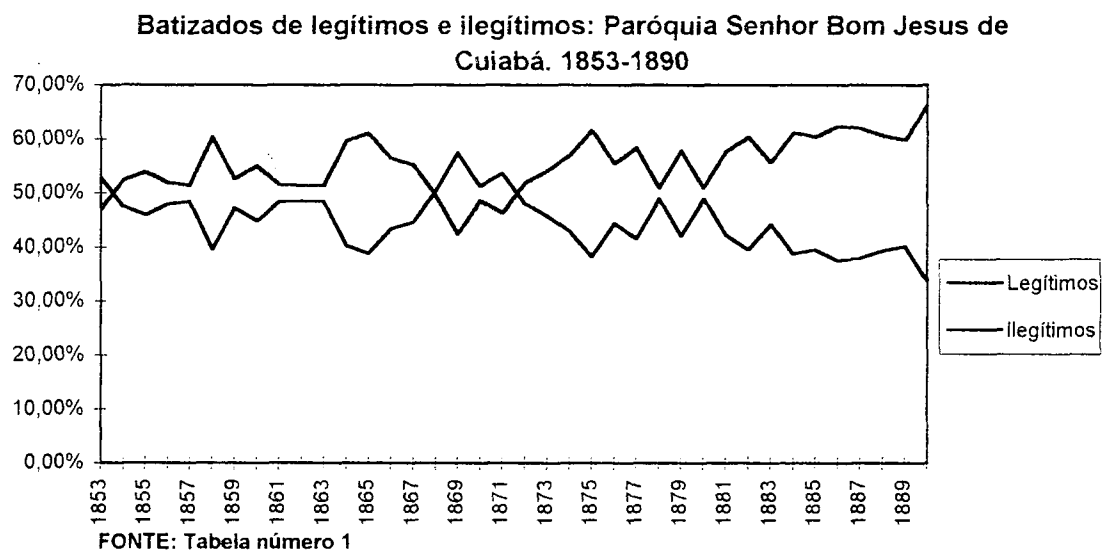
FONTE: Livros de registro de batizados. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

*N.C: Não consta o ano do registro de identidade nos livros paroquiais, e, sim, se eram legítimos ou naturais (ilegítimos).

Os dados expressos no gráfico que segue indicam uma tendência de supremacia de nascimentos de crianças legítimas ao longo de quase todo o período, imprimindo características próprias à segunda metade do século XIX. Há que se destacar, entretanto, um período de inversão dessa tendência, quando os nascimentos de ilegítimos tornam-se superiores, entre os anos de 1868 e 1871. Tais dados ratificam a estreita relação entre a presença de militares e a tendência de predominância de nascimentos de ilegítimos na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá no recorte cronológico da conjuntura bélica.

Os índices mais elevados de nascimentos de ilegítimos, contudo, estão localizados no período pós-guerra, em particular entre os anos de 1880 e 1884. A partir da segunda metade dos anos 80, o declínio de nascimentos de legítimos torna-se uma tendência acentuada, por sua vez acompanhada de comportamento idêntico dos nascimentos de ilegítimos. A considerável presença de celibatários, bem como a superioridade numérica da população feminina, cujos indicativos estão presentes nos dados censitários, são fatores que devem ser considerados neste quadro explicativo.

FIGURA Nº 1



A existência de ilegítimos delineia uma tendência que se insinua durante toda a segunda metade do século XIX, na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Ou seja, tanto na década de 50, quanto nas de 60, 70 e 80, registraram-se batizados de ilegítimos em índices elevados, conforme demonstra o quadro a seguir.

QUADRO Nº 24

FREQUÊNCIA DE BATISMOS DE CRIANÇAS NATURAIS DA PARÓQUIA
SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ 1853 - 1890

Décadas	Batizados	Crianças naturais	%
1853 - 1860	1.797	815	45.4
1861 - 1870	2.477	1.154	46.6
1871 - 1880	2.505	1.131	45.1
1881 - 1890	3.041	1.169	38.4
TOTAL	9.820	4.269	43.5

FONTE: Livros de registro de batizados. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Nas três primeiras décadas da segunda metade do século XIX, registra-se uma média de 45% de ilegítimos entre os nascituros e, na década de 80, de 38%. Apesar da epidemia de varíola ocorrida em 1867, verificamos um índice bastante alto, qual seja, 46,6% de batizados de ilegítimos na década de 60. Lembramos que tanto a guerra quanto a epidemia de bexiga forçaram a presença de forças militares na capital. Tal presença é explicada como necessária para proteger Cuiabá de possível invasão paraguaia e pela ajuda que os militares deveriam prestar à população no enfrentamento da epidemia.

MOUTINHO refere-se à presença do 2º Batalhão de Artilharia a Pé, que colaborou durante todo o ano de 1867 na remoção dos corpos das vítimas da varíola. O referido batalhão era composto de soldados vacinados e vindos de diferentes províncias: *Apesar das tropelias e actos da mais requintada perversidade praticada por alguns, bradão bem alto os socorros que prestarão, embora o interesse immediato que exigião de prompto fosse o motor que os compellesse à 'caridade'.*²⁶³

É possível que tais *homens movidos pela mais insoffrega ambição* visassem tão-somente receber seus pecúlios pelo serviço prestado, pois, segundo MOUTINHO, *atiravam os corpos ao primeiro matto que encontravão, afim de poderem com brevidade receber outros e cobrassem por esse trabalho, 30, 40... até 100\$000.* É possível também que fossem movidos pela insensibilidade a ponto de não respeitarem *as moças que mendigavão ao*

²⁶³ MOUTINHO, José Joaquim Ferreira. op. cit., p. 105.

*desamparo um abrigo à sua honra.*²⁶⁴ A existência dos ilegítimos nos anos imediatos ao término da guerra, no entanto, não deve ser explicada exclusivamente pela presença das forças militares na capital, como quer nos faz entender MOUTINHO quando aponta para o crescimento demográfico ocorrido no período:

*Concorreu para o desejo de aumentar a população a chegada de uma brigada que operou com bravura e denodo nas fronteiras do Apa, composta de uma mocidade ardente e sequiosa de prazeres, por causa das muitas privações pelos quaes havia passado no serviço agro e pesado da guerra, privações que começara a soffrer desde que encetára a viagem para a província, onde deu exuberantes provas de valor e patriotismo. Topou a vontade com o desejo.*²⁶⁵

Podemos dizer que os agentes históricos nessa província de fronteira estabeleciam relações propiciadoras ao nascimento de ilegítimos. É possível pensar que o nível de aceitação dessas crianças por parte da população como um todo, era positivo. Tal hipótese não deve ser descartada se aventarmos que essas crianças, apesar de não nascerem de um casamento legalizado pela Igreja Católica, poderiam conviver com seus pais e, quando não, poderiam ser criadas por suas mães. Uma rede de solidariedade possivelmente era formada quando do nascimento de tais crianças, de maneira que as mães pudessem contar umas com as outras.

Contudo o ato de enjeitar crianças ilegítimas era reforçado por muitas mulheres brancas, de boa estirpe, e resultava da condenação moral e familiar dos amores ilícitos. Entre as contingências de um cotidiano real e as condenações à atitudes tomadas enquanto contravenções às normas da Igreja, foi tecido um espaço de trama, resistência e estratégias voltadas à solucionar os nascimentos ilegítimos.

Em muitos casos, quando as mulheres brancas viam-se impossibilitadas de assumir publicamente a bastardia, as crianças ilegítimas

²⁶⁴ Ibid., p. 104.

²⁶⁵ Ibid., p. 110.

eram deixadas aos cuidados de parentes, vizinhos, padrinhos e, mesmo, dos clérigos. Era comum recorrer-se à cumplicidade das parteiras e das escravas mais íntimas do ambiente doméstico para que tais crianças fossem encaminhadas aos destinatários preestabelecidos.

Uma extensa rede de parentela e vizinhança assentava práticas e estratégias de mães pobres para socializar os filhos naturais através de relações de *parentesco espiritual*, via compadrio. Essas relações, seladas por atitudes de solidariedade e conivência, deixaram marcas nos espaços recônditos da família e enredaram práticas a nível do privado. Sua presença corriqueira em espaços esquadrinhados pela Igreja revela, sobretudo, nuances de uma cultura de resistência popular. Assim, as cifras pouco expressivas de crianças expostas podem significar que as pessoas adotavam uma postura menos de negação dessas crianças do que de aceitação.

A 7 de agosto de 1833, quando compareceu em cartório para adoção da filha, João Manuel Augusto Leverger declarou não ter pais vivos, nem descendentes, e que o objetivo da adoção era o reconhecimento de uma filha, tida com Inês de Almeida Leite, casada. Leverger declarou, ainda, querer a filha em sua companhia, bem como que a criança se tornasse herdeira de suas fazendas. Ato contínuo, tornou-se adido militar no Paraguai.²⁶⁶

Inês de Almeida Leite, filha legítima do capitão Bento de Toledo Pizza, natural de Porto Feliz, e de Mariana de Assunção, de sangue bororo, é protagonista de um dos episódios de filhos naturais. Aos 16 anos incompletos, desposara o tenente José da Costa Leite. Este, próspero comerciante em Cuiabá, viúvo e com vários filhos, era também, natural de Porto Feliz. Dessa união, em 1816, nasceram vários filhos. Senhora de muito prestígio, Inês de

²⁶⁶ Lembramos que João Manoel Augusto Leverger galgou cargos e posições de relevância na sociedade cuiabana, com destaque para a presidência da província de Mato Grosso entre os anos de 1851 e 1857. Como vice-presidente, foi chamado a governar em 1863, 1865, 1866 e em 1869. O título de *Barão de Melgaço* foi-lhe outorgado em decorrência de sua participação na defesa da capital, durante a Guerra do Paraguai.

Almeida Leite foi eleita irmã de mesa da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá nos anos de 1825, 1841 e 1863 e, em 1840, ocupou o cargo de provedora da Irmandade. O tenente José da Costa Leite, por sua vez, ocupou o cargo de escrivão da mesma Irmandade em 1822, 1828 e 1836 e, em 1839, era um dos irmãos de mesa. Inês manteve seu casamento até 1842, quando se tornou viúva.

João Manuel Augusto Leverger contracenou, de maneira particular, nesse episódio que marcou a história da elite cuiabana. Tenente da Marinha brasileira, nascido em Saint-Malô, região da Bretanha, chegou a Cuiabá em 1830, onde conheceu Inês, já casada, em torno de seus 30 anos. Entretanto, resultado de uma relação adúltera, nasceu Emília, exposta na casa dos padrinhos e, em seguida, adotada pelo pai. Na certidão de batismo, de 1832, constaram como padrinhos Dr. Antônio José de Abreu e Teodora Antônia de Freitas.

A história de Audelino Augusto Correia é, igualmente, reveladora das estratégias de abandono de ilegítimos entre as famílias da elite. Em estado de solteiro, teve um filho de nome Caio, exposto pela mãe em casa do professor José Estêvão Correia, seu avô. Audelino contraiu núpcias com outra mulher, Hilda Lima Correia, filha do coronel João Lima e de Eudóxia da Glória Lima.

O recurso aos parentes parece ter sido uma solução comum e recorrente no cuidado do filho ilegítimo, evidenciando que a família era o espaço, em geral, escolhido para abrigar os nascidos fora do casamento formal. O capitão Caetano da Silva Albuquerque Júnior, primo e marido de Ana Joaquina Gaudie de Albuquerque, foi exposto em casa do capitão Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça e de Rosa da Silva Albuquerque, provavelmente sua tia. Era filho natural do capitão Caetano da Silva Albuquerque e de Maria Madalena Ramos, unidos por laços de parentesco e, mais tarde, por laços conjugais.

As 73 crianças expostas na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no transcorrer das décadas de 60 a 80, perfizeram apenas 0,7%. Ressalte-se que nos anos 50 os percentuais obtidos foram superiores aos 1,0, 0,2 e 0,8 das décadas de 60, 70 e 80, respectivamente.

QUADRO Nº 25
FREQÜÊNCIA DE BATISMOS DE CRIANÇAS EXPOSTAS DA
PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ
1853 - 1890

DÉCADAS	BATIZADOS	EXPOSTAS	%
1853 - 1860	1.797	23	1,3
1861 - 1870	2.477	19	0,8
1871 - 1880	2.505	06	0,2
1881 - 1890	3.041	25	0,8
Total	9.820	73	0,7

FONTE: Livros de registro de batizados. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Os baixos percentuais de crianças expostas na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá indicam que a prática de colocar os recém-nascidos na Roda não era utilizada na mesma intensidade como ocorria em outras regiões brasileiras. Portanto, as mulheres não tendiam a abandonar seus recém-nascidos ilegítimos, mas contingencialmente deixavam-nos aos cuidados de outrem.

A presença de crianças ilegítimas, celebrada pelo batismo, propicia espaços potencializados, não só para a intermediação da religião, como para a presença da Igreja no controle da vida cotidiana da família. Mesmo assim, a recorrência ao sacramento do batismo, enquanto prática de celebração do nascimento, evidencia, antes de tudo, que a origem ilegítima não é barreira para a aceitação das crianças e para o reconhecimento da paternidade. Para além disso, revela o paradoxo de um real que escapava ao controle do olhar

vigilante da Igreja, ainda que sob sua mira nas múltiplas configurações dos espaços cotidianos.

Em Salvador e Rio de Janeiro, a Casa da Roda da Santa Casa de Misericórdia já existia desde a primeira metade do século XVIII, antes mesmo do Alvará de 24 de maio de 1783, de D. Maria I, que estendia para todas as possessões ultramarinas portuguesas tal *benefício público*. Apesar dos insuficientes recursos para atender às crianças abandonadas, a Casa da Roda, tanto em Salvador quanto no Rio de Janeiro, não desapareceu até o final do século XIX.

Ressalta VENÂNCIO que, nos tempos de dificuldades econômicas, as *mères celibataires* (mães solteiras) podiam recorrer à Casa da Roda, revelando que o abandono resultava da miséria e não da repreensão moral aos amores ilícitos.²⁶⁷ Segundo o autor, as mulheres enfrentavam obstáculos intransponíveis ao tentar assumir e sustentar seus filhos legítimos ou nascidos fora do ordenamento matrimonial. Desse modo, *a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina*,²⁶⁸ compartilhada por mulheres forçadas a abandonar seus rebentos marcados pela ilegitimidade. Outro aspecto levantado pelo autor em questão, em relação ao abandono, diz respeito à dissolução da família, sendo a morte um elemento essencial na desagregação familiar.

Ao que consta, na paróquia em estudo, apesar de a Roda de Expostos ter sido instituída apenas na primeira metade do século XIX, especificamente no ano de 1833, não era utilizada pela população, tanto assim que *causas, porém, que ignoro, fizeram há muito cessar este benefício público, pois há mais de 16 anos nenhum exposto tem recebido a Santa*

²⁶⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. *Revista de História*, São Paulo, v. 14, 1995. p. 153-171.

²⁶⁸ Idem. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo : Contexto, 1997, p. 189.

Casa.²⁶⁹ Isso significa dizer que em Cuiabá a existência da Roda teve curta duração, possivelmente não mais que trinta anos.

Em nenhum dos registros de batizados houve menção de que as crianças tivessem sido colocadas na Roda e sim em residências, especialmente naquelas dos futuros padrinhos:

*Aos vinte e sete de março de mil oitocentos e cincoenta e sete annos, nesta Cathedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, baptisei e pus os Santos olhos a José, de vinte e quatro dias, exposto em casa de Antonio Fernandes dos Reis: forão padrinhos o mesmo Antonio Fernandes e Isabel Gomes, e para constar fiz este termo, que assignei. O Cura José Jacinto da Costa e Silva.*²⁷⁰

e de clérigos, conforme exemplo que segue:

*Aos sete dias do mês de junho de mil oitocentos e sessenta e seis na Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, o Cura José Jacinto da Costa e Silva, baptizou solenemente a Marianna. Nascida aos dias de do anno de N.S.J. Ch. de mil oitocentos e cincoenta e quatro. Filha de paes incógnitos. Foram seus padrinhos o snr. Cura José Jacinto da Costa e Silva. O vigário Cura João Leocádio da Rocha.*²⁷¹

Seria possível supor que na capital, e no caso na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, os pais e, principalmente, as mulheres não adotavam a prática de abandonar seus recém-nascidos ilegítimos. Negar o espaço da Roda dos Expostos revela um forte indicativo de atitude de negação do espaço público de controle da vida familiar. Pode residir aí um espaço de tecitura de atitudes de resistência à intermediação da Igreja, respaldadas por práticas de solidariedade que acabam por agir como atenuantes de tensões

²⁶⁹ MATO GROSSO. Presidente da província (1878-1879: Pedroza). Relatório com que o presidente da província de Mato Grosso, João José Pedroza, abriu a sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléia no dia 1º de novembro de 1878. Cuiabá, Typ. do Liberal. 1878.

²⁷⁰ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. 1857 a 1861, número 5.

²⁷¹ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. 1865 a 1869, número 7.

entre o público e o privado. Tanto as baixas cifras de expostos parecem confirmar tal suposição, quanto a própria referência de que a Roda não era utilizada. *Nos primeiros annos bancarão-se alguns inocentes, que serão creados, chegando alguns orphãos a tomar estado pelo casamento.*²⁷² As relações seladas pelo compadrio são convertidas em relações de parentesco generalizado entre pares de idêntica condição, para além do casal, inclusive entre os setores mais empobrecidos. O compadrio se converte em arena onde se define a resistência cultural da população através de um sistema de alianças e de uma moral que guardava distância da institucionalização objetivada pelo Estado e pela Igreja. Lícito dizer que o compadrio era um dos elementos fundantes de uma solidariedade forjada no cotidiano de tais setores da população.

Há referências nos relatórios de presidentes da província sobre menores vistos como *enjeitados da fortuna que têm direito a uma educação profissional e moral*²⁷³ e que para tanto eram encaminhados ao Arsenal de Guerra, onde eram iniciados em uma determinada profissão, através da Companhia de Aprendizes Artífices e da Companhia de Aprendizes Marinheiros. O texto a seguir pode melhor explicar a afirmativa:

É assaz difficil elevar-se ao seo estado completo aquella Companhia, e o motivo é o mesmo que em meo anterior Relatório annunciei-vos, isto é, que em todas as Províncias onde existe Arsenal de Guerra e nesta Companhia de Aprendizes, os paes e tutores preferem estas às de Aprendizes Marinheiros, porque destinão-se estes à um ramo de serviço, que mais tarde, os afastará da Província, e aquelles sem educação, crescem aprendendo um officio mechanico e continuam servindo

²⁷² MATO GROSSO. Presidente da província (1878-1879: Pedroza). Relatório com que o Presidente da Província de Mato Grosso, João José Pedroza, abriu a sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléia no dia 1º de novembro de 1878. Cuiabá : Typ. Do Liberal. 1878.

²⁷³ MATO GROSSO. Presidente da província (1879-1881: Galvão). Fala do vice-presidente da província de Mato Grosso, tenente-coronel José Leite Galvão, na abertura da 2ª sessão da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1881. Cuiabá : Typ. J. J. R. Calhão. 1881. Microfilme.

*no mesmo Arsenal, com maior proveito para si e para suas famílias, sem o receio da separação até que chegaria a concluir o seu tempo.*²⁷⁴

Observa-se que tanto crianças sob a custódia de tutores, quanto aquelas sem pais e até mesmo aquelas que possuíam pais, eram enviadas mais para a Companhia de Aprendizes Artífices e menos para a Companhia de Aprendizes Marinheiros. Na Companhia de Aprendizes Artífices os menores certamente poderiam aprender algum ofício manual que lhes permitiria garantir sustento para si e, quiçá, para sua família.

Observa ainda MOUTINHO sobre os menores enviados à Companhia de Aprendizes de Artífices: *Estes meninos serão verdadeiros parasitas na sociedade, se não fosse essa caridosa e útil instituição que os torna em bons filhos da pátria, quando pela orphandade ou pela miséria de seus paes estariam arriscados à vida da mendicidade, ou se arrojariam na estrada do crime.*²⁷⁵

Os pais, seja vivendo em forma de união consensual livre, seja a mãe sozinha, preferiam arcar com os custos de permanecer com os filhos em vez de colocá-los na Roda. No primeiro caso, quando da convivência permanente dos pais, os filhos poderiam, eventualmente, ser legitimados pelo pai. Registrada como *filho natural*, a criança permanecia nesse estado até que os pais se casassem na Igreja Católica, quando então passava ao estado de *filho legitimado*.

Na paróquia em estudo, raros também foram os casos de legitimações conforme o que pregava a Igreja. Conforme se pode observar no quadro 26, registram-se, apenas 25 crianças, perfazendo 0,3% dentre os 9.820 batismos. Supõe-se que não parecia fazer parte da preocupação dos pais a

²⁷⁴ MATO GROSSO. Presidente da província (1876-1877: Fonseca). Fala com que o senhor general Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso a 3 de maio de 1877. Cuiabá : Typ. da Situação, 1877.

²⁷⁵ MOUTINHO, José Joaquim Ferreira. op. cit., p. 83.

legalização do estado de solteiro para o de cônjuge propriamente dito, de acordo com as exigências da Igreja Católica. Até mesmo porque, independentemente da legitimação via matrimônio, o pai tinha uma outra alternativa: legitimar o(a) filho(a) mediante testamento lavrado em cartório.

Os baixos percentuais de crianças expostas, e a não-utilização da Roda, levam-nos a inferir a existência de uma forte sociabilidade inscrita no âmbito do privado. Os pais das crianças *indesejáveis* antes pareciam utilizar-se do recurso de apoiar-se nas famílias do que na Roda. Nesse sentido, igualmente as mães das crianças registradas como naturais pareciam tanto viver acompanhadas dos pais de seus filhos como viver sozinhas com os filhos, numa indicação de formas de organização familiar alternativas. Há que se considerar, ainda, que uma parcela das crianças morria antes mesmo de ser batizada e não era registrada nos assentamentos paroquiais.

QUADRO Nº 26

FREQÜÊNCIA DE BATISMOS DE CRIANÇAS LEGITIMADAS DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ: 1853 - 1890

DÉCADAS	BATIZADOS	LEGITIMADAS	%
1853 - 1860	1.797	02	0,1
1861 - 1870	2.477	04	0,2
1871 - 1880	2.505	11	0,4
1881 - 1890	3.041	08	0,3
Total	9.820	25	0,3

FONTE: Livros de registro de batizados. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Interessa averiguar se, por mais de uma vez, essas mulheres concebiam filhos ilegítimos. Com base nas atas, pode-se deduzir que as reincidentes não pertenciam à elite local e sim, preponderantemente, às camadas populares. Nos registros, as mulheres de *boa estirpe* recebiam do

pároco a designação de *Dona* e seus respectivos nomes eram acompanhados do nome do marido, pai de seus filhos legítimos.

É sobre a outra parcela de mulheres, as não identificadas como *Dona*, que este estudo se prenderá. No primeiro momento, contudo, estará presente a preocupação com as uniões consensuais, formas expressas das relações ilícitas. Em seguida, a atenção estará voltada para as mulheres que não levavam o sobrenome de família e sim nomes evocativos de santos ou de situações de vida.

III.2 ERRANTES E AVENTUREIROS: O SENTIDO DO MATRIMÔNIO E OS TRATOS ILÍCITOS

Ao discutir os padrões concubinários nas relações sexuais e amorosas na colônia, VAINFAS ressalta a valorização e difusão social do casamento cristão, bem como propõe reler o lugar que o concubinato ocupava na sociedade colonial. Essa releitura abarca a multiplicidade de relações amorosas objetivadas no cotidiano de homens e mulheres. Parte do pressuposto de que o concubinato deve ser desvinculado da idéia de que era, necessariamente, uma espécie de *casamento informal*, uma conjugalidade de fato, que, como tal, podia substituir o casamento chancelado pela Igreja.²⁷⁶

No terreno dos *tratos ilícitos*, entretanto, havia relações que passavam ao largo de uma situação conjugal. Os amancebamentos entre senhores e escravas, os concubinatos de clérigos, as relações de adultério, podiam até conviver paralelamente ao matrimônio, porém não resultavam em nenhuma forma de conjugalidade socialmente reconhecida.

LONDOÑO recorre à documentação eclesiástica do século XVIII — visitas pastorais nas capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo²⁷⁷ — e nessa leitura decifra três níveis de significados de concubinato. *Viver concubinado* ou *estar amancebado* eram termos que delineavam um nível primeiro. Referiam-se a homens e mulheres que mantinham tratos físicos sem,

²⁷⁶ VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasileiras. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. p. 222-73. _____ (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro : Graal, 1986. _____ **Trópico do pecado**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

²⁷⁷ LONDOÑO, Fernando Torres. **Público e escandaloso**: Igreja e concubinato no antigo Bispado do Rio de Janeiro. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

contudo, estar casados, e abrangiam tanto tratos episódicos quanto permanentes. Entendia-se o concubinato como um vínculo permanente e necessariamente não se consumava a coabitação. O segundo nível de significado compreendia o adultério e a prostituição. Finalmente, a expressão *portas adentro* objetivava o terceiro nível de significado. *Associada a concubinato ou mancebia, expressava a coabitação, caracterizando um concubinato sobre o qual não havia dúvidas.*²⁷⁸

Pesquisas recentes têm mostrado que, apesar da estreita relação com a escravidão, as práticas de concubinato extrapolaram as relações entre livres e escravos ou forros. Há que se considerar um amplo leque de relações amorosas classificáveis como concubinato e que envolviam forros e pobres, que se uniam entre si ou *andavam juntos*. As práticas concubinárias entre senhor e escrava, que marcavam a íntima relação entre escravidão e prostituição, se faziam presentes também entre a população pobre.

As *solturas* de senhores e escravas eram plenamente condenadas pela Igreja, impotente no combate à vigorosa parceria concubinato-escravidão. Tal impossibilidade deitou lastro nas *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia*, onde concubinato ou amancebamento foi definido como *uma ilícita conversação do homem com mulher continuada por tempo considerável*. Foi consagrado como prova da transgressão *o fato de um homem manter em casa alguma mulher que dele engravidasse, não sendo*

²⁷⁸ LONDOÑO, *ibid.*, p. 24.

*com ele casado e desde que a mesma fosse livre.*²⁷⁹ Derivava daí o pressuposto tácito de que as escravas da casa se constituíam em alvo da volúpia dos senhores, que exerciam o livre direito de engravidá-las, sem que se configurasse qualquer interdição.

Se nos compêndios da Igreja a definição do concubinato, ainda que imprecisa, era suficientemente ampla para comportar todos os delitos da carne entre um homem e uma mulher, na prática tornou-se o espaço de múltiplas relações amorosas tomadas como *tratos ilícitos*. É nesse mesmo espaço que se localizam as uniões ilegítimas assentadas em práticas que, de certo modo, se revestiram de legitimidade social, ainda que sempre em confronto com a moral da Igreja.

A compleição das relações livres e consensuais comportava boa parte da população e tais tratos se multiplicavam à margem do poder de controle da Igreja. Desse modo, ilegitimidade e concubinato são faces de uma só moeda. Signos e emblemas de tais práticas sociais podem ser melhor pontuados se consideradas as especificidades históricas que balizaram o processo de ocupação e de modernização do Mato Grosso.

As fontes nos mostram que, ainda no século XIX, o concubinato se revela enquanto relação familiar típica de setores populares, abrangendo, mesmo, pessoas dos grupos médios e da própria elite. Embora sem a chancela da Igreja, sua tecitura é de uma conjugalidade que se espelha nos moldes do casamento legítimo. Essas relações familiares, como que entrelaçadas no

²⁷⁹ *E achando-se contra algum homem fama pública com alguns indícios, que não bastem, para haver o amancebamento por provado, o admoestarão e lhe mandarão que com tal mulher não falle, trate, nem tenha comunicação por via alguma, sob pena de se lhe haver o crime por provado. E da mesma maneira serão admoestados quaisquer culpados, que viverem das mesmas portas adentro, estando hum delles na casa com o título de servir, ou por outra razão semelhante desonesta, se além da dita fama não houver outro indicio mais do que estar na dita casa, porque muytas vezes estão vivendo amancebados com huns, estando vivendo e servindo a outros. Porém, se a mulher emprenhasse na mesma casa, não sendo escrava do dono della mas, se depois deste, ou quem a tem nella, o saber, tendo razão para isso a não lançou fóra, continuou em a ter, ou em se servir della, não havendo alguma forçosa razão em contrário, será havido o concubinato por provado, precedendo o tempo necessário e serão admoestados com rigor, e condenados na pena pecuniária já dita.* CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro V, título XXII, § 988, p. 366.

tecido social mais amplo, enredadas em afrontamento aos rigores da Igreja, acabavam por incorporar e reproduzir práticas cotidianas que culminavam na sua legitimidade social.

A conjugalidade de *pessoas que viviam como se casadas fossem* não chegava rigorosamente a se constituir alvo de censura da comunidade nem limite à ascensão social. Do espaço social da convivência de tais práticas deriva o interessante binômio casamento x concubinato. Um, objeto de pregações; outro, alvo de combate pela Igreja, espaço difuso de prédicas e práticas conjugais que acabam por converter o *concubinato em rival e cúmplice do casamento*, na acepção de VAINFAS. O autor faz questão de frisar que as relações concubinárias que envolviam senhores e escravas, fugazes ou duradouras, não se revestiam de uma conjugalidade à semelhança das uniões formais. Não se trata, aqui, de discutir as *solturas* de senhores e escravas, muito menos as relações caracterizadas enquanto bigamia. Nossa preocupação reside na conjugalidade de pessoas que *viviam portas adentro*, como *se casadas fossem*, e que acabou por forjar uma espécie de casamento informal, não importando se rival ou cúmplice do casamento institucional.

As fontes utilizadas nos levam a relativizar a questão da bigamia no âmbito das práticas concubinárias. Apurar numericamente as relações bígamas exigiria o cruzamento dessas fontes com as certidões de batismo. Entretanto, os autos de justificação de casado ou de viuvez, em apreço, não contêm o nome dos membros da prole que seria legitimada através da formalização da união conjugal pela Igreja. Resta-nos pressupor relações de concubinato associadas às tendências de ilegitimidade, em um contexto real, onde a inflexão dos índices da bastardia resulta diretamente da distensão das práticas assentadas na conjugalidade informal.

A incidência de casos de homens e mulheres da elite unidos sem os laços do matrimônio religioso nos mostra que o viver consensualmente na sociedade cuiabana da segunda metade do século XIX não era um estado exclusivo de pobres, fossem livres ou forros. Tais constatações levam-nos a

afirmar, de um lado, que, apesar das prédicas da Igreja Católica e de toda uma legislação que ordenava as relações conjugais, as transgressões acabavam por nuançar a sociedade mato-grossense; de outro lado, que não é verdadeiro supor que os indivíduos das baixas camadas deixassem de reconhecer a importância social do casamento.

Os autos de justificação de estado de viuvez e de casado encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, são por excelência as fontes deste capítulo. Constituem-se em uma categoria de fonte valiosa para a compreensão e reflexão de outras formas de organização familiar, que não aquela oficializada e reconhecida pela Igreja Católica, quais sejam, as uniões consensuais estáveis. Entre os *tratos ilícitos*, as uniões consensuais estáveis ganham dimensão nesta abordagem exatamente pelo contingenciamento da natureza e especificidade das fontes documentais trabalhadas, inéditas na historiografia mato-grossense.

Os estudos de caso, tomados e exemplificados a seguir, devem ser considerados como pistas possíveis para nos aproximarmos daqueles casais que tinham uma vida em comum sem a consagração da Igreja. Tipificação e atributos dos cônjuges, tais como procedência, idade, ofícios e meios de vida; justificativas apresentadas e os propósitos das justificações, bem como outros aspectos implícitos nos autos, tornam-se de agora em diante objeto deste estudo. Deixemos que justificantes e testemunhas *falem* a respeito de suas vidas para que melhor possamos conhecê-los e apreender o contorno do universo em que viviam.

Em 12 de outubro de 1882, o capitão Jesuíno Dioclesciano de Sousa Bruno e Dona Joana Dolores Lara, moradores na paróquia de São Gonçalo de Pedro Segundo, que pretendiam unir-se pelo matrimônio, compareceram diante da Justiça Eclesiástica. Ele, soldado do Oitavo Batalhão de Infantaria em Cuiabá, natural da Bahia, 43 anos de idade, e ela, paraguaia, com 23 anos, encaminharam petição ao provisor vigário geral de Gêner e Casamentos, monsenhor José Joaquim Graciano de Pina, para que fosse admitida a eles

permissão para justificar que eram livres e desimpedidos para contrair novas núpcias.²⁸⁰

O capitão Jesuíno apresentou-se como viúvo de uma paraguaia, falecida em Assunção, *com quem era o mesmo justificante casado*. A pretendente para núpcias era igualmente paraguaia e desembarcara no porto de Cuiabá em 1878 e, desde então, era ali moradora.²⁸¹ Na petição, a justificante era apresentada como *filha legítima de José Vicente Lara e Maria Mercê Ugedo Lara, já falecida, natural da República do Paraguai*.

Rogava o requerente ao Juízo Eclesiástico que fosse admitido justificar seu estado de viuvez,²⁸² e, por conseguinte, o de solteiro da noiva, mediante testemunhas, *visto ter-se desencaminhado a certidão de óbito de sua dita mulher, como também a de estado de solteira, livre de impedimentos da nubente*. Além disso, era apresentado um atestado expedido pelo coronel comandante do batalhão onde servia. No documentado, ficava declarado o estado de viuvez do capitão Sousa Bruno:

²⁸⁰ Auto de justificação de estado de viuvez. 1882-1884. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 10.

²⁸¹ Nas instruções sobre os procedimentos das denúncias que deveriam preceder o matrimônio constava que: *Sendo os contrahentes, ou algum delles de fóra do nosso Arcebispado ou, posto que sejam naturaes delle, tendo residido em outro por mais de seis mezes, trarão certidões dos Ordinários dos ditos lugares, de como nelle se fizerão denúncias e que estão desimpedidos para poderem casar: as quaes certidões serão apresentadas a nosso Provizor, e sem licença ou despacho seu não serão admittidas pelos Párochos, sob pena de quatro mil reis pagos do Aljube*. CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro I, título LXIV, § 273, p. 119.

²⁸² As mesmas instruções recomendavam: *Se ambos os contrahentes forem viúvos, ou algum delles, se declararão os nomes da mulher, ou mulheres, marido ou maridos defuntos, de seus pays e mays, lugares e Freguesias aonde eram naturaes e moradores. E não serão recebidos sem que primeyro legitimamente conste da morte da última mulher ou marido e havendo sido os defuntos da mesma Freguesia, constando ao Párocho que nella fallecerão, poderá receber os contrahentes, não havendo outro impedimento. E se o defunto falecer em outra Freguesia deste nosso Arcebispado e o Párocho della o certificar, bastará a sua certidão jurada, sendo conhecida ou reconhecendo-a algum Párocho de nosso Arcebispado ou Escrivão do nosso juizo Ecclesiástico. Porém, havendo falecido em outra parte fóra do Arcebispado, não os receberá sem licença nossa ou de nosso Provedor, na qual se declare que justificarão a morte do marido ou mulher, o que os Párochos assim cumprirão, sob pena de que fazendo o contrário, serem gravemente castigados*. CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro I, título LXIV, § 271, p. 118.

João Theodoro Pereira de Mello, Comendador da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro de São Bento de Aviz, Christo e Cruzeiro e Coronel Comandante do Oitavo Batalhão de Infantaria, tudo por sua Magestade Imperial.

Attesto que o Senhor Capitão Jesuíno Dioclesciano de Souza Bruno, apresentou nesta Secretaria, certidão de óbito do falecimento de sua esposa Dona Maria Agueda Romeiro Bruno em doze de junho de 1880, na República do Paraguai. Em firmeza do que passo o presente, por me ser pedido, sendo por mim assignado e sellado com signal das Armas Imperiais. Quartel de Comando do 8 ° Batalhão de Infantaria em Cuiabá, 11 de setembro de 1882. João Theodoro Pereira de Mello.

O processo não teve tramitação ágil, pois as testemunhas não foram convocadas de imediato. Os depoimentos só foram registrados cerca de um ano depois. Na explicação dada pelo capitão Sousa Bruno, o processo não teve continuidade em razão da ausência de uma das testemunhas, o capitão Antônio José da Fonseca, *que tendo por ordem passada, se ausentado desta Capital...*

Alegando o desejo *de dar andamento à dita justificação a fim de poderem se casar*, os justificantes indicaram o alferes João Luís de Castro e Silva em substituição ao ausente e solicitavam que as testemunhas anteriormente oferecidas fossem notificadas a depor. Em 27 de outubro de 1883, todos foram notificados a *comparecerem às dez horas da manhã do dia vinte e nove do corrente no Cartório da Câmara Eclesiástica para jurarem acerca do que alegavam em sua petição e as testemunhas para dizer debaixo de juramento o que souberam sobre o allegado na mesma petição.*

Sob juramento, o capitão foi o primeiro a depor. Após ter respondido por seu nome, idade, estado, naturalidade e profissão,

respondeo que no dia doze de junho de na cidade de Assumpção, Capital da República do Paraguay, fallecera sua dita mulher Dona Maria Agueda de Romeiro Bruno, sendo ali mesmo sepultada no Cemitério Brasileiro; que posto que não assistisse ao fallecimento dela tem todavia certeza deste acontecimento por comunicação que lhe fizera o Ministério Brasileiro Encarregado dos Negócios do Brazil naquela República, e finalmente pela chegada de suas filhas, que mandou vir para a sua companhia.

Em seu depoimento, Joana Dolores respondeu que no ano de 1878 *deixou o lugar de seu nascimento, vindo directamente para esta Capital, onde tem residido até o presente, conservando-se sempre como ainda até hoje se conserva no estado de solteira, livre de impedimentos para se casar.* Feito o assento do juramento dos justificantes pelo escrivão da Câmara e do Auditório Eclesiástico, cônego José Joaquim dos Santos Ferreira, as testemunhas foram ouvidas.

Joaquim Manuel Martins Moreira, de 38 anos, casado, natural da Bahia, também morador na freguesia de São Gonçalo de Pedro Segundo, e capitão do Oitavo Batalhão de Infantaria, assegurou que sabia do falecimento da esposa do capitão Jesuíno Deoclesciano de Sousa Bruno. Alegou ter visto nas mãos do justificante cartas do tenente Augusto de Mendonça, participando esse acontecimento. Na ocasião, segundo ele, *o mesmo dito Tenente trouxe em sua companhia as filhas do sobredito capitão e por isso sabia ser elle viúvo por fallecimento da referida Dona Maria Agueda Romeiro Bruno.* Sobre Joana Dolores, replicou que *por ver e conhecer a justificante na Capital daquela República desde do anno de mil oitocentos e setenta e três, mais ou menos, sabia ser ela a própria e idêntica pessoa de D. Joanna...* e ainda que

sabia por ver que no ano de 1878, a justificante chegou à esta Capital, onde tem residido até o presente; e que finalmente sempre a conheceu no estado de solteira, em que actualmente se acha, e que não sabia e nem tinha ouvido dizer que fosse casada ou que tinha qualquer impedimento pelo qual não se possa casar.

Por sua vez, Matias José de Sousa Ribeiro, a segunda testemunha, de 35 anos, identificou-se como casado, natural do Maranhão, morador em Cuiabá na rua Treze de Junho, tenente do Oitavo Batalhão de Infantaria, respondeu que soube que o Capitão Jesuíno Deoclesciano era viúvo *por ter o mesmo Capitão apresentado ao Batalhão, certidão de óbito e este feito público em ordem de detalhe.*

Sobre Joana, afirmou o mesmo tenente, conhecê-la desde 1874, em Assunção, *onde foram vizinhos*, e que a justificante chegara a Cuiabá em 1878, *conservando-se no mesmo estado de solteira com que sempre a conheceu e que não sabia e nem tinha ouvido dizer que fosse casada ou que tivesse qualquer impedimento pelo qual não se possa casar.*

João Luís de Castro e Silva, alferes do Oitavo Batalhão de Infantaria, de 36 anos, casado, natural do Ceará, morador à rua Couto de Magalhães, chamado a depor na ordem, não fugiu ao que disseram as duas primeiras testemunhas. Respondeu que *sabe que o Capitão Jesuíno Deoclesciano de Sousa Bruno é viúvo por ter ele em junho de mil oitocentos e oitenta, apresentado ao Batalhão a certidão de óbito de sua mulher, falecida, e o Batalhão ter feito público esta ocorrência em ordem do detalhe.* Sobre a noiva, acrescentou que a conhecera em 1873, em Assunção. Que, em dezembro de 1878, vira a justificante desembarcando no porto de Cuiabá, onde tem residido, e que *não sabia e nem tinha ouvido dizer que fosse casada ou que tivesse algum impedimento, pelo qual não se possa casar.*

Terminada a inquirição dos justificantes e testemunhas, foi lavrado o termo de conclusão. Ato contínuo, o cônego Escrivão da Câmara e Auditório Eclesiástico, Joaquim dos Santos Ferreira, registrou outra petição de Dona Joana pela dispensa de apresentar a certidão do assento de batismo. O documento continha despacho do bispo diocesano, D. Carlos Luís D'Amour, concedendo-lhe a dita dispensa.

Exmo. Rmº Snr.

Joana Dolores Lara de vinte e três anos, filha legítima de José Vicente Lara, da finada Mercedes Ugedo Lara, natural da cidade de Assunção, Capital da República do Paraguay, desejando receber-se em Santo Matrimônio com o Capitão Jesuíno Deoclesciano de Souza Bruno, união que tanto anhele não só para o bem de sua alma como para legitimar os seus filhos, e sendo para este fim preciso juntar aos autos de sua justificação de estado livre certidão de seu batismo e não (sic) não só por que, em razão da falta de meios pecuniários não é, possível fazer a justificação de direito, como pela grande distância que separa essa daquela

Capital recorre por isso a Paternal Bondade de V. Exa. Rva., supplicando a graça de dispensar-lhe da dita certidão para que possa ter andamento a sua justificação e a final poder a supPLICANTE realizar o seo casamento: por cujo bemfiéis.

Cuiabá, 6 de novembro de 1883.

Pela suplicante

Geographo Antonio de Castro e Silva.

Além disso, Joana Dolores expôs a situação em que se encontrava e explicou que desejava receber-se em santo matrimônio com o Capitão Jesuíno não só para o bem estar de sua alma, como para legitimar os seus filhos. Finalmente, após alguns dias, nos termos conclusos, o Juiz de Gêner e Casamentos atendeu à solicitação dos justificantes:

Conclusos

Visto estes autos Dei por Justificado ser o justificante Capitão Jesuíno Deoclesciano de Souza Bruno, viúvo por falecimento de sua mulher, D. Maria Agueda Romeiro Bueno, ocorrido na cidade de Assunção do Paraguai, em doze de julho de mil oitocentos e oitenta e que no estado de viúvo se tem conservado: outro sim ser a justificante Joanna Dolores Lara, filha legítima dos paes que declara em seo depoimento, natural da refferida cidade de Assumpção, donde veio para esta Província no estado de solteira, livre e desempeida, e que assim se conserva, tudo segundo depusera as testemunhas assistidas nesta justificação.

Assim o julgo, se lhes pásse Provisão, pagas as custas.

Cuiabá, 13 de novembro de 1883.

Monsenhor José Joaquim Graciano de Pina.

A apresentação do processo do capitão Sousa Bruno e de Joana Dolores permitiu que *ouvíssemos* os envolvidos, tanto os justificantes quanto as testemunhas, e os representantes da Igreja Católica. A fala de cada um revelou informações que puderam ser confrontadas. Não restaram dúvidas quanto ao estado civil dos nubentes. O atestado do comandante do Oitavo Batalhão de Infantaria ratificou as juras sobre a viuvez do justificante, e a anuência da Igreja Católica, nos termos conclusos, veio finalmente atender aos anseios dos requerentes. A designação de *Dona* a uma mulher desvinculada das famílias de elite de Mato Grosso pode ser explicada em decorrência do posto ocupado por Dioclesciano.

Se para os pretendentes o desfecho satisfatório do processo foi fundamental para agilizar o casamento, para a Igreja, por sua vez, foi *útil* no sentido de regularizar uma situação de união consensual caracterizada. Essa situação em nenhum momento foi aventada pelas testemunhas. No entanto, a elas foram formuladas várias perguntas sobre a vida dos justificantes. Não faltou ocasião para que se lembrassem de mencionar que o militar e a pretendente paraguaia já haviam concebido filhos. Ao procurar legitimar os filhos, o casal nada mais fazia que legalizar oficialmente uma união objetivada no cotidiano e aceita pela comunidade.

Vale dizer ainda que, pelo menos a respeito desse processo, a posição da Igreja foi de complacência para com os justificantes. A não-apresentação das certidões de viuvez ou de batismo, conforme ordenavam os dispositivos das *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia*, não obstou o parecer favorável do Juízo Eclesiástico para as núpcias. Há que se lembrar que interessava à Igreja celebrar o matrimônio do casal em união ainda não abençoada e com filhos a serem legitimados. A atitude mais plausível da Igreja seria a dispensa das aludidas certidões, a fim de agilizar a celebração do sacramento.

Nesse sentido, a Igreja como que *se dobrou* aos anseios do casal, sem manifestação alguma de condenação da sua vida em comum.²⁸³ O extravio da certidão de batismo da noiva e a distância para buscar nova certidão em outro país não se constituíram em empecilhos suficientes para comprometer a autorização do casamento religioso. A concepção de filhos antes do matrimônio deixou de merecer qualquer condenação visível no

²⁸³ *E se a mulher solteyra ou viúva que foy culpada no concubinato, (antes de ser admoestada ou começar seo livramento) casar, não se procederá contra ella, nem a mandarão apparecer para fazer termo; porém, se correndo já o livramento se casar, se não proceda mais nelle até se nos dar conta. E se ambos os cúmplices forem solteyros e quizerem casar, e com effeyto o fizerem, se observará o mesmo a respeyto de ambos. E sendo alguns delinquentes tão pobres, que não tenham por onde pagar a pena pecuniária toda, ou parte considerável della, ser-lhes-há comutada em corporal e em alguns dias de Aljube.* CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro V, titulo XXIII, § 992, p. 368.

processo. Não fosse pelos filhos, possivelmente o capitão Jesuíno e Joana Dolores tivessem mantido a convivência conjugal na paróquia onde residiam, sem qualquer admoestação ou censura. Importa ressaltar que um dos filhos do casal, Luís de Sousa Bruno, casou-se com Etelvina de Paula Correa. Etelvina, juntamente com seus quatro irmãos, havia sido também legitimada pelo casamento dos pais, José de Paula Correa e Constança Luísa do Couto. Vale lembrar que José de Paula Correa tivera uma filha natural, Ana de Paula Correa, por ele reconhecida como legítima.

Há, portanto, forte indicação de que a legitimação da prole era uma atitude freqüente na sociedade cuiabana. Ela podia ocorrer em decorrência da idade avançada de um dos cônjuges, geralmente do parceiro, como que num ato de confissão pública, com duplo sentido: obter o perdão para uma transgressão e, ao mesmo tempo, o alcance do sacramento do casamento. Tratava-se, pois, de unir o útil ao necessário. Podia resultar, também, da libertação da parceira escrava, condição essa que caracterizava de modo mais contundente uma prática interdita pela Igreja. Não deixava de ser, portanto, a expressão de um conflito com a Igreja, cuja solução vinha sendo postergada pelas injunções do cotidiano.

Também Silvestre da Silva Prado, homem livre e viúvo, e Rita, escrava, moradores na paróquia de Sant'Anna da Chapada, poucos quilômetros distante de Cuiabá, encaminharam petição visando à permissão do Juízo Eclesiástico para se casar.²⁸⁴ No documento, datado de 8 de agosto de 1884, Silvestre afirmava viver com Rita *em estado pecaminoso* e, por isso,

²⁸⁴ Auto de justificação de estado de viuvez. 1882-1884. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa n° 10.

estava resolvido a recebe-la em santo matrimônio.²⁸⁵

O viver com Ritta em estado pecaminoso, se não se configura como exemplo típico de união consensual estável, aponta para formas estáveis de relacionamento entre homens e mulheres, no âmbito das relações pluriétnicas. Silvestre, ao ingressar com a petição, não dissimulou que ele e Rita haviam transgredido os preceitos da Igreja Católica, conforme se pode observar:

Exmº e Revmº Senhor

Silvestre da Silva Prado, natural da cidade de Meia Ponte, no Bispado de Goiás, desejando ardentemente sahir do estado peccaminoso em que tem vivido com Rita, escrava pertencente a herança do finado Major João Capistrano Moreira Serra, filha natural de Bárbara, escrava de Matheos Pereira, natural da Província de Sant'Anna da Chapada, está resolvido a recebê-la em Santo Matrimonio, mas como para este fim é necessário que o supplicante, justifique, por um lado:

Que elle é a própria pessoa de Silvestre da Silva Pedroso, natural d'quela cidade e viúvo de Maria Balbina fallecida na dita cidade, no dia 17 de agosto de 1877, residente na Freguezia de Sant' Anna da Chapada desde o anno de 1880, em que aqui chegou, e tem até hoje se conservado no estado de viuvez, sem impedimento algum para se casar.

Por outro lado, que Ritta é também natural da Província de Minas Gerais d'onde veio para esta na idade de sete annos, e aqui tem residido até o presente como escrava, primeiramente de D. Marianna Moreira Serra, e ultimamente do finado Major João Capistrano Moreira Serra, nestes Termos, o supplicante cheio de confiança, na Paternal Bondade de V. Exa. Revmª.

P. a V. Exa. Rvmª se digne mandar não só que a dita justificação seja feita em forma summaríssima attendendo ser o supplicante

²⁸⁵ Em relação ao amancebamento dos escravos necessita de prompto remédio, por ser usual e quasi commum em todos deyxarem-se andar em estado de condenação, a que elles por sua rudeza e miséria não attendem, ordenamos e mandamos, que constando na forma sobredita de seus amancebamentos sejam admoestados, mas não se lhes ponha pena alguma pecuniária, porém, judicialmente se fará saber a seus Senhores do mau estado em que andão; advertindo-os, que se não puzerem cobro nos ditos seus escravos, fazendo-os apartar do illicito trato e ruim estado, ou por meyo de casamento, (que he o mais conforme à Ley de Deos e lho não podem impedir seus Senhores, sem muyto grave encargo de suas almas) ou por outro que seja conveniente, se há de proceder contra os ditos escravos a prisão e degredo, sem se attender à perda, que os ditos Senhores podem Ter em lhe faltarem os ditos escravos para seu serviço; porque o serem cativos os não isenta da pena, que por seus crimes merecerem. CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispo da Bahia (1707). Livro V, titulo XXII, § 989, p. 367.

paupérrimo, como também dispensal-os dos proclamas de sua Freguezia, que desde muito se acha vaga, assim como a contrahente de apresentar a certidão de seo baptisamento, por lhe ser quase impossível; por cujo benefício a supplicante.

R. M.

Cuiabá, 08 de agosto de 1884.

À rogo do supplicante,

José da Costa Leite Falcão.

Silvestre não cogitava a possibilidade de punição, pois, caso contrário, não teria apresentado por escrito a situação em que ele e a companheira se encontravam. Podia simplesmente ter feito a identificação de praxe acerca dos nomes, idade, procedência e profissão de ambos. No entanto, foi além e suscitou questões de foro íntimo sobre si e sobre Rita. Qual o propósito disso? Os justificantes teriam sido aconselhados a proceder de tal forma para agilizar o casamento? Seriam esses os termos habituais para o teor de petições de justificação de estado de viuvez ou de solteiro?

Cabe indagar se era usual que nas petições o viúvo se referisse a aspectos íntimos de sua vida para poder ser recebido em sacramento matrimonial. A análise do conjunto de autos coletados revela que não.²⁸⁶ Nesses três autos, de uma forma ou de outra, os viúvos explicitaram um pouco mais sobre suas vidas, admitindo que eram pais de filhos ilegítimos ou que viviam uma união tida como *pecaminosa*, como o caso particular de Silvestre e Rita. Esses consortes não pareciam temer represálias da Igreja, através do bispo diocesano, D. Carlos Luís D' Amour e do provisor vigário geral e juiz de Gêner e Casamentos, monsenhor José Joaquim Graciano de Pina. E, de fato, não se registraram nos processos admoestações ou censura

²⁸⁶ Em 24 autos de justificação do estado de viuvez, apenas os três em análise neste capítulo nos chamaram a atenção pela forma despojada como os justificantes dirigiram-se ao Juízo Eclesiástico. Tais autos referem-se aos justificantes capitão Jesuíno Deoclesciano de Sousa Bruno e D. Joana Dolores Lara; Silvestre da Silva Prado e Rita, em questão e, a seguir, o de Maria da Silva Prado.

pública.²⁸⁷ Na própria petição em que Silvestre declarou o *estado pecaminoso* em que ele e sua companheira viviam, D. Carlos assim apontou:

Os nubentes justifiquem summariamente o seu estado de solteiro perante o Juiz competente, apresentando para isso certidão dos proclamas corridos nas Freguezias desta Capital.

Cuiabá, 08 de agosto de 1884.

Carlos, Bispo de Cuiabá.

Tanto o parecer do bispo quanto o do vigário geral e juiz de Gêneros e de Casamentos, apresentado a seguir, foram de aprovação do casamento de Silvestre e Rita:

Conclusos

Vistes estes autos Dei por justificar serem os justificantes Silvestre da Silva Pedroso e Ritta, escrava de herança do finado Major João Capistrano Moreira Serra, aquelle viúvo por fallecimento de sua mulher Maria Albina, natural da Cidade de Meia Ponte, e esta natural da Cidade de Uberaba donde vieram para esta Diocese, elle no estado de viúvo e ella na idade de sete annos, conforme depuserão as testemunhas promovidas nesta justificação. Assim o julgo, e se lhe passe Portarias, pagas as custas.

Cuiabá, vinte e um d'agosto de mil oitocentos oitenta e quatro.

Monsenhor José Joaquim Graciano de Pina.

Os dizeres da petição encaminhada por Silvério ao Juízo Eclesiástico podem ser interpretados como uma contrição. Ou seja, o justificante, ao confessar-se arrependido, *desejando ardentemente sahir do estado pecaminoso em que tem vivido com Ritta*, demonstrou desejo de formalizar a união através do sacramento do matrimônio. Tal desejo foi ensejado pela morte do proprietário de Rita a quem era concedida licença pelo herdeiro, o que possibilitava a oficialização do casamento na Igreja Católica:

²⁸⁷ A pena máxima prevista depois de serem três vezes admoestados se não emendarem, antes forem convencidos na continuação do peccado, se procederá contra elles com mayor pena pecuniária e com as de prisão, degredo ou excomunhão, segundo o que parecer mais conveniente e accomodado para se conseguir a emenda que se pretende e he o principal intento. CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro V, título XXII, § 982, p. 365.

A escrava Ritta, preta, de vinte e oito annos, de idade, matriculada sob nº 5.148, pertencente a herança do meo fallecido Pai o Major João Capistrano Moreira Serra, tem permissão para se casar com Silvestre da Silva Pedroso, homem de condição livre. Cuyabá, 19 de junho de 1884.

*O herdeiro inventariante
Demétrio Moreira Serra.*

Os *Banhos*²⁸⁸ corridos nas freguesias da Sé e de São Gonçalo de Pedro Segundo, juntados à petição, conforme ordenação do bispo diocesano, revelaram não ter existido denúncia alguma contra o estado livre dos justificantes que os impedisse de contrair matrimônio. A afirmação do vigário da paróquia de São Gonçalo de Pedro Segundo foi bastante enfática nesse sentido: *sem impedimento algum denunciado, ou o que eu o saiba: o que affirmo sob a fé de meu cargo. São Gonçalo de Pedro Segundo; 18 de agosto de 1884, e Vigário, Conego Antonio Henriques de Carvalho Ferro.*

Os justificantes foram atendidos em pouco tempo e *de forma sumaríssima* como solicitaram. Rita foi dispensada de apresentar a certidão de batismo por ser-lhe *quase impossível* buscá-la, e Silvestre, por sua vez, não precisou providenciar a certidão de óbito da esposa para que fossem provados os fatos.

Pode-se dizer que a condição de vida dos justificantes, a *de que viviam em estado pecaminoso*, não era considerada como uma situação singular de transgressão. Conviver com o parceiro, sem casar-se, embora denominado de *estado pecaminoso* e se caracterizasse enquanto situação irregular aos olhos da Igreja, não se constituía em particularidade naquele contexto social.

As condições de vida dos habitantes da província de Mato Grosso, como as dificuldades dos meios de transporte (longas viagens por terra e por via fluvial), aumentavam as distâncias e acabavam por patrocinar situações

²⁸⁸ Proclamas de casamento.

como as citadas. Se a Igreja exigia certidões e não havia possibilidade de buscá-las, o melhor a fazer era esperar o momento apropriado para ir em busca dos documentos, o que na maioria das vezes não ocorria. No cotidiano, a premência da vida não esperava pelos papéis. Os encontros aconteciam e os laços afetivos acabavam por unir homens e mulheres, até o momento em que resolviam dirigir-se ao Cartório Eclesiástico na busca de permissão para o enlace matrimonial.

O cotidiano acabava por comportar relações conjugais que se colocavam na contramão do público, como que a confrontar as imposições da Igreja. As pregações do clero acabavam atropeladas pela dinâmica de práticas plurais amalgamadas na reincidência dos costumes e no caldo da cultura da resistência popular. Ou, no dizer de FIGUEIREDO, *o cotidiano acabava por vencer as instituições que deveriam agir na moralização e normalização social*.²⁸⁹ Para a Igreja, dispensar os justificantes da apresentação das certidões de óbito e de batismo, além de constituir-se em ato de tolerância para com os *pecaminosos*, era um esforço para distender a prática das uniões ilícitas. *Estas dispensas seriam tidas como um mal menor em relação às uniões ilícitas*.²⁹⁰

Outro exemplo de união consensual estável é o de José Silvério de Campos e Maria Rodrigues do Prado. Esse casal assumiu plenamente *que vivia como marido e mulher*, que dessa vida em comum resultaram filhos, e que, no entanto, não havia se unido em matrimônio *conforme mandava a Santa Madre Igreja*.²⁹¹ Ambos eram naturais do Bispado de Cuiabá e eram *vistos porta adentro* havia muitos anos na paróquia de São Gonçalo de Pedro

²⁸⁹ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1997, p. 141-88.

²⁹⁰ BRÜGGER, Silvia Maria. Casamento e valores sociais: o triunfo do discurso amoroso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (10 : 1996 : Belo Horizonte). **Anais**. Belo Horizonte : ABEP, 1996, p. 1765.

²⁹¹ Auto de justificação de estado de viuvez. 1882-1884. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 10.

Segundo. O estado de viuvez era da mulher, cujo cônjuge falecera por volta de 1859. Segundo testemunho de José Maria Curvo, o óbito havia ocorrido em Cuiabá, na Santa Casa de Misericórdia, para onde viera Antônio José Modesto *se tratar d'uma grande enfermidade que estava soffrendo*. Na época o casal, Maria e Antônio José Modesto, residia na freguesia do Livramento, pertencente ao município de Cuiabá. Em decorrência disso mesmo, o sepultamento do marido havia ocorrido na freguesia da Sé. Se Maria Rodrigues do Prado mudou-se de imediato para a cidade de Cuiabá, não se sabe. O fato é que cerca de 25 anos depois ela vivia na capital com outro, José Silvério de Campos, e com ele tivera filhos conforme se constata:

Exm^o e Rvm^o Senhor

Dizem os oradores José Silvério de Campos e Maria Rodrigues do Prado, que desejando elles se receber em santo matrimônio, por bem de sua salvação, para repararem a união ilícita em que vivem há muitos annos, e se legitimar assim a prole della resultante, obsta lhes a falta das certidões de baptismo do orador, e de óbito do marido da oradora, as quais não foram encontradas, como se vê dos documentos juntos; pelo que, como sejam pobres, vem recorrer à Caridade de V. Ilm^a Rvm^a pedindo-lhe a Graça da Dispensa da apresentação das ditas certidões para o fim mencionado.

Os oradores são naturais deste Bispado e freguezes da Paróchia de São Gonçalo de Pedro 2^o.

Assim pois humildemente

P.P. à V. Exm^a Rvm^a favorável

Deferimento à sua supplica, de que,

S. Gonçalo de Pedro Segundo, 06 de setembro de 1884.

Pelos oradores:

Cônego Antonio Henriques de Carvalho Ferro.

O pronunciamento do bispo registrou, em 9 de setembro de 1884: *Dispensamos a certidão de baptismo do orador; a oradora, porém, justifique o óbito de seu marido perante o juiz competente.*

O documento acima aponta para alguns aspectos já comentados, mas que chamam atenção. Maria e José Silvério eram sobretudo pobres e *viviam uma união ilícita*, da qual nasceram filhos que necessitavam ser legitimados. Indica que o pedido de José Silvério havia sido atendido enquanto que o de Maria não. O fato de D. Carlos Luís D'Amour haver dispensado a certidão de

batismo, mas não a de viuvez da justificante, é bastante significativo. Tal procedimento do bispo diocesano remete à própria posição da Igreja da época em relação à vida sexual e moral dos cristãos. Casar-se todos deveriam e poderiam, desde que já não o fossem, ou, então, que já não tivessem prometido casamento a outrem. Daí a importância de a justificante provar que naquele momento encontrava-se em estado de viuvez e livre para contrair novas núpcias. A ausência da certidão comprovadora da condição civil exigia que a justificação de viuvez fosse feita mediante o depoimento das testemunhas. Percebe-se aqui a importância dada à palavra dos justificantes e das testemunhas. Dispensavam-se, muitas vezes, os documentos, porém não os depoimentos das pessoas.

Como bem avaliou BRÜGGER, *vale ressaltar que neste mundo a oralidade tinha mais peso do que o documento escrito. Ninguém se preocupava em carregar consigo cópia de seu registro de casamento.*²⁹²

A condição de pobreza também não se constituiu em atributo negativo ou desmerecedor, nem mesmo limite para contrair e manter relações de amizade com pessoas de destaque social na paróquia em que viviam. Tais relações revelam que, nas décadas finais do século XIX, potencializavam-se os espaços de sociabilidade na capital mato-grossense, provavelmente em função dos aspectos da modernidade que tomava conta da província. Do mesmo modo, os laços de amizade entre as famílias eram fundados em antigas relações de vizinhança, solidificadas no cotidiano urbano, não mais atestadas pelo ouvir dizer. Uma das testemunhas, Manuel Teixeira Coelho, 49 anos, casado, era professor público, já aposentado, *morador nesta cidade à rua Couto de Magalhães*. Assim atestou ele sobre o casal:

que em rasão de conhecimento e relações d'amizade com a família do finado Antonio José Modesto, casado com a justificante Maria Rodrigues do Prado, sabe que o mesmo Antonio José Modesto, faleceu na Casa de Misericórdia, desta

²⁹² BRÜGGER, op. cit., p. 1.766.

cidade, há vinte e cinco anos, mais ou menos, e que isto affirmava por ser um facto geralmente sabido e nada mais disse...

José Maria Curvo, a outra testemunha, 54 anos de idade, casado e natural dessa província, procurador fiscal provincial de Mato Grosso, efetivamente uma autoridade de prestígio em Cuiabá,

disse que por ver e conhecer o finado Antonio José Modesto, casado com a justificante Maria Rodrigues do Prado, moradores então na Freguezia do Livramento, d'onde veio para esta cidade Antonio José Modesto com destino para se tratar d'uma grave enfermidade, que estava soffrendo, aqui faleceu há vinte e cinco anos mais ou menos, e (sic) o fallecimento dele por ter ouvido as pessoas da família, como sejam paes e irmãos e por um facto público e notório, e nada mais disse.

O documento aponta ainda que Maria Rodrigues do Prado e seu companheiro não apenas pertenciam à paróquia de São Gonçalo de Pedro Segundo, mas que eram também frequentadores da Igreja do mesmo nome. Nesse aspecto, não pareciam ser discriminados pelo fato de conviver em união ilícita. O próprio bispo D. Carlos não apontou recriminação alguma ao casal e sim apenas enfatizou a imperiosa necessidade de que a justificante provasse o estado de viuvez, em observância dos dispositivos das *CONSTITUIÇÕES Primeiras*.

Inúmeros exemplos de companheiros que conviveram por longos anos sem o sacramento do matrimônio foram encontrados em Cuiabá, na segunda metade do século XIX. Tais casos permitem perceber que as uniões consensuais existiam não somente nas camadas populares como também na elite. Enquadram-se aí os Gaudie Ley, os Cerqueira Caldas, os Leverger, os Arruda, os Correa, os Borges, etc. São nomes de famílias desde então relacionados a um determinado prestígio social na província, a exemplo do oficialato militar, da magistratura, da advocacia, da administração pública, do comércio e engenhos de cana-de-açúcar.

João Augusto de Cerqueira Caldas, filho do Barão de Diamantino, Antônio de Cerqueira Caldas, e de Maria Antônia Gaudie Ley, não se casou, mas conviveu com Mariana Lázara dos Santos Albuquerque, com quem teve cinco filhos: Antônio, João Augusto de Cerqueira Caldas Júnior, Maria Antônia, José e Ana, todos reconhecidos por escritura pública, no cartório do 2º Ofício de Cuiabá.²⁹³ O filho do Barão de Diamantino, João Augusto, seguiu a carreira militar, tal como o pai, capitão da Guarda Nacional e proprietário de engenho na região de Serra Acima. Tornou-se capitão e destacado veterano da Guerra do Paraguai.

Mais um exemplo de união consensual ocorrida dentre o oficialato militar deve ser ressaltado: o do capitão João José do Couto, que, por falecimento de sua mulher Augusta Malvina Leverger, filha do Barão de Melgaço, passou a dividir sua vida comum com Francelina Felismina do Couto.²⁹⁴ Esta era sua parenta, filha natural de seu tio, o capitão João José do Couto, com Ana Luísa dos Guimarães, mulher solteira, reconhecida mais tarde. Dessa relação em convívio comum nasceram sete filhos e, mais tarde, após o casamento, mais um, sendo eles: Herculano José da Costa, Álvaro José do Couto, Francisco José do Couto, Anália do Couto, Angelina do Couto, Juvenal Antenor e Artur do Couto. Angelina casou-se aos 18 anos com Antônio Cesário da Costa, filho de José Costa Leite, de família de proprietários de engenhos de açúcar.

Também Antônio de Paula Correa conviveu *como se casado fosse* na cidade de Cuiabá, com Francelina Virgínia da Silva, filha do tenente Manuel Eclesiástico Virgínio e Teodolinda Ferreira da Silva. Antônio era filho do capitão Francisco de Paula Correa e de Ana Rosa de Sousa Portugal.²⁹⁵ Antes

²⁹³ ALENCAR, Adauto. **Roteiro genealógico de Mato Grosso**. Cuiabá : [s.n.], [199-], v. II, p. 106.

²⁹⁴ ALENCAR, op. cit., v. I, p. 20.

²⁹⁵ Ibid., v. I, p. 34.

de compartilhar seu teto com Francelina, Antônio teve um filho de nome Joaquim Leite de Lima, nascido de uma relação, igualmente ilícita, com Custódia Ribeiro Taques, posteriormente reconhecido por escritura pública.

Francisco de Arruda Lobo não se casou, mas conviveu com Amélia Inocência de Oliveira, filha natural de Maria Antônia de Jesus, e que havia sido escrava de Antônio Augusto de Oliveira.²⁹⁶ Dessa longa convivência nasceram seis filhos, sendo que um deles, Francisco de Arruda Lobo, galgou cargos públicos, chegando a ser desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Percebe-se aí que, tanto o desembargador quanto sua mãe, mesmo nascidos sob o signo da transgressão, encontraram os respectivos espaços de ascensão social. A bastardia ou a relação conjugal ilícita não foram elementos desqualificadores da sociabilidade ou das relações familiares tecidas a nível do público e do privado.

Evidencia-se ainda que Francisco de Arruda, tal qual os irmãos, foi legitimado pelo pai, e esse ato pode ter significado a assepsia de sua origem bastarda. Apesar de descender de uma ex-escrava, Francisco não deixou de merecer o reconhecimento de seus pares através de sua atuação no Tribunal de Justiça.

Outro caso de união consensual estável, encontrado em meio a famílias de prestígio social, foi o de Antônio Bruno Borges Sobrinho, neto do comendador João José Siqueira e cujos pais eram João Correa dos Campos Borges e Carolina Josefa de Siqueira. Em estado de celibato, Antônio Bruno conviveu ilicitamente com Maria Gregória da Silva, com quem teve os

²⁹⁶ Ibid., v. I, p. 118.

seguintes filhos: José, Manuel, Nestor, João e Salomé Bruno Borges, todos devidamente registrados.²⁹⁷

O conjunto de exemplos de uniões consensuais nos permite afirmar que o casamento era um sacramento importante e almejado pelas pessoas, independentemente da classe social a que pertenciam. Era considerado como algo necessário, tanto para as pessoas de origem simples como para aquelas que possuíam algum prestígio ou *status* na sociedade cuiabana. A Igreja praticamente não criava obstáculos à realização dos casamentos oriundos de relações ilícitas, muito ao contrário, muitas vezes facilitava as solicitações dos casais mediante a dispensa das certidões de batismo e de óbitos dos justificantes. Mesmo assim, as uniões consensuais teimavam em persistir.

Uma breve consideração se faz necessária a respeito dos emolumentos em geral cobrados pelos párocos para a administração dos sacramentos, tomados enquanto fatores que dificultavam casamentos e batismos. NIZZA DA SILVA demonstrou a freqüência de casais que se uniam no Brasil colonial sem passar pelo sacramento do matrimônio, em decorrência dos entraves burocráticos impostos pela Igreja.²⁹⁸ Segundo a autora, viver consensualmente, assim como gerar filhos dessas uniões, significava, antes de tudo, falta de outra opção de vida para a maior parte da população, que não podia pagar as taxas paroquiais.

A tabela baixada em 1882 pelo bispo de Cuiabá vinha anular a anterior, de 27 de novembro de 1824, em razão de *não satisfazer presentemente ao fim a que é destinada, devendo esta regular a percepção dos emolumentos paroquiais em todas as Freguesias, e que, uniformizando*

²⁹⁷ Ibid., v. I, p. 5.

²⁹⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1984, p. 47-56.

essa percepção, faça cessar os abusos que frequentemente se estão dando
...²⁹⁹

Se os nubentes fossem pobres, taxa alguma deveria ser cobrada pelos párocos por um sacramento, tanto durante o dia quanto à noite. A isenção era extensiva aos batizados de pessoas de igual condição.

²⁹⁹ A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. Cuiabá, 20 ago. 1882, p. 1.

QUADRO Nº 27
TABELA PROVISÓRIA DE EMOLUMENTOS PAROCHIAES DO BISPADO
DE CUYABÁ-1882

Por uma missa cantada compete ao Parocho	8\$000
Por um dia de Novena, septenario ou triduo	2\$000
Por um Te-Deum	5\$000
Por uma Procissão	5\$000
Pela encommendação de um defunto ou párvulo:	
Cantada com música	4\$000
Cantada sem música	3\$000
Resada	1\$000
Pelos acompanhamentos dos enterros, além da encommendação	3\$000
Por um momento ou laudate cantado, durante o trajecto	2\$000
Por um momento ou libera-me depois da missa:	
Cantando com música	4\$000
Cantando sem música	3\$000
Resado	gr.
Em cada encommendação, acompanhamento, bem como em qualquer procissão terá uma vela de livra.	
Por um momento cantado na sepultura nos dias 3º, 7º, 30º e anniversario	2\$000
Resado	gr.
Por uma missa resada sem dia determinado	2\$000
Por uma missa resada de corpo presente (esmola)	3\$000
Por uma missa resada no dia 3º, 7º, 30º e anniversário, sem hora certa nem Igreja determinada (esmola)	3\$000
Com hora certa e Igreja determinada	4\$000
Com hora certa e Igreja determinada havendo música	5\$000
Por um baptizado feito na Matriz	2\$000
Por um baptizado na Matriz, tratando-se de pessoas minimamente pobres	gr.
Por um baptizado feito fora da matriz em qualquer Igreja ou casa particular dentro da cidade, villa ou povoação	3\$000
Por um baptizado fora da cidade, villa ou povoação	6\$000
Por um casamento na Matriz, de dia, nada perceberá:	
Se for de noite e os nubentes não forem pessoas pobres porque então nada pagarão	4\$000
Por um casamento fóra da matriz, quer seja em outra Igreja ou casa particular:	
Dentro da cidade, villa ou povoação, de dia	4\$000
Fóra da cidade, villa ou povoação	10\$000
Por um casamento in articulo mortis	gr.

FONTE: A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. Cuiabá. 20 ago. 1882, p. 2 e 3.

As taxas cobradas pelos batizados e casamentos na igreja matriz Senhor Bom Jesus de Cuiabá eram inferiores àquelas realizadas em outras igrejas ou em casas particulares. Quando fora da matriz, em outras igrejas e fora da cidade, os valores praticamente triplicavam. Os sacramentos, *sendo em desobriga ou capellas filliaes*, deveriam ocorrer sempre com autorização do bispo ou representante.

Ao que tudo indica, tal tabela não era seguida rigidamente pelos párocos, o que se constituía em impedimento para que a população pobre procurasse pelos seus serviços. O vigário da freguesia de Nossa Senhora da Guia e encarregado da administração paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Brotas pode ser citado como exemplo de transgressão às disposições da nova tabela. Teve suas ordens cassadas pelo bispo D. Carlos Luís d'Amour, por *falta de prudência e da 'indispensável caridade'*. Em tom de reprimenda, dizia D. Carlos ao padre Mariano Gizinski: *Com que direito V. Rvma exige até dos pobres e concubinados, dez mil réis pela celebração do sacramento do matrimonio na Matriz, quando segundo a Tabela da Diocese, não deve exigir cousa alguma?*³⁰⁰ A cobrança descabida de emolumentos paroquiais, de fato, constituía-se em obstáculos à pretensão da população pobre para obtenção do sacramento do matrimônio.

Por alguns motivos específicos, os casais revelavam, por escrito, a união ilícita em que viviam. Entre eles estava a preocupação com a segurança da prole. A necessidade de legitimar os filhos levava os justificantes a procurarem o Juízo Eclesiástico para o alcance do matrimônio. Entre as famílias de posses, as legitimações ocorriam visando-se assegurar herança aos filhos tidos no âmbito das relações ilícitas. Mas por que a legitimação revestia-se de importância para os casais reconhecidamente pobres? No caso dos casais aqui exemplificados, através dos autos de viuvez, embora o casamento não assegurasse fortunas, não deixava de constituir-se

³⁰⁰ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 27 fev. 1887, p. 3.

em um instrumento possibilitador de segurança aos filhos e esposa, em caso de morte do genitor.

Maria do Carmo Lima, paraguaia, viúva do alferes reformado Belarmino Ferreira Lima, expressa, a nosso ver, a situação de uma mulher em estado de viuvez na busca do auxílio que o casamento com um militar poderia auferir-lhe.³⁰¹ Na petição datada de 18 de outubro de 1884 ao vigário geral e juiz de Gêneres e Casamentos, monsenhor Pina, Maria do Carmo apresentou-se como mãe de cinco filhos menores, o mais velho com 12 e o menor com um ano de idade. Pleiteava a requerente que as autoridades eclesiásticas reconhecessem seu casamento com o falecido mediante a alegação de que *era pobre e sobrecarregada de filhos pequenos, precisa justificar (ao Exército) seu estado de casada a fim de que possa receber o meio soldo de seu finado marido*.

Não restam dúvidas de que durante a Guerra do Paraguai e, principalmente, no período pós-guerra, vários fatores possibilitaram a aproximação entre militares brasileiros e paraguaias. Considerem-se a dizimação da população paraguaia do sexo masculino durante a guerra, a conseqüente miséria no país advinda da catástrofe, a falta de condições de moradia e de alimentos, etc. Esses fatores provocavam o êxodo de paraguaias para o Brasil e para regiões fronteiriças, como Mato Grosso. Muitos casamentos de militares brasileiros com paraguaias foram realizados, conforme atestam os registros de casamento da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em anexo.

Já vivendo em Cuiabá, Maria do Carmo apresentou como testemunhas três militares, sendo dois capitães e um tenente, como prova de seu casamento com Belarmino em 1870, no acampamento de Humaitá, no

³⁰¹ Auto de justificação do estado de casado, 1884. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 10.

Paraguai. Nesse lugar não havia, segundo ela, *livro próprio para respectivo assentamento, de modo que a impossibilita de exhibir d'aquelle acto.*

A primeira testemunha, capitão Norberto José de Sousa, natural de Sergipe, ao ser inquirida respondeu

que sabe de sciencia certa que em dias dos meses de março a junho do anno de mil oitocentos e setenta, no acampamento das forças brasileiras no Humaytá, República do Paraguay, o Alferes Belarmino Ferreira Lima, já falecido, casou-se na forma da Santa Igreja Católica com Maria do Carmo Lima, sendo celebrante do acto o Capelão Militar Padre Alexandre, e nada mais disse por não saber e sem lhe ser perguntado...

A segunda testemunha, Antônio Tupi Ferreira Caldas, capitão do Oitavo Batalhão de Infantaria, natural do Maranhão, sendo inquirida pela petição, atestou

que por ter assistido e presenciado, sabe de sciencia certa que em dias do mês d'abril a julho do anno de mil oitocentos e setenta no acampamento de Humaytá, o Capelão do exército Padre Alexandre recebeo em Santo Matrimônio o Alferes Ferreira Lima com Maria do Carmo Lima, natural da República do Paraguay, nada mais disse por não saber e nem lhe foi perguntado...

Por sua vez, Petronilho de Carvalho Rangel, tenente do Batalhão Vinte e Um de Infantaria, natural do Ceará, respondeu

que por ouvir dizer, soube que o finado Alferes Belarmino Ferreira Lima, quando estava no acompanhamento brasileiro, no Humaytá, se casou com a justificante Maria do Carmo Lima... a encontrou nesta Província, e, sempre entreteve, relação de família, com este e sua esposa; e nada mais sabia e nem tinha ouvido dizer...

Ouvidas as testemunhas e pagas as custas, o desfecho do processo culminou no assento do casamento de Maria do Carmo com Belarmino no livro dos justificados da Câmara e do Auditório Eclesiástico de Cuiabá, em janeiro de 1885, conforme revelaram as *Conclusões*. Maria do Carmo poderia, a partir de então, requerer do Exército o meio soldo a que tinha direito e desfrutar os benefícios advindos da união conjugal (ou mesmo da convivência) com um militar.

Também a esposa de José Antônio Murtinho, ilustre personalidade da sociedade mato-grossense, requereu o meio soldo a que tinha direito após a morte do marido. José Antônio Murtinho, baiano, médico homeopata, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fez carreira militar em Mato Grosso: cirurgião-mor em 1839; capitão em 1842; major em 1852; tenente-coronel em 1855. Quando morreu, em 1888, ocupava o cargo de delegado do cirurgião-mor do Exército na província de Mato Grosso.³⁰² As alegações apresentadas pela viúva justificaram o atendimento de sua petição pelo Exército:

*Casado em segundas núpcias com D. Gertrudes de Sousa Murtinho, apenas lhe deixaria de herança o direito à percepção do meio soldo, que ela requereu e F. R. de Melo Rego encaminhou, a 7 de outubro seguinte, ao Ajudante General do Exército, Marechal de Campo Severiano Martins da Fonseca. Informando a V. Excia. sobre tal pretensão, asseverava o Presidente da Província e Comandante das Armas de Mato Grosso, cabe-me dizer que a peticionária acha-se em estado de verdadeira pobreza, sem outros recursos além desse meio soldo, pelo que a julgo nas condições de merecer o que deseja.*³⁰³

Dona Augusta Amália, viúva, também endereçou uma petição à Câmara e Auditório Eclesiástico, solicitando o assento de seu casamento com Maritano Martilino de Sousa Guimarães.³⁰⁴ Na carreira militar, o marido chegara a 2º tenente. Na petição, Dona Augusta não deixa transparecer, em momento algum, que pretendia casar-se novamente. Não constava qualquer solicitação do atestado do óbito do marido e sim o do assento do casamento:

³⁰² José Antônio Murtinho casou-se primeiramente com Rosa Joaquina, filha de Joaquim Duarte Pinheiro e Rosa Laura de Campos Maciel, com quem teve nove filhos. Os filhos do casal, em particular José Antônio, Manuel José e Joaquim Duarte, destacaram-se na vida pública e na magistratura, recebendo formação acadêmica na corte do Rio de Janeiro. O terceiro filho, Joaquim Duarte Murtinho, bacharel em ciências físicas e naturais, e também médico homeopata, com tese defendida em 1873, ocupou a pasta do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1897, no governo de Prudente de Moraes e, em 1898, no governo de Campos Sales, ocupou a pasta do Ministério da Fazenda.

³⁰³ FILHO, Virgílio Correa. **Joaquim Murtinho**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1951. p. 12.

³⁰⁴ Auto de justificação do estado de viuvez, 1883. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 10.

Ilmo Revmo. Sr. Cônego, Vigário Geral
Diz Dona Augusta Amália, viúva do Tenente Maritano Martilino de Souza
Guimarães, que precisando do teôr de assento do seu Cazamento que teve lugar
na Igreja da cidade de Corumbá no anno de 1864, roga a V. Revma. lhe mande
passar por certidão
e espero deferimento,
Cuiabá, 19 de junho de 1882.
O Procurador Antonio João de Souza.

O documento não revela quais as razões de D. Augusta para a solicitação da certidão de casamento. Entretanto, não era usual as pessoas terem a preocupação de reunir documentos e carregá-los consigo sem uma imperiosa necessidade. É provável que a solicitante, na condição de viúva de um militar, estivesse pretendendo recorrer a algum benefício do Exército.

A expectativa do recebimento de um auxílio em forma de pensão, ou de outros benefícios, encorajava as viúvas a endereçar suas reivindicações ao Exército. Geralmente, recorriam à interferência de pessoas habilitadas e, através dos meandros da lei, as viúvas iam em busca do auxílio que julgavam pertencer-lhes. O comunicado abaixo indica a existência de homens que advogavam em causa dos flagelados da guerra, viúvas e órfãos:

Aos voluntários da Pátria, Guarda Nacional e todos aquelles que tem seus
direitos a reclamarem.
O abaixo assinado, advogado e morador na Côrte, requer atrasados de
campanha que cahirão em exercício findo, mandandô os interessados suas baixas
em original, informando quaes os batalhões e companhias que esteve e os mezes
do anno que se lhe deve.
Requer os meio-soldos, e pensão que competem às viúvas e filhas.
Requer as medalhas de campanha, e honra dos postos que alcançarão na guerra.
Requer qualquer reclamação que tenham com o Governo Imperial.
Mandarão procuração com poderes especiais.
O seu trabalho é módico e pago depois de concluído.
Rio de Janeiro, 15 de junho de 1875.
O advogado³⁰⁵, Dr. Simeão Estellite de Paula e Silva

³⁰⁵ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 22 set. 1875.

Um significativo número de pessoas, homens e mulheres, que direta ou indiretamente foram afetados pelas perdas humanas causadas pela Guerra do Paraguai, passou a ser alvo das atenções de bacharéis a serviço das viúvas e filhas de militares da Guarda Nacional e Voluntários da Pátria combatentes. Se ao Estado cabia indenizar essas perdas, às mulheres cabia provar junto ao Juízo Eclesiástico e ao Exército o estado de viuvez e de pobreza em que viviam para obterem a indenização.

Para tais mulheres, o casamento se revestia de duplo sentido: a cerimônia religiosa na Igreja e, sobretudo, a partilha de uma vida íntima com um homem da caserna, que significava a possibilidade de reivindicar junto ao Exército o meio soldo a que faziam jus no estado de viuvez.

A contingência de justificar o estado de viuvez nos livros de assento de casamentos da Câmara e do Auditório Eclesiástico, pelo vigário geral e juiz de Gêneres e Casamentos, é um indício de que, muitas vezes, o público não se contrapunha ao privado, mas parecia vir a reboque. Como se na prática a Igreja, ao não constituir-se em fonte de águas cristalinas para saciar a sede dos fiéis, apostasse, pelo menos, no retorno de seu rebanho para banhar-se nas suas águas. Em alguns momentos muito específicos da vida, como os de registrar os filhos, de sepultar os familiares, de contrair núpcias ou mesmo de legitimar a prole gerada através de relações ilícitas os indivíduos defrontavam-se com as leis canônicas. Nada que não pudesse ser esquivado por longo tempo da vida, até um determinado momento em que o sentido das normas e das necessidades sobrepunha-se a um viver marcado pelas adversidades e muito particular da população da província de Mato Grosso.

No caso de Joaquim Antônio Rodrigues,³⁰⁶ morador da paróquia da Sé, o falecimento da mulher, em 1884, não pôde ser registrado *por não ter*

³⁰⁶ Auto de justificação de viuvez, 1888. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 10.

sido aberto o devido assento, conforme demonstrou nos dizeres contidos na sua petição:

Diz Joaquim Antonio Rodrigues, filho legítimo de João José dos Santos, e Innocencia Maria do Rosário, de 28 annos de idade, natural desta Província, freguez da Parochia da Sé, e viúvo por fallecimento de Maria Vicencia de Lara, que tendo de contrahir matrimônio com Ignês Maria Rodrigues, filha legítima de João Rodrigues Lemes e Anna Rodrigues, natural desta Província e fregueza da mesma Parochia da Sé, que precisando provar o seu estado de viuvez, visto não poder fazel-o com certidão de óbito de sua finada mulher por ter fallecido no Engenho do Bomfim, em Serra acima, e não tendo sido aberto o competente assento, vem pedir a V. Ex.^a R.m.^a A graça de admittil-o a justificar sumariamente o seguinte:

1º Que a supplicante é a própria pessoa acima mencionada e viúvo de Maria Vicencia de Lara.

2º Que o supplicante casou-se a 6 annos mais ou menos e que sua mulher fallecêo a 20 de outubro de 1884.

3º Finalmente que d'aquella data até hoje o supplicante nunca se retirou desta Província e tem-se conservado no estado de solteiro. Para o que offerece o supplicante as testemunhas, cidadãos José da Silva Tavares e Victal Baptista d'Araújo.

*Assim pois respeitosamente,
a V.Ex.^a Rm.^a favorável deferimento de que
R. m.^a*

Cuiabá, 23 de junho de 1888.

Pelo supplicante

Thomás P. Jorge.

Para ambas as testemunhas, a razão de não ter sido aberto o assento do falecimento de Maria Vicência de Lara explicava-se *por não haver n'aquella ocasião, Párocho na Freguesia*. Vital Baptista d'Araújo, jornalista casado, 35 anos, natural de Santa Catarina, morador em Cuiabá, assim testemunhou:

tendo feito uma viagem à Freguesia da Chapada, no anno de mil oitocentos e oitenta e quatro, teve de passar no Engenho do Bomfim, pertencente à dita Freguesia, no dia vinte de outubro do mesmo anno, se bem se recorda, sabendo elle que havia fallecido Maria Vicencia de Lara, Mulher do Justificante Joaquim Antonio Rodrigues, sendo o cadáver conduzido para a mencionada Freguesia, afim de ser sepultada, sem que se fizesse a participação do costume para abrir-se o competente assento por não haver n'aquella ocasião Párocho em exercício...

Questiona-se aqui o significado dos 4 anos decorridos entre o referido falecimento e a petição de Joaquim Antônio para o assentamento do atestado de óbito da esposa na paróquia da Sé. Discute-se, ainda, o fato de os indivíduos buscarem o legal como uma norma. Ou seja, as pessoas buscavam registrar o falecimento de seus entes queridos, assim como reconheciam a necessidade de registrar os nascimentos dos filhos. Nem sempre, porém, conseguiam fazê-lo, pois, na vivência concreta, os propósitos acabavam sendo obstaculizados, ou mesmo, inviabilizados.

Por fatores variados, os indivíduos deixavam de cumprir suas obrigações, ajustando-se a situações nem sempre desejadas. Joaquim Antônio possivelmente, houvesse se acomodado com a ausência do documento comprobatório do óbito da esposa, até o momento em que, premido, defrontou-se com as exigências para justificar o estado de viuvez perante o Juízo Eclesiástico. A justificação do estado de viuvez transformava-se, para Joaquim, em requisito básico para casar-se com Inês Maria Rodrigues. Portanto, caracteriza-se, aqui, uma situação em que o livre exercício de um ato ou direito depende da formalização de práticas anteriores. Esse tipo de contingenciamento, não apenas é revelador das atribuições do público, mas, sobretudo, capaz de expressar a relatividade de sua eficácia sobre o privado, ainda que nas últimas décadas no século XIX.

Também D. Maria Inês Paes da Costa, viúva e comprometida em casamento com Joaquim Pedroso d'Oliveira, endereçou uma petição ao Juízo Eclesiástico requerendo certidão do falecimento do cônjuge.³⁰⁷ Por D. Maria, dizia seu pretendente:

³⁰⁷ Auto de justificação do estado de viuvez. 1882. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 10.

Ilmº Exmº e Revmº Sr. Governador do Bispado Joaquim Pedroso d'Oliveira, tendo contractado casamento com Dona Maria Ignez Paes da Costa, viúva de Francisco Alves da Ressurreição, e não podendo effectuar o dito casamento sem a certidão de óbito do fallecido marido da contrahente, vem o supplicante respeitosamente pedir a V. Exª Revmª, ordenar que a Secretaria da Câmara Eclesiástica passe a dita certidão que deve existir nos livros da Villa de Diamantino ou Capella do N. Senhora do Rosário nos anno se 1876. Pelo que o supplicante pede e espera.

Cuiabá, 7 de outubro de 1882.

Joaquim Pedroso de Oliveira.

De um evento a outro foram decorridos seis anos, quando, então, a nubente foi premida a providenciar a certidão de óbito do marido. Como os próprios justificantes afirmavam, o casamento somente poderia efetuar-se mediante a apresentação da certidão de óbito do cônjuge, assassinado em sua propriedade, um sítio, distante 6 léguas da vila de Diamantino.

O estado de viuvez nem sempre se objetivava de forma rápida para os cônjuges. Em muitos casos havia um largo período de carência entre o óbito de um dos cônjuges e o conhecimento da notícia pelo viúvo. Além disso, quando do conhecimento do fato, não era usual o cônjuge ir ao local verificar sua veracidade. Nesses casos, a notícia do óbito chegava como que para confirmar uma separação conjugal já existente no dia-a-dia. Era elevado o número de homens cuja origem eram freguesias distantes, ou mesmo outras províncias e que lá haviam deixado esposa e filhos e não mais voltaram. Por contingências do trabalho, de compromissos, de cumprimento de ordens, de dificuldades financeiras, acabavam por permanecer em Mato Grosso.

Verifica-se, por exemplo, que Francisco Gonçalves de Queirós, 33 anos, sargento do Batalhão de Caçadores da província de Mato Grosso, natural da Vila Poconé, não estava presente quando do falecimento da esposa em Vila Bela, *achando-se elle na ocasião na povoação de Corumbá em serviço do Estado*. Segundo suas próprias palavras, *soube de pessoas fidedignas da morte della bem como fosse entre outras de uma sobrinha da*

dita falecida.³⁰⁸ Havia sido casado com Gertrudes P. da Rocha, *sendo este seo casamento celebrado na Matriz da cidade de Matto Grosso pelo Reverendo Joaquim Amaral do Sacramento*, no dia 9 de fevereiro de 1845.

O sepultamento da esposa, em 3 de novembro de 1860, em Vila Bela da Santíssima Trindade, fora presenciado pelas testemunhas: Manuel Ferreira da Silva, também do Batalhão de Caçadores, 30 anos, solteiro e natural de Mato Grosso; Plácido de Oliveira, 25 anos, solteiro, natural de Mato Grosso e praça do Batalhão de Caçadores dessa província, e João Alves Ferreira, 19 anos, solteiro, natural de Mato Grosso e com ofício de alfaiate.

Fato idêntico sucedeu com Simplicio José de Abreu, natural do Rio de Janeiro e operário do Arsenal de Guerra.³⁰⁹ Não estava presente quando da morte da esposa, Albertina Maria da Conceição, de 48 anos, também natural do Rio de Janeiro. Sua esposa, falecida de pleuro-pneumonia, fora sepultada no cemitério público de São Francisco Xavier, na vala dos livres, sob o n° 14, em 14 de julho de 1858. Simplicio assim se expressou na petição datada de 17 de setembro de 1861.

Soube que a três annos ter falecido no Hospital (sic) sua mulher, facto este que soube por meio de uma carta de seo correspondente; a assistia com certa quantia mensal, Jorge Furtado de Mendonça e que depois da notícia do falecimento de sua dita mulher, não se tinha retirado desta cidade para outro lugar e que se achava livre de qualquer impedimento que pudesse obstar seo casamento.

A ocorrência inversa também era comum no cotidiano de mulheres. Ou seja, esposas que tomavam conhecimento do óbito dos homens que haviam partido a trabalho para outras freguesias, ou mesmo para outras províncias, sem jamais retornarem ao domicílio.

³⁰⁸ Auto de justificação do estado de viuvez, 1861. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa n° 8.

³⁰⁹ Auto de justificação do estado de viuvez, 1861. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa n° 8.

Dona Guilhermina Maria Brandão, ao encaminhar uma petição datada de 7 de julho de 1868 à Câmara e Auditório Eclesiástico, solicitando o atestado de óbito do marido, Silvério Luís Brandão, sepultado em Campinas em 1867, pretendia mandar buscar o espólio do cônjuge.³¹⁰ Para tanto, nomeou um procurador e testemunha jurada, Antônio de Cerqueira Caldas, de 49 anos, 2º tenente, que vivia de negócios e também era viúvo. Assim dizia o referido procurador:

Que sabe ter falecido Silvério Luiz por ter ouvido de João Maritano de Souza e do comando da tropa do falecido que virão ele morto e assistirão ao enterramento naquela cidade de Campinas. O Juízo de Ausentes mandou-se arrecadar todo espólio do falecido. Sabendo disso, a viúva mandou sacar todo espólio do falecido nomeando para ao depositário elle testemunha, procurador, para mandar receber o espólio em Campinas e elle testemunha já recebeu o aviso de ter sido entregue pelo Juízo todo o espólio do falecido que se acha em marcha para esta e assim não resta dúvida de que com effeito é falecido o referido Silvério Luiz Brandão.

Outra viúva, Maria Antônia Lopes, obteve em 1879, mediante petição, a justificação do óbito do marido,

*falecido no lugar denominado Coroado, um quarto de légua distante da cidade de Poconé, onde se achava destacado na sua qualidade de Guarda Nacional e sendo conduzido o seu cadáver para a cidade referida, ali foi sepultado no Cemitério daquela Freguesia, conforme depuserão as testemunhas produzidos nesta justificação.*³¹¹

O caso bem definido de Ordoño e Apolônia, moradores da paróquia da Sé, nos possibilita afirmar que as uniões consensuais existiam como decorrência das contingências concretas e muito específicas do cotidiano das pessoas. Pascoal Ordoño, natural de Gênova, saiu da Itália, em direção à América, em 1855. Na época era casado com Evelina Spiaggi. Após ter percorrido diversos pontos da América, chegou a Cuiabá em 1857. Anos

³¹⁰ Auto de justificação do estado de viuvez, 1868. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 8.

³¹¹ Auto de justificação do estado de viuvez, 1879. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, caixa nº 9.

depois, ainda residindo na capital, *soube que sua mulher falecera no anno de mil oitocentos e sessenta e hum, em Carmo, distrito de Gênova no Reino da Itália, no dia trinta e um de março, ficando por conseguinte viúvo desde esse dia, conservando-se em igual estado de viuvez até esta data...* Ordoño, jamais regressou à Itália para certificar-se do fato ou para rever seus familiares. Quando formulou a petição requerendo a justificação do estado de viuvez visando casar-se na igreja, haviam transcorrido 16 anos desde a data do óbito da esposa. Na época, vivia em união consensual com a viúva Apolônia Pinto de Azevedo e moravam na rua 27 de Dezembro, em Cuiabá:

Pascoal Ordoño, natural de Gênova, no Reino da Itália, residente nesta capital há vinte e dous annos mais ou menos, morador na rua 27 de Dezembro, viúvo por falecimento de Evelina Spiaggi com quem foi civilmente casado, desejando casar-se nesta Província com Apolonia Pinto de Azevedo, viúva de Antonio Peixoto de Azevedo e sendo para este fim necessário passar que realmente se acha no estado de viuvez, rogo a V. Sr^a Revm^a, para que se digne admittil-o a justificar o seguinte:

1^o

Que o justificante é a própria e idêntica pessoa de Pascoal Ordoño, natural de Gênova, no reino da Itália, onde fora civilmente casado com a finada Evelina Spiaggi, e. há vinte e dois annos residente nesta Capital, estabellecido com Polonia na rua 27 de dezembro nesta cidade.

2^o

Que há dezesseis annos falecera na cidade de Cervo, no reino da Itália, Evelina Spiaggi, com quem era o justificante casado civilmente, ficando por conseguinte, viúvo por falecimento de sua dita mulher.

3^o

Que neste estado de viuvez, se tem conservado até o presente, sem forma de contrário.

Cuiabá, 17 de novembro de 1879.

O justificante declarou que vivia em Cuiabá estabelecido com a mulher com quem pretendia casar-se. Configura-se mais um caso de união consensual estável. Representa aqui um exemplo típico de viúvo cuja vida, marcada pela itinerância, impediu uma reaproximação com os familiares, esposa, e filhos. Nesse caso, nem mesmo a notícia da morte da esposa foi razão suficiente para que retornasse à sua terra natal.

Tal como Ordoño, muitos outros homens, naturais de outras freguesias, províncias ou países, atendendo aos mandos do Estado ou cumprindo ordens militares, migravam para a província de Mato Grosso e acabavam por nela permanecer. Nessas circunstâncias, a constituição de novas famílias surgia como algo natural e irreversível. Muitas vezes, as notícias da viuvez como que conformavam uma situação de separação já existente e incentivavam a formalização das novas relações afetivas ali contraídas. Assim, a província de Mato Grosso, que abrigara errantes e aventureiros, converteu-se em abrigo para as relações ilícitas e em madrastra dos ilegítimos.

As fontes evidenciaram que, ainda no final do século XIX, o viver consensualmente na sociedade cuiabana abarcava práticas que se caracterizavam como relação familiar típica de setores populares. Do mesmo modo, revelaram que tal condição conjugal não lhes era peculiar ou exclusiva, mas que abrangia pessoas dos grupos médios e da própria elite. Tal constatação ratifica o pressuposto de que as transgressões, apesar da injunção da Igreja e de toda uma legislação ordenadora das relações conjugais, imprimiam contorno à sociedade mato-grossense. Essas relações familiares acabavam por incorporar e reproduzir práticas que se cristalizavam no cotidiano e catalisavam certa legitimidade social. A título de contraponto, podemos afirmar que não é natural a inferência de que os indivíduos das baixas camadas subestimavam a importância social do casamento.

III.3 MULHERES *DE JESUS* NO UNIVERSO DOS ILEGÍTIMOS

Antes de tudo, é válido ratificar a idéia de que a produção historiográfica tem focalizado o espaço social da bastardia como cenário da escravidão e da miséria. A ilegitimidade converteu-se em questão emblemática de mulheres escravas, mestiças, forras e livres pobres, como que adstrita ao universo das transgressões. Já pontuamos, no capítulo anterior, que, embora a presença de filhos ilegítimos não constitua uma marca entre as mulheres da elite, a ilegitimidade rompe o universo social da escravidão e da miséria. No capítulo que trata das uniões consensuais, apontamos que os espaços onde se reproduzem as práticas da bastardia devem ser melhor matizados, em particular em uma sociedade de homens errantes e aventureiros.

As fontes utilizadas ao longo deste estudo revelam uma conjugalidade informal que se instituiu e se insinua paralela às relações formais do matrimônio sacramentado, propiciando não só formas outras de organização familiar, como também a constituição de proles fundadas na ilegitimidade. Contudo, parece-nos que confinar a bastardia no interior das práticas ilícitas ou das transgressões nada mais é que reproduzir o olhar censor da Igreja. Atentos ao ofício de historiador, nosso propósito é outro.

Trata-se de trazer à tona elementos que permitam explicar quem eram as mulheres mães das crianças ilegítimas e batizadas em Cuiabá, ao longo da segunda metade do século XIX. Interessa averiguar qual a condição social dessas mulheres, estratégias, práticas e ofícios desenvolvidos no cotidiano, de modo a delinear a identidade desses atores sociais nada passivos, nada submissos.

Mulheres negras escravas e indígenas, consideradas objeto de desejo sexual dos homens brancos, não eram distinguidas com o casamento. Nem mesmo quando geravam filhos de seus senhores mereciam tratamento diferenciado, pois sua sexualidade não estava a serviço da procriação e da reprodução, tal como as mulheres brancas.³¹² No universo social marcado pela escravidão, a situação da escrava, enquanto mãe, não acarretava qualquer regalia. O privilegiamento se dava mais pelo que ela poderia produzir em termos de trabalho e menos pelo caráter de reprodutora.

Os filhos nascidos das relações carnavais, da violência sexual que sofriam as escravas por parte de seus proprietários, somente podiam esperar desventuras: uma vida solitária ao lado da mãe, ou o afastamento em relação a ela quando a vontade do senhor assim o decidisse.

Essas mulheres deixaram vestígios profundos no meio em que viviam e engendraram relações sociais entre si e com seus homens e filhos, que lhes garantiram a sobrevivência física e espiritual em um mundo marcado pelo poder do homem branco.

Não muito diferente da condição das escravas estavam as mulheres livres pobres, brancas e mestiças. Também em Cuiabá deixaram suas impressões, possíveis de serem vislumbradas nos documentos paroquiais. No contingente de aproximadamente dez mil batizando na paróquia Senhor Bom Jesus, o olhar de cerca de cinco mil mulheres testemunhou seus nascituros receberem o atributo de naturais.

Com base nas atas de batismo, podemos afirmar que essa parcela de mulheres não pertencia à elite local, mas, sim, às camadas populares. Isso porque as *de boa estirpe* recebiam do pároco a designação de *Dona* e aos respectivos nomes era acrescido o do marido e/ou, pai de seus filhos.

³¹² GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulheres escravas: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 1988. p. 65.

Mulheres com sobrenomes a exemplo de Correia da Costa, Gaudie Ley, Cerqueira Caldas, Arruda, Leverger, invariavelmente recebiam a designação de *Dona*, e os filhos, o registro de legítimos.

É sobre a outra parcela de mulheres, as não designadas de *Donas*, que recai nossa atenção neste estudo. No primeiro momento, o foco está centrado nas mulheres que não levavam o sobrenome de famílias e, sim, nomes evocativos de santos ou de situações de vida. O procedimento de realizar primeiramente análise sobre essas mulheres constitui-se em uma estratégia para penetrar no espaço social em que viviam as mães dos ilegítimos como um todo. A identificação dessas mães torna-se possível quando relacionada à identidade do contingente dos batizados na paróquia Senhor Bom Jesus.

As cifras apresentadas a seguir devem ser tomadas com certa cautela, considerando-se as condições de produção da documentação paroquial. Ou seja, devem ser tomadas apenas como possíveis pistas para a compreensão das questões propostas. Devemos ter em mente que os dados referentes à mães e padrinhos dos batizados podiam ser selecionados e glosados pelos párocos e, por conseguinte, filtrados. É com essa perspectiva que os montantes a respeito da condição racial das mães deverão ser analisados, pois não se pode aquilatar, por exemplo, se todos os párocos registravam impreterivelmente a condição étnica das mães. Tanto podiam fazê-lo como não.

Através dos sobrenomes substitutivos aos de família podemos captar alguns matizes do perfil socioeconômico das mulheres que registravam o batismo dos filhos naturais na paróquia Senhor Bom Jesus. Ao longo das décadas de 1850 a 1880, vários foram os sobrenomes encontrados nas atas, com destaque para os que seguem:

"de Jesus", "de Tal", "do Sacramento", "da Conceição", "dos Prazeres", "da Purificação", "da Cruz", "da Paixão", "da Guia", "do Espírito Santo", "do Nascimento", "de Deus", "da Ressurreição", "dos Santos", "das Dores", "dos

Anjos", "da Luz", "de Sant'Anna", "do Bom Despacho", "das Mercês", "dos Reis", "da Boa Morte", "da Encarnação".

Para BURMESTER, *estes novos sobrenomes, usados pelas mulheres, substituem o nome da família e revelam um costume notado em Curitiba, também encontrado em São Paulo no século XVIII como homenagem aos santos.*³¹³ São nomes sobre os quais certamente se colocava alguma expectativa. Possivelmente alguma crença de bênção divina, alguma esperança de mudança de vida ou algo em que valesse a pena acreditar. Podiam igualmente expressar a condição de vida de algumas dessas mulheres, a exemplo das que usavam o sobrenome *dos Prazeres*. Podemos inferir que tais mulheres ganhavam a vida prostituindo-se.

Outras, a exemplo de Maria de Sousa do Espírito Santo e Augusta Rosa, mesmo não levando o sobrenome *dos Prazeres*, podiam viver da prostituição. Essas duas mulheres aparecem como depoentes no processo de divórcio movido por Gertrudes Maria Ferreira contra Marcelino dos Santos, junto à Câmara e Auditório Eclesiástico de Cuiabá, em 1864.

O escrivão da Câmara e Auditório Eclesiástico, ao registrar os depoimentos das testemunhas em favor do réu, extraiu dados sobre suas vidas. No primeiro caso, registrou que:

Maria de Souza do Espírito Santo, de cinquenta annos de idade que disse ter, solteira, moradora na rua da Boa Vista desta cidade, que vive dos serviços próprios do seu sexo, testemunha notificada e jurada aos Santos Evangelhos, em um livro delles, em que pôs a sua mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse aos costumes...

Por sua vez, sobre a segunda testemunha apontou no registro que:

Augusta Roza de quarenta e dous annos de idade, que disse ter, viúva, natural dessa Província, que vive dos serviços próprios do seu sexo, testemunha notificada e jurada dos Santos Evangelhos em um livro delles, em que pôz a sua

³¹³ BURMESTER, Ana Maria. op. cit., p. 38.

mão direita, e prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse aos costumes...

Ambas não sabiam ler nem escrever e delegaram aos advogados presentes que assinassem por elas no final dos respectivos depoimentos.

Através de outro processo de divórcio, movido em 1858 por Damiana Maria da Costa contra Pedro Gomes de Melo, localizado igualmente no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, são obtidas outras informações que delineiam as condições de vida das mulheres que não portavam o sobrenome de família.

Os dados apontaram que essas mulheres eram trabalhadoras e desenvolviam atividades artesanais. Costuravam e faziam peças de cerâmica. Algumas delas moravam no bairro do Porto, localizado às margens do rio Cuiabá. Possivelmente ali mesmo comercializassem as louças de barro que produziam com a argila que retiravam do rio próximo. Bárbara Maria de Jesus, solteira, 50 anos de idade, moradora de São Gonçalo Velho, natural da província de Mato Grosso, *vivia de fabricar louça de barro*. Também Maria das Dores de Jesus, 25 anos, igualmente nascida na província de Mato Grosso e moradora de São Gonçalo Velho, dizia *viver de fabricar louça de barro, fiar algodão e costurar*. Maria do Bom Despacho, jovem de 18 anos e mato-grossense, moradora do Porto Geral, *vivia de costurar, lavar e engomar*. Por sua vez, Maria Rodrigues do Espírito Santo, 60 anos, ainda trabalhava, *vivendo de fabricar louça de barro e fiar algodão*. Também era solteira, mato-grossense e moradora em São Gonçalo Velho. Finalmente, a ocupação de Maria do Rosário, 40 anos, solteira, natural da província de Mato Grosso e moradora de São Gonçalo Velho, não diferia das demais mulheres: *vivia de costurar e de tecer rede*.

As constatações pontuam que as mulheres portadoras de sobrenomes substitutivos aos de família eram igualmente mães tanto de ilegítimos como de legítimos. Entre elas, a maior frequência de concepção de ilegítimos era

de mães com sobrenomes *de Jesus*. Tomados os sobrenomes acima referidos, essas mulheres perfaziam 1.769, ou seja, 18% dentre as mães constantes nos 9.820 registros de batismo. Destas, 934 eram mães de ilegítimos e 835 de legítimos. Para todo o período em estudo, 1853-1890, dentre as mulheres com sobrenome mais representativo, destacaram-se aquelas com a designação *de Jesus*.

Do contingente de 287 mulheres *de Jesus*, 172 tiveram seus rebentos registrados como ilegítimos, indicativo, portanto, da ausência do pai da criança. Se presente no ato do batismo, permanecia ignorado pelo pároco. Os filhos legítimos das mulheres *de Jesus* somaram apenas 115.

Entre os anos de 1871 a 1890, entre 216 mulheres *de Jesus*, a proporção de filhos ilegítimos foi de 130 para apenas 86 legítimos. Isoladamente, esses números podem não parecer representativos, porém fornecem pistas para decifrar múltiplos aspectos da identidade de mulheres responsáveis por proles bastardas.

Tais observações tornam-se importantes para avaliarmos a tendência dessas mulheres, como um todo, para gerar filhos ilegítimos, ou seja, se por mais de uma vez conceberam filhos ilegítimos. Para responder a essa indagação, levamos em conta dados dos registros de batismo relativos ao nome completo da mãe, nome e data de nascimento da criança, num trabalho metódico de aproximação e cruzamento de informações. A categoria *reincidente* aqui utilizada está relacionado à existência de um contingente de mulheres não designadas como *Dona* e cujos nomes possibilitaram o estudo das reincidências.³¹⁴

³¹⁴ Sobre o conceito *reincidente*, cabe dizer ainda que foi desenvolvido e aplicado por vários estudiosos, relacionado com a idéia de uma *subsociedade com propensão para a bastardia* e ligada por laços de parentesco. (Citamos aqui: BRETTELL, Caroline B. op. cit., p. 227-276; KUSNESOF, op. cit., p. 164-74. In: NADALIN, Sérgio Odilon *et alii*. op. cit., p. 164-74).

A reincidência de ilegítimos foi possível de ser detectada tantas vezes quantas ocorreu repetição de nomes de uma mesma mãe. Assim, para proceder à tabulação, foram quantificadas as datas (d.m.a) de nascimento dos filhos ilegítimos. Quando não constavam as datas de nascimento, foram observadas as de batizado. Ao tomarmos primeiramente as mães com sobrenome *de Jesus*, criamos legendas para melhor dar conta das variações encontradas. Tais legendas, de certa forma, possibilitaram classificar as mulheres *de Jesus* em quatro categorias:

- Mulheres com *mais de dois filhos* concebidos em diferentes anos;
- ◊ Mulheres com registros de *dois ou mais filhos* concebidos em datas incompatíveis com o tempo necessário de gestação de uma criança, ou seja, inferior a 7 meses. Consideramos como mães diferentes;
- Mulheres com registro de *filhos em uma mesma data* (d.m.a) com nomes diferentes e/ou, idênticos. Consideramos mães de gêmeos;
- ⊗ Mulheres com registros de *filhos em datas diferentes, tendo as crianças os mesmos nomes*. Consideramos tais crianças como não sendo filhos de uma mesma mulher.

Partimos do pressuposto de que crianças registradas em uma mesma data, tendo ou não nomes idênticos, podem ser caracterizadas como filhos gêmeos reincidentes de uma mesma mulher. Devemos atentar para a atitude dos párocos na época, assentando o registro de crianças com apenas um prenome. Há que se cogitar que os párocos desconsiderassem um possível segundo prenome atribuído ao filho; se não, como explicar o fato de a grande maioria dessas mulheres, já adultas, terem pelo menos dois prenomes?

Constatamos, através do quadro 28, que no período de 1853 a 1870, dentre 172 mulheres *de Jesus*, mães de ilegítimos, 31 foram reincidentes. No período de 1871 a 1890, de 130 mulheres, 28 foram mães reincidentes de ilegítimos por mais de uma vez, conforme mostra o quadro 29.

Realizada a contagem da frequência de ilegítimos a partir da legenda enunciada, verificamos que, tanto em um período quanto em outro, a predominância coube às mulheres com 2 filhos, seguidas de mães com 3 filhos, sendo que as de 4 e 5 filhos aparecem em menor número.

QUADRO Nº 28
MULHERES DE JESUS E REINCIDENTES DE FILHOS ILEGÍTIMOS:
1853 - 1870

Nome da mãe	Nome da criança	Data de nascimento	Frequência
1. Anacleta Maria de Jesus Ø	Benedicto Maria Antonia	18/06/1855 14/08/1867 05/03/1867	2
2. Anna Delfina de Jesus •	Vicente Benedicto	27/07/1863 12/05/1868	2
3. Anna Maria de Jesus •	Martha Manoel Maria	21/05/1865 30/03/1867 16/08/1869	3
4. Anna Rosa de Jesus •	Joaquim Delmira José Braz	23/08/1857 09/02/1860 27/07/1862 17/04/1865	4
5. Benedicta Antonia de Jesus •	Roza João Antonia Manoel Adelaide	14/10/1860 28/05/1862 08/12/1863 23/03/1866 30/10/1868	5
6. Brígida Maria de Jesus ⊗	Maria Francisco Francisco Manoel	14/02/1858 15/12/1861 29/05/1864 07/01/1854	2 2
7. Cândida Maria de Jesus •	Sebastião João José	06/09/1859 29/11/1863 11/10/1865	3
8. Clementina de Jesus •	Felicidade Leopoldino	16/05/1864 09/09/1860	2
9. Domingas Rosa de Jesus ⊗	Manoel Manoel	28/03/1866 23/06/1861	1 1
10. Ignes Maria de Jesus •	Pedro Anna Leopoldino Maria	09/11/1855 13/09/1857 29/06/1861 23/04/1870	4
11. Isabel Theresa de Jesus •	João Marianna	22/07/1854 19/11/1865	2
12. Joanna Maria de Jesus •	Mariana Theodoro	07/04/1863 29/04/1868	2

Continuação...

Nome da mãe	Nome da criança	Data de nascimento	Frequência
13. Joaquina Ighes de Jesus •	Anna Antonio José	02/08/1858 25/05/1863 16/09/1866	3
14. Josefa Maria de Jesus ☾	José Anna	10/07/1864 10/07/1864	1
15. Leopoldina Maria de Jesus •	Manoel Francisco Benedicto Antonio Antonia	29/06/1856 12/09/1858 28/05/1860 07/04/1864 01/05/1870	5
16. Maria Benedicta de Jesus •	Romana Manoel Angelina	31/08/1856 31/07/1862 25/01/1870	3
17. Maria Ressurreição de Jesus •	Claro Salustiano	13/06/1863 08/07/1864	2
18. Maria de Jesus Ø ⊗	Manoel Basília Maria Filismena Maria Amelia Eleuthério Luiz Philomena João	09/12/1855 31/07/1859 05/02/1860 03/10/1860 22/11/1862 23/11/1862 13/06/1863 27/06/1865 29/06/1866 30/11/1868	2 3 2 3
19. Maria Domingas de Deus •	Alexandre Anselmo Eugenio Margarida Felippe	27/12/1862 21/04/1864 24/06/1866 06/03/1867 28/02/1870	5
20. Maria Eleuthéria de Jesus ☾	Benedicta Manoel	30/11/1863 30/11/1863	1
21. Maria Thereza de Jesus •	Theresa Manoel	13/07/1857 25/01/1861	2

Continuação...

Nome da mãe	Nome da criança	Data de nascimento	Frequência
22. Mariana Rosa de Jesus •	Indalina Manoel	30/09/1855 29/12/1858	2
23. Miquelina Maria de Jesus •	Maria Theresa	09/08/1857 08/08/1868	2
24. Rita Maria de Jesus •	Julia Rosalina	06/10/1864 04/01/1870	2
25. Rita Rosa de Jesus •	Jacinto Rosa Luisa	05/08/1855 04/03/1858 14/09/1859	3
26. Ritta Maria de Jesus •	João Custódio	08/11/1856 24/11/1857	2
27. Rosa Maria de Jesus Ø	Francisco Feliciano Germana Joaquim Francelina	09/04/1856 06/01/1862 13/09/1862 08/01/1865 30/03/1870	2 3
28. Theodora Maria de Jesus •	Antonia Clara	27/02/1859 25/12/1870	2
29. Theresa Maria de Jesus Ø	João Maria Anna Clementina	13/01/1856 25/05/1856 16/10/1859 03/04/1860	2 2
30. Theresa de Jesus Ø	João Maria Ambrosina Joana Benedita Luiza	18/11/1860 09/11/1862 24/02/1864 15/10/1865 04/08/1865 01/11/1868	4 2
31. Thereza Maria de Jesus •	José Justina João Antonio	11/05/1862 16/07/1864 22/10/1865 18/09/1870	4

FONTE: Livros de registros de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

QUADRO N° 29
MULHERES *DE JESUS* REINCIDENTES DE FILHOS ILEGÍTIMOS:
1871 - 1890

Nome da mãe	Nome da criança	Data de nascimento	Frequência
1. Amância Theodora de Jesus •	Delfina Lina	27/11/1875 16/02/1879	2
2. Anna Delfina de Jesus •	Ignes Anna Manoel	09/05/1871 11/01/1874 01/07/1877	3
3. Antonia Maria de Jesus •	Thomás Maria Manoel Manoel	24/05/1879 11/09/1880 02/01/1887 10/11/1887	4
4. Benedicta Maria de Jesus Ø	Antonio Mathias Anna	25/03/1883 12/07/1883 23/11/1887	2
5. Bernadina Francisca de Jesus •	Francisco Antonia	30/08/1877 24/08/1871	2
6. Clementina Maria de Jesus •	João Manoel	21/11/1880 23/05/1887	2
7. Felicidade Francisca de Jesus Ø	Antonio Zeferino Manoel	02/03/1888 06/03/1888 06/08/1882	2
8. Florência Maria de Jesus •	Manoel Maria	14/09/1873 21/07/1880	2
9. Francelina Maria de Jesus •	Cezar Anna Luiza	24/01/1875 29/01/1876 01/01/1882	3
10. Gertrudes Maria de Jesus •	Manoel Anamisia	29/06/1876 26/12/1878	2
11. Joanna Maria de Jesus Ø	Maria Maria Luiza Edwirges	08/07/1873 25/01/1877 04/03/1877 16/05/1889	2 2
12. Luiza Maria de Jesus •	Anna Maria	07/02/1874 17/06/1888	2
13. Margarida Maria de Jesus ☉	Pedro Crescêncio	28/04/1874 28/04/1874	1

Continuação...

Nome da mãe	Nome da criança	Data de nascimento	Frequência
14. Maria Benedicta de Jesus •	Antonio Edwirges Dionísio	29/06/1874 18/03/1876 23/05/1883	3
15. Maria Bernarda de Jesus •	Maria Thereza	18/07/1875 14/10/1882	2
16. Maria Isabel de Jesus •	Maria Manoel	11/08/1878 19/03/1877	2
17. Maria Luiza de Jesus ☉	Maria Antonia Antonia Antonio	04/06/1879 14/10/1882 14/10/1882 22/07/1883	3
18. Maria Romana de Jesus •	Emília Maria	12/06/1889 10/04/1890	2
19. Maria Rosa de Jesus Ø	Francisca Joaquina Gregório	03/06/1888 03/12/1873 04/12/1873	2 1
20. Maria Silvéria de Jesus ☾	Otília Ottília	13/04/1884 13/04/1884	1
21. Maria Thereza de Jesus •	Benedicto Anna	23/10/1880 19/05/1888	2
22. Rita Maria de Jesus •	Manoel Maria João João Américo	01/01/1875 12/12/1881 21/10/1883 21/10/1884 07/07/1888	5
23. Ritta Maria de Jesus •	Carolina João	07/01/1871 08/12/1880	2
24. Saturnina Maria de Jesus •	Feliciano Maria	08/10/1881 11/07/1883	2
25. Theodora Maria de Jesus ⊗	Maria Maria Eliza	01/11/1872 03/12/1883 15/04/1888	3
26. Thereza Alves de Jesus •	Candido Anna	07/01/1882 15/01/1877	2

Continuação....

Nome da mãe	Nome da criança	Data de nascimento	Frequência
27. Thereza Maria de Jesus ⊗ • ☉	José	31/12/1871	3
	Maria	31/05/1873	
	Francisco	14/12/1874	
	Maria	19/06/1876	3
	Mancio	25/07/1878	
	Maria	08/01/1882	
	Maria	05/06/1884	1
	Maria	05/06/1884	
28. Thereza de Jesus •	Adélia	15/07/1882	2
	Maria	19/09/1883	

FONTE: Livros de registros de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

A legenda indicativa de mulheres com registros de *filhos em datas diferentes, tendo as crianças os mesmos nomes* e consideradas como não sendo filhos de uma mesma mulher (⊗), abre perspectivas para outra hipótese: a de que as crianças com nomes repetidos podiam ser filhos de uma mesma mulher. Assim, os filhos *Marias* e *Franciscos* que morriam seriam *substituídos* por outros *Marias* e *Franciscos* nascidos após a morte dos primeiros. Se assim agiam, tais mulheres pareciam estar seguindo um costume legado da cristandade européia *de se repetir o mesmo prenome para o filho(a) que nascia, logo após o falecimento de um seu irmão.*³¹⁵ Outra leitura é possível, sobretudo, como forma de expressão de sentimento de perda de um filho: invocando sua lembrança e nome, procurando trazê-lo para bem próximo, através de outro filho. A prática da repetição de nomes de filhos mortos, quando do nascimento de novos filhos, pode ser a expressão de aspectos da intimidade e dos sentimentos maternos diante da morte.

³¹⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara:** terra e população - estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo : Paulinas, 1986. p. 204.

A utilização das mesmas legendas para as demais mulheres — mães de ilegítimos que levavam o sobrenome de família, mães que levavam o sobrenome de *santos* e ainda aquelas que não levavam o sobrenome de família, assim como as escravas que também não levavam sobrenome algum — possibilitou a montagem de quadros demonstrativos sobre as reincidências de ilegítimos na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ao longo do período de 1853 a 1890. O fato de uma parcela dessas mulheres não apresentar sobrenome algum pode ser um indicativo tanto da origem delas quanto de suas condições de vida, ligadas a situações de penúria e pobreza. Podemos aventar que pertenciam a camadas social e economicamente desfavorecidas. Podiam ser tanto escravas como forras, descendentes de escravos ou, mesmo, brancas livres. As escravas, por exemplo, em razão de não levarem sobrenome algum, eram identificadas mais facilmente pelos nomes dos proprietários, a exemplo de *Florinda, escrava do major Antonio Luiz Brandão, Alexandrina, escrava do alferes Luiz Manoel Rodrigues*, ou então, *Anna, escrava de herança do finado Capitão Manoel P. Azevedo*.

Observamos que, entre os anos de 1853 a 1870, 55 crianças ilegítimas foram registradas como filhos de escravas e, entre 1871 a 1890, a ocorrência foi de 177 registros de ingênuos livres. Os dois períodos perfizeram 232 registros, ou seja, 5,4% dentre um universo de 4.269 ilegítimos.

Apenas 11 crianças ilegítimas foram registradas como filhos de mulheres libertas. As mães indígenas somaram 67, compreendendo 0,7%. Isso significa dizer que, na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, apenas uma pequena parcela dos ilegítimos (5,7%) eram filhos de escravas e forras. Portanto, os ilegítimos eram filhos de mulheres que, predominantemente, não eram escravas, libertas ou indígenas, e sim livres e pobres.

Os quadros 30 e 31 indicam que, além das mulheres *de Jesus*, as demais, também eram reincidentes de filhos ilegítimos. O quadro 33 justapõe a incidência de mães com três ou mais filhos, sobre as reincidentes de dois,

aos dados das mulheres *de Jesus*. Na montagem desses dois quadros, omitimos a apresentação dos nomes das mães em razão do grande volume de dados relativos às mães. Nesse sentido, demonstramos apenas os números absolutos das *demais mulheres*, reincidentes de 2 e reincidentes de 3 ou mais filhos.

QUADRO Nº 30
MULHERES REINCIDENTES DE FILHOS ILEGÍTIMOS POR MAIS
DE UMA VEZ: 1853 - 1870

ANO	Demais mulheres		Mulheres de Jesus	Total
	2 filhos	3 ou mais filhos		
1853	2	12	0	14
1854	14	26	2	42
1855	27	26	5	58
1856	16	25	6	47
1857	16	25	5	46
1858	17	31	5	53
1859	13	25	5	43
1860	13	37	8	58
1861	18	28	4	50
1862	18	35	10	63
1863	13	32	8	53
1864	18	34	9	61
1865	18	36	9	63
1866	16	26	5	47
1867	15	20	2	37
1868	11	25	6	42
1869	11	28	1	40
1870	11	30	8	49
Total	267	501	98	866

FONTE: Livros de registros de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

QUADRO N° 31
MULHERES REINCIDENTES DE FILHOS ILEGÍTIMOS POR MAIS
DE UMA VEZ: 1871 - 1890

ANO	Demais mulheres		Mulheres de Jesus	Total
	2 filhos	3 ou mais filhos		
1871	6	15	4	25
1872	0	2	0	2
1873	7	25	6	38
1874	8	17	5	30
1875	15	14	4	33
1876	19	16	4	39
1877	7	22	6	35
1878	10	21	3	34
1879	21	13	3	37
1880	20	31	5	56
1881	18	18	2	38
1882	12	24	7	43
1883	20	20	8	48
1884	10	7	3	20
1885	0	2	0	2
1886	4	2	0	6
1887	8	16	4	28
1888	11	7	7	25
1889	8	8	2	18
1890	6	2	1	9
Total	210	282	74	566

FONTE: Livros de registros de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

A tabela nº 2 evidencia com maior nitidez que, ao longo do período de 1853 a 1890, a reincidência maior de mulheres com filhos ilegítimos ocorreu na primeira fase, cujas balizas são 1853 e 1870. Essa constatação vai de encontro a uma mesma tendência de queda em números absolutos de batizados de ilegítimos na década de 70, com ênfase na de 80, em relação às décadas anteriores.

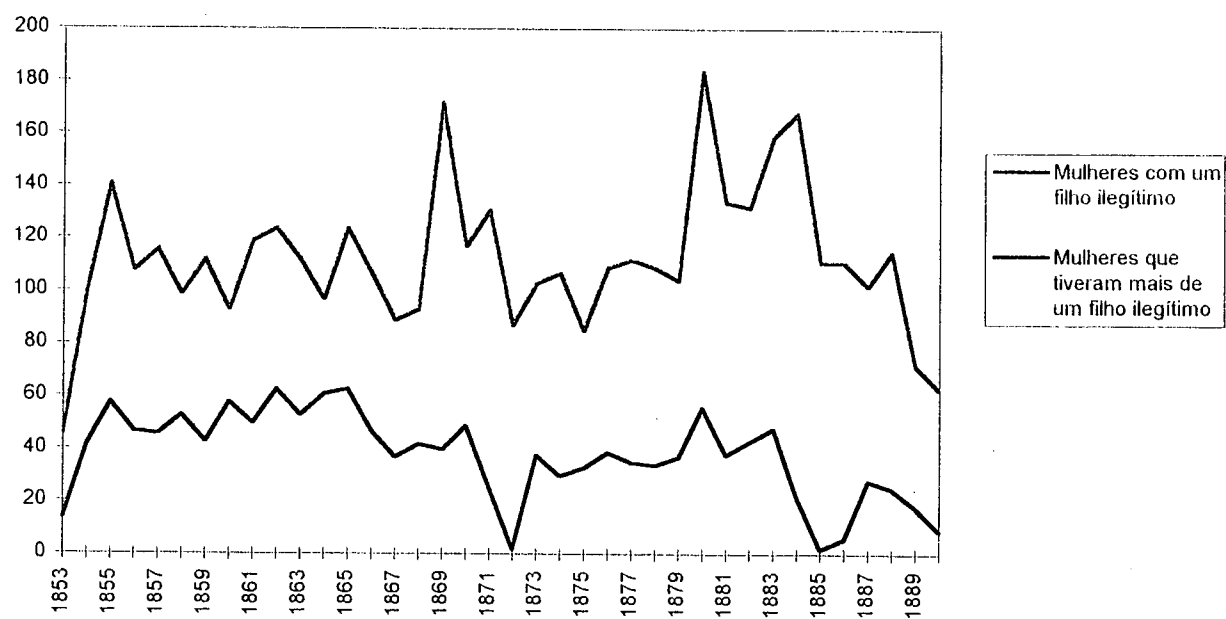
TABELA Nº 2
Mulheres reincidentes de filhos ilegítimos:
1853 - 1890

ANO	Um filho	Mais de um filho
1853	46	14
1854	100	42
1855	141	58
1856	108	47
1857	116	46
1858	99	53
1859	112	43
1860	93	58
1861	119	50
1862	124	63
1863	112	53
1864	97	61
1865	124	63
1866	107	47
1867	89	37
1868	93	42
1869	172	40
1870	117	49
SubTotal	1.969	866
1871	131	25
1872	87	2
1873	103	38
1874	107	30
1875	85	33
1876	109	39
1877	112	35
1878	109	34
1879	104	37
1880	184	56
1881	134	38
1882	132	43
1883	159	48
1884	168	22
1885	111	2
1886	111	6
1887	102	28
1888	115	25
1889	72	18
1890	63	9
SubTotal	2.300 *	566
TOTAL	4.269	1.432

FONTE: Livros de registros de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

* Para 2 crianças não consta o ano de registro.

FIGURA N° 2

Mulheres com filho ilegítimo e reincidentes: 1853-1890

FONTE: Tabela número 2

No espaço de quase vinte anos, segundo os dados dos recenseamentos de 1872 e de 1890, constatamos considerável aumento da população solteira em relação à casada, bem como predominância da população feminina. A conjugação desses dois elementos poderia explicar a tendência de declínio tanto de crianças ilegítimas quanto de mulheres reincidentes nas décadas de 70 e 80. O maior número de homens no imediato período do pós-guerra, revelado pelo censo de 1872, na capital e na paróquia, foi por nós avaliado como decorrente da permanência de militares em Cuiabá.

Em 1890 era já constatada a superioridade da população feminina, e essa superioridade deve ser atribuída a uma conjugação de vários fatores. Dentre estes, o retorno de uma parcela de militares às províncias de origem no transcorrer das décadas de 70 e 80. Outro fator seria a ausência circunstancial dos homens em decorrência das atividades econômicas de caráter itinerante, como extrativismo e mineração; esta, ainda que de diminuta produtividade. E ainda, o comércio fluvial, que, ativado pela livre navegação no rio Paraguai, teria contribuído para o afastamento temporário dos homens de seus lares. Do mesmo modo, a urbanização ocorrida no pós-guerra incidiu no aumento da população da capital, particularmente da feminina, que parece ter encontrado na paróquia Senhor Bom Jesus, se não melhores condições de vida, provavelmente maiores oportunidades de trabalho. Essas oportunidades eram geradas pela ativação do comércio local, pois pelo porto de Cuiabá chegavam as mercadorias, movimentando as casas de importação e exportação geridas pela elite local.

Entretanto, a presença de mulheres não era visível nas casas de importação e exportação e sim nas pequenas casas comerciais, *misto de bar e armazém*,³¹⁶ a exemplo das casas que vendiam aguardente. Usualmente conhecidas como tavernas, constituíam-se em *espaços de alegria e lazer*,

³¹⁶ FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro : Edunb, 1993. p. 188.

*batuques em que se dançava e cantava eram ali freqüentemente organizados (e) encontros sexuais acertados.*³¹⁷

Observadas com desconfiança pelas autoridades, essas casas passaram a ser controladas quanto ao horário de atendimento ao público, ficando proibidas de *abrir antes das 5 horas da manhã e conservar abertas depois das 9 horas da noite, quaesquer estabelecimentos comerciais, inclusive tavernas.*³¹⁸ O regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais integrava os projetos de modernização e de civilização levados a cabo pelas autoridades provinciais, que assim procuravam modificar os hábitos e costumes da população mato-grossense, adequando-os aos padrões culturais e morais europeus.

Outro espaço de visibilidade das mulheres das camadas populares eram as próprias ruas, nas quais atuavam como vendedoras ambulantes. STEINEN, viajante alemão, em expedição para a exploração do rio Xingu, no início da década de 80, atentou para os transeuntes que movimentavam as ruas próximas ao porto de Cuiabá, assim expressando-se sobre tais vendedoras:

*mulheres com vestidos de cores berrantes, oferecendo peixes, frutas ou rapaduras, balas (bombons) grosseiras do tamanho de um tijolo. Uma mocinha vendia cigarros pretos, embrulhados em palha de milho, uma outra oferecia bebidas refrescantes em garrafas de cerveja ou de vinho — todas tinham os braços pendentes, pois a mercadoria, ainda que fosse um limão, era carregada sobre a cabeça.*³¹⁹

No intento de melhor delinear as possibilidades de relações sociais decorrentes das relações de parentesco espiritual, procuramos apreender detalhes das atas dos registros de batismo, por si reveladores de elementos

³¹⁷ _____. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1997. p. 146.

³¹⁸ MATO GROSSO. Vice-presidente da província (1879-1881: Galvão). Fala do vice-presidente da província de Mato Grosso, tenente-coronel José Leite Galvão, na abertura da 2ª Sessão da 23ª Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1881. Cuiabá : Typ. de J. J. R. Calhão, 1881. Microfilme.

³¹⁹ STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu**. São Paulo : Ed. Nacional, 1942. p. 66.

constitutivos do espaço social mais amplo. Item importante, que os párocos valorizavam sobremaneira e tratavam com extrema atenção, dizia respeito ao parentesco espiritual; no caso, os padrinhos das crianças.

O zelo dos párocos pelos *padrinhos* passava pelo cuidado de não deixar em branco aquele campo, identificando-os com o respectivo nome e profissão, e evidenciava preocupação em obedecer ao que dispunham as *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia*, a esse respeito:

Conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos que no bautismo não haja mais que hum só padrinho, huma só madrinha, que se não admittão juntamente dous padrinhos, duas madrinhas, os quaes padrinhos serão nomeados pelo pay, ou mãy, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança; sendo adulto, os que elle escolher. E mandamos aos Parochos não tomem outros padrinhos senão aquelles, que os sobreditos nomearem, escolherem, sendo pessoas já bautizadas, o padrinho não será menor de quatorze annos, a madrinha de doze, salvo de especial licença nossa. E não poderá ser padrinhos o pay ou mãy do bautizado, nem também os infieis, hereges, ou publicos excomungados, os interdictos, os surdos, ou mudos, os que ignorão os princípios de nossa Santa Fé, nem Frade, Freyra, Conego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião aprovada, (excepto o das Ordens Militares) per si, nem por procurador.³²⁰

Por sua vez, o pai ou a mãe, quando nomeavam os padrinhos, pareciam estar cientes, ou acreditavam no *toque da fé* e na responsabilidade dos pais espirituais em relação aos seus filhos quanto à obrigação de lhes ensinar a doutrina cristã e os bons costumes:

Mandamos outro sim, que o padrinho, ou madrinha nomeados toquem a criança, ou a recebam ao tempo, que o Sacerdote a tira da pia baptismal feito já o Bautismo, que o Sacerdote, que bautizar, declare aos ditos padrinhos, como ficão sendo fiadores para com Deos pela perseverança do bautizado na Fé, como por serem seus pays espirituaes, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Cristã, bons costumes. Também lhes declare o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimonio: o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, o bautizado, seu pay, mãy; entre o que bautiza, o

³²⁰ *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). Livro I, Título XVIII, § 64, p. 28-9.

*bautizado, seu pay, mãy; o não contrahem os padrinhos entre si, nem o que bautiza com elles, nem se estende a outra pessoa além das sobreditas.*³²¹

O sacramento do batismo possibilitava a ampliação do círculo de parentesco entre pessoas das mais variadas classes sociais, ao tempo em que reforçava os vínculos entre indivíduos de uma mesma família. Em uma sociedade escravista, como a de Mato Grosso, o parentesco espiritual permitia uma aproximação entre livres e escravos, assim como entre homens de posse e livres pobres.

Os pais procuravam eleger para padrinhos de seus filhos homens cuja profissão era a militar. Tal constatação dizia respeito a 1.623 batizados. A incidência das manifestações de santos representava 863 casos, enquanto que a escolha de padres incidiu em 555 registros. Por último, a preferência por escravos foi anotada em 91 batizados. Tais constatações estão presentes no quadro 32.

QUADRO N° 32
BATIZADOS E COMPADRIO NA PARÓQUIA SENHOR BOM
JESUS DE CUIABÁ: 1853 a 1890

Compadrios	N°s absolutos		Total	%
	1853-1870	1871-1890		
Crianças batizadas	4.274	5.546	9.820	
Com militares	563	1.060	1.623	16,53
Com santos	431	432	863	8,79
Com clérigos	341	214	555	5,65
Com escravos	68	23	91	0,93

FONTE: Livros de registros de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

³²¹ CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro I, Título XVIII, § 65, p. 29.

A relação de compadrio com os militares, de certa maneira, era selada pelas relações de caserna.

*Aos vinte e tres de junho de mil oitocentos e cincoenta e cinco, na Matriz Senhor Bom Jesus de Cuiabá, baptizei e pus os santos óleos a Jorge, com idade de um ano e dois meses, filho do tenente Felipe Nery Monteiro e Dona Maria Alexandrina Nery. Foram seus padrinhos, o Brigadeiro Henrique José Vieira e Dona Jacinta do Espírito Santo Vieira. O Cura José Jacinto da Costa e Silva.*³²²

O aumento considerável de batizados cujos padrinhos eram militares, no período compreendido entre 1871 a 1890, pode estar relacionado à valorização do Exército e à profissionalização dos militares após a Guerra do Paraguai. Parecia vigorar o lema de maior proximidade com a farda, por conta do prestígio social que ela poderia trazer.

Por outro lado, foram poucos os padrinhos escravos no cômputo geral. A incidência em padrinhos e madrinhas com nomes de santos revela uma forte religiosidade popular marcada pelo apego às divindades católicas da região, como Nossa Senhora do Bom Despacho, da Boa Morte, Senhor Bom Jesus de Cuiabá, etc.

Resta saber, em segundo lugar, quais as possibilidades sociais dadas a partir das relações de parentesco espiritual às mães de ilegítimos, bem como identificar a composição social da parceria estabelecida a partir do compadrio. O quadro 33 contém indicativos do universo das relações de parentesco espiritual dos nascituros ilegítimos.

³²² Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 4.

QUADRO Nº 33
 ILEGITIMIDADE E COMPADRIO NA PARÓQUIA SENHOR BOM
 JESUS DE CUIABÁ: 1853-1890

COMPADRIOS	NºS ABSOLUTOS		TOTAL	%
	1853-1870	1871-1890		
Nascimentos ilegítimos	1.969	2.300	4.269	
Com militares	230	296	526	12,3
Com clérigos	244	97	341	8,0
Com casais	265	53	318	7,4
Com Nossa Senhora + homem	149	135	284	6,7
Com escravos	37	18	55	1,3
Proprietários + mães	06	05	11	0,3

FONTE: Livros de registros de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

É muito significativo que em todos os registros de batizados constassem os padrinhos. Percebe-se que os compadrios compreendiam casais, manifestações da Virgem Maria com homens, possivelmente solteiros e proprietários das mães dos ilegítimos, bem como escravos. Tanto o padrinho como a madrinha apareciam invariavelmente acompanhados de seus respectivos parceiros e nunca sozinhos. Às vezes, os párocos eram listados como padrinhos sozinhos, mas foram raros os batismos em que tal situação ocorreu.

Ao tratar dos registros de batismos de ilegítimos livres na paróquia São Cristóvão da cidade do Rio de Janeiro entre 1858 a 1867, KUSNESOF já havia atentado para tais características.³²³ Dentre os padrinhos e madrinhas apresentados como parentes rituais, a autora constatou, ainda, a inclusão dos avós paternos e maternos, numa demonstração do envolvimento familiar nos

³²³ KUSNESOF, Elizabeth Anne. op. cit., p. 164-73.

rituais de batismo das crianças ilegítimas. *Em muitos casos, se o pai estivesse ausente, ao menos um dos avós estaria presente para acompanhar a mãe e a criança.*³²⁴

No caso da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, infelizmente não foi possível obter informações sobre a presença dos avós nas cerimônias de batismo, uma vez que seus nomes não foram apontados nos livros de registro.

Contudo, o espaço de tais relações de compadrio podia abrigar pessoas de prestígio social, como comendadores, doutores, advogados e barões, além dos militares já enfatizados. É o caso, por exemplo, de

*Avelina, filha natural de Antonia Vicencia Dias, nascida aos quatorze de abril de um mil, oitocentos e sessenta e cinco e batizada aos doze de novembro de um mil, oitocentos e sessenta e cinco na Matriz Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que recebeu como padrinhos, o Comendador Henrique José Vieira e Dona Balbina Henriqueta Vieira.*³²⁵

Por sua vez, Ana filha natural de Joanna Ferreira de Moraes, nascida em dezembro de um mil, oitocentos e sessenta e sete, batizada igualmente na Matriz Senhor Bom Jesus de Cuiabá, recebeu como padrinhos, o Major Lauriano Xavier da Silva e Dona Firmina Xavier da Silva.³²⁶

Evidencia-se a existência de relações, se não afetivas, pelo menos de proximidade entre os parentes espirituais e as mães, provavelmente acentuadas após a cerimônia do batismo. É possível supor que essas mulheres, estrategicamente, escolhiam para padrinhos homens com determinado prestígio social, como forma de garantir amparo para si e para seus filhos.

A nomeação dos padrinhos podia presumir, de alguma forma, que mães e crianças fossem amparadas, que filhos de escravas pudessem ganhar a alforria e que filhos naturais pudessem conviver com filhos legítimos, como

³²⁴ Ibid., p. 173.

³²⁵ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 6.

³²⁶ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 7.

usufruto do parentesco espiritual. Com o batismo, gerava-se uma ambiência de sociabilidade entre afilhados, padrinhos e pessoas do mesmo convívio. Como exemplo dessa convivialidade possível, além de Avelina,³²⁷ *Manoel, apadrinhado aos sete dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, pelo Capitão Cesário Corrêa da Costa e Dona Emília Augusta Leverger.*³²⁸ O nascituro era filho natural de Maria Isidora. Ambos poderiam vir a ser beneficiados pelo parentesco espiritual contraído com um militar e com a filha do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger.

As cifras demonstram ainda a intensidade com que os militares estavam presentes na lista dos padrinhos dessas crianças ilegítimas. Verificamos que, dentre os ilegítimos, 12,3% receberam como padrinhos homens cuja profissão principal era a militar. Tal constatação poderia revelar o universo social em que viviam essas mães e os padrinhos de seus filhos: um espaço que, apesar da escravidão, possibilitava o estreitamento de relações entre pessoas dos mais variados segmentos sociais. A cerimônia do batismo pode ser entendida como possibilidade de aproximação entre as pessoas da elite e as pobres livres e escravas. O batismo como que aproximava e estreitava os laços de sociabilidade entre os *homens de bem* e os mais humildes. As mulheres pareciam perceber a importância da cerimônia batismal e por isso mesmo investiam no evento. O cotidiano dessas mulheres implicava a ampliação das redes de solidariedade, nas quais o compadrio se revestia de importância vital, pois comportava relações de parentesco ampliadas. O parentesco espiritual, sobretudo, ancorava uma solidariedade forjada no cotidiano das pessoas, restrita ao privado, mas insinuando-se em espaços sociais mais fluidos.

No universo social das mães dos ilegítimos, os valores morais contrapunham-se aos desafios impostos pelas dificuldades da vida. Na busca da solução de problemas no âmbito do público ou do privado, como o

³²⁷ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 8.

³²⁸ Livro de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nº 4.

recrutamento do filho arrimo de família, ou do companheiro ou marido, ou ainda a gravidez indesejada, tais mulheres emergiam e alçavam o espaço da visibilidade, do público e do observável, fazendo uso dos instrumentos que seu universo lhes permitia. Na solução dos problemas impostos pelas circunstâncias, a luta pela sobrevivência era entendida, por vezes, como defesa da honra:

No dia 24 de janeiro, Anna das Dores, paraguaia, queixou-se a esta Chefatura que Pedro Alexandrino Ribeiro raptara e deflorara sua filha Victoriana de Freitas, menor de 14 annos de idade.

*Antes de instaurar-se o competente processo, fiz ver ao raptor que do mesmo se isemptaria no caso de querer elle reparar o mal causado, desposando a offendida, tendo o refferido raptor declarado que estava prompto a fazer esta reparação pela forma proposta; foi effectuado o casamento pelo Cura da Sé, tendo precedido o mesmo a Portaria competente do Exm^o Bispo Diocesano, a qual foi requisitada por esta Chefatura.*³²⁹

Aos olhos da chefatura de Polícia, a atitude de Ana das Dores era em defesa da honra da filha. O casamento de Vitoriana com seu raptor iria corrigir um erro cometido e a filha poderia reparar a honra perdida. Mais do que sair em defesa da virgindade da filha, Ana das Dores lutava pelo não-desamparo da filha e do futuro neto. Mais do que defender a honra, Ana das Dores defendia a filha contra as agruras financeiras que certamente seriam acentuadas após o nascimento da criança. Ao agir dessa forma, Ana das Dores tentava evitar que sua filha integrasse o grupo das mulheres que davam à luz filhos ilegítimos e do qual a própria *das Dores* parecia ser integrante.

A tendência de declínio de ilegítimos e de mães reincidentes certamente não deve ser explicada exclusivamente por essa atitude de intervenção das mães. Tais interferências poderiam ter reduzido, em muitos casos, o nascimento de crianças naturais mediante a realização do casamento. Entretanto, não é explicação suficiente para modificar uma tendência histórica.

³²⁹ MATO GROSSO. Vice-presidente da província (1879-1881: Galvão). Fala do vice-presidente da província de Mato Grosso, tenente-coronel José Leite Galvão, na abertura da 2ª Sessão da 23ª Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1881. Cuiabá : Typ. de J. J. R. Calhão, 1881. Microfilme.

A apresentação de queixas à chefatura de Polícia da capital, decorrentes de raptos e defloramentos de menores, parecia ser uma prática das mulheres na tentativa de solução de problemas de convívio familiar.³³⁰ As queixas apresentadas pelas mulheres devem ser entendidas como expressão de resistência cotidiana e mesmo de estratégia de sobrevivência no âmbito do privado.³³¹ Eram mulheres que procuravam assegurar o bem-estar de filhas e sobrinhas, amparando-as através da realização do casamento. Nesse aspecto, para os segmentos mais pobres, o matrimônio podia ter mais uma conotação de proteção financeira do que propriamente de valorização do casamento como um sacramento instituído pela Igreja Católica: *O último Sacramento dos sete instituídos por Christo nosso Senhor he o do Matrimonio. E sendo a princípio um contrato cõ vinculo perpetuo, indissoluvél, pelo qual o homem e a mulher se entregão um ao outro, o mesmo Senhor, a sua Igreja, por cuja razão confere graça aos que dignamente o recebem.*³³²

Outra estratégia muito utilizada pelas mulheres pobres era a de requerer a dispensa do serviço militar de seus filhos. Dentre os vários casos, encontramos o de *Maria Josefa da Cruz, pedindo que seja dispensado do serviço do Corpo de Guarda Nacionaes destacado o seo filho José Manoel Ribeiro, allegando servir-lhe este de arrimo.*³³³ Requerer a dispensa era um dos recursos não somente de mulheres livres e pobres, mas também de

³³⁰ Tomamos ainda, como exemplo, a queixa de Domingas Rodrigues Chaves a 1º de setembro de 1881, contra Trajano B. de Camargo, que raptara sua filha, Dulcina, menor de 17 anos, e a deflorara. Também fez igual queixa, a 19 de dezembro, Deolinda Maria do Espírito Santo, contra o cabo do 3º Regimento de Artilharia a Cavalo, Lúcio A. de Sousa, que raptara e deflorara sua sobrinha Felismina M. do Espírito Santo, menor de 14 anos, sob seu poder e guarda. In: MATO GROSSO. Presidente da província (1879-1881: Galvão). Fala do vice-presidente da província de Mato Grosso, tenente-coronel José Leite Galvão, na abertura da 2ª sessão da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1881. Cuiabá: Typ. J. J. R. Calhão. 1881. Microfilme.

³³¹ Seguindo o mesmo caminho, encontramos Mariana Antônia da Silva, no dia 17 de janeiro de 1882, dando queixa do defloramento de sua filha menor de 13 anos de idade, Balbina da Silva, por Apolinário de Tal. Ao reconhecimento das faltas cometidas por parte dos raptos, sucederam-se os casamentos ainda nas mesmas datas das queixas. In: MATO GROSSO. Presidente da província (1881-1882: Alencastro). Relatório com que o coronel Dr. José Maria de Alencastro, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembléia no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: Typ. J. J. R. Calhão. 1882. Microfilme.

³³² CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Livro I, Título LXII, § 259, p. 114.

³³³ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 20 jan. 1876. p. 1.

outros segmentos sociais envolvidos, numa demonstração de que o recrutamento, que implicava o afastamento dos homens de seu convívio familiar, não era acatado passivamente pela população.³³⁴

Algumas obtinham deferimento, como *Rita Venância, pedindo dispensa do Corpo destacado do seo filho de nome Pedro Celestino da Silva. Seja dispensado.*³³⁵ Outras, porém, como Maria Josefa da Cruz, tinham seu requerimento indeferido. Fatores como estado físico, idade e possivelmente algum tipo de inferência relacionado a nomes de família, podiam interferir nas respostas dos requerimentos.

Avaliamos, ainda, como atitude de resistência cotidiana, o interesse que algumas mulheres pareciam ter na socialização e educação de seus filhos, quando procuravam instrumentalizá-los em algum ofício. O requerimento de *Maria Justina Pereira de Souza, pedindo para se admitir na Companhia de aprendizes Artífices do Arsenal de Guerra, seo filho menor de 12 annos, de nome Manoel José Pereira,*³³⁶ aponta indícios da utilização que as mulheres podiam fazer dos espaços públicos em benefício de si e de seus filhos.

Ana de Moura Meireles não hesitou em sair de sua recôndita privacidade para expor em público os problemas que possivelmente enfrentava em relação aos filhos. Afirmava a um dos jornais da cidade de

³³⁴ Achemos oportuno citar alguns dos muitos requerimentos encontrados no jornal A SITUAÇÃO, pois revelam a intensidade com que as demais mulheres, as que levavam sobrenomes de família, também resistiam diante do recrutamento de seus filhos. No expediente do dia 27 de setembro de 1875 da administração do presidente da província, general Hermes Ernesto da Fonseca, chegava o requerimento conjunto de *D. Maria Pires Corrêa, Escolástica Maria Villa-Bôas, Maria Alves Pereira, Constantina Ribeiro Jorge, Leonarda de Lara Ferraz e Feliciano Margarida de Campos, pedindo dispensa do serviço do Corpo destacado a seos filhos Joaquim Pinto de Miranda, José Villa-Bôas e Joaquim Villa-Bôas, João Lopes de Sousa, Adolpho Jorge da Cunha, Manoel Amâncio da Costa e João Maciel de Campos*. E, no expediente de 28 de outubro de 1875, citamos ainda o requerimento de *Antonio Casimiro de Oliveira, pedindo dispensa do serviço do Corpo destacado à seo camarada Manoel Pedro de Almeida*. Outro, o tenente José Maria Botelho pede para '*dispensa do serviço do Corpo destacado a seo capataz Domingos de Oliveira Pinto*'. João Ventura de Andrade talvez tenha conseguido dispensa ao apresentar um requerimento '*pedindo escusa do serviço da companhia da força policial, para o que offereceu à seo substituto o paizano Sebastião Fernandes de Britto, obtendo a seguinte resposta: 'seja o substituto offerecido inspeccionado pela Junta médica militar'*'.

³³⁵ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 28 out. 1875. p. 1.

³³⁶ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 05 jun. 1875. p. 4.

Cuiabá *que não se responsabiliza por negócio algum feito por seus filhos desta data em diante.*³³⁷ É de se supor que Ana de Moura possuía bens, exercendo funções econômicas determinantes na condução e administração dos negócios da família, em decorrência da morte ou da ausência temporária do marido.

Os exemplos citados permitem que percebamos as múltiplas formas de resistência expressas pelas mulheres cuiabanas, livres, pobres, solteiras, casadas ou viúvas, na defesa de seus interesses.

O estudo da reincidência de filhos ilegítimos, a busca de padrões de ilegitimidade associam-se, de maneira imbricada, à apreensão de estratégias de vida das mulheres pobres, livres ou escravas, construídas para dar conta da prole. Nem santas, nem transgressoras, apenas mulheres que, sem deixar de participar dos sutis movimentos da história do cotidiano, agiam e interagiam. No espaço da produção e da sociabilidade, conseguiram criar laços muito fortes de solidariedade e de vizinhança, numa demonstração de que não eram agentes passivos da história.³³⁸ Acompanhadas ou não de *seus* homens, desenvolveram tarefas variadas, produzindo e comercializando gêneros alimentícios, trabalhando em tavernas ou prostituindo-se. Chefiavam famílias e criavam seus filhos, sós ou apoiando-se na rede de solidariedade por elas tecida.

³³⁷ A SITUAÇÃO. Cuiabá, 05 set. 1869. p. 3-4.

³³⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. op. cit., p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O empirismo pode culminar num jarro
Ming, nunca numa taça de plástico.*

A. Rupert Hall

Lugares diferentes, historicidades específicas, podem conduzir a outros signos, outras representações decorrentes da cristalização das manifestações de convivialidade e sociabilidade gestadas no cotidiano dos indivíduos. Assim, a retomada cuidadosa das especificidades históricas da região de Mato Grosso se deu em razão da apreensão das condições viabilizadoras da reprodução da bastardia no contingente mais amplo da população. Somou-se, aqui, a preocupação em avaliar o nível de aceitação dos filhos ilegítimos nas famílias cuiabanas, independentemente da condição social, quer entre a população escrava, quer entre a livre, pobre ou da elite.

O estudo da ilegitimidade constituiu-se em indicador de práticas sociais constitutivas de formas de organização familiar diferenciadas, revelador de uniões consensuais duradouras e esporádicas inseridas no universo normativo da Igreja Católica. O leque de possibilidades de análises tornou-se mais amplo a partir da inserção dos ilegítimos nas formas de organização familiar.

Em uma sociedade de errantes e aventureiros, as uniões consensuais puderam ser apreendidas como manifestações de conjugalidade informal, capazes de externar traços e contornos de constituição familiar e merecedoras de aceitação social. Embora representadas como manifestações de *tratos ilícitos* e em confronto com a moral da Igreja, as uniões consensuais estáveis se revelaram como práticas comuns recorrentes e revestidas de legitimidade social.

Nossas fontes revelaram homens e mulheres envolvidos na labuta do cotidiano, em confronto com as adversidades de uma região marcada pelas especificidades históricas da fronteira oeste. Seres, relacionados afetivamente em resposta à contingência de viver numa região de fronteira e

de itinerância, onde instabilidade, precariedade, provisoriedade e ambigüidade tornaram-se marcas da vida cotidiana. Seres, porém, enlaçados por relações sociais e familiares, cujo alvo da preocupação última acabava sendo a prole, no sentido mais amplo, e a sua legitimação, no sentido mais restrito.

A imersão no espaço dos *tratos ilícitos* conduziu-nos a outros signos, outras representações diversas das concepções acerca da conjugalidade, da estrutura familiar e da ilegitimidade, tomadas quase que consensualmente de forma equivocada.

O desdobramento da análise da ilegitimidade comportou a inserção das mulheres pobres em relações familiares fundadas em uniões consensuais e viabilizadoras da bastardia. Grande parte de nossa atenção voltou-se ao estudo dessas mulheres, mães de ilegítimos, focalizadas a partir da condição social, de práticas e ofícios voltados à sobrevivência, das inúmeras relações constitutivas da sociabilidade.

Nem santas nem transgressoras; apenas mulheres envoltas na tarefa do sustento da prole bastarda, em geral reincidentes na maternidade de ilegítimos. As *mulheres de Jesus* tiveram seus espaços esquadrihados no sentido de apreender práticas e estratégias reveladoras da construção da ambiência familiar e das tênues delimitações da vida privada, tomada enquanto espaço em constituição.

Embora não pudéssemos resgatar a intimidade dessas mulheres, em seus múltiplos aspectos, recuperamos segredos de mulheres da elite, em geral compartilhados com parentes e escravos, selados nos momentos de decisão da exposição dos filhos ilegítimos. Repetindo Michelle Perrot, o dito e o não dito tecem um universo de comunicações internas tanto mais sutil quanto mais contrastantes são os interesses, o amor, o ódio, a vergonha.

A ilegitimidade no interior da moral familiar tornou-se fato recorrente. Entre as contingências de um cotidiano real e as condenações à

bastardia, foi tecido um espaço de trama, resistência e estratégias voltadas a imprimir soluções aos nascimentos de ilegítimos.

Tanto a rede de solidariedade que se insinuava entre as mães, a fim de que a prole ilegítima pudesse ficar sob seus cuidados, quanto a exposição do nascituro na casa de parentes próximos, eram estratégias de resistência às imposições e controle da Igreja. Enquanto o primeiro recurso era uma solução pública e solidária, o segundo vinha selado pela marca do segredo. Fica patente, pois, a rigorosa vigilância da Igreja não apenas sobre os atos, mas, sobretudo, sobre as intenções dos indivíduos.

No âmbito da sociabilidade, nosso alvo foram as relações sociais decorrentes do parentesco espiritual e o objetivo foi vislumbrar as estratégias que se insinuavam em espaços sociais mais fluidos, e restritas à vida privada.

A rede de parentela e vizinhança sustentava práticas e estratégias de mães pobres para socializar os filhos ilegítimos, lastreadas por relações de parentesco espiritual. O recurso aos parentes evidenciava-se como solução comum e frequente no cuidado dos ilegítimos, e a família, de modo geral, constituía-se no espaço ideal para acolhida e abrigo dessas crianças.

As relações de compadrio se convertiam em um dos elementos fundantes da solidariedade forjada no cotidiano dos setores mais pobres da população. Eram seladas pela convivência e segredo e convertidas em relações de parentesco generalizado entre pares de idêntica condição, inclusive entre os setores mais empobrecidos. Deriva daí a inferência da existência de uma forte sociabilidade inscrita no âmbito da vida privada.

A recusa à exposição das crianças ilegítimas na Roda, bem como o recurso ao parentesco espiritual são igualmente elementos reveladores das tensões presentes no espaço da vida privada. O fato de ser muito raro o recurso à Roda dos Expostos pode ser um forte indicativo da atitude de negação da esfera pública no controle da vida privada. É provável residir aí um espaço de tessitura de atitudes de resistência à intermediação da Igreja,

ancoradas em práticas de solidariedade que acabavam por agir como atenuantes de tensões entre as esferas da vida privada e da vida pública.

Nesse sentido, a busca dos sinais de intervenção e de controle, a apreensão de conflitos, tensões e resistências, fundaram-se no pressuposto norteador de que a vida privada é um espaço de especificidades e de diferenças contidas em uma dada realidade histórica. A abordagem de um fenômeno complexo como o da ilegitimidade suscitou interrogações que giram em torno das relações entre o público e o privado, o coletivo e o individual. Embora buscássemos delinear o traço dos círculos idealmente concêntricos entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual, nem sempre conseguimos acentuar as linhas tênues e fugidias demarcadoras da vida privada e da vida pública. Nem sempre as noções se refinam, nem sempre as palavras e as coisas se precisam.

A abordagem da ilegitimidade conduziu-nos a espaços recônditos e aos meandros da construção da vida privada no âmbito da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. A visitação desses espaços, trajetória palpitante, revelou-nos a dinâmica da edificação de divisórias que se insinuam mais em forma de persianas, ora a filtrar, ora a barrar, a luminosidade entre a vida privada e a pública.

ANEXOS

ANEXO 2
BATIZADOS POR ANO 1853-1890
PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ - MT

ANO	QUANTIDADE
1853	89
1854	215
1855	308
1856	232
1857	245
1858	256
1859	241
1860	211
1861	251
1862	257
1863	233
1864	244
1865	321
1866	252
1867	199
1868	188
1869	302
1870	230
1871	248
1872	182
1873	225
1874	256
1875	223
1876	245
1877	274
1878	222
1879	252
1880	376
1881	322
1882	340
1883	360
1884	443
1885	297
1886	331
1887	272
1888	296
1889	180
1890	195
TOTAL	9.820

FONTE: Livros de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

ANEXO 3
PROFISSÃO DOS PADRINHOS
1853 a 1870

Profissão militar	Quantidade
Tenente Coronel	66
Capitão	165
Major	52
Coronel	12
Tenente	140
Alferes	124
Chefe de Esquadra	02
Ajudante de Alferes	01
Coronel Comandante	01
TOTAL	563

FONTE: Livros de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - Mato Grosso.

ANEXO 4
PROFISSÃO

Profissão dos pais - 1853-1870	
Doutor	27
Professor	01
Comendador	01
TOTAL	29

FONTE: Livros de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - Mato Grosso.

ANEXO 5

Profissão dos padrinhos - 1853-1890	
Doutor	108
Comendador	28
Presidente	01
Inspetor	04
Contadoria	01
Vice-Consul	01
Professor	03
Conselheiro	01
Barão	02
TOTAL	149

FONTE: Livros de registro de batizados da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - Mato Grosso.

ANEXO 6
PROFISSÃO DOS PADRINHOS: 1871-1890

Profissão	Quantidade:
Militares -	
Tenente-coronel	20
Capitão	337
Major	90
Coronel	22
Tenente	355
Alferes	227
Cabo	9
Furriel	0
Doutor	208
Commendador	31
Barão	24
Conde	1
Pharmaceutico	1
TOTAL	519

FONTE: Livros de registro de batismos da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - Mato Grosso

ANEXO 7
PROFISSÃO DOS PAIS: 1871-1890

Profissão:	Quantidade:
Militares -		
Tenente-coronel		18
Capitão		108
Major		12
Coronel		5
Tenente		123
Alferes		136
Cabo		4
Furriel		2
Doutor		60
Pharmaceutico		3
TOTAL		519

FONTE: Livros de registro de batismos da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - Mato Grosso

ANEXO 8

CLÉRIGOS PADRINHOS DE CRIANÇAS NATURAIS (ILEGÍTIMAS).

PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ - 1853-1870

Nome do Pároco	Nome da Mãe	Data/Batismo	Nº de vezes em que foi padrinho dos filhos de uma mesma mulher
Joaquim José Ferreira da Cunha	Leopoldina Maria de Jesus	29/06/56	02
	Leopoldina Maria de Jesus	12/09/58	
José Joaquim Graciano Pina.	Maria Miquilina Vaz Guimarães	25/12/61	02
	Maria Miquilina Vaz Guimarães	25/12/68	
José Jacintho da Costa e Silva	Victoriana Crescencia de Salles	12/06/60	02
	Victoriana Crescencia de Salles	29/08/61	
	Maria Benedicta	06/06/63	02
	Maria Benedicta	31/07/56	03
	Innocencia Delfina de Arruda	03/05/65	
	Innocencia Delfina de Arruda	01/11/65	
	Innocencia Delfina de Arruda	07/07/61	01
	Rosaura Correa Rosaura Correa	02/02/56 02/02/56	
Luis Ignacio Coelho	Isabel	21/04/66	02
	Isabel	30/07/65	

FONTE: Livros de registro de batizado. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

ANEXO 9
CLÉRIGOS PADRINHOS DE CRIANÇAS NATURAIS
1871-1890

Nome do Pároco	Nome da Mãe	Data/Batismo	Nº de vezes em que foi padrinho dos filhos de uma mesma mulher
Antonio Benedicto D'Araujo Filgueira	Antonia (Escrava de propr. de D. Anna Antonia)	22/09/81	02
	Antonia (Escrava de propr. de D. Anna Antonia)	11/08/79	
	Maria Bernarda Ferreira	13/06/84	01
	Maria Bernarda Ferreira	13/06/84	
Aureliano Pinto Botelho	Thereza Maria de Jesus	05/06/84	01
	Thereza Maria de Jesus	05/06/84	
	Emilia Martha de Castro	19/01/89	01
	Emilia Martha de Castro	18/01/89	
	Leopoldina Romana da Silva	27/11/83	01
	Leopoldina Romana da Silva	27/11/83	
Bento Severiano da Luz	Rita (Escrava do finado João Cerqueira Caldas)	07/10/83	01
	Rita (Escrava do finado João Cerqueira Caldas)	07/10/83	
Joaquim de Souza Caldas	Clara Maria da Silva	16/06/84	01
	Clara Maria da Silva	16/06/84	

FONTE: Livros de registro de batizado. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

ANEXO 10

LOCALIDADES DAS ORIGENS E RESIDÊNCIAS DOS CÔNJUGES DA
PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ, MATO GROSSO, NO
PERÍODO DE 1871 - 1890. POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA

CATEGORIAS	Masculino	Feminino	Total
A- Bispado de Cuiabá e Paróquia Senhor Bom Jesus	345	480	825
B- Outros Municípios e Paróquias			
N. S. Sant'Anna Chapada	06	14	20
N. S. da Guia	16	13	29
São Gonçalo de Pedro II	08	04	12
N. S. das Brotas	11	12	23
Santo Antônio do Rio Abaixo	03	01	04
N. S. da Santíssima Trindade	--	01	01
Santa Cruz de Corumbá	01	--	01
Poconé	01	--	01
N. S. do Rosário	01	01	02
São Luiz de Cáceres	01	01	02
SUBTOTAL	48	47	95
C- Outras Províncias			
Alagoas	01	--	01
Bahia	30	02	32
Ceará	10	--	10
Goiás	20	--	20
Maranhão	08	--	08
Minas Gerais	22	04	26
Pernambuco	09	--	09
Piauí	01	--	01
Paraná	02	02	04
Rio de Janeiro	21	03	24
Santa Catarina	02	--	02
São Paulo	15	02	17
Rio Grande do Norte	02	--	02
Sergipe	01	--	01
Rio Grande do Sul	07	02	09
SUBTOTAL	151	15	166
D- Exterior			
África	04	03	07
Argentina	01	01	02
Bolívia	03	--	03
França	03	--	03
Itália	02	01	03
Portugal	10	--	10
Paraguai	03	25	28
Prússia	03	--	03
Espanha	01	--	01
Suiça	01	--	01
SUBTOTAL	31	30	61
E- Indeterminado*			
SUBTOTAL	75	78	153
TOTAL	650	650	1.300

FONTE: Livros de registro de casamentos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. 1871-1890.

ANEXO 11

ORIGEM DOS CÔNJUGES - POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA:
PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ - 1871-1890

CATEGORIAS	1871 - 1880		1881 - 1890	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
A- Naturais do Bispado de Cuiabá e moradores na Paróquia da Sé	190	289	155	191
B- Naturais do Bispado de Cuiabá e moradores em outras Paróquias ou localidades:				
Sant'Ana da Chapada	02	02	04	12
Nossa senhora da Guia	02	--	14	13
São Gonçalo de Pedro II	07	03	01	01
N. Senhora das Brotas	01	01	10	11
Santo Antonio do Rio Abaixo	--	01	03	--
São Luiz de Cáceres	--	--	01	01
N. S. Santíssima Trindade	--	01	--	--
N. Senhora do Rosário	--	--	01	01
Santa Cruz de Corumbá	--	--	01	--
Poconé	--	--	01	--
SUBTOTAL	12	08	36	39
C- De outras Províncias				
Minas Gerais	08	--	14	04
Pernambuco	07	--	02	--
Goiás	14	--	06	--
São Paulo	12	02	03	--
Rio Grande do Sul	07	02	--	--
Ceará	07	--	03	--
Rio de Janeiro	19	02	02	01
Maranhão	05	--	03	--
Bahia	25	02	05	--
Piauí	01	--	--	--
Santa Catarina	01	--	01	--
Paraná	02	02	--	--
Alagoas	01	--	--	--
Rio Grande do Norte	--	--	02	--
Sergipe	--	--	01	--
SUBTOTAL	109	10	42	05
D- Do exterior				
África	03	02	02	01
Portugal	04	--	06	--
Itália	02	01	--	--
Prússia	03	--	--	--
Bolívia	02	--	01	--
Paraguai	01	17	02	08
França	--	--	03	--
Espanha	--	--	01	--
Argentina	--	--	01	01
SUBTOTAL	15	20	16	10
E- Origem indeterminada	52	51	23	27
TOTAL GERAL	378	378	272	272

FONTE: Livros de registros de casamentos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. 1871-1890.

ANEXO 12

FREQUÊNCIA DE CASAMENTO POR IDADE

NOIVOS:		NOIVAS:	
Idade:	Quantidade:	Idade:	Quantidade:
17 anos	2	12 anos	1
18 "	3	13 "	7
19 "	3	14 "	19
20 "	9	15 "	26
21 "	10	16 "	26
22 "	20	17 "	28
23 "	19	18 "	34
24 "	21	19 "	23
25 "	17	20 "	26
26 "	18	21 "	10
27 "	15	22 "	17
28 "	16	23 "	10
29 "	20	24 "	18
30 "	24	25 "	8
31 "	11	26 "	7
32 "	7	27 "	5
33 "	4	28 "	2
34 "	9	29 "	6
35 "	7	30 "	5
36 "	8	31 "	3
37 "	5	32 "	7
38 "	5	33 "	1
39 "	3	35 "	1
40 "	7	36 "	1
41 "	4	38 "	3
42 "	5	40 "	2
43 "	3	41 "	1
44 "	1	42 "	1
45 "	5	45 "	1
46 "	2	50 "	1
47 "	2	55 "	1
49 "	1	NC "	348
50 "	3	TOTAL =	650
51 "	1		
52 "	2		
53 "	1		
54 "	1		
60 "	1		
NC "	355		
TOTAL =	650		
* Maior frequência de idade dos noivos na época do casamento:			
Idade:		Quantidade:	
- Noivos = 30 anos		24	
- Noivas = 18 anos		34	

FONTE: Livros de registro de casamentos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - Mato Grosso.

ANEXO 13

Origem dos Justificantes Solteiros - População masculina

Local/Nascimento	1850	1860	1870	1880	Total
Províncias					
Mato Grosso	02	01	—	04	07
Rio de Janeiro	—	01	—	—	01
São Paulo	02	01	01	—	04
Bahia	—	01	—	—	01
Rio Grande do Sul	01	01	—	—	02
Minas Gerais	01	01	02	03	07
Goiás	01	—	01	01	03
Ceará	—	—	01	01	02
Alagoas	—	01	—	—	01
Piauí	—	—	01	—	01
Maranhão	—	—	01	—	01
Sergipe	—	—	—	01	01
Rio Grande do Norte	—	—	—	01	01
Pernambuco	—	02	—	—	02
Países					
Portugal	01	02	02	01	06
Itália	—	01	—	—	01
Espanha	—	01	—	—	01
Bolívia	01	—	—	—	01
Paraguai	—	—	—	01	01
Total	09	13	09	13	44

FONTE: Processos de Justificação do estado de solteiro. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

ANEXO 14
Origem dos Justificantes - Viúvos

Local/Nascimento	1850	1860	1870	1880	Total
Províncias					
Mato Grosso	—	01	01	06	08
Minas Gerais	02	—	—	—	02
Rio de Janeiro	—	01	—	—	01
Rio Grande do Sul	—	—	01	—	01
Bahia	—	—	01	04	05
Goiás	—	—	—	01	01
Países					
Itália	—	—	01	—	01
Bolívia	—	—	—	01	01
Paraguai	—	—	—	01	01
Total	02	02	04	13	21

FONTE: Processos de Justificação do estado de viuvez. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

Observações:

- (1) Em 04 processos não constou a naturalidade dos noivos.
- (2) Nesta tabela foi considerado tanto o lugar de origem dos viúvos como das viúvas.

ANEXO 15 - Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1850

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
Victor Carlos Leite	Província Mato Grosso (Jaurú)	_____	Ele: filho natural "pais incógnitos", 19 anos.	Ele: Maria Leite do Nascimento	Mariana Bartha de Toledo	Militar do Corpo Fixo de Cavalaria Ligeira	_____	Sapateiro militar e	28/08/1853	São Luiz de Villa Maria	_____
2) João Baptista d'Oliveira e Silva	Ele: Prov. São Paulo - Villa de Itapetininga. Ela: Província Mato Grosso	Freguezia de Itapetininga - SP	Ele: Legítimo, 23 anos	Capitão Valeriano d'Oliveira e D. Therese Isfrazina da Silva.	Anna Francisca dos Santos.	_____	Militar	_____	10/05/1850	Freguezia de Itapetininga -SP.	_____
3) Manoel Correa da Silva	Província RS (Porto Alegre)	Capella de Viarmão	Ele: legítimo, 28 anos	Ele: Victorino Correa da Silva e D. Clotilde Joaquina da Silva.	D. Rosalina dos Praseres Gaudir Nunes.	Alferes do Esquadrão de Cavalaria.	_____	Militar	08/05/1858	Freguezia de São Luiz de Villa Maria.	Do R.S foi para Prov. de MT no ano de 1856.
4) João Thomás de Aquino.	Ela: Província Mato Grosso. Ela: Província São Paulo	_____	Ela: legítima.	Ela: Maria Luíza e Ignacio José Ferro.	Anna Luisa Ferro.	_____	_____	"vive de scos pequenos trabalhos". Camarada de tropa.	14/01/1858	Paróquia de São Gonçalo de Pedro II.	De São Paulo para Província do Mato Grosso.
5) Joaquim Januário de Carneiro.	Ele: Província Minas Gerais (Mariana). Ela: Província Mato Grosso.	Ele: Cidade de Serra do Frio.	Ele: filho legítimo. Ela: filha legítima.	Ele: Celestino Ferreira Carneiro e Januária Cândida da Conceição. Ela: Fernando Percira da Costa e Maria Policena.	Cecilia de Paula ou Cecilia Fernandes.	Cabo d' Esquadra do Batalhão de Caçadores.	_____	arrieiro militar. e	11/10/1857	Ele: Bispado de Mariana. Ela: Paróquia S. B. J. Cuiabá.	De M. G. seguiu p/ Goiás de onde conduziu tropas para Côte do R. J. por 7anos, seguindo depois para MT.
6) Estevão Martins Coelho.	Ele: Província de Goiás. Ela: Província Mato Grosso.	Ele: Villa Formosa dos Couros. Ela: Igreja Paróquia da Santíssima Trindade.	Ele: legítimo Ela: natural.	Ele: Lino Martins Coelho e Joaquina Alves de Moura. Ela: Escolástica de Camargo.	Gertrudes Cardosa de Camargo.	_____	_____	Condutor de mercadorias da Província Mato Grosso para o Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro para o Mato Grosso.	10/08/1855	Ela: Paróquia da Santíssima Trindade.	Ele: Goiás para MT, Cuiabá em 1839. Ela, chegou em Cuiabá em 1852.

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1850.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguesia	Itinerário
7) Melchior Borba.	República Bolívia (Santa Cruz).	_____	filho legítimo, 27 anos.	Pedro Borbo e Maria Joana Negrete.	_____	_____	_____	"vive de sua taberna".	.1857	_____	Da Bolívia para o Destacamento de Corixá em 1846 + ou -
8) Domingos dos Santos.	Portugal. Bispado do Porto.	Ele: Freguesia de Santo André.	Ele: 19 anos filho legítimo. Ela: filha legítima.	Ele: Antonio dos Santos e D. Maria da Silva. Ela: Manoel Antonio e Joaquina do Sacramento.	Zelidonia Rita de Moraes.	_____	_____	Operário de carpintaria do Arsenal da Marinha de Cuiabá.	.1859	Ele: Paróquia de São Gonçalo.	De Portugal para o Brasil, Rio de Janeiro em 1856. Em 1858 seguiu para Mato Grosso a bordo do vapor Amambay
9) Luiz Benedicto Pereira Leite.	Provincia Mato Grosso.	_____	Ele: filho legítimo.	João Pereira Leite e D. Maria Josefa de Jesus Leite.	D. Anna Jacinta de Sampaio.	Capitão de Artilharia.	Militar (Coronel)	Militar	.1859	_____	De cuiabá para a Côrte e da Côrte do Rio de Janeiro para Cuiabá.

FONTE: Processos de justificação de estado de solteiro. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

ANEXO 16 - Processos de Justificação de Estado de Solteiro. Década de 1860

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação	Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguesia	Itinerário
1) Manoel João da Silva	Província de Campinas - São Paulo.	Idem à Campinas - São Paulo.	Filho legítimo.	26 anos	Antonio José e Gertundes Maria.	_____	_____	_____	Camarada de Tropa e depois Carpinteiro	21/11/1860	Paróquia da Chapada.	De São Paulo, seguiu para MT.
2) João Augusto de Francici.	Côrte do Rio de Janeiro.	_____	Legítimo	48 anos	Joaquim José de Francici e D. Joaquina Roza do Rozário.	_____	Alferes reformado do Corpo de Cavalaria da Província Mato Grosso	Brigadeiro	Militar	23/07/1861	_____	Do RJ, seguiu em 1836 para o RS a serviço. Voltou à Côrte em 1838; em 1840 seguiu para MT.
3) Luiz Felipe Fernandes Cuiabano.	Província Mato Grosso, Cuiabá.	_____	Legítimo	22 anos	Manoel Felipe Fernandes Cuiabano e D. Luíza Galvão Cuiabano.	D. Umbelina Maria Pinto de Jesus filha legitimada do Alferes Luiz Ernesto Pinto.	2º Tenente.	_____	Militar	02/01/1861	_____	Retirou-se em 1857 para a Côrte, c/ regresso em 1864 para MT.
4) Dr. Augusto Novis (médico)	Província da Bahia	Freguesia da Sé.	_____	24 anos	José Francisco Novis e D. Maria Luiza Novis.	_____	_____	_____	Doutor em Medicina	27/02/1862	_____	Da Bahia seguiu para RJ e depois para MT em 1861.
5) Francisco Dansa.	Reino de Nápoles - Itália	_____	Legítimo.	_____	Raphael Dança e D. Catharina Melção	D. Josepha de Arruda Leite, filha natural. - Villa Maria-	_____	_____	_____	04/05/1863	Paróquia de São Luiz de Villa Maria.	Itália, França, Espanha Mont. e Bolívia. Chegou em MT em 1860

(Continuação...

Processos de Justificação de Estado de Solteiro. Década de 1860

6) José Sabino Maciel Monteiro.	Província de Pe.	Freguezia de São Pedro.	Legítimo	24 anos	Capitão 2ª Linha José Eustôquio Maciel Monteiro.	D. Antonia Maria Vianna.	2º Tenente do Batalhão de Artilharia a pé, e em 1866, Alferes do Batalhão e Infantaria nº 18.	Capitão de Milicias da 2ª Linha.	Militar	21/04/1863	_____	De Pernambuco, foi para o RJ e depois para MT.
7) Antonio da Costa Figueira	Lisboa Portugal		Legítimo.	20 anos	Manoel Antonio de Carvalho e Josefa M. da Conceição.	Leopoldina Nunes	_____	_____	“Camarada para tirar boiada”.	24/09/1860	_____	Passou por PE, Maceió, RJ, MG, e Montevideu e depois MT.

(Continuação ...)

Processos de Justificação de Estado de Solteiro. Década de 1860.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguesia	Itinerário
8) Liberato Lins Cavalcante d' Oliveira.	Pernambuco	Freguesia de Santo Antonio do Porfírio.	Legítimo, 26 anos.	José Jorge Rodrigues d' Oliveira. D. Emilia Cardim Cavalcante d'Oliveira	Mariana Margarida de Jesus e Silva.	2º Tenente da Armada Nacional e Imperial.	_____	Militar. Escrivão da Armada	06/12/1860	_____	Fins de 1853 para 1854 chegou em Mato Grosso percorrendo por quase todas as províncias litorâneas do Brasil.
9) João Antonio Luis Galvão.	Alagoas.	Villa de Nova Assembléia (Mata Grande).	Legítimo, 31 anos.	José Luis de Mendonça e Anna Clemencia de Jesus.	Mariana Gonçalves (Mato Grosso)	_____	_____	Camarada de Tropa.	04/04/1861	_____	Chegou em MT em 1857, passando por Goiás, RJ, Goiás e MT.
10) Antonio Cai Elipse.	Valença (Espanha).	Valença (Espanha).	Legítimo, 27 anos	Domingos Cai Elipse e Theresa Brum Miguel.	D. Rita Ferreira de Souza (Província de Mato Grosso).	_____	_____	Agencias	12/01/1863	Santo Antonio do Rio Abaixo (Noiva).	Chegou em MT em 1860. Antes percorreu Inglaterra, Montevideu e Buenos Aires.
11) Severino de Oliveira Braga.	Minas Gerais	Igreja de Santo Amaro Arraial da Província de Minas Gerais.	Natural, 53 anos.	Sypriana Pereira	Francelina de Arruda Leite (Província de Mato Grosso)	_____	_____	Ferrador	28/04/1868	_____	De Minas Gerais seguiu diretamente para Província MT onde chegou em 1863.
12) Francisco Carlos Pereira Caldas.	Rio Grande do Sul.	_____	Legítimo, 21 anos.	José Maria Pereira Caldas e D. Francisca Pinto Bandeira Caldas	_____	2º Tenente do 2º Batalhão da Artilharia a pé.	Major	Militar	01/08/1861	_____	Do Rio Grande do Sul foi para o Rio de Janeiro e deste para Mato Grosso onde chegou em 1860.
13) Luiz Monteiro d' Aguiar	Porto (Portugal)	Portugal	Legítimo, 40 anos.	Antonio Monteiro d' Aguiar e Maria Joaquina da Silva	D. Maria Antonia da Silva.	_____	_____	_____	24/01/1868	Paróquia de Gonçalo Pedro 2º.	De Portugal seguiu para o Rio de Janeiro. Chegou em Mato Grosso em 1859.

ANEXO 17 - Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1870.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguesia	Itinerário
1) Sebastião Amancio Rodrigues.	Pyauí	_____	Legítimo.	Antonio Amancio Rodrigues e Fortunata Maria do Espírito Santo.	Margarida Castana da Silva (Miranda - Mato Grosso). Filha natural, batizada na Colônia de Nioac. Mãe Anna Gertrudes da Silva.	Soldado do Batalhão de Infantaria nº 21.	_____	Militar	1874	Sé (Noivo e Noiva).	Saiu do lugar de nascimento para viver na Província de Mato Grosso.
2) Mathias José de Souza Ribeiro.	Maranhão	Igreja Matriz de São Luiz.	Legítimo, + ou - 30 anos.	José Manoel da Silva Ribeiro e D. Custódia Francisca de Souza Ribeiro.	D. Salomé de Cerqueira Ramos (Mato Grosso). Filha de militar Capitão Tenente Antonio Joaquim Ferreira Ramos e D. Antonia de Cerqueira Caldas Ramos.	Alferes do 8º Batalhão de Infantaria	Capitão	Militar	21/12/1877	Sé (noivo e noiva).	Do Maranhão foi para o Paraguai (Guerra), Maranhão, para o Paraguai (Guerra) e depois para o Mato Grosso em 1876.
3) Benedicto Antonio dos Santos.	São Paulo	Taubaté (Província de São Paulo)	Natural, 28 anos.	Maria Rita	Durçulina Alves dos Santos (Mato Grosso).	Músico do 8º Batalhão de Infantaria	_____	Militar	1879	_____	De São Paulo, seguiu para o R. J., Paraguai (Guerra) e finalmente MT em 1876.

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1870.

4) João Victorino Martins	Paracatú (Minas Gerais)	Paracatú (Minas Gerais).	Legítimo, 28 anos	Victorino Martins dos Santos e Benedicta Roza Gonçalves.		Praça do Batalhão de Voluntários da Pátria nº 20		Camarada e lavoura.	14/02/1879		De Minas Gerais, foi para o Paraguai por conta da Guerra e depois para MT em 1868.
5) Luiz Fontenelle	Ceará		Natural	Angelina Maria do Espírito Santo.	Rita Amália (Minas Gerais) filha natural de Maria Rita	Soldado do 1º Corpo de Cavalaria		Militar	08/06/1875	Sé (noivo e noiva)	Cuiabá e depois para o Sul de MT devido a Guerra, retornando à Cuiabá, em 1867.
6) Antonio Xavier Martins.	Freguezia de Pilar (Goyás)	Freguezia de Nossa Senhora do Pilar.	Natural, 35 anos.	Maria Barbara Ferreira d' Azevedo	D. Amancia Baptista de Carvalho	Praça do Esquadrão de Cavalaria da Província Goyás		Militar, vive do trabalho de seu braço.	29/05/1877	Nossa Senhora da Guia (Noivo)	De Goiás, p/ sul de MT (Coxim) em razão da Guerra e passou a viver em Cuiabá em 1867.

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1870.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
7) Virgílio José d' Araujo	Portugal	Ilha de Cerro - Arquipélago dos Açores (Portugal)	Legítimo, 18 anos	Baldoíno José de Araujo e Salviana Maria de Jesus.	D. Maria Virginia Risalva (Mato Grosso).	_____	_____	Oficial de Pintor.	16/01/1879	Sé (Noiva).	De Portugal p/ o Chile, Província M.G., S.P., Goiás (Meia Ponte) e MT em 1874.
8) Joaquim Antonio de Bonfim	Minas Gerais	Igreja Matriz de Paracatu (Minas Gerais).	Natural, 36 anos.	Constança Nunes de Moraes.	_____	_____	_____	Oficial de tropeiro, e vivia da lavoura.	27/06/1878	_____	De M. G. para S.P., Goiás, Paraguai. Em MT (Coxim), em 1866.
9) Antonio Ribeiro Bastos.	Barroendo, Freguezia de Santo André d' Tulões Conselho de Amarante, Arcebispado de Braga de Bispado do Porto (Portugal).	Freguezia de Santo André de Tulões.	Legítimo, 35 anos.	Manoel Ribeiro da Silva Bastos e D. Maria Teixeira Ribeiro Bastos.	D. Maria Augustinha d'Arruda (Mato Grosso) filha de militar. Capitão Bartholino d' Arruda Martins e D. Candida Ferreira d' Arruda.	_____	_____	Negócios	04/01/1879	_____	De Portugal para R.J., Países do Prata (Paraguai, Assunção) e MT (Corumbá).

FONTE: Processos de justificação de estado de solteiro. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá -MT.

ANEXO 18 - Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1880.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação	Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
1) Marianna Benedicta da Silva - em nome da filha Christina Maria Thereza de Jesus. O sobrinho - José Fernandes da Silva Bispo.	Província Mato Grosso (Corumbá)	_____	_____	noiva, 15 anos	Ele: Escolástica da Silva	Christina Maria Thereza de Jesus.	_____	_____	_____	06/11/1885	Corumbá	_____
2) Norberto José de Souza	Província de Sergipe	Em Sergipe	Legítimo	37 anos	Lourenço Rodrigues de Souza e Anna Maria de Souza	Maria Joaquina Costa e Faria (Filha de Capitão)	Capitão da 21º Batalhão de Infantaria.	_____	Militar	04/04/1881	_____	De Sergipe para Bahia, de Pernambuco para Paraguay, da Corte para Mato Grosso.
3) Francisco de Pina e Vasconcelos	Província de Minas Gerais (Poracatú).	_____	Legítimo	36 anos	Francisco Luiz Lopez e Maria de Pina e Vasconcelos.	_____	Voluntário da Pátria.	_____	Militar	14/07/1880	Freguezia de São Gonçalo	Saiu em 1865 de MG. (20 anos) para Paraguay, depois para o Sul do Mato Grosso, e finalmente Cuiabá.

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1880.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguesia	Itinerário
4) José Pires Dantas.	Portugal	Freguesia de Darque, Districto de Vianna do Castelo - Portugal.	Legítimo, 30 anos + ou -.	Mathias Pires Dantas e Rosa Maria Dantas.	Philomena d' Arruda (Mato Grosso)	_____	_____	Negócios	17/02/1882	_____	De Portugal para Paraguai (Guerra) Assunção, Corumbá e Cáceres.
5) Manoel Juvenilo Barboza	Mato Grosso	Cuiabá	Legítimo, 33 anos.	Joaquim José Moreira e D. Benedicta de Campos Maciel.	D. Eliza Carolina e Mamoré. (Mato Grosso).	Capitão do 2º Batalhão d' Artilharia a pé.	_____	Militar	23/01/1882	_____	Foi estudar na Escola Militar do Rio de Janeiro.
6) Viriato de Cerqueira Caldas.	Mato Grosso.	_____	Legítimo, 29 anos.	Barão de Diamantino e D. Maria Antonia de Cerqueira Caldas.	D. Anna de Cerqueira Ramos (Mato Grosso) filha de Militar; Capitão Antonio Joaquim Ferreira Ramos e de D. Antonia de Cerqueira Caldas.	_____	_____	Médico	1882	_____	Foi estudar medicina na Côte do Rio de Janeiro.

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1880.

7) Manoel Joaquim Cabral	Ceará	_____	Ele: legítimo, 23 anos. Ela: 16 anos.	Mariano Joaquim Cabral e Delfina Maria Aprigio.	Caetana Pinto de Jesus (Uberaba, Minas Gerais) - 16 anos.	Músico do 8º Batalhão de Infantaria.	_____	Militar	1882	_____	Do Ceará passou por Rio de Janeiro, Assunção e Mato Grosso.
8) João Feliciano Pinto	Sabará (Minas Gerais)	_____	Legítimo, 33 anos.	José Pinto Ribeiro e Pulsina Maria de Jesus	D. Bernardina de Sousa Canavarros (Mato Grosso). Filha natural de Paschoala Maria do Espírito Santo.	_____	_____	Agencias	1885	São Gonçalo de Pedro 2º (Noivo e Noiva)	De Minas Gerais seguiu para Goiás e depois para Mato Grosso.
9) João Theotonio Rodrigues (Roiz).	Mato Grosso	_____	Ele: legítimo. Ela: 15 anos.	Antonio Albino Rodrigues e Maria Felícia da Conceição.	Maria Angélica da Conceição (Paraguay) 15 anos.	Cabo de Esquadra do 21º Batalhão de Infantaria de Linha	_____	Militar	1885	_____	_____

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de solteiro. Década de 1880.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Noiva (Nome e Procedência)	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
10) Modesto Ferreira da Costa.	Formiga (Minas Gerais)	_____	Legítimo, 31 anos.	Modesto Ferreira e Maria Jeronima de Jesus.	Anna (Mato Grosso). Filha natural da escrava Vicencia.	_____	_____	Lavoura	06/02/1884	Nossa Senhora Santa Anna da Chapada.	Saiu do lugar de nascimento para viver em MT onde aportou em 1857.
11) Deográtios Lescano	Vila de Pyrajú (Paraguay)	_____	Legítimo, 23 anos.	Izidro Vargas e Gabriela Lescano.	Mariana Rosa de Souza (Mato Grosso).	Praça da Companhia de Polícia, graduado cabo de Esquadra da Companhia do Commando.	_____	Militar	10/01/1884	Santo Antonio do rio abaixo (Noiva). (Noivo) Paróquia da Sé.	Do Paraguai para Provincia de Mato Grosso onde chegou em 1870
12) João Rosa Soares.	Goyás	Paróquia de Curralinho	Legítimo, 30 anos.	Ignácio d' Oliveira e Rosa d' Oliveira.	Maria Domingas de Jesus (Mato Grosso) filha natural de Maria Thomázia de Souza.	_____	_____	Ajustes, como camarada.	03/02/1884	Rosário do rio acima	De Goiás, seguiu para o Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso (Coxim) em 1872.
13) Joaquim Gomes da Silva	Goianinha (Rio Grande do Norte)	_____	Legítimo	Antonio Gomes de Mendonça e Maria Martinha da Conceição.	Anna Francisca da Cruz.	Recruta e depois praça do Exército.	_____	Ex-militar	08/02/1884	_____	Do RN seguiu para o RJ, RS, Paraguai e Mato Grosso.

FONTE: Processos de justificação de solteiro. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá -MT.

ANEXO 19 - Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1850.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	esposo/esposa	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguesia	Itinerário
1) Josefa Pereira e Antonio Paula de Souza.	Diamantino, MG.	_____	_____	Ela: enteada de José Coelho Liserva.	Gabriel José Borges, falecido no Pará.	_____	_____	_____	1850	_____	_____
2) Capitão Joaquim da Silva Pereira Guincó e Carolina Antonia Duarte	Ela: Minas Gerais.	Ela: Bispado de Mariana (M.G).	_____	Ela: José Duarte Leite e Senhorinha Vianna Martins.	Cândida Florentina de Lúcio, falecida, na cidade de Mato Grosso.	Capitão	_____	Militar	05/08/1854	Sé	De Minas Gerais, Bispado de Mariana; para Goiás, e Mato Grosso.

FONTE: Processos de justificação de estado de viuvez. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

ANEXO 20 - Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1860.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação/Idade	Pais (Nomes)	Esposo/Esposa	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
1) Francisco Gonçalves de Queirós e Anna Francisca da Glória.	MT, Poconé		Ele: Legítimo 33 anos.		Gertrudes Petronilha da Rocha	Sargento do Batalhão de Caçadores.		Militar	1861		Poconé, Vila Bela e Corumbá.
2)Simplicio José d' Abreu.	Rio de Janeiro				Albertina Maria da Conceição			Operário do Arsenal de Guerra.	17/09/1861		
03) D. Guilhermina Maria Brandão.					Silvério Luiz Brandão.				07/07/1868		

FONTE: Processos de justificação de estado de viuvez. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

ANEXO 21 - Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1870.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação	Idade	Pais (Nomes)	esposo e esposa	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
1) Joaquim Antonio Correa de Faria e Anna de Campos Botelho.	Ele: Província Rio Grande do Sul, cidade de Rio Pardo. Ela:	Ela, na Freguezia de Albuquerque MT.	Ele: Legítimo. Ela: Legítima.	32 anos.	Ele: Joaquim Antonio Corrêa e D. Maria Emilia de Faria Corrêa. Ela: Anna de Campos Maciel e Luiz José Botelho.	D. Joanna Augusta Corrêa de Faria.	Alferes de Comissão de Batalhão de Infantaria, nº 19.			16/08/1871	Sé	Do Rio Grande do Sul para Minas Gerais, depois para Mato Grosso e para Villa Maria a partir de 1865.
2)Manoel Francisco d' Oliveira, viúvo.	Província da Bahia			35 anos.		D. Carolina de Oliveira.			Farmacêutico	27/01/1875		
3) Manoel Francisco de Oliveira e Eugênia de Cerqueira Ramos.			Ela: Legítima		Ela: Tentente Antonio Joaquim Ferreira Ramos e D. Antonia de Cerqueira Caldas.					28/01/1875		
4) Anna Margarida d' Almeida e João da Cruz Ribeiro.	Província Mato Grosso				José Alexandrino d'Almeida					15/01/1878		

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1870.

5) Pascoal Ordoño, Apolônia Pinto de Azevedo.	Reino da Itália (Gênova)			Ele: 74 anos	Ele: Evelina Espiaggi. Ela: Antonio Peixoto de Azevedo.					18/11/1879		Chegou em Cuiabá, MT em 1857, há 22 anos, mais ou menos, após percorrer diversos pontos da América.
6) Maria Antonia Lopes.	Paraguai					Membro da Guarda Nacional.				14/11/1879	Sé	

FONTE: Processos de justificação de estado de viuvez. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

ANEXO 22 - Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1880.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação	Idade	Pais (Nomes)	esposo/esposa	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
1) Pedro José Gonçalves.	Província de Mato Grosso.	_____	_____	49 anos.	_____	Maria Bibiana de Jesus falecida por varíola ou pela epidemia da bexiga.	_____	_____	Vive da lavoura.	03/02/1881	Paróquia da Sé ("Aricá")	_____
2) Maria Ignes Paes da Costa	Província de Mato Grosso, Vila de Diamantino.	_____	_____	_____	_____	Francisco Alves da Ressurreição (Sitiente Diamantino)	_____	_____	_____	03/10/1882	_____	_____
3) João Baptista da Silva e Maria de Jesus Flôres	Ele: Província da Bahia Ela: natural da República Paraguaia Assunção Paraguai.	_____	Ele: legítimo. Ela: legítima.	Ele: 34 anos Ela: 30 anos.	João da Silva Rebolso e Ignês Maria do Amor Divino.	Maria Jerônima Castelhana (paraguaia)	Soldado do 3º Regimento d' Artilharia a cavalo.	_____	Ele, músico de 3ª classe do Regimento Militar. Ela: vive de agências.	21/10/1882	_____	Ele: Da Bahia para R.J, depois Paraguai e Cuiabá, MT.
4) Joaquim Dias d' Andrade e Marianna de Tal	Província Bahia.	_____	_____	50 anos.	_____	Marcolina Maria do Espírito Santo (Livre), morreu na Chapada (lugar chamado de Pau de Pedra).	Batalhão 21º de Infantaria	_____	Militar	08/06/1890	Ambos da Paróquia da Sé.	_____
5) Calisto Chaves e Maria Carolina das Mercês.	República da Bolívia	_____	_____	_____	_____	Gregória Sanches falecida em Santa Cruz, ano de 1875.	_____	_____	Mascate (carregamento de sal.)	05/10/1883	Nossa Senhora do Rozário, Poconé	Bolívia para Poconé (MT) desde 1878.

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1880.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação	Idade	Pais (Nomes)	Esposo e Esposa	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
6) Jesuino Diocleciano de Souza Bruno e D. Joana Dolores Lara (paraguaia)	Provincia da Bahia, Santo Amaro.	_____	Ela: filha legítima.	Ele: 43 anos. Ela: 23 anos.	Ela: José Vicente Lara e Maria Mercê A. Lara.	Paraguaia Maria Águida R. Bruno, falecida em 1880 no Paraguai.	Capitão do 8º Batalhão de Infantaria.	_____	Militar	26/10/1883	Paróquia de São Gonçalo de Pedro II.	Ela: de Assunção, Paraguai, veio direto para Cuiabá, em 1878.
7) Manoel Faustino (escravo liberto), e Luíza, escrava.	Ele: Mato Grosso. Ela: Bahia.	_____	Ela: filha natural	Ela: 32 anos.	_____	Silveira Maria de Jesus.	_____	_____	_____	16/02/1882	_____	Luísa: Bahia para R.J, Cuiabá (MT) com 10 a 12 anos.
9) D. Augusta Amália de Souza Guimarães.	Ela: Provincia MT. Ele: Bahia.	_____	Ela: legítima. Ele: legítimo.	_____	Joaquim José Gomes da Silva e Innocência do Nascimento	Maritano Martilino de Sousa Guimarães (falecido)	2º Tenente da Armada.	_____	Militar	30/10/1883	_____	Ele: da Bahia para Corumbá (MT).
10) Maria Rodrigues Prado e José Sylvério de Campos	Freguezia do Livramento, MT.	_____	Ele: legítimo	Ele: 42 anos	Joaquim José de Campos e Anna Pinto de Figueiredo	Antonio José Modesto, falecido em 1864	_____	_____	_____	09/09/1884	Ambos da Paróquia de São Gonçalo de Pedro II.	_____
11) Hermogenia Renovata dos Santos	Provincia de MT.	_____	_____	_____	_____	Benedicto André da Silva, falecido em abril de 1854.	_____	_____	_____	26/12/1884	_____	_____

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1880.

12) João José Augusto Moreira e D. Anna Viegas de Mesquista						D. Maria Viegas Moreira, falecida na Paróquia de S. Gonçalo em agosto de 1887 (nefrite).				27/12/1884	Freguezia de São Gonçalo	
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	------------	-----------------------------	--

(Continuação ...)

Processos de Justificação de estado de viuvez. Década de 1880.

Nome	Naturalidade	Batizado (local)	Filiação	Idade	Pais (Nomes)	Esposo e Esposa	Patente	Pai Profissão	Profissão Justificante	Ano Processo	Freguezia	Itinerário
13) Joaquim Antonio Rodrigues e Maria Ignes Rodrigues	Província de Mato Grosso (ambos)	_____	Ele: legítimo. Ela: legítima.	28 anos	Ele: João José dos Santos e Innocência do Rosário. Ela: João Rodrigues Lemes e Anna Rodrigues.	Maria Vicência de Lara, falecida em 1884 no Engenho do Bom Fim no Serra Acima, Santa Anna da Chapada.	_____	_____	_____	24/07/1888	Ambos da Paróquia da Sé.	_____
14) Silvestre da Silva Pedrosa e Rita, escrava.	Ele: Província de Goiás - cidade de Meia Ponte. Ela: Província de Minas Gerais, Uberaba.	_____	Ela: filha natural.	Ela: 25 anos. Ele: 28 anos.	Ela: mãe - Bárbara escrava de Matheos Pereira.	Maria Balbina falecida em 1877, mais ou menos.	_____	Ele: Camarada. Ela: cozinheira.	_____	09/08/1884	Ambos da Paróquia de Sant'Anna da Chapada.	Ele: De Goiás para MT(1880) Ela: De Minas Gerais para Mato Grosso. (Marabá).

FONTE: Processos de justificação de estado de viuvez. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1 Fontes Manuscritas

1.1 - Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá - MT.

A - Registros Paroquiais. Livros de Registros de batizado. Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Nº 4 - 1853 a 1857. (94 folhas).

Nº 5 - 1857 a 1861. (100 folhas).

Nº 6 - 1861 a 1865. (100 folhas).

Nº 7 - 1865 a 1869. (100 folhas).

Nº 8 - 1869 a 1873. (100 folhas).

Nº 9 - 1873 a 1874. (50 folhas).

Nº 10 - 1874 a 1878. (101 folhas).

Nº 11 - 1878 a 1882. (100 folhas).

Nº 12 - 1879 a 1881. (14 folhas). (ingênuos livres).

Nº 13 - 1882 a 1884. (58 folhas).

Nº 14 - 1882 a 1887. (17 folhas).

Nº 15 - 1883 a 1890. (100 folhas).

Nº 16 - 1886 a 1895. (203 folhas).

B - Autos de justificação do estado de viuvez.

Justificante - Josefa Pereira. Ano de 1850. Caixa nº 8.

Justificante - Joaquim da Silva Pereira Guincó. Ano de 1854. Caixa nº 8.

Justificante - Francisco Gonçalves de Queirós. Ano de 1861. Caixa nº 8.

- Justificante - Simplício José de Abco. Ano de 1861. Caixa nº 8.
- Justificante - Dona Guilhermina Maria Brandão. Ano de 1868. Caixa nº 8.
- Justificante - Joaquim Antonio Correa de Faria. Ano de 1871. Caixa nº 9.
- Justificante - Manoel Francisco d'Oliveira. Ano de 1875. Caixa nº 9.
- Justificante - Anna Margarida d'Almeida. Ano de 1878. Caixa nº 9.
- Justificante - Maria Antonia Lopes. Ano de 1879. Caixa nº 9.
- Justificante - Pascoal Ordoño. Ano de 1879. Caixa nº 9.
- Justificante - Pedro José Gonçalves. Ano de 1881. Caixa nº 10.
- Justificante - D. Maria Ignes Paes da Costa. Ano de 1882. Caixa nº 10.
- Justificante - João Baptista da Silva. Ano de 1882. Caixa nº 10.
- Justificante - Calixto Chaves. Ano de 1883. Caixa nº 10.
- Justificante - Capitão Jesuíno Dioclesiano de Souza Bruno e D. Joana Dolores.
Ano de 1883. Caixa nº 10.
- Justificante - Augusta Amália de Souza Guimarães. Ano de 1883. Caixa nº 10.
- Justificante - Maria Rodrigues do Prado. Ano de 1884. Caixa nº 10.
- Justificante - Hermogenia Honorata dos Santos. Ano de 1884. Caixa nº 10.
- Justificante - João José Augusto Moreira. Ano de 1887. Caixa nº 10.
- Justificante - Joaquim Antonio Rodrigues. Ano de 1888. Caixa nº 10.
- Justificante - Silvestre da Silva Pedrosa e Rita, escrava de herança. Ano de
1884. Caixa nº 10.
- Justificante - Joaquim Dias d'Andrade. Ano de 1890. Caixa nº 10.

C - Auto de justificação do estado livre de solteiro.

- Justificante - João Baptista de Oliveira e Silva. Ano de 1850. Caixa nº 3.
- Justificante - Victor Carlos Leite. Ano de 1853. Caixa nº 3.
- Justificante - Rafael José de Moraes. Ano de 1853. Caixa nº 3.
- Justificante - Estevão Martins Coelho e Gertrudes Cardoso de Camargo. Ano
de 1855. Caixa nº 3.
- Justificante - Mechior Borba. Ano de 1857. Caixa nº 3.
- Justificante - Joaquim Januário Carneiro. Ano de 1857. Caixa nº 3.
- Justificante - Alferes Manoel Correa da Silva. Ano de 1858. Caixa nº 3.
- Justificante - João Thomas de Aquino. Ano de 1858. Caixa nº 3.

- Justificante - Luís Benedicto Pereira Leite. Ano de 1859. Caixa nº 3.
- Justificante - Domingos dos Santos. Ano de 1859. Caixa nº 3.
- Justificante - Manoel João da Silva. Ano de 1860. Caixa nº 04.
- Justificante - Liberato Niz Cavalcanti d'Oliveira. Ano de 1860. Caixa nº 04.
- Justificante - Antonio da Costa Figueiredo. Ano de 1860. Caixa nº 04.
- Justificante - Alferes João Augusto de Franci. Ano de 1861. Caixa nº 04.
- Justificante - Tenente Luiz Felipe Fernandes Cuiabano. Ano de 1861. Caixa nº 04.
- Justificante - João Antonio Luiz Galvão. Ano de 1861. Caixa nº 04.
- Justificante - Tenente Francisco Carlos Pereira Caldas. Ano de 1861. Caixa nº 04.
- Justificante - Dr. Augusto Novis. Ano de 1862. Caixa nº 04.
- Justificante - Antonio Cai Elipe. Ano de 1863. Caixa nº 04.
- Justificante - Francisco Dança. Ano de 1863. Caixa nº 04.
- Justificante - Tenente José Sabino Maciel Monteiro. Ano de 1863. Caixa nº 04.
- Justificante - Luiz Monteiro d'Aguiar. Ano de 1868. Caixa nº 04.
- Justificante - Severino d'Oliveira Braga. Ano de 1868. Caixa nº 04.
- Justificante - Sebastião Amancio Rodrigues. Ano de 1874. Caixa nº 06.
- Justificante - Luiz Fontenelle. Ano de 1875. Caixa nº 06.
- Justificante - Alferes Mathias José de Sousa Ribeiro. Ano de 1877. Caixa nº 06.
- Justificante - Antonio Xavier Martins. Ano de 1877. Caixa nº 06.
- Justificante - Joaquim Antonio do Bonfim. Ano de 1878. Caixa nº 06.
- Justificante - Benedicto Antonio dos Santos. Ano de 1878. Caixa nº 06.
- Justificante - João Victorino Martins. Ano de 1879. Caixa nº 06.
- Justificante - Antonio Ribeiro Bastos. Ano de 1879. Caixa nº 06.
- Justificante - Manoel Faustino. Ano de 1882. Caixa nº 07.
- Justificante - José Pires Dantas. Ano de 1882. Caixa nº 07.
- Justificante - Manoel Joaquim Cabral. Ano de 1882. Caixa nº 07.
- Justificante - Capitão Manoel Juscelino Barboza. Ano de 1882. Caixa nº 07.
- Justificante - João Feliciano Pinto. Ano de 1885. Caixa nº 07.

Justificante - Modesto Ferreira da Costa. Ano de 1884. Caixa nº 07.

Justificante - Deogratias Lescano. Ano de 1884. Caixa nº 07.

Justificante - João Rosa Soares. Ano de 1884. Caixa nº 07.

D - LIBELO Civil de divórcio.

Autora - Dona Catharina Emília Ribeiro. Ano de 1866. Caixa nº 11.

Autora - Gertrudes Maria Ferreira. Ano de 1864. Caixa nº 11.

Autora - Damianna Maria da Costa. Ano 1858. Caixa nº 11.

1.2 - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. (APEMT).

Correspondências

Livro nº 125.

Livro de registro de correspondência oficial da Presidência da Província de Mato Grosso com o Ministério da Guerra. Anos de 1852 a 1853. Livro nº 125, 149 folhas.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 16 de agosto de 1852.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 02 de julho de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 07 de julho de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 11 de julho de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 23 de julho

de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, (sic) de julho de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 12 de agosto de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, (sic) de agosto de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 22 de agosto de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 23 de agosto de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 30 de agosto de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 01 de setembro de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 03 de setembro de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 03 de setembro de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 13 de setembro de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello,

Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 20 de setembro de 1853.

- Ofício do Presidente ao Senador Manoel Felisardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 22 de setembro de 1853.

Livro nº 128.

Registro de Correspondência entre a Presidência e Comandos Militares. Anos de 1852 a 1855. 190 folhas.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante do Districto Militar do Baixo Paraguay. Cuiabá, 21 de julho de 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Comandante do Corpo de Cavallaria. Cuiabá, 28 de julho de 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Comandante do Corpo de Cavallaria. Cuiabá, 21 de agosto de 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Tenente Coronel Comandante do Corpo de Cavallaria e do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 21 ago. 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Major Comandante interino do Batalhão de Caçadores. Cuiabá, 09 de setembro de 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Tenente Coronel Comandante do Corpo de Cavallaria e do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 15 de setembro de 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Comandante do Corpo de Cavallaria. Cuiabá, 16 de setembro de 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Major Comandante interino do Corpo d'Artilharia. Cuiabá, 19 de setembro de 1854.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante do Distrito Militar de Mato Grosso. Cuiabá, 20 de setembro de 1854.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 21 de outubro de 1854.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante do Distrito Militar de Mato Grosso. Cuiabá, 6 de novembro de 1854.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Tenente Coronel Comandante do Corpo de Cavalaria. Cuiabá, 20 de novembro de 1854.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Major Comandante interino do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 20 de novembro de 1854.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante do Distrito Militar de Mato Grosso. Cuiabá, 22 de novembro de 1854.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Tenente Coronel Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 22 de novembro de 1854.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger ao Tenente Coronel Comandante do Corpo de Cavalaria e encarregado do recrutamento em Vila Maria. Cuiabá, 20 de janeiro de 1855.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Tenente Coronel Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 20 de janeiro de 1855.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 22 de janeiro de 1855.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Tenente Coronel Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Forte de

Coimbra. Cuiabá, 28 de fevereiro de 1855.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Tenente Coronel Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai Forte de Coimbra. Cuiabá, 7 de março de 1855.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante do Distrito Militar de Mato Grosso. Cuiabá, 15 de março de 1855.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante Guarnição da Capital. Forte de Coimbra. Cuiabá, 15 de março de 1855.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Capitão Comandante da Guarnição da Capital. Forte de Coimbra. Cuiabá, 15 de março de 1855.

Livro nº190.

Livro de registro de Correspondência entre a Presidência da Província de Mato Grosso e o Comandante de Corpos, Distritos e destacamentos militares. Anos de 1860-1863. 202 folhas.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao encarregado das obras militares de Miranda. Cuiabá, 3 de outubro de 1860.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Delegado de Cirurgião do Exército. Cuiabá, 13 de novembro de 1860.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Delegado de Cirurgião do Exército. Cuiabá, 16 de novembro de 1860.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Comandante do Distrito militar de Mato Grosso. Cuiabá, 26 de novembro de 1890.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Tenente Coronel João Nepomuceno da S. Portella. Cuiabá, 30 de novembro de 1890.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao encarregado das obras militares de Miranda. Cuiabá, 10 de dezembro de 1890.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Cavallaria. Cuiabá, 13 de dezembro de 1860.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Forte de Coimbra. Cuiabá, 17 de dezembro de 1860.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Coronel Comandante do 2º Batalhão de Artilharia a pé. Cuiabá, 24 de dezembro de 1860.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Comandante da Companhia de Artífices. Cuiabá, 28 de dezembro de 1860.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 03 de janeiro de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 04 de janeiro de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante da Colonia de Miranda. Cuiabá, 05 de janeiro de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Francisco Nunes da Cunha. Cuiabá, 03 de janeiro de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante interino da 8ª Companhia do Batalhão de

Caçadores. Cuiabá, 16 de janeiro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Diretor do Hospital Militar. Cuiabá, 07 de fevereiro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão do Distrito Militar de Mato Grosso. Cuiabá, 11 de fevereiro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Delegado Cirurgião Mór do Exército. Cuiabá, 23 de fevereiro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Delegado Cirurgião Mór do Exército. Cuiabá, 23 de fevereiro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do 12º Batalhão de Artilharia à pé. Cuiabá, 26 de fevereiro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito do Baixo Paraguai. Cuiabá, 28 de fevereiro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 01 de março de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Coronel Comandante da Guarnição da Capital. Cuiabá, 18 de março de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Baixo Paraguai. Cuiabá, 03 de abril de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 03 de abril de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 18 de abril de 1861. Livro nº 190.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 22 de abril de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Major Diretor do Hospital militar. Cuiabá, 27 de abril de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Comandante do Destacamento de Miranda. Cuiabá, 7 de maio de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Diretor do Hospital Militar. Cuiabá, 14 de maio de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 17 de maio de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante da Companhia de Artífices. Cuiabá, 18 de maio de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do 2º Batalhão de Artilharia à pé. Cuiabá, 20 de maio de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Delegado do Cirurgião-mór do Exército. Cuiabá, 20 de maio de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 12 de junho de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 25 de junho de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do 2º Batalhão de Artilharia à pé. Cuiabá, 01 de julho de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 25 de julho de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 29 de julho de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Tenente Coronel Comandante do Corpo de Cavalaria. Cuiabá, 01 de agosto de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 20 de agosto de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Major Diretor do Hospital Militar. Cuiabá, 28 de agosto de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 30 de agosto de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do 2º Batalhão de Artilharia à pé. Cuiabá, 31 de agosto de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Cavalaria. Cuiabá, 10 de setembro de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 13 de setembro de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do 2º Batalhão de Artilharia à pé. Cuiabá, 25 de setembro de 1861.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Tenente Coronel Hermenegildo Albuquerque Portocarrero.

Cuiabá, 30 de setembro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 01 de outubro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 09 de outubro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Cavalaria e do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 10 de outubro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante Militar da Colônia de Dourados. Cuiabá, 10 de outubro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 17 de outubro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Joaquim da Gama Lobo D'Eça. Cuiabá, 09 de novembro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Francisco Nunes da Cunha. Cuiabá, 29 de novembro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 06 de dezembro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Joaquim da Gama Lobo d'Eça. Cuiabá, 09 de dezembro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Corpo de Artilharia. Cuiabá, 18 de dezembro de 1861.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de

Alencastro, ao Delegado de Cirurgião Mór do Exército. Cuiabá, 04 de fevereiro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Diretor do Hospital Militar. Cuiabá, 08 de janeiro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao encarregado do Depósito de Miranda. Cuiabá, 18 de janeiro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Corpo de Artilharia. Cuiabá, 21 de janeiro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Batalhão de Caçadores. Cuiabá, 24 de janeiro de 1862.

- Ofício do Presidente Província, Herculano Ferreira Penna, ao encarregado do recrutamento em Mato Grosso. Cuiabá, 24 de janeiro de 1862.

- Ofício do Presidente Província, Herculano Ferreira Penna, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 15 de fevereiro de 1862.

- Ofício do Presidente Província, Herculano Ferreira Penna, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 17 de fevereiro de 1862.

- Ofício do Presidente Província, Herculano Ferreira Penna, ao Comandante da Colônia Militar de Miranda. Cuiabá, 19 de fevereiro de 1862.

- Ofício do Presidente Herculano Ferreira Penna, ao 1º Tenente Herculano Carlos Ferreira Penna. Cuiabá, 07 de março de 1862.

- Ofício do Presidente Herculano Ferreira Penna, ao encarregado das obras do novo quartel. Cuiabá, 10 de março de 1862.

- Ofício do Presidente Província, Herculano Ferreira Penna, ao 1º Tenente Herculano Carlos Ferreira Penna. Cuiabá, 28 de março de 1862.

- Ofício do Presidente Província Herculano Ferreira Penna, ao encarregado do recrutamento em Vila Maria. Cuiabá, 28 de março de 1862.

- Ofício do Presidente Província Herculano Ferreira Penna, ao capitão Joaquim Pinto Guedes e 1º Tenente Herculano Carlos Ferreira Penna. Cuiabá, 11 de abril de 1862.

- Ofício do Presidente Província Herculano Ferreira Penna, ao Comandante da

Colônia Militar de Miranda. Cuiabá, 22 de abril de 1862.

- Ofício do Presidente Província Herculano Ferreira Penna, ao Diretor do Hospital Militar. Cuiabá, 24 de abril de 1862.

- Ofício do Presidente Província Herculano Ferreira Penna, ao Capitão Joaquim da Gama Lobo D'Eça. Cuiabá, 16 de maio de 1862.

- Ofício do Presidente Província Herculano Ferreira Penna, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 05 de junho de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Joaquim da Gama Lobo D'Eça. Cuiabá, 05 de junho de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Tenente d'Engenheiros Herculano Carlos Ferreira Penna. Cuiabá, 27 de agosto de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 06 de setembro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 13 de setembro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 27 de setembro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 04 de outubro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 10 de outubro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 10 de outubro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de

Alencastro, ao Capitão Francisco Nunes da Cunha. Cuiabá, 11 de outubro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Diretor do Hospital Militar. Cuiabá, 17 de outubro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Francisco Nunes da Cunha. Cuiabá, 06 de novembro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Vila Maria. Cuiabá, 06 de novembro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Joaquim da Gama Lobo D'Eça. Cuiabá, 25 de novembro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 05 de dezembro de 1862.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Diretor do Hospital Militar. Cuiabá, 20 de janeiro de 1863.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 03 de fevereiro de 1863.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Tenente Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero. Cuiabá, 09 de fevereiro de 1863.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Pedro Dias Paes Lemes. Cuiabá, 21 de fevereiro de 1863.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Tenente Herculano Carlos Ferreira Penna. Cuiabá, 23 de fevereiro de 1863.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Pedro Dias Paes Lemes. Cuiabá, 24 de fevereiro de

1863.

- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Pedro Dias Paes Lemes. Cuiabá, 05 de março de 1863.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai. Cuiabá, 13 de março de 1863.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Manoel Pacheco de Lima. Cuiabá, 16 de março de 1863.
- Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, ao Capitão Joaquim da Gama Lobo D'Eça. Cuiabá, 09 de maio de 1863.
- Ofício do Vice-Presidente Augusto Leverger, ao Inspetor dos Corpos da Província. Cuiabá, 16 de maio de 1863.
- Ofício do Vice-Presidente Augusto Leverger, ao Comandante do Destacamento do Paranahyba. Cuiabá, 18 de maio de 1863.
- Ofício do Vice-Presidente Augusto Leverger, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 12 de junho de 1863.
- Ofício do Presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao Comandante do Distrito Militar de Miranda. Cuiabá, 15 de julho de 1863.
- Ofício do Presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao Comandante do Distrito do Baixo Paraguai. Cuiabá, 20 de setembro de 1863.

Documentos Avulsos.

Latas e caixas.

- Ofício do Inspetor da Tesouraria, Manoel José de Araújo ao Presidente da Província de Mato Grosso, João José da Costa Pimentel. Cuiabá, 07 de maio de 1850. Lata 1850 B.
- Ofício do Coletor Ignácio da Cunha Arruda e Sá ao Inspetor da Província de Mato Grosso, Manoel José de Araújo. Mato Grosso, 10 de abril de 1850. Lata

1850 B.

- Ofício do Tenente Coronel Comandante do Quartel do Comando do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional em Cuiabá, ao Comandante Superior da Guarda Nacional da Província de Mato Grosso, Barão de Diamantino. Cuiabá, 03 de julho de 1877. Caixa 1877 C.
- Proposta para preenchimento das vagas existentes no 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional por Antonio Cesário de Figueiredo, Comandante do Quartel do 2º Batalhão e Infantaria da Guarda Nacional. Cuiabá, 20 de setembro de 1877. Caixa 1877 C.
- Proposta para oficiais do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional por Antonio Manoel da Silva Pontes, Comandante do Quartel do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Cuiabá, 20 de setembro de 1877. Caixa 1877 C.
- Proposta para preenchimento de vagas existentes no 1º Batalhão da reserva da Guarda Nacional apresentada por Joaquim José Reis, Comandante interino do 1º Batalhão da reserva. Cuiabá, 09 de agosto de 1877. Caixa 1877 C.

Lata 1857 A.

- Ofício do Comandante do Quartel do Comando da Guarnição de Cuiabá, Gabriel Albuquerque Fernandes ao vice-presidente Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 28 de julho de 1857. Lata 1857 A.
- Ofício do Comandante do Quartel do Comando da Guarnição Gabriel Albuquerque Fernandes ao vice-presidente Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 31 de julho de 1857. Lata 1857 A.
- Ofício do Comandante do Quartel do Comando da Guarnição Gabriel Albuquerque Fernandes ao vice-presidente Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 05 de agosto de 1857. Lata 1857 A.
- Mapa geral da força efetiva existente na Província de Mato Grosso pertencente ao trimestre de abril a junho de 1857. Lata 1857 A.
- Ofício do Comandante do Quartel do Comando da Guarnição de Cuiabá, Gabriel Albuquerque Fernandes ao vice-presidente Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 14 de setembro de 1857. Lata 1857 A.

- Ofício do doutor Macário Pamphilo Nogueira, 1º Cirurgião Tenente do Corpo de Saúde do Exército ao Comandante da Guarnição de Cuiabá, Gabriel Albuquerque Fernandes. Cuiabá, 14 de setembro de 1857. Lata 1857 A.
- Ofício do doutor Antonio da Silva Deiró, 1º Cirurgião Tenente do Corpo de Saúde do Exército ao Comandante da Guarnição de Cuiabá, Gabriel Albuquerque Fernandes. Cuiabá, 18 de setembro de 1857. Lata 1857 A.
- Ofício do Comandante do Quartel do Comando da Guarnição de Cuiabá, Gabriel Albuquerque Fernandes ao vice-presidente Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 29 de agosto de 1857. Lata 1857 A.
- Ofício do Comandante do Quartel do Comando da Guarnição de Cuiabá, Gabriel Albuquerque Fernandes ao vice-presidente Província, Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 25 de agosto de 1857. Lata 1857 A.

1.3 - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - UFMT. (Microfilmagem).

Relatórios.

- Relatório apresentado ao Chefe da Esquadra Augusto Leverger, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso pelo Brigadeiro Alexandre Manoel de Carvalho ao entregar a administração da Província, em agosto de 1865, (Rolo 2). Cuiabá.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Exmo. Sr. Presidente da Província de Mato Grosso Tenente Coronel Francisco Cardoso Júnior, a 20 de agosto de 1871. (Rolo 2). Cuiabá.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 03 de maio de 1874, pelo Presidente da Província Exmo. Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis. (Rolo 2). Cuiabá.
- Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedroza, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de novembro de 1878 (Rolo 3). Cuiabá.

- Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedroza, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro de 1879 (Rolo 3). Cuiabá.
- Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. General Barão de Maracajú, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro de 1880. Cuiabá.
- Relatório com que o Exmo. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente da Província, passou a administração da mesma ao Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão, no dia 31 de maio do corrente ano 1881. Cuiabá.
- Relatório com que o Exmo. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 1ª de outubro de 1884, pelo Presidente da Província de Mato Grosso, General Barão de Batovy. Cuiabá.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Galdino Pimentel. Cuiabá.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 09 de dezembro de 1886, pelo Vice-Presidente da Província, Dr. Ramiro de Carvalho. Cuiabá.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 11 de fevereiro, pelo Presidente da Província, Dr. Francisco Rafael de Mello Rego. Cuiabá.

Falas

- Fala com que o Exmo. Sr. General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso, no dia 3 de maio de 1876. (Rolo 3). Cuiabá.
- Fala com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite

Galvão, abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da Assembléia desta Província, seguida do Relatório com que o Exmo. General de Maracajú, Ex-Presidente da Província de Mato Grosso pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléia, no dia 3 de maio de 1881. Cuiabá.

- Fala do Exmo. Sr. Tenente Coronel Leite Galvão, Vice-Presidente de Mato Grosso, no dia 3 de maio de 1883. Cuiabá.

Jornais.

- 1 - A Imprensa de Cuiabá. Cuiabá, 1859/1865. (Rolo 1).
- 2 - O Popular. Cuiabá, 1868. (Rolo 1).
- 3 - A Situação. Cuiabá, 1869-1887. (Rolo 1).
- 4 - A Província de Mato Grosso. Cuiabá, 1879-1889. (Rolo 5).

Recenseamentos.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE.

Recenseamento de 1872. Mato Grosso.

Recenseamento de 1890. Mato Grosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**. Brasília : Ministério da Fazenda, 1984.
- _____. **Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho, em Mato Grosso - 1888-1930**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo.
- ALEIXO; CASTRO. **Memória histórica da indústria de Mato Grosso**. Cuiabá : FIEMT/IEL/UFMT, 1987.
- ALENCAR, Adauto. **Roteiro genealógico de Mato Grosso**. v. I, II e III. Cuiabá : [s.n.], [199-].
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. v. 2. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Angela Mendes. **O gosto pelo pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro : Rocco, 1992.
- ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (org.) **História da vida privada**. Da Renascença ao Século da Luzes. Tradução Hildegard Feist. v. 3. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- ASSIS, Edvaldo de. **Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso**. Cuiabá : PROED/UFMT, 1988.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A criança exposta nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: _____. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Universidade de São Paulo.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. São Paulo : Nacional, 1935.
- BEOZZO, José Oscar. (org.). A Igreja e a escravidão (1875-1888). In: **História geral da América Latina; história da Igreja no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 1980. T. II, 2.

- BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília : CODEPLAN/UCG, 1988.
- BOIS, Guy. Marxismo e história nova. In: LE GOFF, Jacques. **História nova**. São Paulo : Martins Fontes, 1990.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)**. Cuiabá : Genus, 1991.
- BOSSI, Bartolomé. **Viaje pictoresca por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuiabá com la descripción de la Provincia de Mato Grosso**. Paris : Librería Parisiense Dupray de la Mahérie, 1863.
- BRANDÃO, Jesus da Silva. **História da navegação em Mato Grosso**. Cuiabá : Livro Mato-grossense, 1991.
- _____. **Cuiabá: desenvolvimento urbano e socioeconômico - 1825-1945**. Cuiabá : Livro Mato-grossense, 1991.
- BRESCIANNI, Maria Stella. A mulher e o espaço público. In: **Jogos da política**. São Paulo : Marco Zero/ANPUH, 1992.
- BRETTELL, Caroline B. **Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1991.
- BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil: geral e regional**. Grande Oeste. v. II. São Paulo : Cultrix, 1967.
- BRÜGGER, Sílvia Maria. Casamento e valores sociais: o triunfo do discurso amoroso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (10:1996:Belo Horizonte). **Anais**. Belo Horizonte : ABEP, 1996.
- BUENO, Francisco Antonio Pimenta. **Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregado a Província de Mato Grosso segundo as instruções do Ministério da agricultura, de 27 março de 1879**. Rio de Janeiro : Nacional, 1880.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. A população de Curitiba no século XVIII - 1751-1800, segundo os registros paroquiais. Curitiba, 1974. Tese (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. (org.). **História geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico: declínio e queda do império**. São Paulo : DIFEL, 1971. v. 4. T. II.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Fazendas de gado no pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura, 1995. página introdutória.

_____. **Joaquim Murтинho**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1951.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso - 1870-1920**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **A inserção do sul de Mato Grosso ao mercado mundial (1870-1914)**. 1993. São Paulo.

CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal. In: ARANTES, Antonio Augusto *et alii*. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1993.

CORRÊA, Valmir Batista. **Mato Grosso: 1871-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província**. São Paulo, 1976. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COSTA, Iraci del Nero da. **Minas Gerais: estruturas populacionais típicas**. São Paulo : Edec, 1982.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro : Graal, 1983.

D'ALINCOURT, Luiz. Resultados dos trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato Grosso (1828-1829). **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 8.

DECCA, Edgar Salvatore de. **História social e memória: algumas considerações**. (versão preliminar), [S.L. :s.n.].

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo : Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1997.

_____. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro : Edunb, 1993.

FLANDRIN, Jean Louis. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa : Ed. Estampa, 1992.

- FLEURY, M.; HENRY, L. **Nouveau Manuel de dépoulement et exploitation de l'état civil ancien**. Paris : INED, 1979.
- FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pela províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825-1829)**. São Paulo : Museu de Arte de São Paulo, 1977.
- FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1979.
- GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulheres escravas: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 1988.
- GOÑÇALVES, Mirna Ayres Issa. A população brasileira de 1872 a 1970: crescimento e composição por idade e sexo. In: Crescimento populacional (histórico e migrações). Cadernos **CEBRAP**, n. 16. São Paulo : CEBRAP, 1973.
- KARASCH, Mary. Slave women on the brazilian frontier in the nineteenth century. In: GASPAR, David Barry & HINE, Darlene Clark (ed). **More than chattel: black women and slavery in the Americas**. Bloomington : Indiana UP, 1996.
- KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba, 1801-1850**. Curitiba, 1974. Tese (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- KUSNESOF, Elizabeth Anne. Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: NADALIN, Sérgio Odilon *et alii*. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo : ABEP, 1990.
- LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio de Mato Grosso no contexto da mineração**. Cuiabá : PROEDI/UFMT, 1982.
- LIMA, Lana Lage da Gama. (org.). **Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : Dois pontos, 1987.
- LONDOÑO, Fernando Torres. **El concubinato y la Iglesia en el Brasil colonial**. Estudos CEDHAL, São Paulo, n. 2, 1988.
- _____. **Público e escandaloso: Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MAC FARLANE, Alan. **História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840**. Trad. Paulo Neves. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento da população brasileira até 1872. Cadernos **CEBRAP**. Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade e migrações). São Paulo.

_____. **A cidade de São Paulo, povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo : Pioneira, 1973.

_____. **Caiçara: terra e população - estudo de demografia histórica social de Ubatuba**. São Paulo : Paulinas/CEDHAL, 1986.

_____. (org.). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis : Vozes, 1984.

MATOS, Odilon Nogueira de. Vias de comunicação. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. (org.). **História geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico: declínio e queda do império**. São Paulo : DIFEL, 1971. v. 4, T. II. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo : Corrupio, 1988.

_____. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis : Vozes, 1989.

MELGAÇO, Barão de. Apontamentos chronológicos da província de Mato Grosso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 205, out.-dez., 1949.

MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. **Lendas e tradições cuiabanais**. Cuiabá : Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

MENDONÇA, Manuela. **Inventário coletivo dos registros paroquiais**. Lisboa : Secretaria de Estado e Cultura, 1993. v. 1. Texto introdutório de MENDONÇA, Manuela.

MENDONÇA, Rubens de. **Nos bastidores da história mato-grossense**. Cuiabá : UFMT, 1983.

_____. Igrejas & Sobrados de Cuiabá. **Cadernos Cuiabanos**. Cuiabá, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, n. 7.

MESQUITA, José de. Gente e coisas de antanho. **Cadernos Cuiabanos**. Cuiabá, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, n. 4, 1978.

MONTEIRO, Ubaldo. **Várzea-Grande: passado e presente confrontos, 1867-1987**. Cuiabá : Policromos, [199-].

- MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **Contribuição para o estudo político e oligárquico da história de Goiás**. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MORTARA, Giorgio. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE. Rio de Janeiro, out.-dez., 1945. Ano VII.
- MOUTINHO, José Joaquim Ferreira. **Notícias sobre a Província de Mato Grosso**. São Paulo : Typ. Henrique Schroeder, 1869.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. Belo Horizonte : ABEP, 1994.
- NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.
- PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle. (org.) **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993.
- PROST, Antoine. Fronteiras e espaço do privado. In: PROST, Antoine; Vicente, Gérard. (org.) **História da vida privada**. Da Primeira Guerra a nossos dias. v. 5. Tradução Denise Bottamann. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro : Páez e Terra, 1991.
- RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. In: **HAHR**. 73 : 4 nov. 1993.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes. Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil. In: **Congresso de Demografia Histórica**. (3.:1993:Braga). Mimeo. Comunicação.
- ROWLAND, Robert. Sistema de casamento na Península Ibérica uma perspectiva regional. In: **ENCONTRO HISPANO-PORTUGUÊS DE HISTÓRIA**. (1983 : Oeiras).
- SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo - século XIX**. São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

- _____. **A família brasileira.** São Paulo : Brasiliense, 1983.
- SBRAVATI, Myriam. **São José dos Pinhais, 1776-1852 - uma paróquia paranaense em estudo.** Curitiba, 1980. Tese (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo : Companhia das Letras, 1988.
- SHORTER, Edward. **Naissance de la famille moderne: XVIIIe - XXe siècle.** Paris : Seuil, 1977.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império.** São Paulo : IPE-USP, 1986.
- SILVA, Jovan Vilela da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso, século XVIII.** Cuiabá : Editora da UFMT, 1995.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo : Ed. Universidade de São Paulo, 1984.
- _____. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI.** Liaboa : Estampa, 1993.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madurira *et alii*. **O processo histórico de Mato Grosso.** Cuiabá : UFMT, 1990.
- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. **Crônicas de Cuiabá. Revista do Instituto de São Paulo, IV.** São Paulo, 1894.
- SOUZA JÚNIOR, Antonio de. Guerra do Paraguai. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. (org.). **História geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico: declínio e queda do império.** São Paulo : DIFEL, 1971. v. 4, T. II.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil central; expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu.** São Paulo : Ed. Nacional, 1942.
- STONE, Lawrence. (org.). **Família, sexo y matrimônio na Inglaterra (1500-1800).** 3 ed. México : Fondo de Cultura Económica, 1990.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** v. 1. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial.** Rio de Janeiro : DIFEL,

1978.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

_____. (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

_____. Moralidades brásílicas. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

VALLE, Marília de Souza. Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1929. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Nos limites da sagrada família, ilegitimidade e casamento no Brasil colonial. In: VAINFAS, Ronaldo. (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

_____. **Ilegitimidade e concubinato no Brasil colonial: Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo : CEDHAL-USP, 1986. (Estudos CEDHAL n. 1).

_____. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. **História**, São Paulo, v. 14, 1995.

_____. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo : contexto, 1997.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza - formação da fronteira oeste do Brasil: 1719-1819**. São Paulo : Hucitec, 1987.

_____. **Cativos do sertão: cotidiano e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo : Marco Zero/UFMT, 1993.